

Flávio Brandão-Silva
Edson Carlos Romualdo
Hélcio Batista Pereira

DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA À
“**PEDAGOGIA DA VARIAÇÃO**”
DESCRIÇÃO E ENSINO DE PORTUGUÊS

**Da Variação Linguística à
“Pedagogia da Variação”:
descrição e ensino de português**

Este livro foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Programa de Pós-Graduação em Letras (PLE), da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Nossos agradecimentos!

**Flávio Brandão-Silva
Edson Carlos Romualdo
Hélcio Batista Pereira
(Organizadores)**

**Da Variação Linguística à
“Pedagogia da Variação”:
descrição e ensino de português**

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Flávio Brandão-Silva; Edson Carlos Romualdo; Hércius Batista Pereira [Orgs.]

Da Variação Linguística à “Pedagogia da Variação”: descrição e ensino de português. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 248p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-85-7993-922-8 [Impresso]

978-85-7993-923-5 [Digital]

1. Variação Linguística. 2. Pedagogia da Variação. 3. Ensino de português. 4. Sociolinguística. I. Título.

CDD – 410

Capa: Petricor Design

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/ Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luis Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2022

Ao professor Carlos Alberto Faraco, que muito
contribuiu e contribui para a Linguística Brasileira,
nosso reconhecimento e homenagem.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
<i>Lucia Furtado de Mendonça Cyranka</i>	
CONTRIBUIÇÕES DA DESCRIÇÃO LINGUÍSTICA PARA O ENSINO DA LÍNGUA	17
<i>Ataliba T. de Castilho</i>	
PEDAGOGIA DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: DESAFIOS E PARADOXOS	51
<i>Carlos Alberto Faraco</i>	
A NORMA PADRÃO E O PURISMO LINGUÍSTICO COMO LUGARES DE POLARIZAÇÃO POLÍTICA	67
<i>Edson Carlos Romualdo</i> <i>Flávio Brandão-Silva</i>	
PARA HISTÓRIA DO PB EM MARINGÁ-PR: A VARIAÇÃO NÓS E A GENTE NOS SUJEITOS SENTENCIAIS NA FALA DOS PRIMEIROS MORADORES	97
<i>Gabriele Pecuch</i> <i>Hélcio Batista Pereira</i>	
NOS CAMINHOS DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA	123
<i>Joyce Elaine de Almeida Baronas</i>	

A REALIZAÇÃO DAS FORMAS PRONOMINAIS CLÍTICAS NO TEXTO BÍBLICO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE DUAS VERSÕES DA BÍBLIA À LUZ DA SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA	143
<i>Natan Gonçalves Teixeira</i> <i>Jacqueline Ortelan Maia Botassini</i>	
VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO ENSINO: TROCAS LINGUÍSTICAS E SIMBÓLICAS	169
<i>Neiva Maria Jung</i>	
VARIAÇÃO/MUDANÇA DA LÍNGUA: HISTÓRIA SOCIAL	191
<i>Odete Pereira da Silva Menon</i>	
DA LINGUÍSTICA FORMAL À LINGUÍSTICA SOCIAL: O PROTAGONISMO DO FALANTE	225
<i>Roberto Gomes Camacho</i>	
SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES	245

APRESENTAÇÃO

Coube-me a honrosa tarefa de apresentar esta obra que se centra na área de Sociolinguística e ensino. Nela, seus organizadores divulgam os trabalhos que compuseram o III SIMVALE, em Maringá-PR, em 2019, evento durante o qual se homenageou o Prof. Carlos Alberto Faraco, ilustre e reconhecida autoridade nessa importante área do conhecimento, sendo justamente essa a razão pela qual este livro também o homenageia.

Trata-se de nove trabalhos, sendo um deles de autoria do próprio homenageado. Em todos eles, se discute a importante questão da variação linguística, não apenas para se compreender o caminho percorrido pela linguística formal até alcançar os aspectos sociais das interações entre usuários da língua, mas também para se firmar posição na importante tarefa do trabalho escolar com a língua portuguesa.

No primeiro capítulo, intitulado *Contribuições da Descrição Linguística para o Ensino da Língua*, Ataliba T. de Castilho se preocupa em demonstrar que, sendo a conversação o uso básico das línguas naturais, é preciso que se invista nessa questão quando se trata do ensino. Centra suas reflexões na análise da conversação, procurando descrever as estratégias conversacionais, turnos conversacionais e seus marcadores, reativação e desativação conversacional, passando pelos processos de construção do texto, como ativação, reativação, descontinuação do quadro tópico e conexão textual. Analisa a correlação entre os processos de construção textual e os processos de construção gramatical da sentença, como objeto central da gramática. Enfim, demonstra, conforme suas palavras, “(...) a relação do microcosmo conversacional com o macrocosmo dos princípios gerais que regem uma língua natural, passando por uma análise controlada de seus aspectos lexicais, gramaticais, semânticos e discursivos”.

Segue-se, no cap. II, o artigo intitulado *Pedagogia da Variação Linguística: Desafios e Paradoxos*, de autoria de Carlos Alberto Faraco, nosso homenageado. Nele, o autor propõe que continuemos o exame da importante questão da variação e ensino, embora já tenhamos avançado nesse enfrentamento. Demonstra sua preocupação com o fato de alunos de Letras e professores que - conforme suas palavras - “demonizam a variação, em especial a variação social e ainda nos classificam, a nós linguistas, como perigosos defensores de um vale tudo em língua.” Manifesta sua preocupação com o fato de que o tema da variação linguística não tenha ainda alcançado o senso comum, o que repercute no encaminhamento de projetos de uma Sociolinguística educacional, com consequências nas práticas pedagógicas. Fundamenta essa preocupação compondo uma rica e muito interessante retomada do que ele denominou *historiografia linguística*, trazendo depoimentos de autores desde o século XVI, que lutaram por uma norma padrão para o português brasileiro, norma-padrão que, nas suas palavras, “(...)nunca conquistou ninguém (salvo alguns puristas), mas tem nos perturbado drasticamente há mais de um século.” Como consequência, com muita sabedoria, reflete afirmando que os linguistas brasileiros, por não pretenderem ser normativos, até hoje, não ofereceram à escola e aos meios de comunicação uma alternativa para vencerem as pressões das “velhas, cansadas e anacrônicas gramáticas normativas tradicionais”. E essa ausência favorece o que ele, muito acertadamente, denomina *norma curta*, “um discurso estreito e dogmático, a miséria da gramática normativa.” Ele, linguista, propõe, então, aos seus pares que se unam e partam para a renovação conceitual e descritiva da norma dita culta “(...) que acolha e legitime o português brasileiro culto, com base, não numa perspectiva de padronização estrita, homogênea e uniforme, mas na perspectiva de um padrão flexível que abranja os usos variáveis relacionados aos diferentes gêneros textuais da fala e da escrita.” Encerra seu texto conclamando os linguistas para, juntos, quebrarem a inércia e fazerem disso um projeto coletivo.

O terceiro capítulo, *A Norma Padrão e o Purismo Linguístico como Lugares de Polarização Política*, tem como autores Edson Carlos Romualdo e Flávio Brandão-Silva. O objetivo deste artigo foi demonstrar o uso da norma padrão e do purismo linguístico em postagens da internet para, nas palavras dos autores, “(...) verificar como a norma padrão e o purismo linguístico podem ser vistos como espaço de polarização político-partidário-ideológica.” Antes de fazerem a abordagem linguística propriamente, discutem aspectos relacionadas à polarização política no Brasil, mais especificamente, neste período do atual governo, com o crescimento de ideias radicais, violentas e intolerantes nos extremos das ideologias, fenômeno que não é exclusivo do Brasil, segundo os autores. Citam algumas passagens relacionadas a esse tema, publicadas na internet. Apresentam importantes considerações sobre a norma padrão e o purismo linguístico. Discutem a questão do estabelecimento da chamada norma padrão e o movimento normatizador daí decorrente, demonstrando o conseqüente distanciamento dessa norma e a realidade linguística, do português brasileiro, gerando o que Faraco denominou “norma curta”. Para ilustrar a polêmica conseqüente desse desconforto, os autores citam passagens de notícias veiculadas em redes sociais como o Twitter, com a fala de políticos usando palavras e expressões criticáveis, segundo os padrões da língua padrão, e que suscitam comentários na rede de seguidores, ouvintes/leitores desse veículo da internet, associando a questão da linguagem a seus posicionamentos políticos. Os autores demonstram, assim, como fatos de língua se tornam lugar de disputa, “(...) revelando, dessa forma, uma atitude preciosista que resulta em um purismo linguístico exacerbado.”

Vejamos, agora, o cap. IV intitulado *Para a História do PB em Maringá-PR: a Variação NÓS e A GENTE nos Sujeitos Sentenciais na Fala dos Primeiros Moradores*, de autoria de Gabriele Pecuch e Hélcio Batista Pereira. Este trabalho teve como objetivo, conforme o título anuncia, contribuir para a discussão do uso de *nós* e *a gente* examinando essas formas presentes na fala dos primeiros

habitantes de Maringá, cidade situada no Noroeste do Paraná. Os autores acreditam que, desse modo, possam contribuir para “(...) a compreensão de processos mais antigos da expansão do Português no país”, o que pode beneficiar a pesquisa sobre a História Social do PB, a partir da Sociolinguística Variacionista. Empreenderam sua pesquisa centrada no conceito de “comunidade de prática”, em que, conforme esclarecem, “(...) as pessoas se engajam para a realização de uma determinada atividade compartilhada com outros membros.” Examinaram as investigações já realizadas em torno da variação das formas *nós* e *a gente* em diferentes localidades do Brasil e elegeram alguns procedimentos metodológicos, entre eles, entrevistas com moradores que passaram a integrar a população da cidade nas décadas de 1940 e 1950, época de sua fundação, datada de 1947. Identificam a década de 1960 como tendo a cidade conhecido um processo acelerado de urbanização. O crescimento progressivo da população da cidade devido a ondas migratórias constantes, favoreceu um contato intenso de imigrantes oriundos do Nordeste, Sul Sudeste do Brasil, propiciando uma situação multidialetal nessa cidade de Maringá. A pesquisa consistiu de entrevista com seis moradores da cidade que para lá se transferiram no início de sua formação. Constatou-se um total de 340 ocorrências de *nós* e *a gente*. A pesquisa, muito acertadamente, determinou contornos específicos e concluiu que, mesmo levando isso em consideração, constatou-se “(...) o avanço da forma *a gente* sobre *nós*, tal qual observado pelos estudos sobre a variação desses pronomes na função de sujeito sentencial no Português Brasileiro.” Além disso, puderam constatar que, para esse avanço, as oposições dos contínuos rural/urbano e cultura popular/cultura elitizada foram determinantes.

O cap. V, de Joyce Elaine de Almeida Baronas, se intitula: *Nos Caminhos da Variação Linguística*. Refletindo sobre a necessidade de uma articulação entre os estudos sociolinguísticos e a necessidade de mudança no trabalho escolar com a língua portuguesa, a autora declara a importância de se adotar, no ensino escolar, a pedagogia da variação linguística, já proposta pelo autor, ora homenageado,

Carlos Alberto Faraco, em sua obra de 2008, intitulada *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. Apresenta, então, o projeto *VALEN - variação linguística na escola: normas*, desenvolvido na Universidade Estadual de Londrina, cujo objetivo, segundo suas palavras, é “(...) evidenciar as diferenças entre a norma padrão e a norma culta, a partir de fenômenos gramaticais, com objetivos específicos”, que ela enumera ali. Após demonstrar os aspectos teóricos que embasam esse projeto, a pesquisadora enumera e analisa exemplos de enunciados já obtidos em coleta variada de dados, como o Projeto NURC, o Projeto ALIB, Dados da FOLHA DE LONDRINA, que demonstram que, no PB, a concordância verbal é variável. A seguir, apresenta três estudos de integrantes daquele projeto junto a professores de escolas. Os resultados dessas pesquisas demonstram que, embora os professores estejam aptos, teoricamente, a abordar de forma adequada, os fenômenos de variação, falta-lhes a aplicação efetiva dos postulados da Sociolinguística Educacional para romperem com as atividades de correção e outras semelhantes, advindo daí a necessidade de interação entre essas pesquisas e as instituições escolares.

Natan Gonçalves Teixeira e Jacqueline Ortelan Maia Botassini desenvolvem, no cap. VI, o tema *A Realização das Formas Pronominais Clíticas no Texto Bíblico: Uma Análise Comparativa de Duas Versões da Bíblia à Luz da Sociolinguística Variacionista*. Partindo do princípio segundo o qual a heterogeneidade é inerente a toda língua e reflete a heterogeneidade social, os autores decidiram examinar duas versões da Bíblia de autoria de João Ferreira de Almeida, uma de 1969 e outra do ano 2000. Para esse exame, elegeram alguns aspectos do uso das formas pronominais, pretendendo, desse modo, contribuir com as pesquisas sobre variação linguística numa perspectiva social. O exame das duas versões utilizou o modelo de análise da Sociolinguística Variacionista para a qual a mudança linguística se processa de forma sistemática. Cotejando, com muita competência, vários trechos das duas versões, os autores constataram expressiva variação no uso das formas pronominais clíticas, com uma queda

de 62% de seu uso, o que demonstra, segundo eles, significativa mudança no sistema pronominal do PB.

O cap. VII, *Variação linguística no ensino: Trocas Linguísticas e Simbólicas*” é de autoria de Neiva Maria Jung e tem como objetivo, segundo ela, o diálogo sobre o lugar e os valores da variação no ensino. A autora se posiciona como apoiando-se em conceitos bourdesianos, entendendo que, conforme suas palavras, a variação linguística constitui “repertórios no plural, de sujeitos socialmente posicionados.”

Declara alinhar-se também com o conceito de letramento como prática social. Assim posicionada discute, com muita competência, as questões que ela denominou, *Linguagem, capitalismo e colonialismo; Letramentos escolares; Repertório linguístico e seus valores simbólicos*. Conclui que, conforme suas palavras, “(...) a variação linguística constitui os repertórios linguísticos dos falantes e que os falantes negociam muitas vezes seus valores simbólicos e identitários.”

Odete Pereira da Silva Menon é a autora do oitavo capítulo, denominado *Variação/Mudança da Língua: História Social*. O objetivo deste capítulo é orientar a quem pretende estudar a questão da história da variação e mudança da língua portuguesa. Para isso, propõe algumas perguntas preliminares que vão nortear o investimento no estudo da diacronia e utiliza, para respondê-las, textos de diferentes épocas. Oferece também algumas orientações que podem auxiliar o professor de português no embate entre opiniões descabidas sobre essa questão. Compõe seu texto a partir das seguintes questões: Quais as diferenças entre descrição sincrônica e estudos históricos?; É possível fazer análise sociolinguística em períodos anteriores da língua?; Qual o papel da frequência na análise diacrônica?; Como se processa a gramaticalização?; Como fazer bom uso de maus dados? A seguir, acrescenta algumas importantes orientações sobre algumas dificuldades a enfrentar não apenas em textos antigos, mas também em relação a outras atuais que podem interferir no ensino/aprendizagem da língua, tanto os ligados à história da

língua quanto às condições de transmissão. Conclui suas importantes orientações advertindo o leitor de que há muito a explorar na história da língua e convoca-o a pôr mãos à obra.

No nono capítulo, intitulado *Da Linguística Formal à Linguística Social: o Protagonismo do Falante*, Roberto Gomes Camacho, assentando sua reflexão nas propostas de Labov e de Eckert, demonstra como a heterogeneidade, sendo considerada como princípio constitutivo do sistema linguístico, se tornou um dos fundamentos da Sociolinguística, levando à compreensão do protagonismo do falante, ao combinar variáveis para criar modos distintos de fala, o que possibilita a construção da sua identidade. Dessa forma, ele demonstra “(...) como uma linguística de ordem formal cedeu espaço, sem perder o seu próprio, para uma linguística social.” Desse modo, convida a que nosso olhar se centre nas práticas discursivas, não nos detendo no estudo da língua em si mesma como pura abstração.

Todos esses trabalhos, como se constata, trazem importantíssima contribuição aos estudos da Sociolinguística Educacional.

Lucia Furtado de Mendonça Cyranka

CONTRIBUIÇÕES DA DESCRIÇÃO LINGÜÍSTICA PARA O ENSINO DA LÍNGUA¹

Ataliba T. de Castilho

Agradeço aos colegas da Universidade Estadual de Maringá pelo convite para participar desta justíssima homenagem ao nosso querido Carlos Alberto Faraco.

Nosso homenageado publicou um ensaio intitulado “Breve retrospectiva do pensamento linguístico-histórico no Brasil”, no volume inaugural da série *História do Português Brasileiro*: Faraco (2018). Gostaria de falar sobre esse trabalho neste encontro, mas, obediente, vou tratar da “Variação linguística e ensino”, tema que foi proposto para esta mesa-redonda, compartilhada com a não menos querida Vanderci Aguilera.

Entre as variantes linguísticas possíveis, escolhi o PB falado, lidando com quatro temas: (1) Análise conversacional, (2) Organização textual-interativa, (3) Processos de construção gramatical, (4) Do microcosmo conversacional para a formulação de princípios linguísticos.

Articulei o texto indo das manifestações linguísticas mais concretas para suas propriedades mais abstratas, tentando reproduzir em parte o percurso científico do nosso homenageado. Mas é claro que não consegui chegar lá!

Meu argumento é que o ensino do Português, ao começar pela gramática, deixa de lado importantes reflexões, saltando todo um percurso organizado desde o tempo dos gregos. Com isso, duvido

¹ Este texto foi apresentado pelo professor Ataliba T. de Castilho, na mesa-redonda intitulada: “Contribuições da descrição linguística para o ensino de línguas”, por ocasião do III Simpósio de Variação Linguística e Ensino (SIMVALE), realizado no período de 6 a 8 de novembro de 2019, na Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá-PR, em homenagem ao professor Carlos Alberto Faraco.

que os alunos entendam direito aquilo que estamos lecionando – e não é por culpa deles!

Deveríamos dar mais atenção ao modo como se desenvolveram na Grécia as reflexões gramaticais, de onde se espraíram para o mundo ocidental. Nossa colega Maria Helena Moura Neves, helenista de primeira água, e mestra nas pesquisas gramaticais, nos fará aqui muita falta, dada a vastidão de seu saber, sempre compartilhado com todos.

Naqueles tempos de democracia direta, os estudos da Retórica, vale dizer, os estudos da organização do discurso, identificaram as propriedades do texto, indo daqui para o estudo sintático da sentença. A gramática e sua terminologia, portanto, vêm depois da Retórica, ou Análise do Discurso, ou Linguística do Texto, para utilizar as denominações atuais. Em suma, as categorias do texto precedem as da Gramática, tornando-se de difícil compreensão, caso não restauremos a sequência Texto – Sentença em nossas aulas.

Pois o fato é que começamos pelo ponto de chegada, ou seja, pela sintaxe da sentença. Ora, quem começa pelo fim não entende direito o começo – o que traz à lembrança a velha piada dos espartanos e dos atenienses.

Só para dar um exemplo: como vamos explicar aos nossos alunos que o termo *substantivo*, que significa literalmente “o que está na base [do texto]”, ou seja, seu assunto, seja agora utilizado como um termo gramatical, cujo âmbito é a sentença? O substantivo não está na base da sentença, esse lugar é ocupado pelo verbo.

Querem mais? Ficaram curiosos? Então leiam o livro *Sintaxe*, do gramático alexandrino Apolônio Díscolo, escrito no século II. Vocês vão descobrir nesse livro muitos outros termos hoje utilizados em nossas aulas de gramática, sentidos esses nem sempre muito claros, dada a omissão de seu lugar de origem.

Para pendurar cada macaco em seu galho, operarei de ora em diante com os seguintes postulados:

(1) As línguas naturais são complexas e multissistêmicas, compondo-se de 4 sistemas, a Gramática, a Semântica, o Léxico e o

Discurso, cada um deles organizado por um conjunto de categorias. Nenhum desses sistemas é central nas línguas. Nenhum sistema deriva de outro. Em consequência, as línguas não serão descritas como um conjunto de camadas.

(2) Os processos e os produtos linguísticos convivem num mesmo recorte de língua, que deve ser estudada como um sistema complexo.

(3) Um dispositivo sociocognitivo, identificado na conversação, administra os sistemas linguísticos. Esse dispositivo pode ser assim apresentado:

(i) Ativação da unidade tópica, ativação dos conectores textuais / ativação dos argumentos sentenciais, ativação dos conectivos sintáticos: preposições e conjunções.

(ii) Reativação da unidade tópica (repetição, paráfrase) / reativação dos argumentos sentenciais (redobramento de categorias).

(iii) Desativação: descontinuação do quadro tópico / elipse de constituintes sentenciais.

Sempre reconhecemos que a conversação é o uso mais básico das línguas naturais, mas faltava desenvolver propostas sobre como incorporá-la no ensino, bem como sobre tirar as consequências teóricas disso. Tenho trabalhado nisso: Castilho (1989a, b, 1997, 1998a, b, 2000, 2003a, 2007, 2009a, b, c, d, 2010a, b, 2012, 2016). Também Jânia Ramos se interessou pela incorporação da oralidade no ensino formal da língua portuguesa: Ramos (1997).

Então, vamos repassar rapidamente os argumentos da análise conversacional, e ver o que se aprende com isso.

ANÁLISE CONVERSACIONAL

A partir deste ponto, passo a falar para os jovens que vejo neste audiência, e não para os queridos colegas, que conhecem muito bem tudo o que se segue.

Nos anos 80, as equipes do Projeto para o Estudo da Norma Urbana Linguística Culta (Projeto NURC) faziam as entrevistas,

que eram transcritas e publicadas, dando-se início à análise dos materiais, com base no *Guia Questionário*. Esse projeto completou 50 anos neste 2019. (Miguel Jr., 2019).

Ora, a aplicação do *Guia Questionário* não estava dando muito certo, por razões que expus em outra ocasião. (Castilho, 1984). Vai daí, aproveitando um dos seminários do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, que se realizava em Campinas, o Luiz Antonio Marcuschi, o Dino Preti e eu mesmo chamamos para uma conversa o Marcelo Dascal, que atuava na enorme seara da Pragmática, e certamente poderia nos ajudar. Infelizmente, perdemos para as parcas o Marcuschi e o Dascal.

Mas então, o Dascal mandou tocar uma das fitas, e passados alguns minutos disse que havia uma enormidade de fenômenos a estudar ali! Demonstrou sua afirmação com análises sobre a administração dos turnos, abrindo uma perspectiva na qual nós não tínhamos pensado até então. Como observei depois, a área já tinha sido inaugurada por Sacks; Schegloff; Jefferson (1974) e seus continuadores na Universidade da Califórnia / Santa Bárbara.

O fato é que resultaram daqui, no Brasil, várias pesquisas sobre a conversação, cujo primeiro produto foi a *Análise da conversação*, livro que Marcuschi publicou em 1986. Consultando essas pesquisas, vejamos o que se aprende de interesse para o ensino do Português.

A conversação é uma atividade linguística básica. Ela integra as práticas diárias de qualquer cidadão, independentemente de seu nível sociocultural.

Numa conversação, dois ou mais participantes se alternam, discorrendo livremente sobre tópicos propiciados pela vida diária, “fora dos ambientes institucionais como o serviço religioso, as audiências de um tribunal, as salas de aula etc.”, como reconhece Levinson (1983, p. 284). Marcuschi acrescenta que “a conversação é a primeira das formas da linguagem a que estamos expostos e provavelmente a única da qual nunca abdicamos pela vida afora”: Marcuschi (1986, p. 14).

Uma condição fundamental para que duas ou mais pessoas se engajem numa conversação é que “cada participante reconheça um propósito comum ou um conjunto de propósitos, uma direção mutuamente aceita”: (GRICE 1967 / 1982, p. 86).

Vejamos o que se aprende neste recorte de entrevista, exemplo 1, em que o Loc. 1, engenheiro, paulistano, 26 anos, conversa com o Loc. 2, psicóloga, paulistana, 23 anos, sobre andar por São Paulo. A transcrição segue os princípios adotados pelo Projeto NURC, de onde procede essa entrevista.

Como se sabe, os diferentes tipos de transcrição constituem a língua falada como objeto de estudos. Ou seja, se se quer pesquisar como conversamos, transcrevemos conversacionalmente os dados. Se se quer estudar o texto produzido ao longo de uma conversa, transcrevemos textualmente. E se a curiosidade vai para como construímos as sentenças, transcrevemos sintaticamente. Para cada pergunta, uma transcrição. Castilho (1998a).

Vamos começar, então, pela transcrição conversacional.

Exemplo 1 – Transcrições.

1. Loc. 1 – tem saído ultimamente... de carro?
2. Loc. 2 – tenho... mas você diz sair... fora... sair normalmente para a escola... essas coisas?
3. Loc. 1 – pegar a cidade...
4. Loc. 2 – tenho saído sim... assim em termos mas eu acho por exemplo::... de sair::...éh::... sabe sair por aí::descobrir ()
5. Loc. 1 – uhn
6. Loc. 2 – lugares novos e tal acho que meu conhecimento de São Paulo é muito restrito se comparar com papai por exemplo...
7. Loc. 1 – eu fui::... quinta-feira... não... foi terça-feira à noite fui lá no () né? lá
na Celso Furtado
8. Loc. 2 – éh::
9. Loc. 1 – passei ali em frente à:: Faculdade de Direito... então estava lembrando... que ei ia muito lá quando tinha sete nove anos... (com) a titia sabe? e::... está muito pior a cidade... está... o aspecto dos prédios assim é bem mais sujo... tudo

acinzentado né?

10. Loc 2 – uhn... poluição né?

Fonte: Projeto NURC/São Paulo D2 343.

Eis aqui algumas coisas que podemos aprender, descrevendo uma conversação.

Ativação dos turnos conversacionais e seus marcadores

Numa conversação, os falantes se alternam em *turnos*. O turno conversacional é cada segmento produzido por um falante. Houve 10 turnos na transcrição acima. Por essa definição, qualquer emissão de voz é um turno, como em (5) *uhn*, e em (8) *éh:::*.

Sacks, Schegloff e Jefferson (1974/2003, p. 38) identificaram as regras de alternância dos turnos. Quando conversamos, prevemos o momento de nossa entrada na corrente conversacional, pois dispomos de uma “habilidade de projetar o final de um turno e decidir sobre o momento de entrada na corrente da fala”. Ou seja, operamos com uma sorte de princípio pragmático de projeção.

Ainda segundo esses autores, a conversação encerra dois componentes, a construção dos turnos e a alocação dos turnos.

As seguintes estratégias ocorrem na administração dos turnos: (i) manutenção do turno, (ii) assalto ao turno, (iii) passagem consentida do turno, (iv) sistema de correções, (v) marcação conversacional. Vou deixar de lado a exemplificação dessas estratégias, hoje bastante conhecidas.

Dentre as estratégias conversacionais, as que tiveram maior sucesso foram as da marcação conversacional. Os marcadores foram um prato cheio para a pesquisa dos “gramaticalizadores”, como Rosa Virgínia Mattos e Silva denominou os pesquisadores que estudam as alterações das palavras, levando-as a mudar de estatuto. Então, todo mundo se atirou aos marcadores, para ver como alguns deles foram reanalisados como conjunções sentenciais. Sirvo à distinta plateia alguns deles, no exemplo 2.

Exemplo 2 – Marcadores conversacionais.

MARCADORES INTERPESSOAIS (= orientados para o interlocutor)	MARCADORES IDEACIONAIS (= orientados para o texto)
<p>Iniciais: <i>ah ... eh ... ahn ... olha ...e aí, tudo bem? tudo em cima/riba? escuta ... vem cá ... como você sabe ... mas ...</i></p>	<p>Iniciam o tópico: <i>bom ... bem ...assim ... seguinte ...por exemplo ...e por falar em ... quanto a ...você já ouviu a última?</i></p>
<p>Mediais: <i>... é é claro exato tá tô entendendo ...</i></p>	<p>Recusam o tópico: <i>essa não! peraí, sem essa! corta essa! xi::lá vem você de novo!</i></p>
<p>Finais: <i>... sabe? sabia? ... entende? ...compreende? ... não é mesmo? ... não é? né? ... tá?... viu?... pô!</i></p>	<p>Aceitam o tópico: <i>tá bom ... vamos lá ... oK ... fala ...</i></p>
	<p>Organizam o tópico: <i>inicialmente ... primeiramente ... em segundo lugar ... em seguida ...e então ...e aí ...agora ...e depois ... outra coisa ...e tem mais ...</i></p> <p>Operam a mudança de tópico: <i>já (em a agricultura vai bem, a indústria se expandiu, já a situação do emprego não acompanhou esse progresso todo.)</i></p> <p>modalizam o tópico: <i>sim, mas ...pra mim ...eu acho que ... parece que ...pode ser que ... possivelmente ... provavelmente ... disque ... (= dizem que ...) sei lá ...não sei ...de certa maneira ... num certo sentido ... basicamente ...</i></p> <p>Finalizam o tópico: <i>papapa ...e coisa e tal ... valeu ...é isso aí ... falô ...</i></p>

Reativação conversacional: repetição e paráfrase

Além do sistema de turnos, a conversação dispõe também de um sistema de correções, descrito entre outros por Pessoa de Barros (1993). Por esse sistema, o falante refaz sua fala, nas autocorreções,

e a fala do interlocutor, nas heterocorreções, visando assegurar seu direito à fala.

Entende-se por *repetição* a recorrência de estruturas linguísticas, como os sintagmas nominais do exemplo (3), e as sentenças do exemplo (4). Marcando a primeira ocorrência com a letra M, de *matriz*, e sua *repetição* com a letra R, as- sim podem ser transcritas as repetições:

Exemplo 3 – Repetição do sintagma nominal.

M	<i>peixe</i>	
R1	<i>peixe</i>	<i>aqui no Rio Grande do Sul</i>
R2	<i>eu tenho impressão que se come</i>	<i>peixe exclusivamente na Semana Santa</i>

Fonte: (Projeto NURC D2 POA 291).

Exemplo 4 – Repetição de sentença.

M1	<i>a mercadoria mais cara no país inda é o dinheiro... como é caro comprar dinheiro</i>
R1	<i>e o negócio mais caro inda é dinheiro</i>
M2	<i>porque o dinheiro é um elemento de troca, certo?</i>
R2	<i>o dinheiro é um elemento de troca</i>

Fonte: Marcuschi (2006b, p. 246).

Comparando (3) a (4), vê-se que a repetição da sentença vem associada ao mecanismo de paráfrase, que será examinado a seguir. Assim, *mercadoria* em (M1) foi parafraseada por *negócio* em R1. Isso mostra que as categorias linguísticas funcionam simultaneamente.

Desativação conversacional: as despreferências

A *desativação* é o processo de abandono de itens e propriedades que vinham sendo ativadas. As "despreferências conversacionais", termo criado por Marcuschi, ocorrem quando damos uma resposta não esperada a uma pergunta ou a uma proposta, como não aceitar um convite, não saber dar uma informação solicitada, e assim por diante.

Em suma, o planejamento e a execução linguística ocorrem *simultaneamente* na língua falada, o que aponta para outra característica das línguas naturais quando consideradas como sistemas complexos. Voltarei a esta questão mais adiante.

PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DO TEXTO: MARCAS INTERACIONAIS

Quando falamos, construímos um texto – descoberta que, decerto, o Comendador Acácio já havia feito...

Pesquisas desenvolvidas pelo Projeto de Gramática do Português Falado no Brasil (1988-2006) comprovaram abundantemente a presença de marcas interacionais no processamento do texto e da sentença, mais visíveis na língua falada, mais dissimuladas na língua escrita. Basta consultar a série de consolidação dos resultados desse projeto para comprovar essa afirmativa. (Abaurre, 2013, Alves; Rodrigues, 2015, Ilari, 2014, 2015, Jubran, 2015, Kato; Nascimento, 2015, Neves, 2016).

Em Jubran (2015), por exemplo, encontra-se uma teoria sobre a construção interacional do texto. Interpretando essa teoria, pode-se descrever o texto falado a partir das seguintes categorias processuais:

- (1) Unidade tópica.
- (2) Reformulação do quadro tópico: repetição, paráfrase.
- (3) Descontinuação do quadro tópico: parentetização, digressão.
- (4) Conexão textual.

Vejamos rapidamente o que é isso.

Ativação: a unidade tópica

Quando damos início a uma interação conversacional produzimos unidades tópicas, ou seja, segmentos tematicamente centrados.

Na língua falada, a unidade tópica, ou unidade discursiva, é um segmento do texto caracterizado semanticamente por preservar a propriedade de coerência temática da unidade maior, atendo-se como arranjo temático secundário ao processo informativo de um subtema, e formalmente por se compor de um núcleo e de duas

margens, sendo facultativo o preenchimento dessas margens. Castilho (1987, p. 253).

O núcleo da unidade tópica se compõe de uma ou mais sentenças, tematicamente centradas. A margem esquerda é preenchida por marcadores discursivos orientados para a organização do texto, e a margem direita, por marcadores orientados para o interlocutor. Confuso? Então olhe o exemplo 3, que é uma transcrição textual do exemplo 1:

Exemplo 5 – Unidades tópicas exemplificadas no exemplo 1.

Unidade tópica	Marcador discursivo orientado para o texto	Sentenças e sintagmas tematicamente centrados
1	∅	L1. tem saído ultimamente... de carro? L2. tenho...L3. mas você diz sair... fora... sair normalmente para a escola... (a)
2	(a) ∅	L1. pegar a cidade...
3	(b) mas (c) por exemplo:: (d) éh::...	L2. tenho saído sim... assim em termos (b) eu acho (c) de sair::... (d) sair por aí:: (e) descobrir
4	(g) e tal	(f) lugares novos
5	(h) por exemplo...	(g) acho que meu conhecimento de são Paulo é muito restrito se comparar com papai (h)
6	(j) éh	L1. eu fui::... quinta-feira... não... foi terça-feira à noite fui lá no (l)lá (i) na celso Furtado L2. (j)
7	(k) então	L1. passei ali em frente à::Faculdade de direito...(k) estava lembrando... que ei ia muito lá quando tinha sete nove anos... (com) a titia e::... (l)
8	(m) e:: ... L2. uhn ...	(m) está muito pior a cidade... está... o aspecto dos prédios assim é bem mais sujo... tudo acinzentado (n) poluição (o)

Nesse quadro, enumero na coluna 1 as unidades tópicas, transcrevo na coluna 2 os marcadores discursivos orientados para a

organização do texto, na coluna 3 os sintagmas e sentenças tematicamente orientados (ou seja, o núcleo da unidade temática), e na coluna 4 os marcadores orientados para o interlocutor. As letras entre parênteses indicam o lugar em que ocorreram os marcadores discursivos. As colunas 2 e 4 recolhem os constituintes periféricos da unidade tópica, por isso mesmo nem sempre realizados.

As unidades 1 a 4 são narrativas; elas constituem a *figura* do discurso, ocupada pelos personagens e eventos mais relevantes. As unidades 5 e 8 são dissertativas, e constituem o *fundo* do discurso, ocupado por comentários provocados pelos eventos da figura, ou por descrições do ambiente.

Há uma harmonia intersistêmica entre as categorias de figura e fundo do sistema do Discurso, e a estrutura sentencial no sistema da Gramática, em que a figura corresponde à estrutura argumental, e o fundo corresponde à estrutura adjuncional. Isso quer dizer que os sistemas linguísticos têm uma boa nitidez, a ponto de permitir que estabeleçamos correlações entre eles. Assim, na língua escrita, o parágrafo é o correlato das unidades tópicas da oralidade. Mas temos aí correlações, não regras de determinação.

Reativação: reformulação do quadro tópico (repetição e paráfrase)

A reativação das categorias discursivas produz as reformulações no quadro tópico, instrumentada por repetições e paráfrases, que são estratégias conversacionais muito frequentes.

São muitas as estratégias de reformulação tópica, mas vamos focalizar aqui apenas duas: a repetição e a paráfrase já estudadas.

Repetir e parafrasear é fazer retornar à consideração algum tópico já versado anteriormente. O correlato dessa estratégia no sistema da Semântica é a foricidade. A repetição e a paráfrase se integram no processo discursivo básico de manutenção da interação.

A *paráfrase* é outro processo constitutivo do texto, consistindo na recorrência de conteúdos. Fuchs (1982, p. 49-50) assim a definiu:

“Transformação progressiva do ‘mesmo’ (sentido idêntico) no ‘outro’ (sentido diferente). Para redizer a ‘mesma coisa’ acaba-se por dizer ‘outra coisa’, no termo de um processo contínuo de deformações negligenciáveis, imperceptíveis.”

O paradoxo da paráfrase está nisto: é uma repetição de conteúdos que, precisamente por terem sido repetidos, acrescentaram-se semanticamente e, nesse sentido, mudaram. Não é preciso dizer mais nada para mostrar a importância da paráfrase na manutenção da conversação e na criação do texto. Nem para destacar a importância do estudo da língua como um sistema complexo. Nessa perspectiva, as categorias não são opostas, antes integrativas, ocorrendo simultaneamente.

São muitas as funções da paráfrase no tratamento discursivo do tópico: (1) expansão *vs.* redução, (2) determinação *vs.* indeterminação, (3) ênfase *vs.* atenuação etc. Por uma questão de tempo, não examinarei estas questões aqui.

Descontinuação do quadro tópico: parentetização, digressão

A construção do quadro tópico alterna-se com sua descontinuação, quando o deixamos de lado por alguns momentos, nos segmentos parentéticos, ou mesmo introduzindo um tópico novo dentro do quadro, nas digressões. As duas estratégias ilustram o fenômeno da *desdiscursivização*, em que umas propriedades discursivas são desativadas, e outras são ativadas.

Os *segmentos parentéticos* se constituem de pequenos esclarecimentos, comentários, perguntas, contendo observações rápidas ao tópico em desenvolvimento, que não chegam a comprometer a centração tópica, segundo Jubran (1996, 2006). Vejamos isso no exemplo 6.

Exemplo 6

*aqui nós só vamos ... fazer uma leitura em nível PrE-iconegráfico nós vamos reconhecer as formas ... então que tipo de formas que nós vamos reconhecer? ... nós vamos reconhecer bisontes ... ((vozes)) ... **bisonte é o bisavô ... do touro ... tem o touro o***

búfalo: e o bisonte MAIs lá em cima ainda ... nós vamos reconhecer ahn:: cavalos ... nós vamos reconhecer veados ... sem qualquer (em nível) conotativo aí ... e algumas vezes MUIto poucas ... alguma figura humana ... aí parte ... de estatuária que a gente vai reconhecer a figura humana mas é muito raro ... neste período ...

Fonte: Projeto NURC EF SP 405.

Os trechos parentéticos do exemplo 6 foram negritados. Jubran (1996, p. 415) identificou as seguintes marcas formais dos parênteses: (1) pausa inicial e final, (2) entoação descendente no final, em contraste com a ascendente na retomada tópica, (3) incompletude sintática do enunciado anterior ao parêntese, (4) marcas de reintrodução tópica, como *agora, porque*, entre outros.

Já na *digressão* aprofundamos o processo de descontinuação tópica, inserindo um tópico desviante, como no exemplo 7:

Exemplo 7

L1 – a outra de nove quer ser bailarina ahnela vive dançando ([risos])
L2 – é ela vive dançando a Laura a: Estela a Laura não se definiu tenho impressão (...)de que ela vai ser PROMotora ...ahque ela vive acusando é aquela que ...
L1 – toma conta do pessoal ([risos]) oh ... agora ah:- **nossa! foi além do que eu ... imaginava ... o horário (...) não ... por causa das crianças na escola** – ([risos]) agora a Estela vive dançando ... e ela quer ser bailarina ...

Fonte: Projeto NURC D2 SP 360.

Fica bastante claro no exemplo 7 que o tópico “profissões futuras das filhas” foi interrompido por uma observação sobre o horário. Esse tópico desviante passa a ocupar longamente a atenção das locutoras, na continuação da entrevista, até que se retome o tópico das profissões. Isso mostra uma vez mais que as desativações são seguidas pelas ativações, qualquer que seja o sistema sob análise.

Uma série de marcas formais caracteriza a digressão do quadro tópico: (1) muda-se o tempo verbal, de presente para pretérito, (2) pausas separam a digressão do texto maior, (3)

marcadores discursivos podem assinalar que se entrou por um desvio do assunto.

Conexão textual

Ao identificar as unidades tópicas, nota-se que elas podem vir ligadas por conectivos que ultrapassam os limites da sentença.

No exemplo 3, viu-se que as expressões *mas ... e ...* interligam unidades tópicas. Nesse uso, elas não funcionam como conjunções sentenciais, pois o escopo destes operadores tem uma extensão menor. Por assim dizer, conjunções sintáticas vão de escopinho, enquanto que conectores textuais vão de escopão. Os efeitos de sentido vão acompanhar a extensão do escopo. O *mas* conectivo textual da unidade 3, por exemplo, não é contrajuntivo.

De todo modo, há certos requisitos para que os itens lexicais atuem como conectores textuais. Eles devem ser expressões fóricas, pois devem retomar o que se disse e anunciar o que se segue. Uma expressão referencial não reúne as condições para atuar como conectivo. Veja o seguinte exemplo, que transcrevi de forma a pôr em relevo os conectivos textuais, negritando-os:

Exemplo 8 – Conectivos textuais no D2 REC 05.

L1 – não não não é questão disso não

mas

realmente a cadeia de supermercados aqui é de de de de de Recife provavelmente é superior a qualquer uma do país ... isso vocês podem julgar lá vendo ...

mas não não não é propaganda não é coisa nenhuma

agora

o que eu acho é o seguinte ... é que nós temos

L2 – () problema de saneamento isso é seríssimo

L1 – nós temos aquelas aquelas desvantagens de qualquer civilização colocada no trópico ...

mas como eu dizia há pouco a cada:: ... vantagem a desvantagem corresponde a uma vantagem também ... aqui tem brisa marinha ...

então

nós temos os ventos alísios que vêm aqui éh: ... soprando aqui perto soprando te- mos a brisa terral de manhãzinha cedo ... o que faz com que a poluição seja

um bem mais difícil

L2 –**agora**

Recife tem um problema muito sério é porque em sendo Recife a a maior cidade do nordeste ... há uma convergência

L1 não Recife é a maior cidade do mundo ... porque é aqui que o Capibaribe se encontra com o Beberibe pra formar o Oceano Atlântico

L2 – eu concordo com você

L1 – ((riu))

L2 – **mas então** há esse problema **então** a coisa se agrava

Fixando a atenção em *agora*, Risso (1993, p. 34-35) identifica as seguintes propriedades nesse conectivo textual:

(1) “O conectivo não é desencadeado pela fórmula interrogativa ‘quando?’.” De fato, seria impossível interpretar *agora ... Recife .. como* uma resposta à pergunta *quando?* Logo, não se trata de um adjunto adverbial de tempo.

(2) O conectivo “*não é passível de enquadrar-se como foco de orações clivadas*”, o que faria dessa forma um constituinte da sentença. Não é possível aceitar(8a) **é agora que Recife tem um problema muito sério, que nos levaria a uma paráfrase incongruente com (8).*

(3) As propriedades prosódicas do *agora* de (8) o apartam do adjunto adverbial de tempo: enquanto aquele é separado por pausas e recebe uma entoação descendente, este é dito emparelhadamente com a sentença.

(4) Seja como conectivo textual, seja como adjunto adverbial de tempo, *agora* preserva sua propriedade semântica de dêixis temporal. No primeiro caso, ele marca um momento do tempo discursivo, dada pela “relação de sucessividade entre tópicos ou segmentos de tópicos”. No segundo, um momento do tempo cronológico, exterior ao tempo do texto.

Ocorrências como essas deram origem a um conjunto de pesquisas, em que se indagou a relação entre os conectivos textuais e as conjunções sentenciais. O primeiro estudo do PB neste particular foi preparado por Dias de Moraes (1987).

Nessas pesquisas, frequentemente as conjunções sentenciais foram consideradas como resultado da gramaticalização dos conectivos textuais. Ou seja, supõe-se que as conjunções venham ao mundo primeiramente como conectivos textuais, e depois se metem adentro das sentenças, transformando-se em conjunções.

Será assim mesmo? Vamos sempre analisar a língua como se fosse uma linha? Por que não admitir que tudo isso ocorra ao mesmo tempo? As línguas naturais são fenômenos complexos, precisamos de outra epistemologia para entendê-las.

PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO GRAMATICAL

Haveria algum correlato entre os processos de construção textual e os processos de construção gramatical da sentença, que é o objeto central da Gramática?

Para responder a essa pergunta precisaremos promover uma generalização sobre os processos de construção textual enumeramos acima.

Retomo, para essa finalidade, as considerações feitas por Marcuschi, em seu artigo *Análise da conversação e análise gramatical*, publicado em 1991, e pelo meu artigo *Da análise da conversação para a análise gramatical*, publicado em 1989, retomado no livrinho de 1998, *A língua falada e o ensino do português*, e, finalmente, ampliado na *Nova gramática do português brasileiro*, de 2010.

Os seguintes processos captam o essencial da construção da sentença. Vou apenas mencioná-los, esperando que fique claro que eles podem fundamentar Princípios linguísticos.

Ativação: princípio de projeção e construção da sentença

As seguintes categorias gramaticais ilustram a presença desse princípio na construção da sentença: estrutura argumental da sentença, adjuntos sentenciais, colocação dos constituintes da sentença: ordem de base vs. ordem marcada.

Reativação: princípio de recorrência

O Princípio de recorrência explica a existência da concordância em nossa língua: Castilho et alii (2019).

Desativação: princípio de elipse

As rupturas na ordem da adjacência, a categoria vazia, as elipses, os anacolutos, os morfemas e sintagmas descontínuos e as pausas são desativações que ocorrem no sistema gramatical.

É claro que não posso tratar de tudo isso aqui, mas não conseguirei segurar-me nos tamancos se não mostrar a vocês como podemos caminhar do microcosmo conversacional para a postulação de princípios linguísticos. Este é o próximo e último item dessa exposição.

DO MICROCOSMO CONVERSACIONAL PARA A FORMULAÇÃO DE PRINCÍPIOS LINGUÍSTICOS

Numa simples conversação assenta todo o complexo edifício da linguagem. De fato, pode-se verificar que o dispositivo sociocognitivo ativação/reativação/desativação de propriedades, postulado com base nas estratégias conversacionais, abre caminho à formulação dos Princípios gerais que ordenam os sistemas linguísticos das línguas naturais. Postularei, então, que os princípios gerais de Projeção, Recursão e Elipse assentam nesse dispositivo. Vejamos muito rapidamente como esses princípios operam numa língua como o PB.

Princípio de projeção

O termo *projeção* deriva de *projetar*, e será aqui utilizado no seu sentido corrente de (i) “ato ou efeito de arremessar, jogar algo para algum lugar”, (ii) “calcular antecipadamente uma situação futura”, (iii) “perceber um objeto mental como algo espacial e sensivelmente objetivo”.

O Princípio de projeção aplica-se a todos os sistemas linguísticos, embora seja mais conhecido como um princípio gramatical: Castilho (2012). Seus traços, entretanto, ultrapassam o sistema da gramatical, como demonstraremos a seguir.

Projeção lexical

A Teoria dos espaços mentais explica como uma palavra projeta outra: Fauconnier (1984-1985). Essa teoria se ocupa, igualmente, do que estou chamando de Projeção semântica.

Projeção gramatical

Para construir as sentenças, usamos expressões predicadoras que arremessam seus traços lexicais sobre outras expressões, os argumentos sentenciais, atribuindo-lhes (i) casos e papéis temáticos, (ii) uma dada disposição no enunciado.

A Gramática tradicional havia identificado em suas linhas gerais esses efeitos da projeção, denominando-os *regência, concordância e colocação*. A série escrita por Carlos Góis é exemplar a esse respeito: Góis (1931, 1932, 1933).

Para denominar uma das manifestações gramaticais desse princípio, por que a nomenclatura gramatical teria escolhido o termo *transitividade*, derivado de *transitiuus*, que vem do verbo de ação *transire*, “atravessar, passar, ir além”?

Arrisco uma resposta: por trás dessa decisão se reconheceu uma das manifestações da categoria cognitiva de MOVIMENTO FICTÍCIO: Talmy (2000).

Entendeu-se que a sentença representa uma sorte de percurso, em que um estado de coisas “passa” do agente para o paciente, explicação que obviamente só funciona para os verbos de ação. Em face desse entendimento, explicar a transitividade como a propriedade de passar da voz ativa para a voz passiva é restringir sua dimensão.

Projeção semântica

Para construir os sentidos, movimentamos traços semânticos pelo enunciado, via predicação, metonímia e metáfora. Outras categorias semânticas assentam igualmente no MOVIMENTO de traços, quando atribuímos sentidos (= referenciação) ou propriedades (= predicação), quando retomamos esses sentidos (=

foricidade), ou quando os ampliamos (= inferência, pressuposição), e assim por diante.

A Semântica Cognitiva andou arando os campos férteis da projeção, mesmo sem utilizar consistentemente esse termo. Assim, Fauconnier (1984-1985, 1996) sustentou que as estruturas gramaticais fornecem indícios sobre a construção dos espaços mentais, definíveis inicialmente como um conjunto de percepções evocadas diretamente por uma expressão linguística ou pelas situações do discurso, denominadas em seu texto “evocações pragmáticas”. Assim, uma palavra como *escritor*, do domínio da expressão, evoca logo a noção de *livros*, do domínio da evocação pragmaticamente sustentada, o que dá lugar a sentenças do tipo:

Exemplo 9

Em seguida sou eu quem provoca um baque surdo no corredor, ao derrubar quatro camões da prateleira alta. Chico Buarque – O irmão alemão. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 32.

isto é,

Exemplo 9a

... derrubei quatro livros escritos por Camões.

Entre a expressão – que funciona como gatilho da evocação – e o espaço mental evocado, situa-se nosso conhecimento de mundo, que opera, então, como uma espécie de “conector pragmático”. As observações de Fauconnier mostram que pensamentos altamente elaborados no domínio das ciências, das artes e das literaturas, tanto quanto a compreensão elementar da significação das sentenças produzidas nas situações do dia-a-dia, são regidas pela projeção (= Ing *mapping*) e pela combinação de espaços mentais. Numa leitura pessoal dessa teoria, direi que ele identificou a atuação do princípio de projeção no sistema da Semântica, de que resulta a criação dos sentidos.

Projeção discursiva

Como vimos anteriormente, durante uma conversação prevemos nosso momento de entrada na conversação e lançamos nosso turno à roda, configurando a Projeção discursiva. Também aqui os pesquisadores da Análise da Conversação abriram caminho a uma generalização a que denominei anteriormente “princípio pragmático de projeção”: Castilho (1998a).

Princípio de Recursão

O princípio de recursão, ou de recursividade, é a possibilidade de “aplicar uma regra repetidas vezes na construção das frases”: Xavier; Mateus (1992, s. v. *recursividade*).

Esse conceito tem sido frequentemente usado para retratar a possibilidade de produzir infinitamente expressões encaixadas umas noutras, como é o caso das sentenças adjetivas e dos sintagmas preposicionais, entre outros. Essa percepção tem o defeito de limitar o Princípio de recursão à Gramática de uma língua, e mesmo assim, apenas às construções encaixadas.

Se reconhecermos sua extensão maior, veremos que ele capta as situações linguísticas em que retomamos o que já foi dito, ou escrito, fazendo recorrer categorias gramaticais (= segmentos de palavras, palavras, sintagmas, sentenças), categorias semânticas (sentidos parafraseados, sentidos que retornam à nossa mente, por foricidade) e categorias discursivas (unidades discursivas parafrásticas).

Sem dúvida as categorias gramaticais têm sido as mais pesquisadas do ponto de vista da recursão. Nem por isso elas são as únicas na língua.

O princípio de recursão descarta a visão unidirecional das línguas naturais, bastante tematizada pelos pesquisadores da gramaticalização. A sucessão de fases de uma mesma expressão é uma ilusão de ótica. A língua retorna sempre sobre si mesma, refazendo interminavelmente seus caminhos, numa espécie de entropia.

Recursão lexical

O tautolexicalismo, ou seja, a recorrência da mesma sílaba, de segmentos das palavras, ou de uma palavra inteira, dá surgimento a palavras que indicam relação de parentesco, como *papai, mamãe, titio, vovô*, derivadas de *pai, mãe, tio, vó* (de *avô*). Outras evocam a sensualidade (*lepo-lepo, nheco-nheco, pega-pega, treme-treme, rala-rala*), a agitação do dia-a-dia (*lufa-lufa, empurra-empurra*), a conversa sem importância (*lero-lero, blá-blá-blá*), os apelidos (*Juju, Mimi, Dudu, Fafá, Zezé*), e assim por diante (*bangue-bangue, pisca-pisca, bilu-bilu, cri-cri, teco-teco, reco-reco, quero-quero, xique-xique, pingue-pongue*). (Exemplos de Jean Lauand, *Língua Portuguesa* 104: junho de 2014, p. 14-15).

A homonímia resulta igualmente da recursão lexical. Segundo Ilari (2002, p. 103), “palavras homônimas são aquelas que se pronunciam da mesma maneira, mas têm significados distintos e são percebidas como diferentes pelos falantes da língua”. Ele dá os seguintes exemplos: *manga* “fruta”, “parte de certas peças de roupa que cobrem os braços”; *banco* “assento num jardim, numa igreja”, “casa de crédito” etc.

Na língua falada, a repetição das palavras é um dos processos de criação dos enunciados, seja no sistema gramatical (Castilho 1997), seja no sistema discursivo.

Recursão gramatical

A quantidade de expressões gramaticais é imensa, quase incontável. Entretanto, a estrutura dessas expressões é sempre a mesma. Qualquer que seja sua extensão, repete-se o seguinte esquema:

[Margem esquerda (Especificador) + Núcleo + Margem direita
(Complementizador)]

O que distingue as unidades linguísticas é o material com que preenchemos esses lugares estruturais. A recursão gramatical capta

essa capacidade das línguas de construir suas estruturas fazendo recorrer a mesma regra de estruturação.

O quadro a seguir reúne as unidades linguísticas que ilustram esse princípio.

Quadro – A recursão gramatical

Unidade	Especificador	Núcleo	Complementador
sílaba	consoante/semiconsoante	Vogal	consoante/semiconsoante
palavra	Prefixo	Radical	sufixo
sintagma	Artigo/pronome – V auxiliar/Adv	n-PRO./V/Adj/ Adv/Prep	SP/Sadj/sentença relativa/ sadv
sentença	sujeito	Verbo	complementos

Num rápido repertório, nota-se que recorrem:

- as flexões, na concordância
- os possessivos (*esta é a sua camisa dele*)
- as expressões de grau, no PB vernacular (*mais maior, mais menor*)
- as preposições (*desde, diante, que* provêm de *de+ex+de, de + ante*)
- os pronomes (*isso eu te falei pra você*)
- as sentenças relativas copadoras (*a casa de que te falei dela foi vendida*)
- os tempos compostos do verbo (*vou ir amanhã, tem tido muitos problemas*)
- a negação (*você não vai de jeito nenhum*)
- argumentos sentenciais (*o menino ele chegou*).

Recursão semântica

Os sinônimos exemplificam a recursão semântica, mesmo tendo-se em conta que eles são “palavras de sentido próximo”, ou seja, não dispõem de sentido igual: Ilari (2004, p. 119). Traços semânticos recorrem nas palavras sinônimas, acompanhados de outros traços.

Recursão discursiva

As unidades tópicas descritas em Castilho (1998) exemplificam o princípio de recursão discursiva: os processos de reformulação, como a repetição, a correção e a paráfrase, constituem modalidades de recursão do tópico discursivo, funcionando na estruturação dos textos: Castilho (2010 a).

Princípio de elipse

Em línguas como o PB, podemos omitir certos constituintes, sejam gramaticais, semânticos ou discursivos. Tais omissões foram denominadas na literatura corrente *elipse*, *categorias vazias*, *anáfora zero*. A *elipse* mostra que também significamos quando ficamos em silêncio.

Os primeiros gramáticos gregos notaram que ao omitir uma expressão estamos remetendo, por meio do silêncio, à expressão projetada para figurar naquele lugar do enunciado. A gramática gerativa viria a denominar de “*anáfora vazia*” esta retomada de uma expressão por meio do silêncio.

Nesta seção, interpreto a *elipse* seja como um segmento recuperável, seja como um segmento perdido, em virtude de alterações gramaticais no enunciado.

Elipse lexical

Sufixos lexicais podem ser elididos, dando origem às formas regressivas, tais como *satisfa* (por *satisfação*), *proleta* (por *proletário*), *japa* (por *japonês*), *estranja* (por *estrangeiro*) etc. Algumas dessas formas perderam seu impacto, e não são mais percebidas como regressivas, tais como *alinhaveo*, *honra*, *ataque*, *prova* (respectivamente de *alinhaveão*, *honrar*, *atacar*, *provar*): Elia (1953, s. v. regressivo).

Elipse gramatical

No PB, podem omitir-se o núcleo de uma sílaba, como em (*'ants*), por *antes*, o morfema flexional da palavra, o verbo da

sentença, o argumento do verbo, um sintagma ou toda uma sentença, substituídos nesse caso por prossintagmas e por prossentenças: Castilho (2010: 15. 2, 10. 2. 1. 6, 6. 5. 4, 8. 4).

A omissão de segmentos fonológicos de palavras foi bastante estudada pelos neogramáticos, que desenvolveram toda uma terminologia para categorizá-las: *aférese*, se a omissão afetou a primeira sílaba da palavra (como em Lat *atonittu* > Port *tonto*), *síncope*, se a omissão afetou algum segmento medial (como em Lat *viride, dolore* > Port *verde, dor*), *apócope*, se a omissão afetou algum segmento final (como em Lat *dolore, amore* > Port *dor, amor*).

O Especificador sintagmático pode ser omitido, gerando diferentes interpretações semânticas: cf. *livro*, por *o livro, meu livro*. O mesmo pode ocorrer com o Complementador: cf. *Aquele sujeito é um mala*, por *mala sem alça, “inútil”*; *Falou um montão*, por *um montão de asneiras*.

Também o Especificador e o Complementador sentenciais podem ser elididos, criando-se sentenças de sujeito nulo e de argumento interno nulo.

A elipse do núcleo sintático pode ou não demandar a ocorrência de uma classe de substituição. No caso das construções de tópico organizadas por sintagma preposicional não se exige essa classe. Na elipse do substantivo, pronomes podem substituí-los. Na elipse do verbo, proformas os substituem.

Elipse semântica

Também os sentidos das expressões podem ser omitidos, sendo então substituídos por outros sentidos, no caso da metáfora, da metonímia da especialização e da generalização do sentido.

Esse tipo de elipse ocasiona a mudança semântica da palavra “sobrevivente”. Assim, por meio do sintagma nominal *mala sem alça* queremos referir algo inútil, de difícil manejo. Com a elipse do Complementador *sem alça*, organizamos sentenças do tipo *Fulano é uma/um mala*, para designar alguém inútil, de trato difícil. O mesmo ocorre em *Falou um montão de asneiras*, em *Falou um montão*.

Elipse discursiva

Através das digressões e dos parênteses, podemos omitir um tópico discursivo que vinha sendo elaborado. (Castilho, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, partindo do microcosmo das estratégias conversacionais podemos chegar ao macrocosmo dos princípios gerais que regem uma língua natural, passando por uma análise controlada de seus aspectos lexicais, gramaticais, semânticos e discursivos.

O seguinte quadro capta os argumentos aqui oferecidos ao debate.

Quadro-resumo – As estratégias conversacionais para os princípios linguísticos.

Dispositivo sociocognitivo / Princípio linguístico	Conversaão	Texto	Sentença
<i>Ativação / Projeção</i>	Manutenção dos turnos	Construção da unidade tópica	Construção da estrutura argumental
<i>Reativação / Recursão</i>	Sistema de correção	Repetição e parafrase da unidade tópica	Repetição dos argumentos sentenciais
<i>Desativação / Elipse</i>	Despreferências	Parentetização e digressão	Elipse

Muito obrigado!

REFERÊNCIAS

ABAURRE, M. B. M. (org.). Construção fonológica da palavra. **Gramática do Português Culto Falado no Brasil**, v. VII. São Paulo: Contexto, 2013.

ALVES, I. M.; RODRIGUES, A. C. (org.). Construção morfológica da palavra. **Gramática do Português Culto Falado no Brasil**, v. VI. São Paulo: Contexto, 2015.

BAGNO, M. **Língua, linguagem, linguística**. Pondo os pingos nos ii. São Paulo: Parábola, 2014.

CASTILHO, A. T. 1984. El proyecto de estudio coordinado de la norma culta. Formalismo y semanticismo en la sintaxis verbal. *In*: SOLÁ, D. F. **Language in the Americas**. Proceedings in the Ninth PILEI Symposium. Ithaca: Cornell University, 1984a, p. 161-165.

CASTILHO, A. T. (org.). **Português culto falado no Brasil**. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

CASTILHO, A. T. Para o estudo das unidades discursivas do português falado. *In*: CASTILHO, A. T. (org.). **Português culto falado no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1989a. p. 249-280.

CASTILHO, A. T. Da análise da conversação para a análise gramatical. **Estudos Linguísticos** [Anais dos Seminários do GEL], São Paulo, v. 17, 17, 1989b. p. 219-226.

CASTILHO, A. T. A gramaticalização. **Estudos Linguísticos e Literários**. Salvador, n. 19, mar., 1997. p. 25-63.

CASTILHO, A. T. (org.). **Gramática do português falado**. v.3: As abordagens. Campinas: Editora da Unicamp; Fapesp, 1993.

CASTILHO, A. T. de. Para uma sintaxe da repetição - língua falada e gramaticalização. **Língua e literatura**, n. 22, 1997. p. 293-332.

CASTILHO, A. T. **A língua falada no ensino do português**. 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 1998a-2014.

CASTILHO, A. T. Langue parlée et processus grammaticaux. *In*: BILGER, M.; EYNDE, K. ; GADET, F. G. (ed. 1998). **Analyse linguistique et approches de l'oral**. Recueil d'études offerts en hommage à Claire Blanche-Benveniste. Paris/Leuven: Peeters, 1998b. p. 141-148.

CASTILHO, A. T. A repetição como processo constitutivo da gramática do português falado. *In*: PADILLA, J. A. S. ; DÉNIZ, M. T. (org.). **Actas del XI Congreso de la Asociación de Linguística y Filología de la América Latina**. t. III, Las Palmas: Universidad de Las Palmas de Gran Canariap, 2000. p. 2289-2298.

CASTILHO, A. T. Análise multissistêmica das preposições do eixo transversal no Português Brasileiro. *In*: RAMOS, J.; ALCKMIM, M. (org.). **Para a história do português brasileiro**, v. V: Estudos sobre mudança linguística e história social. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2003. p. 53-132.

CASTILHO, A. T. Abordagem da língua como um sistema complexo. Contribuições para uma nova Linguística Histórica. *In*: CASTILHO, A. T.; MORAIS, M. A. T. M.; LOPES, R. E. V.; CYRINO S. M. L. (org.). **Descrição, história e aquisição do português brasileiro**. Homenagem a Mary A. Kato. Campinas: Pontes/Fapesp, 2007. p. 329-360.

CASTILHO, A. T. (org.). História do português paulista. **Série Estudos**, v. 1. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, 2009.

CASTILHO, A. T. **An approach to language as a complex system. New issues in Historical Linguistics**. *In*: AGUILERA, V. A. (org.). Para a história do português brasileiro. v. VII: Vozes, veredas, voragens. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, t. 1, p. 1-44, 2009. Republicado em: CASTILHO, A. T. (org.). História do português paulista, série Estudos, vol. 1. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, 2009a. p. 119-136.

CASTILHO, A. T. Para uma análise multissistêmica das preposições. *In*: CASTILHO, A. T. (org.). **História do Português Paulista**. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem/Unicamp, 2009b. p. 279-332.

CASTILHO, A. T. Análise multissistêmica da sentença matriz. *In*: PAIVA, V. L. M. O.; NASCIMENTO, M. (org.). **Sistemas adaptativos complexos**. Língua(gem) e aprendizagem. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2009c. p. 35-60.

CASTILHO, A. T. Análise multissistêmica das minissentença. *In*: RIBEIRO, S. S. C.; COSTA, S. B. B.; CARDOSO, S. A. M. (org.). **Miscelânea de estudos dedicados a Jacyra Motta**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2009d. p. 61-82.

CASTILHO, A. T. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010a.

CASTILHO, A. T. Para uma abordagem cognitivista-funcionalista da gramaticalização. *In*: DA HORA, D. da; ROSA FILHO, C. (org.). **Para a história do português brasileiro**, v. VIII. João Pessoa: Ideia/Editora Universitária, 2010. p. 272-283, 2010b.

CASTILHO, A. T. Princípio de projeção. *In*: SEDRINS, A. P. et al. (org.). *Por amor à linguística*. **Miscelânea de estudos linguísticos dedicados a Maria Denilda Moura**. Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2012, p. 29-64.

CASTILHO, A. T. Do microcosmo conversacional para a formulação dos princípios linguísticos. **Comunicação ao XII Lusitanistentag**, Aachen, 2016.

CASTILHO, A. T.; MORAES DE CASTILHO, C. M. Perspectiva multissistêmica da concordância. *In*: LIMA-HERNANDES, M. C.; ALMEIDA, M. M. S. (org. 2011). **História do português paulista**. Série Ensaios, v. 3. São Paulo: IEL, 2011. p. 111-132.

CASTILHO, A. T.; MARONEZE, B.; MORAES DE CASTILHO, C. M. BUIN, E.; FERNANDES, F. O. ; OLSEN, J. ; CALDEIRA, M. Diacronia da concordância. *In*: CASTILHO, A. T. (org.). **História do português brasileiro: mudança sintática das construções: perspectiva funcionalista**. v. 2. 1ed. São Paulo: Contexto, 2019. p. 284-400.

DIAS DE MORAES, L. C. **Nexos de coordenação na fala urbana culta de São Paulo**. 1987. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

ELIA, S. *et al.* **Dicionário gramatical. Português**. Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo: Globo, 1953/1955.

FAUCONNIER, G. **Espaces mentaux**. Aspects de la construction du sens dans les langues naturelles. Paris: Les Éditions de Minuit. Tradução para o inglês: *Mental spaces*. Cambridge: The MIT Press, 1984/1985.

FARACO, C. A. Breve retrospectiva do pensamento linguístico-histórico no Brasil. *In*: CASTILHO, A. T. (org.). **O Português brasileiro em seu contexto histórico**. vol. 1 da série História do Português Brasileiro. São Paulo: Contexto. 2019. p. 32-71.

FUCHS, C. **La paraphrase**. Paris: Presses Universitaires de France, 1982.

GÓIS, C. **Sintaxe de regência**. Rio de Janeiro: Paulo de Azevedo & Cia., 1931/1943.

GÓIS, C. **Sintaxe de construção**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1932/1940.

GÓIS, C. **Sintaxe de concordância**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1932/1935.

GRICE, H. P. **Lógica e conversação**. Tradução de João Wanderley Geraldi. *In*: DASCAL, M. (org.). Fundamentos metodológicos da lingüística. v. 4: Pragmática - problemas, críticas e perspectivas da lingüística-bibliografia. Campinas: Unicamp, 1982, p. 81-103.

HILGERT, J. G. **A paráfrase**: um procedimento de constituição do diálogo. 1989. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo: São Paulo, 1989.

HILGERT, J. G. Parafraseamento. *In*: JUBRAN, C. C. S.; KOCH, I. G. V. (org.). **Gramática do português culto falado no Brasil**, v. I: Construção do texto falado. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. p. 275-300.

ILARI, R. **Introdução à semântica**. Brincando com a gramática. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001b.

ILARI, R. **Introdução ao estudo do léxico**. Brincando com as palavras. São Paulo: Contexto, 2002.

ILARI, R. (org.). Palavras de classe aberta. **Gramática do Português Culto Falado no Brasil**, v. III. São Paulo: Contexto, 2014.

ILARI, R. (org.). Palavras de classe fechada. **Gramática do Português Culto Falado no Brasil**, v. IV. São Paulo: Contexto, 2015.

JUBRAN C. C. A. S. Para uma descrição textual-interativa das funções de parentetização. *In*: KATO, M. A. (org.). **Gramática do Português Falado**. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, 1996.

JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. A construção do texto. **Gramática do Português Culto Falado no Brasil**. v. 3. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

JUBRAN, C. C. S. (org.). A Construção do texto. **Gramática do Português Falado** vol. 1 da, São Paulo: Contexto, 2015.

KATO, M. A.; NASCIMENTO, M. (org.) **Gramática do português culto falado no Brasil**: a construção da sentença. Campinas: Editora da Unicamp, v. 3, 2009.

KATO, M. A.; NASCIMENTO, M. (org.) **Gramática do português culto falado no Brasil**. v. II. São Paulo: Contexto, 2015.

KEWITZ, V. **Gramaticalização e semanticização das preposições a e para no português brasileiro** (séculos XIX a XX). 2007. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo: São Paulo, 2007.

LEVINSON, S. **Principles of pragmatics**. New York: Longman. Pragmática. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARCUSCHI, L. A. **Linguística do texto**: o que é, como se faz. 2. ed. Recife: Universidade Federal de Pernambuco: Editora Universitária da UFPE, 1983/2009.

- MARCUSCHI, L. A. **Análise da conversação**. São Paulo: Ática, 1986.
- MARCUSCHI, L. A. Análise da conversação e análise gramatical. **Boletim da Abralín**, 1988-1991. p. 10-34.
- MARCUSCHI, L. A. Marcadores conversacionais no português brasileiro: formas, posições e funções. *In*: CASTILHO, A. T. (org.). **Português culto falado no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 1989. p. 281-321.
- MARCUSCHI, L. A. **A repetição na língua falada**: formas e funções. 1992. Tese (Concurso Professor Titular) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1992.
- MARCUSCHI, L. A. A repetição na língua falada como estratégia de formulação textual. *In*: KOCH, I. G. V. (org.). **Gramática do português falado**, vol. VI – Desenvolvimentos. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 95-129.
- MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita**. Atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001.
- MARCUSCHI, L. A. **Gêneros textuais**: definição e funcionalidade. *In*: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (org.). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- MARCUSCHI, L. A. Hesitação. *In*: JUBRAN, C.C.A.S. e KOCH, I.G.V. (org.). **Gramática do Português Culto Falado no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. p. 48-70.
- MARCUSCHI, L. A. Repetição. *In*: JUBRAN, C.C.A.S. e KOCH, I.G.V. (org.). **Gramática do Português Culto Falado no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. p. 219-254.
- MARCUSCHI, L. A.; KOCH, I. G. V. Referenciação. *In*: JUBRAN, C. C. . A. S. ; KOCH, I. G. V. (org.). **Gramática do Português Culto Falado no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. p. 381-399,
- MÓDOLO, M. **Gramaticalização das conjunções correlativas**. 2006. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006.

- NEVES, M. H. M. (org.). Construção das orações complexas. **Gramática do português culto falado no Brasil**, v. V. São Paulo: Contexto, 2016.
- OLIVEIRA JUNIOR, M. **NURC 50 anos**. São Paulo: Parábola, 2019.
- PESSOA DE BAROS, D. L. Procedimentos de reformulação: a correção. O processo interacional. In: Preti, D. (org.). **Análise de textos orais**. vol. 1, 2 ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1993. p. 129-156.
- PRETI, D. *et al.* (org.). **Análise de Textos Orais**. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1993-1995.
- RAMOS, J. **O Espaço da oralidade na sala de aula**. São Paulo: Martins Fontes. 1997.
- RISSO, M. S. 'Agora ... o que eu acho é o seguinte': um aspecto da articulação do discurso no português culto falado. In: CASTILHO, A. T. (org.). **Gramática do português falado**. Vol. III. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, 1993. p. 31-60.
- SACKS, H.; SCHEGLOFF, E.; JEFFERSON, G. A symplest systematics for the organization of turn-taking for conversation. **Language** 50:696-735, 1974. Tradução para o português: Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa. *Veredas. Revista de Estudos Linguísticos* 7 (1), 2003. p. 9-73.
- SIMÕES, J. S. **Sintaticização, discursivização e semanticização das orações de gerúndio no Português Brasileiro**. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo: São Paulo, 2007.
- TALMY, L. **Toward a cognitive semantics**. 2 vols. Cambridge: The MIT Press, 2000.
- URBANO, H. Marcadores conversacionais. In: PRETI, D. (org.). **Análise de textos orais**. São Paulo: FFLCHUSP, 1983. p. 81-101.
- URBANO, H. Marcadores discursivos basicamente interacionais. In: JUBRAN, C. C. A. S; KOCH, I. G. V. (org.). **Gramática do**

português culto falado no Brasil. v.1. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006. p. 497-528.

XAVIER, M. F.; MATEUS, M. H. **Dicionário de termos linguísticos**, 2 volumes. Lisboa: Edições Cosmos/Associação Portuguesa de Linguística/ Instituto de Linguística Teórica e Computacional, 1990-1992.

PEDAGOGIA DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: DESAFIOS E PARADOXOS

Carlos Alberto Faraco

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA, CIÊNCIA E SENSO COMUM

O título que propus para este texto resulta da minha percepção de que já avançamos muito nesse nosso grande tema da variação e ensino, seja aprofundando nossas reflexões, seja propondo e experimentando alternativas concretas para a sala de aula.

No entanto, há ainda certas situações paradoxais e, claro, muito desafios a serem por nós enfrentados. Quero, então, partilhar com vocês algumas das minhas inquietações. Corro o risco de me repetir, mas os temas são tão candentes e incontornáveis que corro esse risco sem medo.

Para mim, é particularmente paradoxal observar que uma parte dos alunos que se formam em Letras ainda saem de seu curso universitário sem terem superado criticamente a visão de senso comum sobre a variação linguística. São profissionais de Letras que ainda repetem os velhões bordões que demonizam a variação, em especial a variação social; e ainda nos classificam, a nós linguistas, como perigosos defensores de um vale-tudo em língua.

Há, obviamente, cursos e cursos. Mas o simples fato de que a experiência universitária não seja suficiente para garantir a todos um trato cientificamente informado da variação linguística é, sem dúvida, um paradoxo.

Um dos nossos desafios é, portanto, intensificar os debates referentes à organização dos cursos de Letras e à formação dos professores de português. Um desafio de que não podemos fugir, principalmente neste momento em que o Ministério da Educação

está defendendo uma política de transferência integral da formação de professores para a educação a distância.

Não sou contrário à educação a distância. Num país com a extensão territorial do nosso e com a carga de déficits e demandas educacionais, não podemos dispensar os recursos que as tecnologias da informação e da comunicação nos fornecem para difundir saberes seja na formação inicial, seja na formação continuada dos professores.

No entanto, entendo que é um grave equívoco transferir integralmente os cursos de licenciatura para a educação a distância. Uma parte significativa da formação dos professores tem de se realizar em situação presencial, em contexto de interação face a face, para que o estudante possa experimentar diretamente a prática docente com seus formadores. O magistério é antes de tudo uma atividade artesanal que se aprende “in praesentia” e não “in absentia”.

Mas os nossos desafios vão além desse debate de política educacional.

Se o grande tema da variação linguística é intrínseco ao pensamento de quem faz linguística; é constitutivo do nosso modo de pensar e estudar a realidade da linguagem, temos de reconhecer que esse consenso científico não alcançou ainda o senso comum. E isso tem, claro, inúmeras consequências para o encaminhamento de nossas práticas pedagógicas no ensino de português.

Neste ponto, valem algumas comparações com outras áreas da atividade científica. Para a parcela da população que completou o ensino médio (a parcela que tem, portanto, a educação básica completa), penso que não há maiores controvérsias sobre o fato de que nosso planeta gira em torno do Sol. Ou seja, o modelo astronômico elaborado pelos grandes físicos de Copérnico a Newton, passando por Kepler e Galileu, se tornou compreensível para os não especialistas e se instalou no senso comum como um fato, como um saber geral e consensual.

No início, esse modelo astronômico foi, como bem sabemos, alvo de polêmicas, conflitos e condenações. No entanto, acabou por

vencer as resistências e oposições e conquistou amplamente os diversos segmentos sociais.

O mesmo, porém, não aconteceu ainda com o modelo biológico elaborado por Darwin para explicar a origem e a diversidade das espécies. A teoria da evolução é incontornável nos estudos da vida; é constitutiva do pensamento de quem faz biologia. No entanto, esse consenso científico ainda não se espalhou amplamente pelo senso comum. Não é ainda suficientemente compreendido por boa parte das pessoas com escolaridade básica completa. Mais grave: há ainda fortes resistências, quando não abertas condenações, oriundas de determinadas tendências religiosas. De certa forma, repete-se com Darwin o que aconteceu com Galileu. Mesmo considerando que a teoria da evolução fundamenta várias práticas médicas – e cito aqui as formas exitosas de combater os vírus que abalam nossa saúde e ameaçam nossa vida – mesmo assim, Darwin é ainda incompreendido e demonizado.

Parece que os saberes sobre a linguagem verbal que a linguística moderna vem construindo ao longo dos últimos 230 anos estão, quanto à sua disseminação social, mais para Darwin do que para Copérnico, Kepler, Galileu e Newton. Também os nossos consensos científicos são incompreendidos e demonizados. Não, claro, pelas mesmas razões que atravessam o caminho da teoria da evolução.

Nossos modos de interpretar a realidade linguística são tão epistemologicamente revolucionários quanto o foram os modelos da física de Copérnico a Newton e da biologia de Darwin. Afirmar e demonstrar, como nós o fazemos, que a variação e a mudança linguística são intrínsecas ao ser das línguas; e, mais que isso, afirmar e demonstrar que não é possível hierarquizar as variedades por critérios linguísticos porque todas elas têm plenitude formal – isso tudo é ainda, no geral, incompreensível fora do nosso ambiente científico.

No senso comum, prevalecem as certezas de que a variação linguística – em especial a variação social – é um mal a ser combatido. Prevalecem certezas de que há uma só língua certa, homogênea e uniforme e todo o resto são aleijões linguísticos,

formas de falar desprovidas de lógica e gramática, como lemos, muitas vezes, na mídia.

As resistências e condenações ao nosso consenso científico sobre a variação linguística não decorrem de crenças religiosas. As razões são de ordem sociológica e psicossociológicas. Como bem sabemos, a forma de falar categoriza os falantes e os situa nas hierarquias sociais. Abrimos a boca e, de imediato, somos classificados nas tabelas de valorações sociais; e somos logo envolvidos pelas redes de prestígio ou estigma.

Da mesma forma que os segmentos socioeconômicos médios reagem com virulência à sua proletarização, também os falantes que circulam nas redes de prestígio, em geral oriundos dos mesmos segmentos socioeconômicos médios, não podem admitir um discurso científico que eles interpretam como uma ameaça a seu status simbólico de prestígio.

E o discurso científico que os assusta é precisamente esse que mostra que a variação é intrínseca ao ser da língua; que mostra que a hierarquização das formas de falar é puramente social e nada tem a ver com o linguístico propriamente dito porque qualquer variedade é, do ponto de vista exclusivamente linguístico, tão boa quanto qualquer outra.

O mesmo discurso, aliás, que mostra que a sociedade vai definindo historicamente variedades que se tornam próprias de determinadas práticas sociais como, por exemplo, as escritas e as falas formais e são, por isso, normatizadas. A ciência linguística não nega a normatividade, como muitas vezes se diz a nosso respeito. Ela explica a normatividade, mostra seu caráter histórico e, portanto, relativo. E, por isso, fornece subsídios para uma apreciação crítica do que se faz em nome da normatividade.

Todas as incompreensões e resistências sociais ao consenso científico da linguística afetam, obviamente, qualquer projeto de uma sociolinguística educacional ou de uma pedagogia da variação linguística. Os próprios professores, os pais, os dirigentes escolares e a mídia resistem, reagem e nos condenam.

E o pior é que, no fundo, nos condenam pelo que não dizemos e não defendemos. Muito semelhante, nesse aspecto, às reações, resistências e condenações que alcançam a biologia evolucionista. Também nesse caso Darwin é condenado pelo que não disse e não defendeu.

Penso, então, que nosso maior desafio é justamente encontrar formas de enfrentar esses poderosos imaginários. Nessa direção, um dos embaraços com que temos de lidar criticamente é o fato de que a realidade sociolinguística brasileira vem sendo depreciada há séculos. No trato da língua, tomou corpo, entre nós, não uma cultura positiva, mas uma cultura do erro.

Atrás desse viés negativo está um longo processo histórico diretamente vinculado às formas como se estruturou a nossa sociedade. Uma sociedade que, fundada organicamente na escravidão durante 300 anos, se constituiu partida e excludente, o que repercutiu no desenho da nossa realidade sociolinguística (também ela partida e excludente) e nas valorações dessa realidade.

No imaginário de uma elite que, apesar de tudo, tinha o sonho delirante de construir aqui uma sociedade branca e europeia, as variedades linguísticas brasileiras, mesmo as usadas pela própria elite (o que é um incrível paradoxo), só podiam ser tachadas de erradas e constantemente condenadas.

A CULTURA DO ERRO NA NOSSA HISTÓRIA NORMATIVA

Gostaria, então, de fazer aqui um pouco de historiografia linguística, pontuando algumas das inúmeras manifestações depreciadoras sobre o português do Brasil que, certamente, contribuíram para esse nosso imaginário perpassado pela cultura do erro.

O registro mais antigo que encontrei em fontes brasileiras é um artigo publicado no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, em 28/8/1842, escrito por um médico português, José da Gama e Castro, que viveu no Brasil entre 1838 e 1842. Foi assíduo colaborador da imprensa carioca e, entre seus escritos, está este que

se intitula “Observações sobre certos vícios de locução ainda muito usados e que muito importaria corrigir”.

Na abertura do artigo, podemos ler a observação que transcrevo aqui, mantendo a ortografia da época:

Entendemos fazer um grande serviço á litteratura nacional, e muito especialmente ás pessoas que deseão fallar e escrever portuguezmente, apontando-lhes alguns vícios de linguagem, ainda mui geralmente empregados, mesmo pelas pessoas de educação cultivada; e acrescentando a maneira como devem ser corrigidos.

Na sequência desse seu artigo, Gama e Castro inaugura a prática das listinhas de erros – sempre os mesmos – que farão história entre nós e ainda estão por aí nas gramáticas escolares, nos manuais da imprensa, nos livros que levam títulos como “Os 100 erros mais comuns” ou “Não erre mais!”.

Na lista inaugural de Gama e Castro, estão 11 “vícios”, entre os quais destaco os seguintes, reproduzindo as palavras dele (notem sempre o seu tom retórico):

a) “Não há cousa que mais offenda o ouvido dos que estão acostumados a ler e a ouvir fallar portuguez puro, como a viciosa collocação de certos pronomes que muita gente usa no Brasil”

(anteposto quando deve ser posposto e posposto quando deve ser anteposto: “Quando fulano hontem encontrou-me, me pareceu consternado e melancólico. O “correto” é: Quando fulano hontem me encontrou, pareceu-me consternado e melancólico);

b) “Mudança que muitas vezes se faz de o em lhe”

(Amo-lhe de todo o coração por amo-o de todo o coração);

c) Um dos mais asquerosos solecismos em que certas pessoas cahem, é pôr o verbo no singular e o nominativo no plural” (*Vende-se casas*);

d) “Em desconto, usão estas mesmas pessoas do verbo *haver* no plural em muitos casos em que o devião usar no singular” (*Haviam muitas pessoas distintas no baile estrangeiro*);

e) “É um erro mui grave dizer, como geralmente se diz: Fulano foi *na* igreja” (ou seja, usar a preposição *em* por *a*);

f) “Não diga *quando eu ver*, que é barbarismo” (diga *quando eu vir*).

Mas a desqualificação linguística do Brasil vem de muito mais longe. Assim é que João de Barros, um dos nossos primeiros gramáticos, já sentia cheiro de barbarismo vindo do Brasil, uma sociedade colonial que ainda estava em seus primeiros momentos, mas que já motivava juízos de valor sobre questões linguísticas. Vejam o texto que aparece em sua gramática:

Barbarismo, é vício que se comete na escritura de cada uma das partes, ou na pronúnciação. E em nenhuma parte da terra se comete mais esta figura da pronúnciação, que nestes reinos: por causa das muitas nações que trouxemos ao jugo de nosso serviço. Porque bem como os gregos e Roma haviam por bárbaras todas as outras nações estranhas a eles, por não poderem formar sua linguagem: assim nós podemos dizer que as nações de África, Guiné, Ásia, Brasil, barbarizam quando querem imitar a nossa. (BARROS, 1540, p. 34)

Mais à frente, vamos encontrar comentários depreciativos nos gramáticos racionalistas. E aqui selecionei dois, ambos nascidos no Brasil. O primeiro é Antônio de Moraes Silva, em sua gramática publicada em 1806. E o segundo é Ernesto Carneiro Ribeiro em sua gramática filosófica publicada em 1881.

Diz Moraes e Silva (1806, p. 92 - nota):

Eu lhe amo, lhe adoro são erros das Colonias: [...] *quero-lhe como á minha vida; &c. Quero-lhe bem, como &c.* é correcto.

As colônias erram; portanto, o Brasil erra.

É diz Carneiro Ribeiro (1881, p. 434-5):

O solecismo é toda a falta contraria á syntaxe regular ou figurada. Ha solecismo nas seguintes phrases e locuções: *Havião muitas pessoas no baile*, por – *Havia muitas pessoas, etc.*; *fazem hoje tres anos*, por – *faz hoje tres anos*; *comprou-se muitos livros no leilão*, por *comprarão-se etc.*; [...] *ter amor pelo estudo, pelos livros, ter gosto pela caça, pela pesca, pelo jogo*, por – *ter amor ao estudo, aos livros, ter gosto para a caça, para a pesca, para o jogo*; [...] *se veres Francisco, dize-lhe isto*, por – *se vires Francisco, dize-lhe, etc.*; [...] *eu parece-me, eu admira-me, não me importo, me deixe, me parece*, por – *parece-me, admira-*

me, não me importa, deixe-me, a mim parece, a mim admira, parece-me a mim, etc.; [...] *chame elle, chame ella*, por – chame-o, chame-a [...]

Eis aí, de novo, a famigerada listinha – repetindo, 40 anos depois, alguns dos itens que já estavam lá no Gama e Castro.

Curiosamente, Carneiro Ribeiro, ao tratar do que chama “vícios de pronúncia” comuns no Brasil, se pergunta se esses “vícios” já não seriam elementos da nossa identidade (1881, p. 58-60):

No Brazil, são notavelmente alterados os sons das vogaes portuguezas. [...] Principalmente pela vogal a, diremos que é muito notavel a tendencia que temos, os Brasileiros, para alongar sobre modo a prolação desta voz [...]

Com a vogal e acontece o mesmo [...]

Estes diversos vicios de pronúncia tem tomado entre nós raízes tão profundas, que extirpal-os de todo parece impossivel.

Como um legado fatal, transmittido de geração em geração, se vão eles, de algum modo, perpetuando no Brazil, sendo a correnteza de taes corrupções difficil coisa de represar e sobreestar. [...]

Se isso é incontestável, não se podem ligar aquelles vicios aos habitos differentes, a diferença dos meios, á feição particular que constitue, por assim dizer, a individualidade dos Brasileiros, ainda que fallão estes e mesma lingua que seos irmãos os Protuguezes?

Julgamos, pois, que extirpar totalmente estes vicios, que entre nós alterão a pronúncia da lingua portugueza, seria o mesmo que mudar a individualidade braziliense; o que não pode ser.

Carneiro Ribeiro inaugura aqui o nosso grande dilema linguístico: afinal, as diferenças são “vícios” ou “marcas de nossa identidade linguística”? Como sair desse impasse?

Chegamos, então, aos gramáticos empiricistas do fim do século 19 e começo do 20. Selecionei dois: o primeiro, Júlio Ribeiro, que é muito exaltado como o nosso primeiro gramático “científico” e o primeiro a gramaticizar o português brasileiro. Penso que são dois juízos equívocos, mas não cabe me contrapor a eles aqui.

Em todo caso, é relevante destacar que Júlio Ribeiro, na introdução de sua gramática de 1881, proclamava que a gramática “não faz leis e regras para a linguagem; expõe os fatos dela”. Ou seja, em tese, o gramático parte dos fatos e os descreve. “O estudo

da gramática” – diz Ribeiro na sequência de sua introdução – “não tem por principal objeto a correção da linguagem” P.1).

O segundo gramático empiricista que trago aqui é Augusto Freire da Silva. Trata-se de uma figura curiosa. Publicou, em 1875, uma gramática inspirada no trabalho do Sotero dos Reis, que era adepto do modelo gramatical racionalista. Entra, então, numa polêmica com Júlio Ribeiro em 1879-80 a propósito das gramáticas ditas filosóficas. E, posteriormente, em 1906, publica uma gramática inspirada agora não mais no racionalismo, mas no empiricismo (ou, como se dizia à época, na “ciência moderna”).

Vejamos, primeiro, dois excertos do Júlio Ribeiro:

O pronome substantivo sujeito de um verbo no infinito dependente de um verbo no finito [...] põe-se em relação objectiva, ex.: « Eu vi-o caminhar ás pressas — Deixa-o ir ». Esta syntaxe, commum a varias linguas romanicas, é tomada directamente do Latim, em o qual o sujeito do verbo no infinito vai para accusativo. E’ erro vulgar no Brazil usar-se em casos taes da relação subjectiva; diz-se, por exemplo, « Vi ELLE caminhar ás pressas — Deixa ELLE ir ». (RIBEIRO, 1881: 228)

Os pronomes substantivos em relação adverbial nunca podem servir de sujeitos, nem mesmo nas phrases infinitivas que vêm depois de uma preposição. Em taes casos usa-se da relação subjectiva, ex.: « Esta laranja é para EU comer ». No Brazil pecca-se contra este preceito dizendo-se « Para MIM comer, etc. ». (RIBEIRO, 1881, p. 228)

Notem que o português brasileiro entra aí sim, mas sob depreciação (“erro vulgar”, “peca-se”).

Antes de apresentar trechos do Freire da Silva, gostaria de trazer aqui um excerto de um artigo que fez história no trato das questões linguísticas entre nós. Trata-se do texto intitulado “A collocação dos pronomes”, publicado pelo jornalista e crítico literário Arthur Barreiros, em 1880, na *Revista Brasileira* (que era um periódico cultural de grande destaque no Rio de Janeiro do século XIX). Este texto desencadeia a mais alucinada de nossas questões gramaticais que, até hoje, apesar de tudo, ainda nos perturba.

Nele, dizia Barreiros (notem aí seus “exuberantes” adjetivos aplicados ao uso brasileiro):

“E quem se der ao trabalho de cotejar os livros brasileiros com os portugueses notará - primeiramente que estes, por via de regra, são mais artísticos; segundamente que é espantosa, phantasista, doida, a maneira de empregar os pronomes no periodo brasileiro”.

Com esta mentalidade, como criar uma cultura linguística positiva entre nós?

Vejamos, então, o que dizia, sobre a realidade linguística brasileira, o Freire da Silva. Notem, na exposição dele, a atitude basicamente descritiva, com poucos juízos de valor – um avanço, certamente:

O portuguez falado no Brazil apresenta innumeradas diferenças do que se maneja em Portugal; o do Rio de Janeiro, do do interior de S. Paulo, bem como este do do Ceará ou das Alagoas. O mesmo se dá com muitas localidades dos estados, cujos modos de pronunciar diversificam dos das capitães.

Vem a pelo lembrar ainda, que, numa mesma cidade, o erudito se exprime de modo muito outro do da plebe que altera ou mutila os elementos phoneticos, corrompendo-os a final.

De uma época para outra também se modifica sensivelmente a pronuncia. [...]

Muitas vezes a pronuncia condemnada numa época é mais tarde a correcta e seguida, em quanto que a até então tida como exacta é julgada erronea e reprovada. (FREIRE DA SILVA, 1906, p. 55-6)

No entanto, isso não impediu Freire da Silva de também deslizar para a depreciação e fazer reviver a velha listinha de “vícios”:

O portuguez hodierno do Brazil não consitue dialecto ; é o mesmo de Portugal, não obstante ir-se já diferenciando, principalmente na pronuncia. As divergencias syntacticas são em geral solecismos usados pelas classes incultas, como *amo-lhe*, *vi elle*, *me disse*, para mim *ver*, *vá na loja*, em vez de *amo-o*, *vi-o*, *disse-me*, para *eu ver*, *vá á loja*, que vão desapparecendo com a reacção culta e litteraria, que trata de fazer aproximar a linguagem das fonts vernaculas e classicas. (FREIRE DA SILVA, 1906, p. 25-6)

Esse caldo cultural que vem, de certa forma, desde o século 16, alimentou a formulação, nos fins do século 19 e inícios do 20, em

meio a várias e ácidas polêmicas, de uma norma de referência para o português brasileiro, uma norma-padrão que, contudo, nunca conquistou ninguém. Primeiro, por ser excessivamente artificial e distante do senso linguístico dos falantes; e, segundo, por pressupor que os modos brasileiros de falar são sempre inapelavelmente errados. Essa norma-padrão nunca conquistou ninguém (salvo alguns puristas), mas tem nos perturbado drasticamente há mais de um século.

EM BUSCA DE UMA GRAMÁTICA NORMATIVA

Ora, um dos instrumentos fundamentais para uma sociolinguística educacional ou uma pedagogia da variação linguística é precisamente uma referência normativa realista, honesta, clara, assertiva, segura. Infelizmente, não dispomos dessa referência normativa. Vivemos envoltos num imbróglcio normativo em que a norma-padrão conflita com a norma culta; e conflita também, o que é ainda mais paradoxal, com o que tenho chamado de norma curta (cf. FARACO, 2008).

Aproveito, então, para levantar mais uma vez, uma bandeira que tenho defendido há alguns anos já. Precisamos investir na direção de uma referência normativa que supere criticamente nosso imbróglcio.

Lembro aqui, por oportuno, que vários linguistas têm se dedicado a escrever gramáticas. De 2000 até hoje, houve um verdadeiro *boom* de gramáticas. São já duas décadas de intensa produção de gramáticas escritas por linguistas. Já não podemos dizer, portanto, que os linguistas brasileiros não se deram ao trabalho de produzir gramáticas do português (cf. FARACO & VIEIRA, 2016).

E, se pensarmos que a gramática do Maximino Maciel, publicada na virada do século 19 para o 20, tinha 500 páginas e hoje, um século depois, temos gramáticas que ultrapassam folgadoamente as mil páginas, podemos intuir que, pelo menos, nesse longo século, ampliamos razoavelmente nosso universo empírico.

É descrição em abundância da língua culta falada e escrita, sem esquecer, claro, os inúmeros trabalhos descritivos de sociolinguística e geolinguística. O português brasileiro, em suas múltiplas variedades, não é mais uma língua desconhecida, como disse, certa vez, o Prof. Ataliba.

Um ponto curioso em tudo isso e que chama muito minha atenção é que nenhuma dessas gramáticas de linguistas se apresenta como normativa. Ou seja, apesar do recente *boom* gramatical, o imbróglio normativo brasileiro se encontra onde sempre esteve, com óbvias consequências negativas seja para o falante (que em suas práticas correntes costuma se sentir inseguro e sem norte), seja para o ensino de português em nossas escolas, seja ainda para os sistemas de avaliação da educação básica.

Claro, nós linguistas, por tradição e crença, nos proclamamos sempre e por princípio, descritivos. Ou seja, assumimos como tarefa dizer como a língua é e não como deveria ser. Não nos declaramos normativos mesmo quando dizemos que nosso objeto é a variedade padrão do português brasileiro escrito (como o faz o Prof. Azeredo em sua *Gramática Houaiss*).

Não somos e parece que não queremos ser normativos. No entanto, a escola, os meios de comunicação e os falantes escolarizados querem uma gramática normativa. E até hoje nós, linguistas brasileiros, não lhes oferecemos, de fato, uma alternativa às velhas, cansadas e anacrônicas gramáticas normativas tradicionais. E essa ausência, convenhamos, favorece a proliferação dos manuais de *norma curta*, um discurso estreito e dogmático, a miséria da gramática normativa.

Acredito que temos plenas condições de entrar pela vereda normativa. E aqui vale mencionar o princípio tantas vezes repetido de que a gramática normativa depende da gramática descritiva, repetido até mesmo por gramáticos assumidamente normativos, como Evanildo Bechara, embora nem sempre ou nunca praticado de fato até as últimas consequências pela tradição que o repete.

Se este princípio faz sentido para além da retórica, temos de reconhecer que não nos faltam condições – considerando quão

abundantes têm sido as descrições do português brasileiro – de legitimar normativamente as estruturas já legitimadas pelos falantes em seus usos cultos falados e escritos.

Talvez pudéssemos começar essa urgente tarefa por uma análise crítica das contradições dos gramáticos normativos tradicionais. E elas são muitas. Como o Prof. Xoán Carlos Lagares (2014) argumenta com muita propriedade, o português, diferentemente do espanhol, não tem uma fonte normatizadora institucional. As gramáticas normativas do português são, desse modo, um produto de autores e não de uma instituição criada e amparada pelo poder político como a Real Academia Española.

Há vantagens nesse fato – permite olhar a complexa questão normativa a partir de diversos pontos de vista; é, digamos assim, um processo menos autocrático. No entanto, abre espaço para contradições nos julgamentos dos fatos, na legitimação do que deve ser tornado padrão. E isso exige a crítica constante e uma busca contínua por um relativo consenso padronizador, sem o que a própria gramática normativa perde sua eficácia.

As gramáticas escritas por linguistas não deixam de fazer algum esforço legitimador. E aqui me refiro especificamente às gramáticas de Marcos Bagno e José Carlos Azeredo. Bagno um pouco mais ousado; Azeredo mais tímido, mas ainda assim atento, aqui ou ali, às formas que, conforme suas palavras, “continuam a ser indevidamente estigmatizadas como ‘erros gramaticais’ [embora] regularmente empregadas em textos formais de circulação pública em território brasileiro escritos em português” (AZEREDO, 2018, p. 26).

A esse comentário ele acrescenta o seguinte: “a maioria dos compêndios escolares disponíveis já reconhece a língua de jornais, revistas e obras não literárias como expressão do uso padrão, mas ainda se revela tímida para a renovação conceitual e descritiva” (AZEREDO, 2018, p. 26).

Entendo esse último comentário como um convite aos linguistas para que superem a timidez e partam para a renovação conceitual e descritiva da norma dita culta. Nesse sentido, a Profa.

Silvia Vieira, em sua conferência no III SIMVALE, empurrou o carro para frente. Fez avançar nossas reflexões para muito além das generalidades.

A proposta da Profa. Silvia nos dá balizas bem concretas e fundamentadas para desencadearmos um debate – primeiro entre nós e, depois, entre nós e a sociedade.

Além disso, a proposta nos dá parâmetros para a construção de um guia normativo que acolha e legitime o português brasileiro culto com base, não numa perspectiva de padronização estrita, homogênea e uniforme, mas na perspectiva de um padrão flexível que abranja os usos variáveis relacionados aos diferentes gêneros textuais da fala e da escrita.

Penso, no entanto, que a legitimação não pode ser tarefa apenas monoautoral. Nesse caso, estaremos sempre sujeitos à grita histórica dos comandos paragramaticais, para usar aqui a feliz expressão de Marcos Bagno.

A legitimação é, portanto, tarefa coletiva e para muitos ao mesmo tempo. E, claro, sempre respaldada na abundante descrição que temos do português brasileiro. Podemos começar, por exemplo, elaborando um capítulo normativo honesto, realista e decente sobre o sistema pronominal do português brasileiro. Temos plenas condições de incorporar de vez e sem tergiversações o *você* e o *a gente* aos pronomes pessoais; temos plenas condições de juntar na mesma caixa o *você* e os pronomes oblíquos e possessivos da segunda pessoa original; temos plenas condições de superar a metafísica da ênclise, a ficção da tripartição dos pronomes demonstrativos e o delírio onírico da chamada mistura de pronomes.

Aproveitemos nosso arsenal descritivo para, corajosamente, legitimar o que deve ser legitimado. Quebrems a inércia e façamos disso um projeto coletivo.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, J. C. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. 4. ed. São Paulo: Publifolha/Instituto Houaiss, 2018.

BAGNO, M. **Gramática Pedagógica do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2012.

BARREIROS, A. A collocação pronominal. **Revista Brasileira**, tomo V, 1/7/1880, p. 71-83.

BARROS, J. de. **Grammatica da Lingua Portuguesa**. Lisboa: Apud Lodouicum Rotorigium, 1540.

FARACO, C. A. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola, 2008.

FARACO, C. A.; VIEIRA, F. E. (org.). **Gramáticas brasileiras**: com a palavra, os leitores. São Paulo: Parábola, 2016.

FREIRE DA SILVA, A. **Grammatica portugueza**. 9. ed. São Paulo: Typ. Augusto Siqueira & Comp. 1906 [1875].

GAMA E CASTRO, J. Observações sobre certos vícios de locução ainda muito usados e que muito importaria corrigir. **Jornal do Commercio**, do Rio de Janeiro, 28/8/1842 (ed. 222), p. 1-2.

LAGARES, X. C. Dinámicas normativas del español y del portugués. In: ARNOUX, E. N. ; LAURIA, D. (org.). **Las lenguas en la construcción de la ciudadanía sudamericana**. La Plata: Unipe Editorial Universitaria, 2014.

MACIEL, M. **Grammatica descriptiva**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1894.

MORAES SILVA, A. **Epitome da grammatica da lingua portugueza**. Lisboa: Off. De Simão Thaddeo Ferreira, 1806.

RIBEIRO, E. C. **Grammatica portugueza philosophica**. Salvador: Imprensa Econômica, 1881.

RIBEIRO, J. **Grammatica Portugueza**. São Paulo: Typ. De Jorge Seckler, 1881.

VIEIRA, S. R.; LIMA, M. D. (org.). **Variação, gêneros textuais e ensino de português: da norma culta à norma-padrão**. *E-book*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras – UFRJ, 2019.

A NORMA PADRÃO E O PURISMO LINGUÍSTICO COMO LUGARES DE POLARIZAÇÃO POLÍTICA

Edson Carlos Romualdo
Flávio Brandão-Silva

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das tecnologias de comunicação e, entre elas, da internet, permitiu que novos modos de produzir e consumir informações se configurassem. As mídias sociais e os portais de notícias *online*, por exemplo, apresentam espaços em que os usuários e leitores podem responder às postagens feitas e comentar as matérias veiculadas, promovendo uma interação maior entre os participantes do ato comunicativo.

O crescimento da internet e das várias mídias sociais impactou também o campo político e seus partidos, que se viram obrigados a desenvolver estratégias de comunicação para campanhas eleitorais de seus candidatos os quais, uma vez eleitos, devem manter-se atuantes em tais mídias, com intuítos diversos, como demonstrar seu trabalho, para não serem esquecidos por seus eleitores.

Atualmente, vários países do mundo estão vendo aumentar partidos e políticos de extrema direita, que defendem posicionamentos ultraconservadores em diferentes áreas. Juntamente com esse aumento, observa-se, no Brasil, uma polarização política, envolvendo aspectos partidários e ideológicos, principalmente nas últimas eleições e, depois, no governo do atual presidente Jair Messias Bolsonaro.

Uma vez empossado, imediatamente, Bolsonaro e representantes de seu governo criticaram e iniciaram ações buscando contrapor-se aos posicionamentos e políticas implementadas por governos anteriores, entre eles, os referentes à

educação. Acirraram, assim, a polarização, estabelecendo uma dicotomia que coloca, em polos opostos, o governo e seus apoiadores e aqueles que não compactuam com sua visão. No entanto, em suas postagens, o presidente Bolsonaro, representantes de seu governo ou indivíduos ligados a ele, como seus filhos, cometeram/cometem erros no uso da língua, que viralizam na internet, na forma de piadas, memes e comentários diversos.

Diante desse contexto, objetivamos, neste trabalho, analisar postagens e comentários de usuários da internet para verificar como a norma padrão e o purismo linguístico podem ser vistos como espaços de polarização político-partidário-ideológica. Nosso *corpus* de análise compõe-se de duas postagens feitas na mídia social *Twitter* e de duas matérias de portais jornalísticos (Grupo Opinião – OP9 e UOL), bem como de alguns de seus comentários.

Na condução de nosso estudo, em um primeiro momento discutimos aspectos relacionados à polarização política no Brasil e, mais especificamente, no governo Bolsonaro quanto aos posicionamentos referentes à educação. Em seguida, tecemos considerações teóricas no âmbito da variação linguística, associadas aos estudos sobre normas linguísticas, que fundamentam nossas análises.

POLARIZAÇÃO POLÍTICA E EDUCAÇÃO

Parece inegável que o Brasil está vivenciando um momento de polarização e consequente radicalização política, com implicações, inclusive, para o sistema democrático (REIS; JOÃO, 2019). No entanto, como se trata de um fenômeno em andamento, não é fácil tomá-lo como objeto, o que nos leva a um olhar que ainda se coloca como incompleto. Dessa forma, para tratarmos da polarização política nessa seção, recorreremos a alguns estudos de campos diferenciados, que nos permitem recortar o fenômeno e indicar algumas de suas causas, a fim de podermos mostrar os posicionamentos presentes nos textos analisados neste trabalho.

Autores como Vicente e Azevedo (2018) afirmam que, para compreender a polarização política no Brasil, devemos voltar às Jornadas de Junho, momento no qual o fenômeno teve seu início. As Jornadas começaram em 2013, com os protestos iniciados pelo MPL – Movimento Passe Livre, grupo que se apresenta como horizontal e apartidário, mas comprometido em combater os sintomas do sistema capitalista. No entanto, em função das características das manifestações – multidão com traços heterogêneos; mistura de grupos políticos com simpatizantes; parte de manifestantes agressivos (*Black Bloc*); desacordo com os itinerários combinados com a polícia e a violência policial inclusive com jornalistas – o movimento chegou às mídias e ganhou força (VICENTE; AZEVEDO, 2018).

Em razão da heterogeneidade de interesses e da falta de uma liderança definida, conforme as Jornadas ganharam força, seus temas foram se modificando, apresentando grande variedade – como o descontentamento com a realização da Copa do Mundo no Brasil, a melhoria da educação, a luta contra a corrupção, as críticas ao PT (Partido dos Trabalhadores) e o pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff – demonstrando uma insatisfação política dos participantes (VICENTE; AZEVEDO, 2018). Tal insatisfação serve de solo fértil para o crescimento de um pensamento mais conservador e antipetista. Assim, as manifestações que inicialmente eram apartidárias tornam-se antipartidárias, alimentando a radicalização política. Vicente e Azevedo (2018, p. 7), a partir de estudos de outros autores, afirmam que é nessa crescente radicalização que surge uma nova direita, “com discurso violento, de ódio partidário, disseminador do antipetismo e saudosista dos governos militares, tendo uma visão romântica do período da ditadura”. O embrião dessa extrema-direita presente nas Jornadas se desenvolve, tornando-se mais robusto e sistemático, levando à rua uma multidão de pessoas vestidas de verde e amarelo.

Ainda segundo os autores, podemos verificar, nos extremos das ideologias, o crescimento de ideias radicais, violentas e

intolerantes, mas é preciso considerar que essa radicalização não é simétrica, encontrando-se na direita seu maior índice. Essa afirmação é corroborada por Fuks e Marques (2020, p. 8), para quem “em 2018, estamos mais polarizados do que em eleições anteriores, porém de forma assimétrica. Embora a distribuição tenha se tornado mais dispersa, é apenas a direita que se desloca, de forma inequívoca, para o extremo”.

Esse fenômeno não é exclusivo do Brasil, estando em processo em outros países do mundo. Reis e João (2019) afirmam que nas eleições brasileiras ocorreu algo semelhante à eleição norte-americana. Se lá, a disputa acirrada foi entre Donald Trump e Hillary Clinton em 2016, no Brasil, nas eleições presidenciais de 2018, temos dois grupos de aspectos políticos claramente opostos: os “de direita” ou antipetistas, a favor do candidato Jair Bolsonaro, e os de “esquerda”, favoráveis ao PT (Partido dos Trabalhadores) ou para quem “ele [Bolsonaro] não”. Considerando a polarização instalada, segundo os autores:

No Brasil, os “antipetistas” e os “petistas” são basicamente dois grupos em conflito constante que se manifestam não apenas nos representantes das instituições públicas, mas também por todos os representados nas redes sociais, nos seios familiares, nas escolas e universidades, nos locais de trabalho, nas confraternizações com os amigos, dentre outras situações características da reunião ou associação de um conjunto de pessoas. (REIS; JOÃO, 2019, p. 2).

Vemos, pela afirmação dos autores, que a polarização se estendeu para vários campos, extrapolando o âmbito político e das instituições públicas, e a internet se coloca como um deles, onde os posicionamentos ganham relevo quanto à disputa. Nesse cenário, é importante considerarmos que as tecnologias de comunicação e informação passaram a desempenhar papel de destaque nas discussões políticas, visto que a revolução nos meios de comunicação traz novas pautas para discussão, não somente quanto à compreensão do campo político, mas também quanto ao “fazer político por meio dos cidadãos, ou nas perspectivas

participativas e comportamentais” (HANSEN; FERREIRA, 2018, p. 6). Essa importância das tecnologias de informação e comunicação nas discussões referentes a assuntos que envolvem a política são vistas tanto na campanha, principalmente do candidato Bolsonaro, quanto, depois, em seu governo.

Após eleito e empossado, o presidente Bolsonaro nomeia seus ministros e secretários e tem início um ataque direto à educação nacional, com uma série de discussões e ações que ganham destaque na mídia e nas redes sociais, principalmente com investidas do governo contra a pauta e o modelo educacionais construídos em governos anteriores.

O Enem – Exame Nacional do Ensino Médio foi um dos alvos do governo Bolsonaro e de seus apoiadores. Um dos casos envolvendo o Enem foi a crítica feita pelo presidente, em 2018, a uma questão do exame que abordava a variação linguística e utilizava como base para a pergunta um texto que tratava da gíria falada por travestis: o pajubá. No enunciado da questão, coloca-se que, na perspectiva do usuário, o pajubá ganha *status* de dialeto e constitui um elemento de patrimônio linguístico, e se questiona, com base no texto, quais seriam os motivos disso. No entanto, é possível inferir que poucos leram de fato a questão, pois muitas mídias noticiam o caso, mas não a apresentaram em sua totalidade.

Imediatamente, ganhou espaço nas redes sociais uma visão equivocada, mas alicerçada em falas presentes na campanha eleitoral do presidente enquanto ainda era candidato, de que a esquerda, usando a pauta educacional, incentivava as crianças e adolescentes “a se tornarem gays”. Essa pergunta do Enem alia-se, na visão dos apoiadores do presidente, com casos como a “mamadeira de piroca” e o “kit gay”, amplamente divulgados nas redes sociais na campanha eleitoral de Bolsonaro.

Passa-se então a questionar quais seriam as formas que o governo Bolsonaro poderia impactar o Enem, visto que o presidente sempre criticava as questões, principalmente das provas de Linguagens, Humanas e Redação, por apresentarem “viés ideológico de esquerda”. Bolsonaro anunciou que o governo

tomaria conhecimento das provas para evitar questões julgadas desnecessárias, referindo-se ao caso do pajubá. A presidente do Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, autarquia responsável pela aplicação do Exame, Dra. Maria Inês Fini, afirma que a elaboração era de responsabilidade do instituto e não haveria como o governo interferir nas provas. Como consequência do caso, Fini e mais três diretoras do órgão foram exoneradas. Em 2019, o governo Bolsonaro cria comissão para fazer análise ideológica da prova do Enem com o objetivo de retirar qualquer conteúdo que abordasse questões de “ideologia de gênero”, termo nunca usado por educadores, mas frequente no discurso do governo e seus apoiadores.

Outro ponto de destaque nas mídias e nas redes sociais foi a contestação do título conferido a Paulo Freire de Patrono da Educação Nacional Brasileira. Durante a campanha, Bolsonaro havia criticado a influência do filósofo e educador nas escolas públicas brasileiras, incluindo o método de alfabetização desenvolvido por ele. Depois de eleito, o presidente afirma querer mudar o homenageado com esse título, concedido em 2012, pela lei 12.612, no governo petista de Dilma Rousseff.

É importante ressaltar que Paulo Freire é internacionalmente conhecido e um dos autores mais citados no mundo quanto se trata de estudos na Pedagogia e nas Ciências Humanas. O desenvolvimento de sua obra e de seu método tem por função promover uma educação crítica emancipadora, capaz de dar autonomia para as classes dominadas. Baseada no diálogo entre professor e aluno, procura transformar o estudante em um aprendiz ativo, sendo contrária à educação em que o professor é o detentor de todo o saber e o aluno apenas depositário.

Tal contestação provocou uma imensa discussão na mídia jornalística e nas redes sociais, com educadores e parte da população que defendiam o título de Paulo Freire e membros do governo e partidários que criticavam, estabelecendo uma polarização. Podemos ver, na figura abaixo, como Paulo Freire é

citado de forma pejorativa no *tweet* do filho do presidente, Carlos Bolsonaro:

Figura 1 – *Tweet* de Carlos Bolsonaro.



Fonte: *Twitter*.

A geração Paulo Freire, que seria a composta por aqueles que defendem as ideias e o título do filósofo, é acusada de estar agitada, não saber interpretar, ter má fé e ser uma massa de fracassados sem razão. Pelo *tweet* verifica-se o nível agressivo das postagens e das críticas feitas ao educador e àqueles partidários de suas ideias por membros e apoiadores do governo.

No que diz respeito à educação, ainda podemos citar outros temas levantados e desenvolvidos por integrantes do governo Bolsonaro e por seus correligionários, como: a crítica aos conteúdos ensinados na Educação Básica, desde a alfabetização até o Ensino Médio; a existência de uma “doutrinação” dos alunos pelos professores de esquerda, principalmente nas universidades; o “marxismo cultural”; as afirmações do ministro da Educação, Abraham Weintraub, de que a redução de verbas para as universidades federais devia-se ao plano do governo de eleger a Educação Básica como prioritária e o corte significativo de verbas para a educação e pesquisa.

Como resultado desse discurso, o governo Bolsonaro acirrou a polarização política que vinha desde a campanha eleitoral, principalmente no que diz respeito às discussões relacionadas à educação. Com uma postura radical conservadora, instituiu um “nós” (governo e apoiadores de direita), que sabemos como a educação deve ser, *versus* um eles (todos que não comungam com os ideais do governo a respeito da educação). Essa polarização vai impactar diretamente nos comentários dos usuários das mídias sociais e da internet quando membros do governo apresentam erros relativos à norma padrão que a postura conversadora assumida por eles enaltece.

A NORMA PADRÃO E O PURISMO LINGUÍSTICO

Os estudos em sociolinguística variacionista, nas últimas décadas, contribuíram para a descrição da realidade linguística do Português Brasileiro, colocando em evidência uma variedade de usos, os quais sofrem valorização, em virtude do *status* social de seus falantes. Ou seja, a tais variedades, pode-se atribuir certo grau de prestígio ou de estigmatização. Nesse caso, as variedades de prestígio são tomadas como exemplo de padrão ou norma, dependendo do grau de adequação na situação de comunicação (cf. CAMACHO, 2013). Posto isto, é fundamental discutir o que se entende por norma linguística.

Para Castilho (2004, p. 29), em sentido amplo, a norma pode ser entendida como “um fator de coesão nacional” e, em sentido restrito, “como os usos e as atitudes de uma classe social de prestígio”. Essas considerações, de certa forma, retomam a tradicional e necessária distinção entre norma culta e norma padrão, como já destacavam Lobo e Lucchesi (1988).

Faraco (2004) contribui com as discussões ao destacar que a norma se define pelos usos linguísticos comuns em determinado grupo social, o que aponta para a existência de diferentes normas. Por essa razão, é possível falar em norma urbana, norma rural, norma urbana da periferia, a norma informal da classe média

urbana etc. Além disso, o fato de o falante fazer uso de uma dessas normas revela uma questão importante, segundo o autor – o senso de pertencimento do indivíduo a determinado grupo social:

Como a respectiva norma é fator de identificação do grupo, podemos afirmar que o senso de pertencimento inclui o uso da forma de falar característica das práticas e expectativas linguísticas do grupo. Nesse sentido, a norma, qualquer que seja, não pode ser compreendida apenas como um conjunto de formas linguísticas; ela é também (e principalmente) um agregado de valores socioculturais articulados com aquelas formas. (FARACO, 2004, p. 39).

É importante salientar que as considerações de Faraco (2004) reforçam a noção de norma como uso. Portanto, se há diferentes usos, haverá também diferentes normas linguísticas. Além disso, o autor ainda destaca o papel da norma como fator de identificação do grupo social e, conseqüentemente, do próprio indivíduo, tendo em vista que a língua concentra em si valores sociais e culturais.

Ainda quanto às discussões sobre as normas linguísticas, Faraco (2008) detalha a distinção entre “norma culta” e “norma padrão”. A norma culta se caracteriza pela adequação e rigor gramatical e predomínio do uso das formas linguísticas prestigiadas. Além disso, em virtude de seu uso ser mais recorrente em espaços onde circulam pessoas letradas, predominantemente, a norma culta se reveste de certo “prestígio” nas relações sócio-históricas, o que se observa ao longo dos tempos, até os dias atuais.

Ante o aspecto valorativo atribuído ao uso linguístico das classes mais elitizadas/intelectualizadas, conseqüentemente, se estabelece um contraste entre o falar culto e os falares populares, oriundos de classes desprestigiadas, e o falar culto é definido como variedade de prestígio.

Assim, a norma culta se estabelece a partir de um padrão linguístico praticado em situações formais, com alto nível de monitoramento, pelos grupos sociais mais próximos da cultura escrita, logo, com maior escolarização. Há que se considerar também que foram os próprios falantes desses grupos que criaram

a expressão “norma culta”. Isso evidencia uma avaliação negativa e, de certa forma, preconceituosa, em relação aos falantes dos outros grupos que não fazem uso dessa norma.

Considerando que todas as normas estão sujeitas à variação, independentemente do grupo social que as utiliza, segundo Faraco (2004), a cultura escrita, associada ao poder social, busca neutralizar a variação, numa tentativa de padronização da língua, com o objetivo de uniformizar o seu uso, em vistas de uma norma estabilizada, a que o autor chama de “norma-padrão”.

A norma-padrão assume a escrita como parâmetro, visando a um processo de uniformização linguística, tanto na modalidade oral, como na modalidade escrita. A definição de uma variante como padrão pode ocorrer com base no valor de prestígio que algum grupo recebe da comunidade, o que leva os demais usuários da língua a assumir a variante desse grupo como norma para seu comportamento verbal. Nesse caso, o valor de correção implícito na noção de padronização contribui para que se consolide, entre os usuários da língua, o pensamento, mesmo que equivocado, de que a variante padrão corresponde à língua real. Além disso, usos linguísticos que não correspondem à norma padrão “são desqualificados socialmente e, como tal, cumpre corrigir” (CAMACHO, 2012, p. 11). O problema desse movimento é que se obtém um padrão linguístico ideal, muito abstrato e, conseqüentemente, difícil de ser alcançado, muito embora, em geral, dicionários, gramáticas e até mesmo livros didáticos escolares tenham esse objetivo.

Ao longo dos tempos, sempre houve um movimento de padronização linguística, como explica Faraco (2008). Já na antiguidade clássica, os gregos alexandrinos iniciaram um processo de padronização e normatização da língua grega, com a finalidade de conter a variação linguística ocasionada pela influência de outras línguas, durante o processo de expansão territorial. Na Europa, com a unificação política dos novos Estados em formação, no século XVI, a padronização também se mostrou necessária, em vistas a uma unidade linguística. Nesse caso, é o

falar das classes dominantes que serve de “modelo”, para a definição de uma norma padrão. As gramáticas e os dicionários tiveram papel importante, pois, além de descreverem a língua, serviam “como instrumentos de fixação de um padrão a ser tomado como regulador (normatizador) do comportamento dos falantes [...]” (FARACO, 2008, p. 74).

No Brasil, durante o século XIX, também houve um movimento normatizador. No entanto, ao contrário do que ocorreu em outros lugares, aqui, a norma padrão não foi “extraída” da fala culta da elite brasileira, mas a partir da escrita, melhor dizendo, de textos escritos do Romantismo português. Isso explica muito bem a relativa distância entre a norma padrão e a realidade linguística brasileira. É importante esclarecer, ainda, que esse movimento não ocorreu por uma imposição portuguesa, mas por influência da elite conservadora presente no Brasil, naquela época.

Como um resquício do projeto de padronização linguística iniciado no século XIX, ainda há, no Brasil, atitudes prescritivistas centradas num padrão ideal e que não consideram os usos das variedades cultas/comuns/*standard*. Com isso, ao longo dos séculos, foi se consolidando entre os brasileiros, uma espécie de “purismo linguístico” e uma cultura normativa muito forte. Trata-se da chamada “norma curta”, que, de acordo Faraco (2008), consiste num “conjunto de preceitos dogmáticos que não encontram respaldo nem nos fatos, nem nos bons instrumentos normativos, mas que sustentam uma nociva cultura do erro e têm impedido um estudo adequado da nossa norma culta/comum/*standard*” (FARACO, 2008, p. 92).

Assim, essa norma curta, estreita, presente em alguns manuais e compêndios gramaticais, sob o pretexto de preservar um padrão linguístico ideal, torna-se instrumento de opressão, visto que aqueles que não a dominam sofrem preconceito e exclusão. Como bem refletiu Gnerre (1992, p. 22): “a linguagem constitui o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder”. Nesse sentido, a língua se torna um espaço simbólico de poder e de disputa entre os diferentes grupos sociais, ou no caso deste

trabalho, de diferentes posições políticas. A oposição estabelecida entre as ditas normas de prestígio (norma culta e norma padrão) e as chamadas normas populares, de forma dicotômica e polarizada, de alguma forma, reflete a polarização social brasileira. Dentre os vários exemplos que poderiam ilustrá-la, destaca-se, aqui, todo o movimento de polarização política vivido no Brasil, nos últimos anos, e que se torna perceptível por meio da linguagem, como será demonstrado nas análises, a seguir.

POLARIZAÇÃO POLÍTICA, NORMA E PURISMO LINGUÍSTICO

Nesse primeiro momento de nossas análises, focamos nas postagens realizadas na rede social *Twitter* por seus usuários. Serão analisados os comentários relativos ao discurso proferido pelo presidente em visita oficial à Argentina e a uma postagem de seu filho, Carlos Bolsonaro, e o comentário correspondente sobre a comunicação falha da equipe de seu pai.¹

Em 6 de junho de 2019, em visita à Argentina, em seu discurso oficial, ao lado do presidente argentino Mauricio Macri, Jair Bolsonaro cometeu erros na pronúncia do verbo “conclamar”: “Essa passagem por aqui, como já era de se esperar, está sendo simplesmente excepcional. E eu 'conclomo'... 'canclomo'... conclamo ao povo argentino que Deus abençoe a todos eles”. Esses erros rapidamente viralizaram nas redes sociais. Abaixo, apresentamos postagens do *Twitter* a respeito desse episódio:

¹ Para preservar os usuários que não são pessoas públicas, elementos relativos à sua identidade foram omitidos.

Figura 2 – Postagem no Twitter com a fala de Bolsonaro.

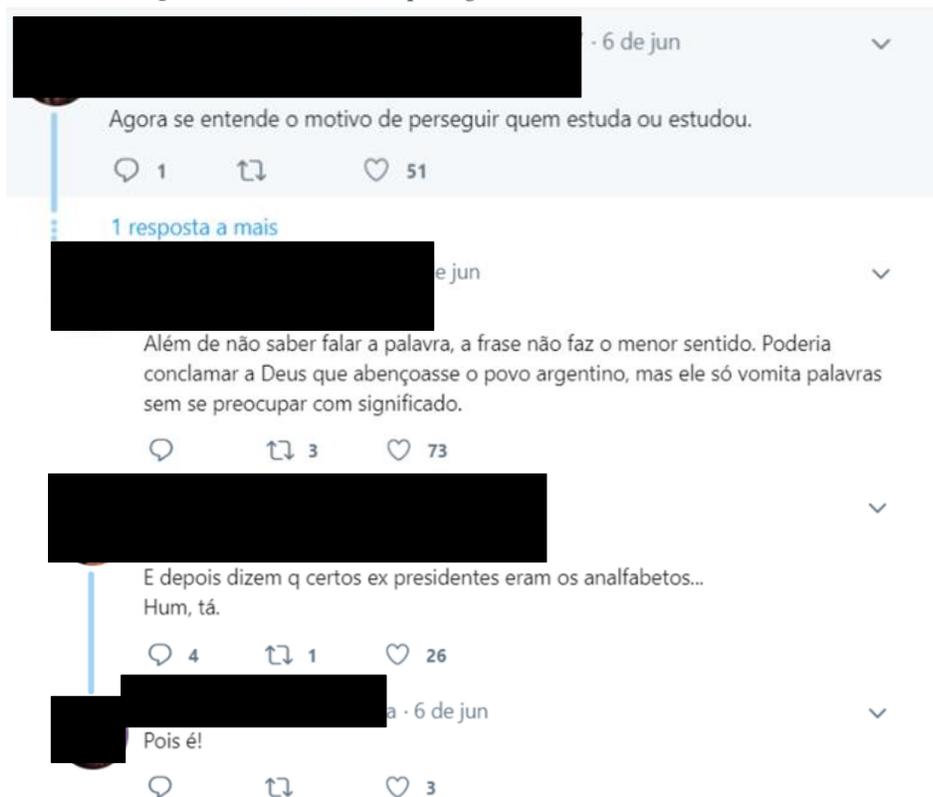


Fonte: Twitter.

Em sua postagem, o usuário recorta as realizações erradas do presidente, o que as enfatiza, desconsiderando os outros elementos da frase. O emprego do verbo “conclamar” é, em geral, mais restrito às situações formais de comunicação, principalmente escritas, portanto, pouco usado em situações triviais de fala, mesmo na norma culta. A própria realização fonética do verbo é difícil, em função de apresentar a repetição do fonema oclusivo /k/ seguido, respectivamente, da vogal nasal /õ/, da consoante lateral /l/ e vogal nasal /ã/ nas duas primeiras sílabas. Em virtude da complexidade da forma verbal, em uma situação de interação menos monitorada, tais erros até seriam admissíveis. No entanto, trata-se do Presidente

da República do Brasil em uma situação extremamente formal de uso da língua, o que acarreta uma sequência de comentários à postagem, como se observa na figura a seguir:

Figura 3 – Comentários à postagem da fala de Bolsonaro.



Fonte: *Twitter*.

Os *tweets* acima recortados demonstram a polarização estabelecida entre o conteúdo dos comentários e o discurso do governo relativo à educação. Neles percebemos a referência direta ou indireta aos erros cometidos pelo presidente. O primeiro enunciado “Agora se entende o motivo de perseguir quem estuda ou estudou” retoma o discurso governamental contra a educação e os professores, principalmente universitários, pressupondo que o presidente não

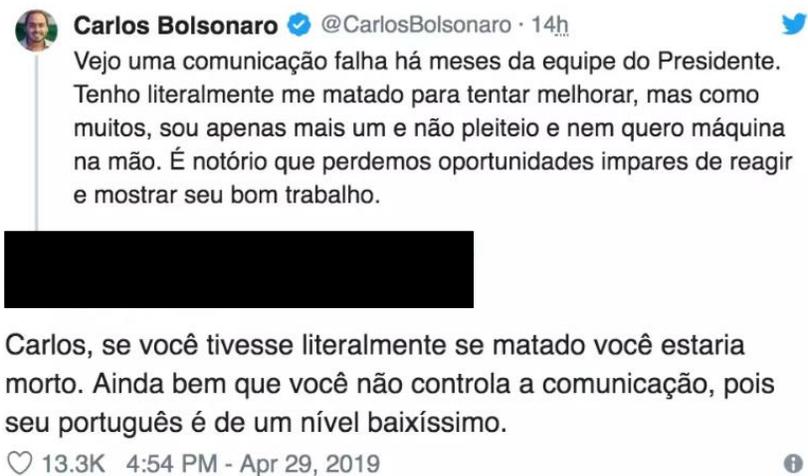
possui a educação formal e o registro linguístico de que deveria, pelas críticas estabelecidas por seu governo, ser representante.

No segundo comentário, o enunciado “Além de não saber falar a palavra, a frase não faz o menor sentido [...]” não se limita aos erros de pronúncia, mas destaca a inabilidade do presidente no uso da linguagem, pois amplia a crítica a elementos de ordem semântica, ao afirmar que “a frase não faz o menor sentido” e que o presidente “[...] vomita palavras sem pensar no significado”.

A polarização entre petistas e bolsonaristas evidencia-se no terceiro comentário, visto que o enunciado “E depois dizem q certos ex presidentes eram os analfabetos... Hum, tá.”, embora use o plural para generalizar, refere-se ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O petista era frequentemente criticado pela elite conservadora e chamado de analfabeto por não possuir curso superior e por fazer usos linguísticos que não estariam de acordo com a norma padrão e com as prescrições gramaticais. Ao utilizar a frase “Hum, tá” para fechar seu enunciado, a usuária apresenta um posicionamento contrário ao estabelecido no período anterior, demonstrando que, na verdade, é o presidente Bolsonaro, representante daqueles que criticavam/criticam Lula, que se coloca nessa posição. Por fim, o quarto comentário “Pois é!” apenas corrobora a afirmação anterior, alinhando-se em um posicionamento contrário ao que o presidente Bolsonaro representa em termos de educação.

Ainda em relação ao material retirado da mídia social *Twitter*, agora analisamos a postagem do filho do presidente e um comentário, cujo conteúdo se assemelha a outros realizados. Carlos Nantes Bolsonaro é o segundo filho de Jair Bolsonaro. Embora cumpra seu quinto mandato de vereador na cidade do Rio de Janeiro, tem permanecido grande parte do tempo em Brasília, atuando nos bastidores do Planalto, sendo denominado por alguns comunicadores como o “primeiro vereador federal do país”. Ele foi o responsável por criar as estratégias de comunicação nas redes sociais que ajudaram a eleger seu pai e seria o executor, segundo a imprensa, de certas mensagens do presidente no *Twitter*.

Figura 4 – Tweet de Carlos Bolsonaro.



Carlos, se você tivesse literalmente se matado você estaria morto. Ainda bem que você não controla a comunicação, pois seu português é de um nível baixíssimo.

Fonte: Twitter.

Na postagem realizada em 26 de abril de 2019, em que critica a equipe de seu pai quanto à falha na comunicação, Carlos faz uso indevido da expressão “literalmente me matado” para enfatizar seu esforço a fim de melhorar aspectos desse setor no governo. O advérbio “literalmente” significa “de maneira literal”, “entendido ao pé da letra”, o que remete ao uso da expressão em sua verdadeira acepção. Sintaticamente, portanto, o vocábulo “literalmente” não poderia funcionar como determinante do verbo “se matar”, no enunciado de Carlos, visto que indicaria seu suicídio, o que obviamente não ocorreu.

O comentário apresentando, assim como outros postados, ridiculariza/critica o erro que ele cometeu, o qual, em tese, não deveria ocorrer na fala de um indivíduo que tem domínio das normas de prestígio e de seu emprego em uma situação de interação formal. Além disso, o referido comentário esclarece o sentido da expressão utilizada: “Carlos, se você tivesse literalmente se matado, você estaria morto [...]”. Por ter sido o responsável pelas estratégias comunicativas durante a campanha e por mensagens

postadas nas redes sociais do presidente, espera-se que ele domine as regras gramaticais e lexicais da língua.

Em virtude de não dominar essas regras, a usuária critica diretamente o vereador: “Ainda bem que você não controla a comunicação, pois seu português é de um nível baixíssimo”. Por um lado, o comentário em tela chama a atenção em virtude do preciosismo linguístico contido nele. Ao dizer que o português de Carlos Bolsonaro “é de um nível baixíssimo”, com o uso do superlativo absoluto sintético, ao mesmo tempo, associa-se o “saber português” ao conhecimento das normas e desqualifica o vereador, justamente pelo suposto não domínio de tais normas. Essa atitude poderia enquadrar-se naquilo que Faraco (2008) denomina de norma “curta”. No entanto, nesse caso, é importante destacar que Carlos Bolsonaro representa o posicionamento conservador e radical da direita brasileira, inclusive no que diz respeito às questões de educação e, conseqüentemente, de ensino de língua. Portanto, postagem e comentário representam, respectivamente, cada um dos lados da polarização política e educacional brasileiras.

Passamos agora a nos dedicarmos às análises dos comentários postados em portais da internet responsáveis por veiculação de notícias e matérias do campo jornalístico. A primeira se refere ao erro cometido pelo ministro Sérgio Moro, ao pronunciar a palavra “cônjuge” duas vezes na audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, publicado pelo Portal Gripo Opinião – OP9.

O ex-juiz Sérgio Moro ganhou visibilidade nacional por julgar em primeira instância os crimes apurados pela Operação Lava Jato, considerada a maior investigação do país contra a corrupção, envolvendo empresários e políticos do alto escalão brasileiro. Foi alçado pela mídia à condição de herói nacional e ganhou apoio da população brasileira, sendo possível vermos, nas manifestações de rua, sua representação como super-homem em balões infláveis e o apoio de artistas globais no “MoroBloco”. Suas ações – por exemplo, o vazamento de áudio para a imprensa de conversa telefônica da então presidente Dilma Rousseff com Lula e o pedido de prisão

coercitiva deste último – fizeram com que o ex-presidente e principal concorrente de Bolsonaro, que tivera 80% de aprovação popular em seu mandato, ficasse impedido de concorrer ao pleito de 2018.

Essas ações, assim como outras durante a Operação Lava Jato, também influenciaram fortemente o apoio popular para o *impeachment* de Dilma. Com a posse de Bolsonaro, Moro foi nomeado ministro da Justiça e Segurança Pública do Brasil. Na Figura 5, apresentamos um print do portal com a notícia:

Figura 5 – Print da tela do Portal OP9.



The screenshot shows the OP9 website interface. At the top, there is a navigation bar with the OP9 logo, a menu with 'PRINCIPAL', 'EMISSORAS', and 'BLOGS', and a search bar labeled 'Busque no OP9'. Below the navigation bar, there is a 'MEME BR' tag. The main headline reads 'Vídeo: Moro chama cômjuge de “conge” e erro viraliza nas redes sociais'. A sub-headline states: 'Durante audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado na quarta-feira (27), ministro pronunciou a palavra “cômjuge” de forma errada por duas vezes'. The date and author are listed as 'Abril 3, 2019 às 09:14 - Por: Redação OP9'. Below the text is a video player showing a still of Sérgio Moro, Minister of Justice and Public Security, speaking at a hearing. The video player has a red play button in the center and controls for 'Assistir mais tarde' and 'Compartilhar'. Below the video player, the text continues: 'O ministro da Justiça, Sérgio Moro, se tornou um dos assuntos mais comentados da internet ao cometer um erro crasso de português. Durante audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado na quarta-feira (27), Moro pronunciou a palavra “cômjuge” de forma errada por duas vezes, falando “conge”.'

Fonte: Portal Grupo Opinião (2019).

No diz respeito à variação linguística, a forma “conge” utilizada pelo ministro corresponde a uma síncope em proparoxítone, que ocorre quando um ou mais sons são suprimidos em sílaba átona postônica de um vocábulo, como em árvore/arvre e relâmpago/relampo, fenômeno mais comum entre falantes com menor nível de escolaridade. Por essa razão, é altamente estigmatizado.

Ao utilizar o vocábulo, por se tratar de uma forma estigmatizada de um falante sem/com pouca escolarização, o ministro virou meme na internet, sendo duramente criticado, pois ele, como ex-juiz e atual ministro da Justiça, é representante da esfera jurídica, tomada como referência de purismo linguístico. Em resposta às críticas, seus apoiadores partiram em sua defesa, como pode ser visto em comentários do Portal Grupo Opinião – OP9, apresentados a seguir na Figura 6:

Figura 6 – Comentários dos leitores.

É triste ver como as pessoas são arrogantes. Tenho certeza que grande parte dessas pessoas não estudaram 50% do que o ministro Moro estudou, porém lá estão... falando do erros de português dos outros. Erros acontecem com todos, mas sempre é fácil apontar e diminuir os outros pelos seus erros. Mais triste é ver a que ponto chegou o jornalismo..tornou-se minúsculo, servindo aos seus próprios interesses. A imprensa não está acima de tudo e de todos, ela não é juiz e deveria atender a sua principal função, informar com imparcialidade. Recentemente temos visto opiniões veiculadas como se fossem fato. A imparcialidade, ah...ela passa longe.

Curtir · Responder · 3 · 30 sem

Os bolsominios aceitam tudo de seus ídolos (ou como diz o povo "fãs").

Curtir · Responder · 1 · 30 sem

As pessoas deveriam investigar se na terra do Moro o linguajar seja esse, a convivencia faz que falassemos o mesmo linguajar, pode ser o mais inteligente, mas infelizmente as pessoas estão preocupados em derrubar para sentir sua alta estima intelectual, um bando de bostas, lula, dilma falaram um monte de besteira ai os esquerdista se calaram

Curtir · Responder · 30 sem

Auto estima!!! Vejo que vc é adepta do Moro. Kkkkkk

Curtir · Responder · 1 · 30 sem

O senhor pode escorregar no português quantas vezes o senhor quiser.O seu humor é bom demais

Curtir · Responder · 30 sem

Fonte: Portal Grupo Opinião (2019).

Três comentários se colocam em defesa de Moro, apontando aspectos diferenciados em relação ao erro cometido. Já os dois que marcam a polarização, são respostas aos comentários feitos.

No primeiro, são classificados como “arrogantes” aqueles que ridicularizam o ministro em virtude da forma utilizada: “É triste ver como as pessoas são arrogantes. Tenho certeza que grande parte dessas pessoas não estudaram 50% do que o ministro Moro estudou, porém lá estão... falando do erros de português dos outros”. Além disso, essa leitora também critica a imprensa, visto que a matéria enfatizava o erro de Moro. Em resposta ao comentário favorável ao ministro, outro leitor, em seu enunciado, marca sua oposição: “Os bolsominions aceitam tudo de seus ídolos (ou como diz o povo fã)”. A polarização é marcada pela escolha lexical dos itens “ídolos” e “fãs”, visto que tais palavras não são geralmente utilizadas para se referir a políticos, demonstrando o caráter afetivo e não ideológico da primeira postagem (cf. FUCKS ; MARQUES, 2020).

O segundo comentário, que também defende o ministro Moro, procura justificar o emprego indevido da forma “conge”, com argumento relativo à variação linguística: “As pessoas deveriam investigar se na terra do Moro o linguajar seja esse, a convivência faz com falássemos o mesmo linguajar, pode ser o mais inteligente [...]”. Assim, o erro cometido seria resultado de uma possível variação dialetal, pois a fala do ex-juiz corresponderia a um reflexo da variante linguística utilizada em sua região. Segundo o leitor, apontar o erro cometido por Moro evidencia uma atitude que desqualifica o outro por meio dos usos linguísticos que realiza. Nesse caso, o domínio das normas da língua está relacionado à intelectualidade, o que fica marcado no comentário do referido leitor: “[...] mas infelizmente as pessoas estão preocupados em derrubar para sentir sua alta estima intelectual [...]”. Por fim, o leitor, em seu comentário, classifica aqueles que criticam o ministro como “um bando de bostas”, como “esquerdistas” e cita explicitamente os ex-presidentes Lula e Dilma, marcando assim a polarização político-partidária, como se verifica no fragmento: “[...]”

um bando de bostas, lula, dilma falaram um monte de besteira ai os esquerdistas se calaram”.

Em resposta ao segundo comentário postado, uma leitora destaca sua oposição ao discurso anterior, ao dizer: “Auto estima!!! Vejo que vc é adepta do Moro. Kkkkkk”. A leitora em questão inicia sua resposta empregando o vocábulo “Auto estima”, seguido de três pontos de exclamação, com a finalidade de corrigir a forma escrita no comentário postado (“alta estima”). Ao afirmar: “Vejo que vc é adepta do Moro”, a palavra “adepta” sugere duas interpretações: que o autor do comentário se identifica com o discurso de Sérgio Moro e o apoia, ou que o autor, assim como o ministro, também comete “erros de português”.

O último comentário do recorte apresentado – “O senhor pode escorregar no português quantas vezes o senhor quiser. O seu humor é bom demais” – é significativo pela escolha do vocábulo “escorregar”, cujo sentido direciona argumentativamente que o erro cometido pelo ministro foi apenas um desliz, resguardando, dessa forma, o lugar de representante da norma culta e padrão do ex-juiz. O caráter mais afetivo e não de defesa ideológica dos posicionamentos políticos do ministro evidencia-se quando o leitor acrescenta um elogio à pessoa de Moro – o seu bom humor – pelo qual ele não é conhecido.

O outro recorte de portal da internet que veicula comentários a respeito de matéria do campo jornalístico refere-se aos erros do ministro da Educação que os leitores não poderiam cometer em avaliações do Enem. Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub é economista e professor da Universidade Federal de São Paulo. Foi nomeado ministro da Educação do governo Bolsonaro, em substituição a Ricardo Vélez Rodríguez. O atual ministro é conhecido por suas falas excêntricas, pelas constantes polêmicas envolvendo questões da pasta que ocupa e por seus erros de língua, que rapidamente viralizam na internet, onde foi chamado de “ministro da Educassão”.

Na matéria do portal, as gafes e os erros do ministro são apresentados como “deslizes” que qualquer um pode cometer ao

escrever um texto. No entanto, ressalta-se que, para se obter uma boa nota na redação do Enem, demonstrar o domínio da norma culta da língua portuguesa na escrita é necessário, e que os erros cometidos por Weintraub tirariam pontos do candidato. Dessa forma, a matéria estabelece uma relação entre os erros cometidos por um integrante do governo Bolsonaro, justo o responsável pela educação, com a avaliação do Enem, duramente criticada, como vimos, pelo presidente, membros de seu governo e apoiadores.

A seguir apresentamos, como Figura 7, print da manchete e da foto da matéria do portal UOL:

Figura 7 – Print da manchete referente ao ministro da Educação.

11 erros do ministro da Educação que você não pode cometer no Enem



Fonte: Santos (2019).

A matéria publicada no Portal UOL aponta diversos “erros de português” (concordância, regência, ortografia, pontuação, emprego de gírias, uso de pronomes e de troca de palavras) cometidos pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, em diferentes ocasiões.

Embora tratados como erros, alguns fenômenos citados, na realidade, poderiam ser considerados casos de variação linguística típicos do Português Brasileiro, como já demonstraram inúmeras pesquisas na área da Sociolinguística Variacionista como, por

exemplo, a realização variável da concordância e da regência e o uso de gírias. A ênfase dada aos “erros de português” do ministro, por um lado, exemplifica a atitude purista e preciosista de muitos falantes da língua, que classificam como erro os usos linguísticos que se distanciam da norma padrão e que não seguem o rigor das prescrições da gramática normativa. Por outro lado, os erros de Weintraub são duramente criticados, pelo fato de que, por fazer parte do governo Bolsonaro, o ministro também representa o conservadorismo exagerado em diversas áreas, razão pela qual não poderia cometer tais erros. Dentre os quatro comentários de leitores, tomados aqui para análise, três criticam os erros cometidos pelo ministro e apenas um se posiciona de forma contrária aos demais, como se verifica na Figura 8, a seguir:

Figura 8 – Comentários da matéria sobre os erros do ministro da Educação.

The image shows a screenshot of three social media comments. Each comment is from a user whose name is redacted with a black box. The first comment is from 2 weeks ago and reads: "Percebam a contradição, o cara é inepto porém ministro. ...e eu preciso estudar para ser assalariado! No país das covardias que fala mais (mesmo que errado) é rei." It has 0 likes and a "Responder" button. The second comment is also from 2 weeks ago and reads: "NINGUÉM ACREDITA NA FOICEUOL ENEM EM SEUS ESPECIALISTAS!! MITO REELEITO NO PRIMEIRO TURNO! MORO IDEM EM 2030! COM OU SEM O PRESIDÁRIO!!" It has 0 likes, a "Responder" button, and a "Respostas (1)" dropdown menu. The third comment is from 3 weeks ago and reads: "Em resumo, um ministro da Educação que não seria aprovado em uma prova simples do Ensino Médio, quiçá do Fundamental. O que não surpreende, visto que o chefe do governo não consegue concatenar duas frases com sentido em uma fala, além de ser corrupto..." It has 1 like and a "Responder" button.

Fonte: Santos (2019).

No primeiro comentário, o autor faz a seguinte afirmação: “Percebam a contradição, o cara é inepto porém ministro... e eu preciso estudar para ser assalariado! No país das covardias que fala mais (mesmo que errado) é rei.” De acordo com o referido comentário, o ministro é desqualificado (“inepto”) em virtude dos erros que cometeu. Quando o leitor afirma “... e eu preciso estudar para ser assalariado!”, a formação acadêmica do ministro também é desqualificada e questionada. A crítica se acentua com a constatação de que alguém que é considerado incompetente é ministro da Educação, função de prestígio e bem remunerada, enquanto o leitor, autor do comentário em análise, precisa se capacitar para ser assalariado.

No segundo comentário que critica o ministro, o leitor afirma “Só falta as penas.”, recorrendo, assim, ao dito popular que afirma: “Para burro, só faltam as penas!”. A utilização do referido ditado, nesse contexto, se apresenta como uma forma de desqualificar o ministro, pois se, para ser considerado burro (incapaz), só lhe faltam as penas e como burro não tem penas, por inferência, confirma-se sua incapacidade e incompetência para o cargo.

O terceiro comentário de crítica retoma o tema da matéria, ou seja, a relação entre os erros cometidos pelo ministro e a prova do Enem, destacando, inclusive, que em virtude de seus erros, possivelmente, ele não seria aprovado no exame, nem mesmo em uma avaliação menos exigente, como se verifica no enunciado produzido pelo leitor: “Em resumo, um ministro da Educação que não seria aprovado em uma simples prova do Ensino Médio, quiçá do Fundamental. O que não surpreende, visto que o chefe do governo não consegue concatenar duas frases com sentido em uma fala, além de ser corrupto...”. Nesse caso, a desqualificação do ministro se dá quando o leitor o associa ao “chefe do governo”, ou seja, o presidente Jair Bolsonaro, classificado como incompetente e corrupto.

A última postagem selecionada se refere a um comentário que se opõe aos anteriores, pois não critica os problemas de linguagem do ministro da Educação, como se verifica a seguir: “NINGUÉM ACREDITA NA FOICEUOL Enem EM SEUS ESPECIALISTAS!

MITO REELEITO NO PRIMEIRO TURNO! MORO IDEM EM 2030! COM OU SEM O PRESIDÁRIO!". A postagem em tela ilustra bem a polarização política existente no Brasil, demonstrada, aqui, a partir da matéria que aponta os erros de português cometidos pelo ministro da Educação. No comentário em questão, o leitor enaltece, diretamente, a figura do presidente Jair Bolsonaro, chamado de "mito" pelos seus apoiadores. Com isso, podemos interpretar que, indiretamente, as formas elogiosas se estendem também ao ministro Abraham Weintraub. Ao mesmo tempo, o enunciado procura desacreditar o trabalho realizado por especialistas do UOL e pelo próprio portal, o que fica evidente na afirmação: "NINGUÉM ACREDITA NA FOICEUOL Enem EM SEUS ESPECIALISTAS!!". Tal afirmação repercute declarações negativas por parte do presidente e de seus seguidores, no sentido de desqualificar veículos de informação que tecem críticas ao governo. Também chama a atenção o fato de que o comentário foi escrito todo com letras maiúsculas, o que, segundo as convenções da internet, é uma forma de representar a fala gritada de uma pessoa.

Na continuidade do comentário, vemos a polarização política bem marcada, visto que o leitor já considera, como certa, a reeleição do presidente, embora o governo de Bolsonaro ainda esteja em seu segundo ano ("MITO REELEITO NO PRIMEIRO TURNO!"). Também antecipa a eleição do atual ministro da Justiça, no pleito de 2030: "MORO IDEM EM 2030!". As vitórias de ambos se posicionam diametralmente opostas a Lula como possível candidato concorrente, que se encontra encarcerado: "COM OU SEM O PRESIDÁRIO!!".

As análises realizadas a partir de postagens em redes sociais, como o *Twitter*, e em sites de notícias da esfera jornalística focalizaram questões relacionadas à norma padrão, ao purismo linguístico e à polarização política. Como já discutido durante este capítulo, em diferentes épocas, ocorreram movimentos de padronização linguística, tomando-se, como referência, a variante utilizada por falantes considerados cultos. O resultado disso foi a

definição de uma norma idealizada, abstrata e que, de certa forma, se distancia da realidade linguística brasileira.

De forma geral, os movimentos de padronização da língua objetivam neutralizar os efeitos da variação linguística, sobretudo quando esta se refere a usos linguísticos não contemplados na padronização, a fim de se conservar a pureza do idioma. Essa postura preciosista faz com que a norma padrão seja tomada como única possibilidade de realização da língua, excluindo, portanto, outras variantes possíveis. Isso, de certo modo, é incoerente, pois a norma padrão, efetivamente, não existe como variante de uso, mas apenas como uma referência ideal de como a língua poderia ou deveria ser realizada. Nos dizeres de Camacho (2013, p. 56):

A discussão desse assunto costuma enveredar para um campo aparentemente neutro, em que se entende por padronização o processo de escolha entre as variantes para obter uniformização em alguns usos mais formais da modalidade oral e da modalidade escrita. Entretanto, essa noção tem valores simbólicos que ultrapassam muito seus aspectos puramente pragmáticos. Mesmo nos casos em que o processo padronizador é atribuído ao trabalho das academias, as pessoas acreditam que a língua apresentada nas gramáticas e nos dicionários é a mais correta, sendo as demais variedades incorretas.

Conforme sinaliza o autor, uma variante pode ser definida como padrão, quando as gramáticas prescritivas assumem essa variante como a mais prestigiada, o que acaba sendo ratificado, institucionalmente, pela escola, pelo sistema jurídico e pelo sistema político. Enfim, uma variante torna-se padrão, a partir do momento em que seu uso se torna regular, ou seja, relativamente frequente por parte da classe mais prestigiada socialmente, tornando-se, portanto, padrão ideal para os demais membros da comunidade (Cf. BRANDÃO-SILVA, 2017, p. 46).

Nas análises realizadas, neste capítulo, destacamos os erros cometidos, no âmbito da língua, pelo presidente Bolsonaro e por pessoas ligadas a ele, como seu filho e seus ministros de Estado, os quais foram severamente criticados nas postagens e nos comentários analisados. Esses erros se colocam como os motivadores dos

enunciados que se confrontam e demonstram a polarização das posições assumidas pelos usuários e leitores; e, por esta razão, eles contribuem para que a língua se torne um espaço simbólico de disputas políticas e ideológicas, ou seja, um espaço de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao colocar-se ideologicamente na extrema-direita, os participantes do governo de Jair Bolsonaro e seus partidários adotam uma imagem conservadora, inclusive no que diz respeito à educação. Por não corresponderem a tal imagem, ao usarem vocábulos inadequados, cometerem erros ortográficos e não seguirem a norma padrão, contradizem seus próprios posicionamentos em relação à política educacional de governos de esquerda anteriores.

As análises demonstram que a polarização criada entre as duas posições político-partidário-ideológicas no contexto brasileiro, ganha espaço de disputa também em fenômenos de uso da língua, seja oral, seja escrita. Os comentários tanto do *Twitter* quanto dos portais de notícias apresentam, inclusive de forma explícita, diferenças ideológicas, partidárias e até afetivas daqueles que se colocam como seguidores do governo de Bolsonaro e os demais.

Alguns dos casos apresentados poderiam ser tratados como fenômenos variáveis (concordância, regência, síncope em proparoxítonas), mas todos são abordados nos comentários como erros, contradizendo a premissa de que a língua, naturalmente, está sujeita à variação. Neste espaço de polarização, em que fatos de língua se tornam o lugar de disputa, os usos linguísticos que não estão de acordo com a norma padrão são veementemente rechaçados, revelando, dessa forma, uma atitude preciosista que resulta em um purismo linguístico exacerbado.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO-SILVA, F. **A abordagem da variação linguística no ensino de língua portuguesa em instituições públicas de ensino do estado do Paraná**. 2017. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.
- CAMACHO, Roberto Gomes. Norma e preconceito social. **Sociodialeto**, v. 1, n. 6, p. 1-15, 2012.
- CAMACHO, R. G. **Da linguística formal à linguística social**. São Paulo: Parábola, 2013.
- CASTILHO, A. T. Variação dialetal brasileira e ensino institucionalizado da Língua Portuguesa. *In*: BAGNO, M. (org.). **Linguística da Norma**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2004. p. 27-36
- FARACO, C. A. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. *In*: BAGNO, M. (org.). **Linguística da Norma**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2004. p. 37-62.
- FARACO, C. A. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola, 2008.
- FUCKS, M. ; MARQUES, P. Afeto ou ideologia: medindo polarização política no Brasil? **Anais...** 12º Encontro ABCP. Democracia e Desenvolvimento. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (PB), 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Mario-Fuks/publication/346574826_Afeto_ou_ideologia_medindo_polarizacao_politica_no_Brasil/links/5fc80943a6fdcc697bd44db6/Afeto-ou-ideologia-medindo-polarizacao-politica-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.
- GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- HANSEN, J. R. ; FERREIRA, M. A. S. Da polarização à busca pelo equilíbrio: as relações entre internet e participação política. **Revista Eletrônica de Ciências Políticas**. v. 9, n. 1, p. 5-20, 2018,

Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/56124/35202>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

REIS, M. M. ; JOÃO, C. B. L. A polarização política brasileira e os efeitos (anti) democráticos da democracia deliberativa. **Revista de Teorias do Direito e Realismo Jurídico**. v. 5, n. 1, p. 1-22, jan/jun 2019. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/cc6a/e4292eec4e52da415d0f6da86eaf234bf647.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2020.

LOBO, T. ; LUCCHESI, D. Gramática e ideologia. **Sitientibus**, Feira de Santana, v. 10, n. 8, p. 73-81, 1988.

SANTOS, C. 11 erros do ministro da Educação que você não pode cometer no Enem. **UOL**. São Paulo, 15 out. 2019. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/10/15/veja-erros-do-ministro-da-educacao-que-voce-nao-pode-cometer-no-Enem.htm>>. Acesso em: 20 out. 2019.

VICENTE, J. G. V. ; AZEVEDO, M. L. Jornadas de Junho: polarização, fanatismo e as mudanças no cenário político no brasil. **Revista Khora**, v. 5, n. 6, 2018. Disponível em: <<http://site.feuc.br/khora/index.php/vol/article/view/138>>. Acesso em: 25 maio 2020.

VÍDEO: Moro chama cônjuge de “conge” e erro viraliza nas redes sociais. **Portal Grupo Opinião**. Natal, 3 abr. 2019.

PARA HISTÓRIA DO PB EM MARINGÁ-PR: A VARIAÇÃO NÓS E A GENTE NOS SUJEITOS SENTENCIAIS NA FALA DOS PRIMEIROS MORADORES

Gabriele Pecuch
Hélcio Batista Pereira

INTRODUÇÃO

Muitos estudos já se dedicaram à variação de *nós* e *a gente* no Português Brasileiro. Só para ficar em algumas pesquisas, que apresentaremos mais adiante, poderíamos mencionar Omena (1986), Fernandes e Gorski (1986), Lopes (1998), Seara (2000), Borges (2004), Ramos, Bezerra e Rocha (2009), Tamanine (2010), Franceschini (2012), Mendonça (2012), Maia (2009) e Campos (2019).

Este trabalho se propõe a contribuir para a discussão, examinando esse mesmo fenômeno na fala dos primeiros habitantes de Maringá, cidade do noroeste paranaense, criada no final da primeira metade do século XX. Mas poderia se perguntar: qual a justificativa de oferecermos um novo estudo de um tema já tão estudado?

Como veremos adiante, de forma mais detalhada, assumimos aqui a necessidade de recompor as muitas Histórias que o Português vivenciou no Brasil. Em um país com dimensões continentais, cujo processo de colonização se deu de forma complexa do ponto de vista linguístico - em contexto caracterizado por ser multilíngue (o Português esteve sempre em contato com diversas outras línguas) e multidialetal (a heterogeneidade linguística foi sempre intensificada por processos migratórios internos) -, não há porque se contar apenas a História da Língua das capitais e das cidades mais populosas do Brasil como se essa fosse válida, sem pontuações para todas as localidades aqui existentes.

Nesse sentido, entendemos que reconstituir a variação e a História linguística de cidades como Maringá, cuja formação urbana é recente, é parte do desafio que se coloca aos linguistas de hoje. Acreditamos que este esforço, para além de descrever os tons linguísticos locais, pode contribuir para a compreensão do processo mais geral da língua no Brasil. A recência da formação urbana permite a observação da História da Língua de modo bem próximo, com registros dos usos linguísticos pelos primeiros habitantes do lugar. Os resultados encontrados nesse tipo de estudo podem talvez permitir, desse modo, a compreensão de processos mais antigos da expansão do Português no país.

Nas seções que se seguem, traremos os resultados dessa nossa primeira pesquisa com os dados da cidade. Inicialmente, apresentaremos nosso aporte teórico-metodológico e, depois, de modo rápido, alguns dos principais estudos sobre o fenômeno variável que escolhemos. Recuperaremos, a seguir, o contexto histórico da formação de Maringá a partir da década de 1940, além de apresentar nossos informantes, com dados biográficos e identitários apreendidos de suas entrevistas. Por fim, procuraremos descrever os usos linguísticos de *nós* e *a gente* que encontramos, mapeando seu movimento mais geral e seus contornos individuais.

ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Este trabalho pretende contribuir para a pesquisa da História Social do Português Brasileiro, apoiando-nos na Sociolinguística Variacionista. Assim entendemos que a língua é marcada sempre por heterogeneidade e a homogeneidade não passa de uma ilusão (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p.125). Partindo disso, entendemos que não há porque se falar em uma História (Social ou não) do Português Brasileiro, mas em Histórias - no plural. Como afirma Callou (2015): “Não se pode compreender o Brasil atual e o português brasileiro, sem antes analisar o modo pelo qual cresceu e se diversificou o país, em sua vasta extensão territorial. Não haveria,

assim, uma história, mas várias histórias do português brasileiro” (CALLOU, 2015, p. 73). Daí sustentarmos a necessidade de produção de pesquisas locais - como a que apresentamos neste trabalho sobre Maringá-PR - revisitando velhos temas já identificados como marcas do processo de formação do Português Brasileiro.

Mais precisamente, nosso trabalho pretende se filiar à “terceira onda” da Sociolinguística, conforme descrita por Eckert, (2005). Nesse modo de realizar pesquisa sociolinguística, abandona-se o conceito de “comunidade de fala”, optando-se pelo de “comunidade de prática”, assim definida: *“Communities of practice are a context for organizing one’s engagement in socially meaningful activities, and therefore a context for developing a sense of oneself as an agent in the world, as a social person”*¹ (WENGER, 1990, p. 180).

Em uma “comunidade de prática”, as pessoas se engajam para realização de uma determinada atividade, compartilhada com outros membros. E para tal engajamento, lançam mão de usos específicos da língua, dentre outros recursos simbólicos. Como explica Eckert (2000, p. 35), nessas comunidades, as identidades individuais e de grupo são construídas, e há processos simbólicos que ligam os indivíduos aos grupos, e os grupos ao contexto social no qual eles ganham significado. Desse modo, passamos a definir uma comunidade não por seus contornos populacionais, mas “[...] por seu engajamento social - afinal de contas a linguagem serve a esse engajamento -, e não ao lugar ou às pessoas como uma coleção de indivíduos” (ECKERT; MCCONNELL-GINET, 2010, p. 95).

Assim, as categorias locais são vistas como sendo constituídas a partir de posições comuns dos membros no interior da “comunidade de prática”. Na comunidade, os participantes passam a se reconhecer como um grupo, associando determinado uso de recursos linguísticos e, portanto, um determinado estilo,

¹ “As comunidades de prática são um contexto para organizar o envolvimento de alguém em atividades socialmente significativas e, portanto, um contexto para desenvolver um senso de si mesmo como um agente no mundo, como uma pessoa social” (tradução nossa).

adotados nas práticas como marcas identitárias. Cabe ao pesquisador relacionar a variação a essas práticas - não mais se limitando a categorias sociais estanques, como sexo, escolaridade, origem geográfica.

O desafio está em descobrir como o significado social é acoplado a uma variável linguística. A geração de um uso mais ou menos intencional e enfático de uma variável pode ser creditada a um gênero discursivo, mas também a indivíduos que se tornam ícones culturais em determinadas comunidades de prática. O comportamento de um dos membros pode colocá-lo na posição chave de construir o significado de uma variável para o resto da comunidade. Por esse viés, o estilo não é apenas o produto ou o lugar da construção do significado social, mas a prática que torna possível a negociação desse significado (OLIVEIRA; PEREIRA, 2020, p.193).

Diante desse desafio, recorreremos aos seguintes procedimentos metodológicos para estudo da variação entre *nós* e *a gente* nos sujeitos sentenciais da fala dos primeiros habitantes de Maringá: 1) constituímos um *corpus* de análise com 6 entrevistas (de acesso público na Gerência de Patrimônio Histórico do município de Maringá e no site Maringá Histórica²) realizadas com moradores que participaram do processo de formação da cidade, tendo se transferido para lá nas décadas de 1940 e 1950; 2) identificamos trabalhos relevantes de pesquisa histórica que se dedicaram ao tema da formação histórica da cidade; 3) buscamos compreender os resultados dos diversos estudos que tomaram por objeto a variação de *nós* e *a gente* como sujeitos sentenciais no Português Brasileiro; 4) realizamos a análise quantitativa de usos do fenômeno variável que nos propusemos a investigar; 5) a partir das entrevistas usadas como *corpus* de análise, realizamos um perfil biográfico e um levantamento de informações que evidenciassem os contornos identitários de nossos informantes; 6) procuramos aproximar os usos linguísticos aos dados biográficos e identitários dos nossos informantes.

² Disponível em <https://www.maringahistorica.com.br/>.

Nas seções a seguir, mostraremos os resultados que obtivemos a partir desses procedimentos.

REVISITANDO OS ESTUDOS DA VARIAÇÃO DE *NÓS* E *A GENTE* NO PB NA FUNÇÃO DE SUJEITO

Alguns trabalhos já se propuseram a analisar a variação entre *nós* e *a gente* em diferentes localidades do Brasil. Maia (2009) verificou a ocorrência dessas formas pronominais no estado de Minas Gerais, mais especificamente, nas cidades de Belo Horizonte e Pombal. No Rio Grande do Sul, Borges (2004) levantou a variação nos municípios de Jaguarão e Pelotas. Já, em Santa Catarina, as variáveis foram analisadas em Florianópolis (SEARA, 2000) e em Concórdia (FRANCESCHINI, 2012). O fenômeno foi estudado, ainda, por Tamanine (2010) em Curitiba-PR, por Mendonça (2012) em Vitória-ES, por Campos (2019) em Belém-PA, e por Ramos, Bezerra e Rocha (2009) em São Luís-MA.

Por sua vez, em um estudo realizado com base em dados do NURC Brasil, Lopes (1998) analisou o Português Brasileiro falado culto. Em sua pesquisa, a autora demonstrou que a forma *nós* é favorecida por alguns contextos: 1) quando o antecedente é um sujeito vazio com verbo na primeira pessoa do singular ou quando é um *nós* explicitamente realizado; 2) entre os falantes homens e mais idosos; 3) quando a saliência fônica se mostra mais alta; 4) nos contextos com maior grau de determinação; 5) nos tempos verbais pretérito perfeito do indicativo, futuro do subjuntivo ou pretérito imperfeito do subjuntivo; 6) quando há verbos de opinião (em estruturas como “eu acho que”); e 7) para informantes de Porto Alegre. Por outro lado, a forma *a gente* seria favorecida: 1) quando a forma anterior compreende um sujeito vazio com verbo na 3ª pessoa do plural ou quando a forma antecedente consiste em um sujeito *a gente* realizado de forma explícita; 2) quando o falante é jovem e mulher; 3) nos níveis de saliência fônica (entre a forma verbal singular e a plural) mais baixos; 4) quando há um grau de indeterminação mais elevado; 5) no presente do indicativo, no

gerúndio e no infinitivo; 6) quando modalizadores como “poder” e “dever” estão presentes; e 7) para falantes do Rio de Janeiro.

Também voltada à fala dos cariocas, Omena (1986) trabalhou com o uso de *nós* e *a gente* na função sintática de sujeito, partindo de dados provenientes de informantes do Projeto Censo Linguístico do Rio de Janeiro, que tinham concluído o ensino médio. O estudo mostrou que há mais probabilidade de *a gente* ocorrer quando o falante utiliza essa forma e, em seguida, mantém a sequência discursiva sem alterações do referente. Já com *nós*, o uso subsequente é mais provável sempre que a forma foi empregada inicialmente e a referência foi mantida. Observando que *a gente* seria mais usado nas faixas etárias mais jovens, a pesquisadora apontou indícios de um processo de mudança linguística.

Outro estudo relevante acerca da variação de *nós* e *a gente* é o de Fernandes e Gorski (1986), que afirmaram que a ambiguidade da forma da segunda pessoa do plural do presente do indicativo e do pretérito perfeito do indicativo - em verbos como “cantar” - seria resolvida pelo falante, ao utilizar a desinência número pessoal *-mos* para expressar passado, deixando *a gente* como forma preferencial para expressar o presente.

Assim, em vista dos inúmeros estudos que partiram da variação destas formas pronominais, não pretendemos em nosso trabalho explorar aspectos diferentes dos já analisados, mas buscamos contribuir com as pesquisas variacionistas, ainda escassas, sobre o português falado na região de Maringá, no Paraná.

REVISITANDO A HISTÓRIA DE MÁRINGÁ-PR PARA RECONSTITUIR A HISTÓRIA SOCIAL DO PORTUGUÊS BRASILEIRO NA CIDADE

Maringá, localizada no noroeste do Paraná, completou 75 anos em 2021. A cidade, que surgiu planejada, assim como outros municípios da região, foi construída a partir de um projeto de colonização realizado por meio de concessão estatal à iniciativa privada na primeira metade do século XX. Ao Estado, interessava

a obtenção de novas fontes fiscais e tributárias, e a essas empresas colonizadoras abria-se o interessante mercado de exploração e de vendas de terras (TOMAZI, 1999).

No caso em questão, o papel de agente colonizador coube à CMNP (Companhia Melhoramentos Norte do Paraná), empresa que inicialmente tinha capital inglês e que, à época da fundação de Maringá, já havia sido adquirida por brasileiros - em uma associação que uniu Gastão Mesquita Filho ao banqueiro paulistano Gastão Vidigal - dono, naquele período, do Banco Mercantil de S. Paulo.

Ao contrário do que já se sustentou em publicações comemorativas da cidade de Maringá e, inclusive, em muitos trabalhos acadêmicos sobre a formação do município - as terras exploradas pela Companhia não eram um "imenso vazio", sem qualquer vestígio de ocupação humana, na ocasião em que o projeto colonizador se iniciou. O discurso da "terra virgem" que somente com presença do cristão branco foi de fato ocupada, refere-se a uma visão parcial da História da ocupação dessa região, (TOMAZI, 1999), deixando de considerar, por exemplo, a presença antiga dos povos indígenas falantes de línguas do grupo macrojê, como os Kaingang e os Xokleng, e de comunidades falantes de línguas do grupo macrotupi, como os Guaranis e os Xetás (MOTA; NOELLI, 1999).

Maringá foi inicialmente planejada para ter cerca de 200 mil habitantes em 50 anos, mas esse número foi superado muito antes disso. De acordo com dados do IBGE, se em 1950 contabilizava 38,5 mil habitantes, em 1960 atingiu 104,1 mil, em 1970 chegou a 121,3 mil, em 1980 a 168,2 mil, ultrapassando em 1990 a marca inicialmente planejada. A população estimada da cidade em 2020 totalizou, finalmente, 430,1 mil habitantes.

A ocupação do que hoje é a cidade, inclusive, iniciou-se antes do começo das obras de sua construção. Em 1942, formou-se um núcleo populacional inicial, que deveria ter caráter provisório, mas que se desenvolveu e se tornou permanente, sendo incorporado ao traçado urbano planejado. Esse núcleo, chamado posteriormente

de “o Maringá Velho” - com artigo masculino especificando o sintagma -, foi criado com a função de permitir uma estrutura mínima para a construção da cidade, que aguardava o traçado da linha férrea. A demora na definição da ferrovia deu tempo para que esse local se desenvolvesse, passando a contar com hotel, bar, restaurante, padaria, farmácia, posto de gasolina, oficina mecânica, carpintaria, ferraria, casa de secos e molhados, serraria, máquina de arroz, além de residências dos proprietários desses estabelecimentos (LUZ, 1999a; CORDOVIL, 2010).

Em 1947, Maringá planejada finalmente surgiu, pertencendo inicialmente à Apucarana e tendo sido naquele mesmo ano transferida para Mandaguari, ainda como seu distrito. Sua elevação à condição de município data de 1951, quando já contava, como dissemos, com mais de 38 mil habitantes, ou seja, um número expressivo diante da realidade brasileira de então (LUZ, 1999a).

Na década seguinte, nos anos 1960, seu crescimento populacional foi estimulado pela CMNP, que passou a divulgar nacionalmente a venda de terrenos, atraindo gente de diversas áreas do país. Suas peças publicitárias carregavam nos adjetivos das cidades nascentes do Norte do Paraná, vendendo-as como “terra de promessa”, ou ainda, como “Nova Canaã”, “Eldorado” ou “Terra onde se anda em dinheiro”. Contava também com uma rede de difusão informal e particular constituída por “pequenos empresários, empreiteiros, volantes e colonos” que enviavam cartas com fotografias da região para seus parentes espalhados por diversos lugares (GONÇALVES, 1999, p. 119).

Ainda no final da década de 1960, mudanças na economia agrícola da região levaram a novos processos de (re)migração. O café deixou de ser o núcleo relevante da economia local e o modelo de produção agrícola passou a ser sustentado por um processo de elevada mecanização. Isso colaborou para a concentração da propriedade da terra e o conseqüente êxodo rural. Em termos populacionais, o Norte do Paraná, neste momento, passa a assistir a um decréscimo populacional, que em número absoluto atingiu até 1980 cerca de 430 mil habitantes a menos. Mas Maringá,

ocupando papel polarizador econômico regional, assistiu ainda assim a um crescimento populacional significativo, absorvendo parcela importante da população sua da região e de outras áreas do Paraná (MORO, 1988).

A cidade vai, então, sofrendo um processo de urbanização acelerado, desde suas primeiras décadas. Dados recolhidos por Rubira (2016) evidenciam que a taxa de urbanização era de 18,84% em 1950, atingiu 43,78% em 1960, saltando de forma intensa em 1970 a 82,47%. Em 1980, esse índice subiu para 95,51%, atingindo 98,38% no ano 2000.

Assim, a partir da década de 1970, a cidade passou a assistir a um aumento de suas periferias e a uma acelerada verticalização. Esse processo impactou fortemente a vida de seus habitantes, deixando, aos poucos, as formas culturais de “cidade pequena” em seu passado (RUBIRA, 2016, p. 344).

Já a partir de 1990, a cidade apresenta um menor crescimento, mas a região metropolitana da qual faz parte segue ganhando população. Isso se deve à procura por residência nas cidades vizinhas, conurbadas a Maringá, onde o preço de lotes ainda hoje é menor que o maringaense (RUBIRA, 2016, p. 352).

O contínuo recebimento de fluxos populacionais de diversas regiões do país, do ponto de vista linguístico, levou a uma situação de contato entre diversas variedades linguísticas do Português Brasileiro em Maringá. Esse fato nos remete a uma pergunta fundamental: mas afinal de onde vieram esses habitantes que formaram a cidade desde a década de 1940 e quais dialetos portavam?

Luz (1999b) nos traz algumas respostas, a partir da avaliação que fez dos documentos de casamentos realizados no “Norte Novo” de Maringá de 1944 a 1980. Segundo a autora, os paulistas formaram o maior fornecedor de contingente de nubentes (com 36,2% do total), seguidos de paranaenses (33%) e mineiros (13,6%). Seus dados indicam, no entanto, que a cidade atraiu gente de diversas partes do Brasil, apresentando contingentes oriundos do Nordeste, além de estados da região Sul e Sudeste. A participação dos cônjuges paranaenses aumentou significativamente ao longo

do tempo - talvez alimentado pela concentração fundiária da região de Maringá, de modo que se até 1950 esses eram somente 8% do total dos nubentes, na segunda metade dos anos 1970, já respondiam por 65% do total (LUZ, 1999b, p. 150).

Evidentemente, os dados de Luz (1999b) não explicam de forma completa quais os dialetos do Português Brasileiro contribuíram para a formação das variedades encontradas em Maringá atualmente. Isso porque a divisão espacial das comunidades linguísticas não se conforma às divisões geográficas políticas, como se sabe. Mas evidenciam a situação “multidialetoal” dessa etapa de constituição da cidade, marcada pelo encontro de diversos dialetos do Português Brasileiro, que passaram a conviver em um mesmo espaço em função da migração para a nova cidade construída.

Nessa etapa inicial, a cidade também recebeu levas de comunidades estrangeiras imigrantes (e seus descendentes), principalmente nos primeiros anos. Dentre as nacionalidades estrangeiras que formaram a população de Maringá, uma das mais relevantes é a dos japoneses. De acordo com Standniky e Barros Pinto (1999), sua entrada no Paraná data de 1914, com destino a Cambará, no Norte Velho, em um movimento que se acentuou a partir das décadas seguintes, acompanhando o surgimento das cidades do Norte Novo, atraídos pelas atividades econômicas em torno da produção cafeeira.

Toda essa situação complexa em termos linguísticos permeou os caminhos do Português Brasileiro em Maringá. É provável que a língua em uso na cidade hoje seja, em parte, o resultado do contato dialetoal e linguístico do período inicial. E é partindo dessa hipótese que nos propomos a apresentar, neste trabalho, alguns dos resultados de nossa pesquisa sobre a língua dos primeiros habitantes da cidade, a partir de um recorte que avaliou a variação entre *nós* e *a gente* na fala desses moradores.

QUEM SÃO NOSSOS INFORMANTES?

Em nossa pesquisa, procuramos analisar a variação de *nós* e *a gente* na fala de uma amostra dos primeiros habitantes de Maringá. Para tanto, constituímos um *corpus* com 6 entrevistas de moradores que se transferiram nos primórdios da construção e da formação da cidade. Em nossa metodologia, compreender quem são essas figuras, reconstruindo as identidades que projetaram e os engajamentos socioculturais que realizaram, é ponto fundamental para descrever seus usos linguísticos de forma adequada. Para isso, utilizamos como fonte as próprias entrevistas, além de informações obtidas nas fichas biográficas dos entrevistados e de matérias publicadas em sites de notícias sobre nossos informantes.

A entrevista de Maria de Lourdes Borelli Ghos está disponível na Gerência de Patrimônio Histórico e Cultural de Maringá. Ela era natural de Curitiba-PR, tendo nascido em 1925. Mudou-se para Maringá em 1952, aos 27 anos, portanto. Na cidade, casou-se com Eid Kamel El Ghos, de origem libanesa, que chegou no município em 1955 com a família, trabalhando inicialmente no armarinho com seus pais e que, posteriormente, fundou o primeiro restaurante libanês, o Monte Líbano. Ela foi a primeira dentista da secretaria de Educação e Saúde de Maringá. Foi também professora normalista do Grupo Escolar Maringá Novo. Atuou também como docente de Física, Química e Biologia da Escola Normal Amaral Fontoura, atual Instituto Estadual de Educação de Maringá. Sua atuação como dentista também a levou a ser uma das fundadoras da Associação Maringaense de Odontologia. Viveu até 2016, aos 92 anos. Sua entrevista foi realizada em maio de 1994, momento em que tinha 69 anos.

Maria de Lourdes Ghos, em sua entrevista, projeta-se como senhora culta que atuou de forma significativa no setor de educação e saúde da cidade. Em alguns momentos, mostra certo ar de conservadorismo avaliando de forma negativa a formação dos professores e dos alunos dos anos 1990. Assim, lamenta a retirada de disciplinas como OSPB - disciplina que perdurou no currículo

escolar no período militar, cuja temática se propunha a investir no que se considerava “civismo” e “patriotismo”. Em suas palavras, a retirada dessa disciplina e da obrigatoriedade em cantar o hino nacional antes da aula foi um retrocesso, defendendo que essas práticas deveriam voltar a ser realizadas nas escolas. Avalia também que a formação que recebeu na escola normal a preparou para ser mais do que professora, mas futura mãe, sendo nesse sentido mais completa - aprendia-se puericultura, economia doméstica, noções de agricultura, o que não mais faz parte da formação das professoras no momento em que concedeu a entrevista.

Já Cezar Haddad nasceu em 1916 em Rio Brillhante-MT. Sua família, de origem síria, morou ainda no interior de São Paulo em Bariri, depois Jaú e, por fim, Chavantes. Em 1939, transfere-se para o Paraná, para as cidades de Jataizinho e Assaí. Em 1946, antes da construção da cidade planejada, mudam-se para Maringá, onde ele e seus irmãos se estabelecem no setor de comércio de tecidos. Fundou com outros membros da elite maringaense, em 1948, o Aeroclube de Maringá. Casou-se com Iracilda Polonio Haddad. Na primeira eleição de Maringá, em 1952, foi eleito vereador pela UDN, fazendo carreira política. Em 1955, assumiu o 1º Ofício de Registro Civil da Comarca de Maringá, pelo qual ficou responsável até 1986, função que o tornou bem conhecido no município. Sua entrevista foi realizada em abril de 1994, ano em que completaria 78 anos.

O senhor Haddad, em sua narrativa, dá grande destaque à sua família e à colônia de origem síria da qual fazia parte. A mudança para Maringá, aliás, é justificada por esses laços, mostrando que essa comunidade e a sua família moviam-se - especialmente, social e economicamente - amparados por uma rede de apoio. Em sua fala, valoriza a todo momento uma identidade síria, louvando a “esperteza” dos sírios e seus descendentes, o que os habilitaria aos negócios do comércio. Esse vínculo, no entanto, não impediu que Haddad estabelecesse relações com outros grupos sociais transferidos para Maringá, o que certamente é coerente com sua atuação como comerciante. Assim, mostra-se sensível à situação de membros da comunidade de japoneses reprimidos pela polícia por

falarem japonês e elogia os muitos peões nordestinos, responsáveis pela derrubada da mata que permitiu a construção da cidade e, portanto, por um trabalho bem pesado e que deveria, em suas palavras, ser valorizado.

Já a entrevista de Leonor do Lago Ferreira foi concedida ao projeto Maringá Histórica em sua versão para programa da Rádio RUC FM, em 2011, quando ela tinha 83 anos. A pioneira veio para Maringá em 1948, já casada com o Sr. Avelino Ferreira, após passagem por Marília-SP. Antes, ainda solteira, havia morado em São Paulo-SP. É considerada a primeira jornalista do município de Maringá, uma vez que, em 1951, fundou com o marido o primeiro jornal maringaense, o Jornal de Maringá. O jornal foi o primeiro veículo de comunicação impresso produzido na cidade, acabou sendo vendido na sequência e, em 1953, passou a pertencer a Ivens Lagoano Pacheco, com quem logrou sucesso. Ela faleceu em maio de 2016.

Em sua entrevista, Dona Leonor investe em suas memórias sobre a criação do jornal com o marido, que tinha sido gráfico em Marília. Em um tempo em que nem energia elétrica havia em Maringá, o jornal era produzido de noite pelos dois, com máquina à gasolina e lampião de gás. Ela, além de ajudar na impressão, também atuava como jornalista. Em seu depoimento, conta, com orgulho, ter entrevistado os pais da atriz maringaense Sônia Braga, quando do seu nascimento na década de 1950. Todo o seu discurso gira, então, em torno do projeto do Jornal, um veículo com valor simbólico, cuja participação lhe rendeu a alcunha de primeira dama da imprensa maringaense.

Por sua vez, Helena Sutovsky Jorge nasceu em Porto União-PR em 1923. Sua família - seu pai era fazendeiro e atuava com curtume - tinha origem polonesa. Ela estudou em escola ligada a essa comunidade imigrante, mas não chegou a concluir o ginásio. Mudou-se para Maringá em 1948, indo morar com uma irmã casada que havia se mudado para a cidade anos antes. Casou-se em 1949 com Bras José Jorge, comerciante que trabalhou inicialmente na Casa Maringá - no ramo de secos e molhados e, depois, montou a Casa da Lavoura, do mesmo ramo. Na época da entrevista,

concedida também no âmbito do projeto Maringá Histórica e gravado na Rádio RUC, tinha 72 anos.

Em sua entrevista, Dona Helena mostra o vínculo com uma Maringá que era essencialmente rural. Ainda que a família que constituiu tivesse posses (sendo proprietária de imóveis onde usufruía da cobrança de aluguéis), residisse na cidade, contasse com o serviço de empregadas, tivesse relações com os políticos mais importantes do município e tivesse participado do convívio da elite maringaense em espaços como o Country Club, Dona Helena mostra um grande vínculo com o universo da vida do campo. Reclama das transformações que a cidade sofreu dizendo que a cidade estaria pior que São Paulo. Enaltece o período em que a cidade era cheia de vazios, quando criava galinhas em casa, conhecia todos os moradores, não se perdia pelas ruas. Em certo momento, manifesta desejo de se mudar para o “mato”, para uma fazenda. Ela, no entanto, trabalhava com o marido na loja da família nos primeiros anos, dirigia o carro, coisas não tão comuns para as mulheres de seu tempo.

Aníbal Borghi, mais conhecido como São Zico Borghi, nasceu em Itajubi-SP em 1933. Sua vinda para Maringá data de 1946, procedente de Cornélio Procópio-PR. Estabeleceu-se com a família na Gleba Pinguim, onde plantavam café e outras culturas agrícolas. De muita importância para a cultura caipira na cidade de Maringá, é o organizador de uma grande festa junina registrada como patrimônio histórico do município desde 2009. No momento em que foi entrevistado, contava com 78 anos de idade.

A entrevista de São Zico mostra que sua identidade está construída em torno da cultura caipira. É um nato contador de causos típicos do homem do campo. Suas narrativas, enunciadas como se verdadeiras fossem, falam de encontros com o sobrenatural (assombração) e constroem enredos de aventura inacreditáveis, que beiram a inverossimilhança (como o caso da uma onça). Sua linguagem é amostra de dialeto caipira, fazendo vários usos (do lexical ao gramatical) típicos dessa fala.

Já a entrevista de Tercílio Men, que acessamos no portal Maringá Histórica, foi realizada em 2011, quando ele tinha 76 anos. Tercílio nasceu em 1935 em Itápolis-SP. Transferiu-se para o Paraná com a família na década de 1950. Após ganhar de seu pai uma sanfona, passa a se dedicar, de modo autodidata, ao instrumento. Em 1952, já participou da inauguração da rádio Guairicá de Mandaguari-PR, integrando, a partir daí, diversos grupos de música caipira e sertaneja. Em 1956, casa-se com Ignes Figueiredo. Nesse mesmo ano, transfere-se para Curitiba para trabalhar como bancário no Banco Curitiba SA - que depois se tornou Banco Comercial do Paraná. Mas, na sequência, volta a Maringá para trabalhar em agência desse mesmo banco, por 16 anos. Em 1972, foi eleito vereador de Maringá, atuando por 4 anos. Como músico, trabalhou também em Goiânia-GO, em emissoras de rádio e TV e, em Maringá, na Rádio Cultura.

Tercílio tem evidentemente vínculos com o rural - afinal faz música caipira - mas não como o Sêo Zico. Em sua entrevista, mostra-se um personagem urbano que lida profissionalmente com a cultura caipira. Por meio de sua linguagem, engaja-se a participar dessa comunidade de prática do universo sertanejo que se transferiu para a cidade, cultivando o campo não mais como prática, mas como uma construção identitária a ser preservada.

Apresentados os nossos informantes, podemos, então, passar a observar que dados linguísticos nos forneceram sobre a variação de *nós* e *a gente* em Maringá. É o que faremos na próxima seção.

A VARIAÇÃO DE NÓS E A GENTE NAS ENTREVISTAS DOS PRIMEIROS MORADORES DA CIDADE: INTERAÇÕES ENTRE O LINGUÍSTICO E O SOCIOCULTURAL

As entrevistas que constituíram nosso *corpus* de análise forneceram 340 ocorrências de *nós* e *a gente*. Como se pode ver nos dados abaixo, o resultado mais geral mostra um equilíbrio entre as formas explicitamente realizadas. Nos usos vazios, a forma de *nós* leva vantagem, favorecida certamente pela morfologia do verbo.

Tabela 1 – Variação de NÓS e A GENTE - resultado geral.

Forma	Qtd	%
A GENTE explícito	125	37%
A GENTE vazio	16	5%
NÓS explícito	134	39%
NÓS vazio	65	19%
Total geral	340	100%

Fonte: os autores.

Os dados que obtivemos também evidenciam a força da forma explícita de *a gente* no contexto de grau máximo da amplitude do “eu” e, portanto, quando há mais indeterminação. Assim, na Tabela 2, percebemos que o uso de *a gente* explícito dispara, atingindo 77% dos casos justamente quando a referência é “eu+todos”. Na redução dessa amplitude - quando a referência nos leva ao determinado -, a força de nós se faz sentir, seja em sua forma explicitada ou na oculta.

Tabela 2 – Variação de nós e a gente e grau de amplitude do EU.

Forma	Eu		Eu + Você(s)		Eu + Ele(a)/Eles(as)		Eu + Todos	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
A GENTE explícito	6	32%			83	31%	36	77%
A GENTE vazio	1	5%			15	6%		
NÓS explícito	5	26%	1	17%	118	44%	10	21%
NÓS vazio	7	37%	5	83%	52	19%	1	2%
Total	19	1	6	1	268	1	47	1

Fonte: os autores.

No excerto (1), a seguir, evidenciamos como isso aparece no *corpus*. Nele, o Sr. Cezar Haddad comenta sobre o contexto político do tempo dos primórdios do município, usando “a gente já sabe” com sentido que inclui o seu interlocutor e todos, como um conhecimento que está estabilizado por sua comprovação.

(1) na UDN botamos por duas vezes Eduardo Gomes *a gente já sabe...aquele ideal de liberdade...combater a corrupção...que havia*

muita corrupção... (Entrevista de Cezar Haddad realizada pela Gerência de Patrimônio Histórico de Maringá).

Nossos dados também confirmam Fernandes e Gorski (1986) quando estas sugerem uma tendência por optar por *a gente* quando a forma verbal é o presente do indicativo e a forma verbal *nós* nos casos de pretérito perfeito do indicativo. É o que podemos ver na Tabela 3, que evidencia que *a gente explícito* soma 53% dos casos de presente e a forma *nós explícita* corresponde a 36% dos usos no passado.

Tabela 3 – Variação de *nós* e *a gente* - Pres. do ind. x Pret. perf. do ind.

Tempo verbal	A GENTE		A GENTE		NÓS		NÓS		Total	
	explícito		vazio		explícito		vazio			
Pres. do ind.	23	53%	1	2%	12	28%	7	16%	43	100%
Pret. perf. do ind.	18	15%	1	1%	56	48%	42	36%	117	100%

Fonte: os autores.

Os excertos (2) e (3) ilustram as ocorrências que mapeamos na Tabela 3. O primeiro mostra o uso de *a gente* explícito no presente e o segundo, o uso do pronome *nós* para indicar o passado. Todas as ocorrências listadas a seguir foram obtidas de um mesmo informante, evidenciando a variação em nível individual, favorecida pelo tempo verbal utilizado.

(2) *A gente se perde* nessas rua eu ó eu num conhe eu só conheço por onde ieu ando por aí tudo né dia (Entrevista de Helena Jorge para o programa Maringá Histórica).

(3) era o Aliberti *nós compremos...* então o seo Brás (?) fundo tudo até fez um cercadinho porque eu já até tinha três garotim (Entrevista de Helena Jorge para o programa Maringá Histórica).

Se estes dados mais gerais confirmam a situação de variação em uma configuração coerente com a descrita para outros dialetos do Português Brasileiro, interessa-nos aqui agora explorar um

pouco os usos individuais de nossos informantes. É o que podemos ver na Tabela 4, adiante.

Tabela 4 – Variação de *nós* e *a gente* por informante.

INFORMANTE	A GENTE		A GENTE		NÓS		NÓS		GERAL	
	explícito		vazio		explícito		vazio			
Cézar Haddad	12	35%	1	3%	12	35%	9	26%	34	100%
Helena Sutovsky Jorge	64	50%	7	5%	43	34%	14	11%	128	100%
Leonor do Lago Ferreira	3	12%			14	56%	8	32%	25	100%
Maria de Lourdes Ghoz	8	31%	3	12%	13	50%	2	8%	26	100%
Seo Zico Borghi	32	39%	3	4%	38	46%	9	11%	82	100%
Tercílio Men	6	13%	2	4%	14	31%	23	51%	45	100%
GERAL	125	37%	16	5%	134	39%	65	19%	340	100%

Fonte: os autores.

Ao observar os dados apresentados anteriormente, salta aos nossos olhos que Dona Leonor e Dona Maria de Lourdes são as que mais optam pela forma explícita de *nós*. Dona Helena é a única dentre as mulheres que opta majoritariamente pela forma explícita de *a gente*, apresentando o maior percentual de uso desse pronome dentre todos os informantes. O senhor Cezar e o senhor Tercílio mantêm um percentual próximo de *nós* explícito, abaixo de 35%. Já o Sêu Zico é, dos homens, o que mais faz uso da forma *nós* explícita, mas também é um dos que mais opta por *a gente* visível, usado por ele em 39% dos seus usos.

Esses dados sugerem algumas aproximações e afastamentos entre os indivíduos, cujo uso reflete e interage com os diversos comportamentos socioculturais. Se a língua é instrumento de engajamento social, de construção de certas práticas socioculturais, como sustentam os trabalhos de Eckert (2000; 2005) e Eckert e McConell-Ginet (2010), as diferenças individuais que mapeamos na

Tabela 4 não são dados descartáveis, mas revelam as interações que a língua e o aspecto sociocultural estabelecem.

Nesse sentido, chama-nos atenção que Dona Leonor se agrupa com Dona Maria de Lourdes, ambas vinculadas, de alguma forma, aos comportamentos mais conservadores da linguagem, por construírem imagens de si mesmas ligadas a padrões culturais elitizados e normatizados - a primeira como jornalista e a segunda como professora e defensora de um ensino que valoriza as tradições. Daí a escolha pela variante *nós* ser uma forma de atuação no sentido contrário à mudança linguística em curso no Português Brasileiro. Já Dona Helena, ainda que matriarca de uma família economicamente bem posicionada ao final de sua vida, guarda as relações com sua origem rural. Sua fala é permeada por outros fenômenos linguísticos do dialeto popular, como o uso de “peguemo”, inclusive. Daí não engrossar o comportamento linguístico e social das outras mulheres.

Quanto aos nossos informantes homens, todos apresentam índices mais baixos - quando comparados às mulheres - de *nós explícito*, mas se diferenciam entre si de forma significativa. Cézar Haddad é deles o mais urbano - foi comerciante e foi proprietário de cartório. Tercílio tem os pés fincados, ao mesmo tempo, no rural e no urbano, com uma carreira que misturou a atuação como bancário com a de músico do cenário caipira e sertanejo em grupos musicais, ou ainda em emissoras urbanas que exploravam o estilo. Já São Zico é com certeza o que mais tem vínculo com a cultura do campo; sua linguagem é permeada pela cultura caipira em todos os níveis - do léxico à gramática passando ao discurso (com grande maestria no gênero “causo caipira”). Daí que o primeiro distribui mais seus usos, com percentuais significativos também das formas vazias. Tercílio é o que menos usa *a gente explícito*, destinando a maior parte dos seus usos para o *nós* oculto. Zico é dentre os homens o que mais opta por *nós explícito*, mas ao mesmo tempo, é o que mais se utiliza de *a gente explícito* - no que se aproxima de Dona Helena.

Parece-nos importante perceber, então, que no *continuum* do rural para o urbano, no engajamento que os falantes fazem ao construir sua imagem como mais popular ou mais culto, a variação de *nós* e *a gente* vai se desenvolvendo nessa amostra dos primeiros habitantes de Maringá. As interações entre o uso da linguagem e os engajamentos socioculturais demonstram aqui contornos complexos, embora no todo, na frequência mais geral desse grupo de falantes, possa se perceber um recorte que expõe o avanço da forma *a gente* sobre *nós*, tal qual observado pelos estudos sobre a variação desses pronomes na função de sujeito sentencial no Português Brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, procuramos refazer a variação de *nós* e de *a gente* na fala dos primeiros habitantes de Maringá. A pesquisa que realizamos confirmou nossa expectativa inicial de que a cidade tivesse recebido falantes de diversos dialetos do Português Brasileiro - concentradamente os de São Paulo e do Paraná - que já estavam marcados pelo processo de avanço do pronome *a gente*.

Esse resultado, embora não surpreendente do ponto de vista do estudo variacionista do Português Brasileiro, é parte do esforço necessário que defendemos anteriormente de recompor as diversas histórias da língua no Brasil (CALLOU, 2015). Se a heterogeneidade é a realidade que encontramos ao observar a língua, não há porque defender que o PB teria apenas uma única História. Entendemos, portanto, que o trabalho aqui realizado é apenas um recorte do que é preciso para essa recomposição.

Nossa análise mostrou ainda que, no plano individual, esse grupo de falantes está longe de apresentar uma homogeneidade sociocultural e de uso da língua. Assim, procuramos (inter)relacionar as escolhas individuais no fenômeno variável objeto deste estudo aos aspectos biográficos de nossos entrevistados e à identidade que projetaram em suas falas, partindo da proposta apresentada por Eckert (2000; 2005) e Eckert e

McConnell-Ginet (2010). Nesse sentido, percebemos que os engajamentos em torno dos contínuos que surgem nas oposições rural *versus* urbano e cultura popular *versus* cultura elitizada atuaram de modo relevante para a distribuição de *nós* e de *a gente* encontrada na amostra analisada.

REFERÊNCIAS

BAILE da Saudade homenageia pioneiros de Maringá. **Prefeitura do Município de Maringá**, 2010. Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/site/imprensa/impresao.php?id=10704>>. Acesso em: 01 jan. 2021.

BORGES, P. R. S. **A gramaticalização de A Gente no português brasileiro**: análise histórico-social-linguística da fala das comunidades gaúchas de Jaguarão e Pelotas. 2004. Tese (Doutorado em Letras) - UFRGS. Porto Alegre, 2004.

CALLOU, D. Sobre a história do português no e do Brasil: levantando questões. In: AVELAR, J; LOPES, A. (org.). **Dinâmicas afro-atinas**: língua(s) e história(s). Frankfurt am Main: Peter lang, 2015.

CAMPOS, E. A. O uso dos pronomes *nós* e *a gente* no gênero entrevista da mídia televisiva – uma análise do português culto falado em Belém. In: VICENTE, R. B.; DEFENDI, C. L. (org.). **Estudos de linguagem em perspectiva**: caminhos da interculturalidade. Pernambuco: UFRPE, 2020. Disponível em: <https://simelp.fflch.usp.br/sites/simelp.fflch.usp.br/files/inline-files/S3602.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2021.

CASTILHO, A. T. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CORDOVIL, F. C. S. **Aventura Planejada**: Engenharia e Urbanismo na Construção de Maringá. Tese (Doutorado) - EESC/USP. São Carlos. 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-25042011-103049/en.php> Acesso em: 10 dez. 2020.

ECKERT, P. **Linguistic Variation as Social Practice: The Linguistic Construction of Identity in Belten High**. Oxford: Blackwell, 2000.

ECKERT, P. Variation, Convention, and Social Meaning. **Annual Meeting of the Linguistic Society of America**, 2005. Disponível em: <http://lingo.stanford.edu/sag/L204/EckertLSA2005.pdf> Acesso em: 01 maio 2021.

ECKERT, P., MCONNELL-GINET, S. Comunidades de prática: lugar onde co-habitam linguagem, gênero e poder. *In*: Ostermann, A. C.; Fontana, B. (org. e trad.) **Linguagem. Gênero. Sexualidade: Clássicos Traduzidos**. Robin Lakoff [et. al.]. São Paulo: Parábola, 2010.

FERNANDES, E; GORSKI, E. A concordância verbal com os sujeitos *nós* e *a gente*, um mecanismo do discurso em mudança. **Atas do I Simpósio sobre a Diversidade Linguística no Brasil**. Salvador: UFBA, 1986, p. 175-183.

FRANCESCHINI, L. T. **Variação pronominal nós/a gente e tu/você em Concórdia-SC**. Tese (Doutorado em Letras) - UFPR. Curitiba, 2012.

GONÇALVES, J. H. R. Quando a imagem publicitária vira evidência factual: versões e reversões do norte (novo) do Paraná – 1930/1970. *In*: DIAS, R. B. ; GONÇALVES, J. H. R. . (org.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de História Regional**. Maringá: EDUEM, 1999. p. 87–122.

LOPES, C. R. dos S. *Nós e a gente* no português falado culto do Brasil. **DELTA**. São Paulo, v. 14, n. 2, p. 405-422, 1998 . Disponível em : <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501998000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 jan. 2021.

LUZ, F. Maringá a fase de Implantação. *In*: DIAS, R. B. ; GONÇALVES, J. H. R. . (org.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de História Regional**. Maringá: EDUEM, 1999a. p. 123–140.

LUZ, F. A Migração através dos dados dos registros de casamentos dos cartórios da microrregião norte novo de Maringá. *In: DIAS, R. B. ; GONÇALVES, J. H. R. . (org.). Maringá e o Norte do Paraná: estudos de História Regional. Maringá: EDUEM, 1999b. p. 141–154.*

MAIA, F. P. S. A variação *nós/a gente* no dialeto mineiro: investigando a transição. **Revista da ABRALIN**. v. 8, n. 2, p. 45-70, jul/dez. 2009. Disponível em: <<https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1032>>. Acesso em: 01 jan. 2021.

MENDONÇA, A. K. *Nós e a gente* na cidade de Vitória: análise da fala capixaba. **PERcursos Linguísticos**. v. 2, n. 12, p. 1-19, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/3173>>. Acesso em: 01 jan. 2021.

MORO, D. A. O Êxodo Rural e o Crescimento Populacional da Cidade de Maringá de 1970 a 1980. **Boletim de Geografia**. Maringá/PR. Nº 1, pp. 19 – 31, jun. 1988. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/12225> . Acesso em: 01 jan. 2021.

MOTA, L. T.; NOELLI, F. S. Exploração e Guerra de Conquista dos Territórios Indígenas nos Vales dos Rios Tibagi, Ivaí e Piquiri. *In: DIAS, R. B. ; GONÇALVES, J. H. R. (org.). Maringá e o Norte do Paraná: estudos de História Regional. Maringá: EDUEM, 1999. p. 21–50.*

OLIVEIRA, M.; PEREIRA, H. B. Os caminhos para a história social da língua: interações entre o social e o linguístico. **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 189-212, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v22i2p189-212>. Acesso em: 01 mar. 2021.

OMENA, N. P. A referência variável da primeira pessoa do discurso no plural. *In: NARO, A. et al. Relatório Final de*

Pesquisa: Projeto Subsídios do Projeto Censo à Educação. Rio de Janeiro, UFRJ, v. 2., p. 286-319, 1986.

RAMOS, C. M. A.; BEZERRA, J. R. M.; ROCHA, M. F. S. Do nosso cotidiano ou do cotidiano da gente? Um estudo da alternância *nós/a gente* no português do Maranhão. **Signum:** Estudos da Linguagem. v. 12, n. 1, p. 279-292, jul. 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/4245>. Acesso em: 12 jan. 2021.

RUBIRA, F. G. Análise multitemporal da expansão urbana de Maringá-PR durante o período de 1947 a 2014 envolvendo o Parque Municipal do Cinquentenário e as principais áreas verdes do município. **Caderno de Geografia**. Belo Horizonte-MG. Vol. 6, nº 46, pp. 333 – 361. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/P.2318-2962.2016v26n46p333> . Acesso em: 10 dez. 2017.

SEARA, I. C. A variação do sujeito *nós* e *a gente* na fala florianopolitana. **Organon**. Porto Alegre. v. 14, n. 28-29, p. 179-94, 2000. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/organon/article/view/30203/18711>. Acesso em: 01 jan. 2021.

STADNIKY, H. P.; BARROS PINTO, M. E. Contribuições ao estudo da presença nipo-brasileira no Norte Novo de Maringá. *In*: DIAS, R. B. ; GONÇALVES, J. H. R. . (org.). **Maringá e o Norte do Paraná:** estudos de História Regional. Maringá: EDUEM, 1999. p. 239–254.

TAMANINE, A. M. B. **Curitiba da gente:** um estudo sobre a variação pronominal Nós/A Gente e a gramaticalização de A Gente na Cidade de Curitiba-PR. Tese (Doutorado em Letras) - UFPR. Curitiba, 2010.

TOMAZI, N. D. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do estado do Paraná. *In*: DIAS, R. B. ; GONÇALVES, J. H. R. (org.). **Maringá e o Norte do Paraná:** estudos de História Regional. Maringá: EDUEM, 1999. p. 51–86.

WEINREICH, U.; LABOV, W; HERZOG, M. **A língua como sistema diferenciado**. Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística. São Paulo: Parábola, 2006.

WENGER, E. **Toward a Theory of Cultural Transparency: elements of a social discourse of the visible and the invisible**.

University of California, Irvine, 1990. Tese (Doutorado).

Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/1s31f7wf>. Acesso em: 15 mar. 2021.

NOS CAMINHOS DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Joyce Elaine de Almeida Baronas

INTRODUÇÃO

Variação linguística e ensino constitui tema já de muita reflexão de pesquisadores da área da Sociolinguística Educacional, na busca de alterações no âmbito escolar, objetivo ainda não alcançado, devido a diversos fatores, como o distanciamento entre as instituições superiores de ensino e as instituições do ensino básico, a falta de condições de estudo para os professores do ensino básico e a falta de incentivo para os professores do ensino superior para se dedicarem a projetos extensionistas para uma formação continuada com os professores do ensino básico. Diante deste cenário, é fundamental buscar forças para uma efetiva integração entre as pesquisas científicas e a prática escolar.

O presente estudo pretende, pois, refletir a respeito dos estudos sociolinguísticos e a possibilidade de uma mudança no ensino de Língua Portuguesa na escola. Para isto, primeiramente serão tecidos alguns comentários sobre variação linguística e ensino, em , será apresentado o projeto de pesquisa *VALEN – variação linguística na escola: normas*, demonstrando a metodologia de trabalho, com a exemplificação de um estudo realizado no projeto e, finalmente, serão apresentados resultados de alguns estudos de pesquisadores participantes do VALEN a respeito da realidade escolar no que diz respeito à abordagem da variação linguística nas aulas de Língua Portuguesa.

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E ENSINO

A abordagem da língua em sua diversidade constitui tema de pesquisas já há algum tempo, entretanto tal área de estudo ganhou um novo foco, diferente de anos anteriores, quando era muito comum tratar os tipos de variação, como a social, a estilística, a histórica e a regional, havendo, muitas vezes um olhar estereotipado para esse fenômeno tão natural que é a variação, sendo deixado de lado o verdadeiro objetivo de ensino de Português, que é o ensino da língua, incluindo o tratamento das diversas normas linguísticas, inclusive as de prestígio.

Nesse novo cenário, figura a perspectiva da Pedagogia da variação, sugerida por Faraco (2008), na qual é possível visualizar um ensino plural das normas na escola. Para o pesquisador:

nosso grande desafio, neste início de século e milênio, é reunir esforços para construir uma pedagogia da variação linguística que não escamoteie a realidade linguística do país (reconheça-o como multilíngue e dê destaque crítico à variação social do português); não dê um tratamento anedótico ou estereotipado aos fenômenos da variação; localize adequadamente os fatos da norma culta no quadro amplo da variação e no contexto das práticas sociais que a pressupõem; abandone criticamente o cultivo da norma padrão; estimule a percepção do potencial estilístico e retórico dos fenômenos da variação (FARACO, 2008, p. 108).

Assim, dentro desta nova proposta de ensino da língua, é fundamental pensar a língua como sendo variável em todas as aulas de Língua Portuguesa. Conforme aponta Cyranka (2015, p. 35):

Há que se desenvolver uma nova atitude do professor de português. Ele precisa lembrar, antes de tudo, que não vai 'ensinar' o que os alunos já sabem, ele não vai ensiná-los a falar português. O que cabe ao professor é, simplesmente, considerando as experiências reais de seus alunos quanto ao uso da língua portuguesa, considerando a variedade linguística que eles utilizam e sua capacidade de nelas se expressarem, conduzi-los nas atividades pedagógicas de ampliação de sua competência comunicativa.

Nessa nova perspectiva, muitas pesquisas já se realizaram, consolidando uma área específica de estudos, nomeada, por Bortoni-Ricardo, de Sociolinguística Educacional. Segundo autora, incluem-se nesta área, “de forma um pouco genérica todas as propostas e pesquisas sociolinguísticas que tenham por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento do processo educacional, principalmente na área do ensino de língua materna” (BORTONI-RICARDO, 2005, p 128). Assim, podem-se visualizar atualmente estudos que tratam de temas diversos, sendo os principais os seguintes: (i) ensino gramatical na perspectiva variacionista, (ii) estudos sobre crenças e atitudes linguísticas, (iii) oralidade e escrita.

Centrado no primeiro tema, ensino gramatical na perspectiva variacionista, há muitos projetos de pesquisas desenvolvidos pelo país, entre eles, destaca-se, no presente texto, o projeto *VALEN – variação linguística na escola: normas*, desenvolvido na Universidade Estadual de Londrina, objeto de estudo da próxima seção.

SOBRE O PROJETO VALEN – VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA ESCOLA: NORMAS)

O projeto *VALEN – variação linguística na escola: normas*, teve seu início em 2010, então intitulado: *VALE: Variação linguística na escola*. A mudança de título resulta efetivamente dos avanços relatados no item 2 deste texto, em relação ao percurso dos estudos sociolinguísticos, pois em 2010, a proposta se fixava em abordar a variação linguística no ambiente escolar, com elaboração de materiais didáticos organizados a partir dos tipos de variação. Com o decorrer do tempo, os integrantes do projeto, acompanhando as mudanças da área, mudaram o foco para o estudo das diferentes normas do Brasil, por isso o termo *normas* passou a integrar o título do projeto. Assim, o objetivo geral do VALEN é evidenciar as diferenças entre a norma padrão e a norma culta a partir de fenômenos gramaticais, com os seguintes objetivos específicos: (i) buscar as diferentes normas realizadas no Brasil; (ii) refletir sobre o

distanciamento entre as normas do Brasil; (iii) compreender a realização de fenômenos gramaticais em diferentes normas.

Ressalta-se que não é objetivo desta pesquisa descartar o ensino gramatical, muito pelo contrário: propõe-se sim o estudo gramatical de forma que o professor seja capaz de apresentar a prescrição gramatical aliada à análise de textos em que constam as diversas normas linguísticas a fim de compará-las e compreendê-las.

Esta pesquisa vai ao encontro da proposta da Pedagogia da variação linguística, de Faraco (2008), visto que busca tratar da língua sob a perspectiva da variação, ou seja, objetiva abordar fatos da língua em uso e contrastá-los com a prescrição gramatical, sendo possível compreender a língua de maneira ampla, analisando efetivamente como ela se manifesta nas diferentes possibilidades de uso e comparando tal uso com a norma padrão. Desta forma, propõe-se uma comparação entre o que é prescrito pela tradição gramatical e o que é praticado na norma culta do Brasil a partir da análise de gramáticas normativas e de cunho linguístico.

A pesquisa é de cunho qualitativo, tendo como suporte teórico-metodológico as pesquisas recentes da Sociolinguística Educacional, mais especificamente, (i) os trabalhos desenvolvidos por Bortoni-Ricardo (2004; 2005; 2006; 2008), os quais tratam da abordagem da variação linguística em sala de aula; (ii) os estudos de Faraco (2002; 2008; 2015), que apontam para a abordagem das variadas normas na escola e propõem a pedagogia da variação e (iii) as pesquisas desenvolvidas por Brandão e Vieira (2007), as quais trazem propostas de trabalho com a gramática sob a perspectiva variacionista. Sob tal foco, buscar-se-á um ponto de encontro entre os estudos teóricos sobre o ensino gramatical e as propostas aplicadas ao ensino das normas no Brasil. Para aplicação da presente pesquisa, são analisadas gramáticas tradicionais e gramáticas linguísticas a fim de verificar as diferenças entre elas. Finalmente, com base nos dados das análises, pretende-se propor atividades de ensino gramatical sob a perspectiva da Sociolinguística Educacional, de forma a contemplar as diversas normas do Brasil.

Apresenta-se, a seguir, um exemplo de estudo realizado no projeto, tendo como tema a concordância verbal. Para isto, seguiram-se os seguintes passos:

(i) Estudo da concordância verbal segundo a gramática tradicional, de forma que o fenômeno da concordância foi estudado com base nas gramáticas de Cunha e Cintra (2001) e de Cegala (1984).

Para Cunha e Cintra (2001, p.510), o fenômeno da concordância verbal é definido como “a solidariedade entre o verbo e o sujeito, que ele faz viver no tempo, exterioriza-se na concordância, isto é, na variabilidade do verbo para conformar-se ao número e à pessoa do sujeito.” Já, para Cegala, “concordância é o princípio sintático segundo o qual as palavras dependentes se harmonizam nas suas flexões, com as palavras de que dependem.” (CEGALLA, 1984, p. 438).

Nas gramáticas normativas, o fenômeno da variação é, em sua maioria, ignorado ou, quando tratado, é considerado uma figura de linguagem, ou seja, seria um recurso estilístico que pode ser utilizado por determinados literatos, mas que não é concebível na fala de um falante comum. Desta forma, quando a concordância verbal não condiz com os preceitos gramaticais por indivíduos comuns, é considerado erro, diferentemente da perspectiva variacionista, que busca descrever os fatos linguísticos e os compreender, sem o julgamento de certo e errado. Cabe ressaltar que tal olhar também não tem a pretensão de considerar correta uma sentença linguística em que não haja a concordância verbal, ou seja, nesse caso não constitui objetivo desta área de estudo aplicar tal classificação, mas sim de apresentar as variedades que compõem a realidade linguística de fala e que há determinados fatores linguísticos e/ou extralinguísticos que favorecem tal ocorrência.

(ii) Estudo da concordância verbal segundo gramáticas elaboradas por linguistas. Nesta fase, foram analisadas as gramáticas de Castilho (2010) e de Castilho e Elias (2012), nas seções que tratavam da concordância verbal. Diferentemente das gramáticas normativas, nessas gramáticas, a concordância verbal é apresentada como uma regra variável.

Castilho (2010, p. 412) afirma que, no Português Brasileiro padrão, “o verbo concorda em pessoa e número com seu sujeito, e não concorda com os argumentos internos nem com os adjuntos” Tal fato, segundo o pesquisador, constitui uma assimetria, pois há concordância com o sujeito, mas não há com os complementos. Além disso, o autor apresenta a diferente concordância que se dá no Português Brasileiro não padrão, em que, além de o verbo concordar com o sujeito, pode haver também a concordância entre verbo e adjunto adnominal genitivo, ou entre verbo e complemento. Castilho ainda comenta fatores que interferem na concordância, citando: *saliência morfológica*, *posição do sujeito na sentença* e *paralelismo_ como fatores linguísticos_ e nível sociocultural dos falantes_ como fator extralinguístico*.

(iii) Estudo da concordância verbal segundo pesquisas realizadas por linguistas, de modo que foram estudados os trabalhos de Naro e Scherre (1997) e de Brandão e Vieira (2007), entre outros.

Naro e Scherre (1997) defendem a hipótese da deriva natural a respeito dos fenômenos de variação presentes no Português Brasileiro, contrariando a hipótese crioulista. Dessa forma, para os autores, a ausência da concordância constitui um caminho natural da língua, não relacionado exclusivamente ao contato com os povos africanos e indígenas no processo de colonização do Brasil, como defendido por Luchesi (2000, 2003).

Os autores apontam que “variáveis mais finas evidenciam fluxos diversos na comunidade de fala brasileira, revelando que há indícios de perda e de aquisição das variantes explícitas de plural” (NARO e SCHERRE, 1997, p. 107-108).

Brandão e Vieira (2007, p. 88) estudam a concordância, apresentando como este fenômeno é proposto na abordagem tradicional, e como é abordada em pesquisas de cunho descritivo. Segundo as autoras, há fatores que influenciam a concordância, como: a *posição do sujeito em relação ao verbo*, a *distância entre o sujeito e o verbo*, o *paralelismo no nível oracional*, a *animacidade do sujeito*, o *paralelismo no nível discursivo* e a *saliência fônica*.

Para as autoras, realizar ou não a concordância verbal não é uma opção que se apresenta devido ao registro, nem à modalidade, nem do fator distópico, nem ao fator diafásico. Para elas tal fenômeno “é o caso protótipo de variação que identifica, discrimina, (des)valoriza o usuário da língua em termos sociais”. (BRANDÃO e VIEIRA, 2007, p. 92). Dessa forma, segundo as pesquisadoras, este fenômeno constitui “um traço estigmatizante na avaliação dos usuários da língua portuguesa, aquele que, da forma mais perversa, codifica a desigualdade das relações socioculturais de um povo” (BRANDÃO e VIEIRA, 2007, p. 92).

Após esses estudos, apresentados de maneira breve com a intenção e expor ainda que de forma superficial, a maneira que se dá o trabalho teórico no projeto *VALEN*, pode-se avançar para a análise de enunciados realizados efetivamente no Brasil, em que a regra da concordância verbal é variável. Apresentam-se a seguir, alguns exemplos:

(i)Dados do projeto NURC(RJ)¹

L2: ... isso não resolve... existe aqueles carros pipas aqueles carros próprios que antigamente... era mais mas era muito mais fácil não tinha tanta gente... e muita coisa pra SUJAR como tem hoje... hoje tem muita coisa... muita coisa que suja... são as demolições as construções... e antigamente não existia isso...

Nesta fala de um informante do projeto NURC, podemos verificar que o verbo “existir” se encontra no singular, não concordando em número com o sujeito “aqueles carros pipas”, provavelmente, pelo fato de este termo estar posposto ao verbo, fato comentado por Lemle e Naro (1977) ao apontarem a posição posposta ao verbo como favorecedora para a ausência da concordância verbal. Isto se explica, segundo Naro (1981, p.67) pelo fato de o termo anteposto estar muito mais saliente para o falante enquanto que o sujeito posposto acaba sendo menos perceptível.

¹ Dados do acervo do Projeto NURC-RJ (Projeto da Norma Urbana Oral Culta do Rio de Janeiro). Disponível em <http://www.lettras.ufrj.br/nurc-rj/>. Acesso em: 03 fev. 2020.

Tal dado é muito importante para reflexão a respeito do que está consolidado na norma-padrão, mas não constitui uma regra categórica da norma culta; trata-se, pois, de um distanciamento entre essas normas, fato que sugere duas questões cruciais: (i) a norma-padrão não reflete a fala culta do Brasil; (ii) a norma culta brasileira é variável. A respeito da primeira questão, Faraco explica que a norma-padrão brasileira foi elaborada a partir de um modelo ideal lusitano, muito distante de uma realidade lingüística brasileira; segundo o autor:

A codificação que se fez aqui, na segunda metade do século XIX, não tomou a norma culta/comum/standard (a linguagem urbana comum, nos termos de Preti, (1997) brasileira de então como referência. Bem ao contrário: a elite letrada conservadora se empenhou em fixar como nosso padrão certo modelo lusitano de escrita, praticado por alguns escritores portugueses do romantismo. (FARACO, 2008, p. 78).

Já a respeito da segunda questão, é preciso que fique claro que toda realização lingüística está sujeita à variação, visto que constitui uma variedade e, como tal, está sujeita à variação. Isto se tornou evidente a partir dos dados do projeto NURC, que tornaram transparentes os dados variáveis da fala culta, o que não era esperado nem pelos idealizadores do projeto que se surpreenderam com os resultados da pesquisa realizada para a elaboração da Norma Urbana CULTA. Segundo Preti (2005), a norma culta que se apresenta com os dados do NURC rompeu com as expectativas de uma fala muito elaborada, pois os falantes entrevistados apresentaram uma norma que pouco difere de uma norma urbana comum, a qual comportaria, segundo o autor “oposições, como a presença de uma sintaxe dentro das regras tradicionais da gramática, ao lado de discordâncias, regências verbais de tendência uniformizadora, colocações dos componentes da frase justificadas pelos elementos prosódicos, como no caso dos pronomes pessoais” (PRETI, 2005, p.21-22). O autor ainda esclarece que o que pode diferenciar um falante culto de outro seria a capacidade de transitar entre as diferentes normas, pois aquele

teria disponíveis os recursos linguísticos para tal, mas este, provavelmente não tem a possibilidade de realizar tal trânsito entre uma fala menos monitorada e uma fala culta.

(ii) Dados do projeto ALIB ²

INF M (179/03) (ENSINO FUNDAMENTAL)

“Aqui não. Que se fizé festa aqui se a turma invade tudo, principalmente os favelado. Num é igual interiô não, que ‘cê faiz as coisa, a brincadera, antigamente ‘cê fazia, ninguém participava, s convidado, a gente fechava a rua daqui, dali, fazia só os vizinho, aqui fazia tudo... era tudo unido. Hoje faz isso! ‘Cê num pode fazê nada. Ele... eles marmanjão vem, invade aí, eles qué invadi, eles pensa que é dono da...da...do mundo.”

INF M (179/07) (ENSINO SUPERIOR)

“INQ.- Quando tempo faz que você foi pra Austrália?

INF.- Fazem... quase dois ano. Não, faz um ano e meio.”

Nesses dados do projeto ALIB, pode-se verificar a ausência de concordância verbal na fala dos dois informantes. Na primeira fala, de um informante do Ensino Fundamental, na quinta linha, os verbo “vir”, “invadir”, “querer” e “ser” se encontram no singular, não realizando a concordância canônica com o sujeito “eles”. Pode-se verificar, nesse trecho, o fenômeno do paralelismo, fenômeno em que ocorre a “repetição das variantes de uma mesma variável dependente” (SCHERRE, 1998, p. 30) e, no caso em questão, ocorre a repetição da ausência da concordância verbal nos verbos citados. Ao abordar o paralelismo, a autora afirma que tal fenômeno:

tem se evidenciado como uma restrição importante na análise de fenômenos variáveis de todos os subsistemas linguísticos em diversas línguas. Esta restrição ou variável independente ocorre entre as cláusulas (plano discursivo), no interior da oração (plano oracional), no interior do sintagma (plano sintagmático), e entre palavras e no interior da palavra (plano da palavra). (SCHERRE, 1998, p. 30).

No caso em questão, o paralelismo relacionado à ausência de concordância pode resultar de diferentes motivos. Scherre comenta

² Banco de dados do projeto Atlas Linguístico do Brasil (em construção), cedido pelo Comitê Nacional do ALIB.

que o funcionamento do paralelismo na concordância de número do português do Brasil “é particularmente interessante, porque, em algumas circunstâncias, tende-se a repetir variantes explícitas de plural – codificando mais o que é mais previsível – e tende-se a repetir variantes zero de plural – codificando menos o que é menos previsível.” A autora ainda afirma em relação aos motivos desse fenômeno:

“Todavia, na interpretação de fenômenos variáveis de concordância explícita – fenômenos de codificação redundante –, evocou-se sistematicamente (e ainda evoca-se) o princípio da economia, associado pelo *sensu comum* à lei do menor esforço, com o objetivo de dar conta da variante zero de plural – interpretada como falta de concordância. (SCHERRE, 1998, p.30)

Na segunda fala, de um informante do Ensino Superior, o verbo fazer, com indicação de tempo, está flexionado, contrariando o que consta da prescrição gramatical. Verifica-se que, logo em seguida da fala, o informante refaz o enunciado e o verbo fazer se encontra no singular, porém o tempo informado é alterado, de “dois ano” para “um ano e meio”, o que facilita a concordância verbal do enunciado.

(iii)Dados da FOLHA DE LONDRINA³

“Mendonça Filho classificou os resultados de ‘vergonhosos’, mas o constrangimento é ainda maior quando se **considera os dados** que mostram o desempenho em matemática – o pior em uma década”.

Este exemplo constitui um gênero escrito e formal, pois se trata de um artigo de jornal. Apesar disso, pode-se visualizar a falta de concordância verbal no verbo “considerar”, que se encontra na voz passiva. Trata-se de um caso muito interessante, pois evidencia o distanciamento entre a norma padrão e as demais normas linguísticas do país, inclusive a norma culta escrita, que, nesse caso, se apresentou mais próxima da realidade linguística brasileira. A

³ Excerto do artigo intitulado “A difícil tarefa de melhorar a educação no Brasil”, publicado em 09/09/2016 na Folha de Londrina.

flexão verbal, exigida na voz passiva, constitui uma regra bastante artificial, pois o sujeito não é sentido como tal, pelo falante, ou seja, no caso do artigo de jornal em análise, o sujeito “os dados” não é percebido como um sujeito pelo falante/ escritor, por isso há a dificuldade de aplicação da regra prescrita pela gramática normativa. Scherre (2008) aborda este fato já no título de seu livro, nomeado “Doa-se lindos filhotes de poodle”, com o verbo no singular propositadamente.

Os dados apresentados revelam a coexistência de diferentes normas linguísticas no país tanto na fala de indivíduos escolarizados como em gêneros escritos formais, evidenciando assim o distanciamento entre a norma padrão e a realidade linguística brasileira.

Tais fenômenos são importantes no sentido de evidenciar a necessidade de uma reflexão a respeito do papel do professor em sala de aula tratar da norma padrão, da prescrição gramatical e das diferentes normas da língua. É fundamental que o professor tenha conhecimento linguístico para lidar com essas questões, pois assim poderá evitar a propagação do preconceito linguístico, tão prejudicial, mas tão permitido ainda na sociedade brasileira. Na seguinte seção, serão apresentados alguns dados de pesquisas realizadas no Paraná, buscando compreender o olhar dos integrantes do universo escolar a respeito das variadas normas da língua no país.

E A ESCOLA? ALGUNS DADOS DE PESQUISAS

As pesquisas realizadas no ambiente acadêmico, muitas vezes, não alcançam os bancos escolares devido a diversos fatores de ordem social e, inclusive, política. Apesar disso, é fundamental que se adotem esforços necessários para romper as barreiras que impedem a interação entre a universidade e escola, dado que as duas instituições têm muito a contribuir e a aprender, uma com a outra. Se por um lado, os bancos acadêmicos podem auxiliar a escola com os conhecimentos teóricos, esta tem muito a oferecer,

com seu conhecimento pragmático, com a vivência, a realidade escolar, tão peculiar e rica de ensinamentos.

Nesse sentido, alguns integrantes do projeto *VALEN_ variação linguística na escola: normas* tem buscado conhecer um pouco mais sobre a realidade da escola a partir de pesquisas científicas. Nesse texto serão apresentados os trabalhos de Brandão-Silva (2017), Semckzuk (2019) e Bochenek (2020).

Brandão-Silva (2017) realizou sua tese de doutorado com uma pesquisa fundamentada nos pressupostos teóricos da Sociolinguística Educacional, com enfoque mais aprofundado nos estudos de Crenças e Atitude Linguísticas no ensino de língua, com o objetivo de investigar como ocorre a abordagem da variação linguística, no processo de ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa, no Ensino Médio, em escolas públicas do Estado do Paraná. Para isto, o pesquisador analisou três *corpora*, compostos de (i) documentos oficiais norteadores do ensino de Língua Portuguesa no Brasil, a saber: Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, Orientações Curriculares para o Ensino Médio e Diretrizes Curriculares Estaduais de Língua Portuguesa para a Educação Básica, do Estado do Paraná, (ii) livros didáticos de Língua Portuguesa indicados para o Ensino Médio, no PNLD 2015 e (iii) questionários respondidos pelos professores da rede pública de ensino do Estado do Paraná, a fim de buscar as crenças e atitudes desses professores.

Com base na análise dos dados, Brandão-Silva (2017, p. 9) apresenta os seguintes resultados:

i) os documentos oficiais que norteiam o ensino de Língua Portuguesa não são suficientemente esclarecedores quanto à abordagem da variedade linguística; ii) em geral, os materiais didáticos propõem atividades que não dão conta de explorar, em profundidade, a diversidade linguística; iii) há uma tendência entre os professores em assumir o discurso de valorização da variação linguística, no entanto, a transposição desse discurso para a prática deixa a desejar, pois a maioria dos professores apresenta atitudes que reforçam as prescrições normativas.

O pesquisador ainda aponta a necessidade de investimento na formação continuada dos professores, “fornecendo-lhes alternativas para o trabalho com a variação linguística no processo de ensino-aprendizagem, inclusive com a didatização dos fenômenos variáveis.” (BRANDÃO-SILVA, 2017, p. 9).

Semczuk (2019), em sua tese de doutorado, buscou trazer ferramentas aos docentes do ensino fundamental I para o tratamento da oralidade com base nos estudos da Sociolinguística Educacional. A pesquisadora teve como motivação a participação no projeto Prodocente – *Proposta de Atualização Docente do Ensino Básico* – vinculado à Universidade Estadual de Londrina e à Secretaria de Educação do Município de Centenário do Sul _ no qual teve a oportunidade de conhecer melhor a realidade da formação e atuação dos professores que atuavam nas escolas daquela cidade e pode perceber as necessidades dessas escolas no que diz respeito ao Ensino de Língua Portuguesa. A pesquisadora justifica o trabalho com alunos dos anos iniciais pelos seguintes motivos:

Justifica-se a escolha desses informantes/participantes por acreditar na necessidade de, desde os anos iniciais, os alunos terem contato com as reflexões sobre a língua, vista enquanto heterogênea, na importância do trabalho com a oralidade em sala de aula, tendo em vista que, neste ciclo da Educação Básica, os alunos adquirem os conhecimentos linguísticos e aprendem o código da escrita. (SEM CZUK, 2019, p. 8).

Assim, a autora traçou os seguintes objetivos específicos para seu trabalho:

I) compreender a prática docente nos anos iniciais; II) verificar, com base nos dados do questionário diagnóstico, a concepção de língua adotada pelos professores; III) averiguar se os professores reconhecem a importância da abordagem da variação linguística em sala de aula e IV) intervir na prática docente, com foco nas atividades de oralidade, tendo como objeto de ensino o texto. (SEM CZUK, 2019, p. 8).

Para a realização de sua tese, Semczuk realizou um diagnóstico dos saberes dos professores a respeito dos estudos atuais da Sociolinguística Educacional e a partir daí, traçou um

plano de estudos centrado na aplicação de um curso específico sobre o trabalho com a oralidade nos anos iniciais com base nos estudos sociolinguísticos. Com a aplicação do curso, a pesquisadora pode ter uma visão da realidade do grupo de professoras com quem trabalhou e constatou o desconhecimento dos atuais estudos da Sociolinguística Educacional por parte do grupo. Segundo a pesquisadora:

As professoras, em sua maioria, estão há muito tempo em sala de aula, sem tantos cursos de pós-graduação ou formação continuada na área de Língua Portuguesa, por isso, apresentaram a crença de que há uma única língua “correta”, aquela que se aproxima da norma-padrão, e de que seus alunos falam “errado”, assim como a maioria da população da cidade, por terem pouca escolaridade ou por reflexo da comunidade da qual fazem parte. (SEMCZUK, 2019, p. 171)

Ao final de sua tese, Semczuk aponta a necessidade da formação continuada para os professores do Ensino Básico a fim de que a escola possa tratar de forma mais apropriada com a língua.

Outro estudo realizado na perspectiva da variação com foco no ensino é o de Bochenek (2020), que pesquisou o processo de alfabetização. O autor buscou compreender as crenças e atitudes que envolvem todo o processo de alfabetização, desde os métodos adotados, até as questões essencialmente linguísticas que envolvem o processo de alfabetização. Para isto, Bochenek (2000), ancorado nos pressupostos da Sociolinguística Educacional, aliados aos estudos sobre alfabetização, realizou uma pesquisa com professores de 4 municípios da região Oeste do Paraná: Assis Chateaubriand, Cascavel, Formosa do Oeste e Nova Aurora.

Em seu estudo, o pesquisador partiu de algumas hipóteses, a saber:

- (i) que os professores alfabetizadores utilizam os métodos mais inovadores e adequados aos processos de alfabetização;
- (ii) que os professores pesquisados conhecem e entendem a variação linguística dos alunos em processo de alfabetização;
- (iii) que os professores utilizam estratégias metodológicas adequadas no trato com o fenômeno da variação linguística

no processo de alfabetização, além do que consta prescrito nos principais documentos norteadores.” (BOCHENEK, 2020, p. 174).

Em relação à primeira hipótese, o autor percebeu que os professores utilizam diferentes métodos de alfabetização, tanto tradicionais, como inovadores. Já a segunda hipótese foi confirmada, dado que há conhecimento do tema “variação” por parte dos professores entrevistados. Entretanto, não houve a confirmação da terceira hipótese, pois a pesquisa realizada demonstrou que “as atividades apontadas como possíveis não dão conta de abordar corretamente o fenômeno da variação linguística, além de não respeitá-lo.” (BOCHENEK, 2020, p. 174).

Diante de seus resultados, o estudioso afirma:

[...] pode-se dizer que a Sociolinguística está conceitualmente firmada entre os professores participantes. Entretanto, a dúvida que persiste e que requer investimentos dos linguistas está na possibilidade de transposição prática da ciência, bem como na busca por bons exemplos de atividades que sejam adequadas ao trato dos diversos fenômenos linguísticos, rompendo com atividades de “correções” ou que reforcem ainda mais estereótipos e preconceitos linguísticos. Essa é sem dúvida a tarefa que deve nortear a Sociolinguística, bem como futuras pesquisas na área. (BOCHENEK, 2020, p. 175).

Os trabalhos aqui elencados indicam que alguns avançaram já se alcançaram no âmbito escolar, pois no país há um documento norteador que, embora não seja ainda ideal, impulsiona os professores a conhecerem questões relacionadas ao trabalho com a língua na perspectiva variacionista. Além disso, pode-se perceber, nas teses de Brandão-Silva (2017) e de Bocheck (2020) que os professores já tiveram acesso a esses documentos e teoricamente estão aptos a abordar o tema de maneira satisfatória. O que realmente falta, com base nessas pesquisas, é a efetiva aplicação do que há já conhecido teoricamente a respeito dos estudos da Sociolinguística Educacional, o que pode ser consolidado com a união de diversas forças, inclusive dos professores universitários e dos professores do ensino básico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente texto, buscou-se refletir a respeito na necessidade de interação entre as pesquisas realizadas as instituições de ensino superior e as instituições escolares de ensino básico, mais especificamente no que diz respeito aos estudos sobre a Sociolinguística Educacional.

Para isto, apresentara-se estudos realizado no projeto *VALEN*, sobre o fenômeno da concordância verbal, concebido como variável, com a intenção de mostrar uma possibilidade de abordagem na vertente da Sociolinguística Educacional. Posteriormente apresentaram-se resultados de pesquisas de integrantes do *VALEN*, com o objetivo de compreender a visão do professor de educação básica a respeito dos estudos da Sociolinguística Educacional, o que indicou a necessidade de maior aproximação entre a pesquisa e a prática escolar.

Assim pode-se concluir que há ainda um percurso a ser percorrido para que se efetive a Pedagogia da variação nos bancos escolares a fim de que a Língua Portuguesa seja não só uma matéria escolar, mas um objeto de identificação do alunado brasileiro.

REFERÊNCIAS

BOCHENEK, S. **Metodologia e alfabetização sob o viés da pedagogia da variação**. 2020. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2004.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós chegemos na escola e agora?: sociolinguística e educação**. São Paulo: Parábola, 2005.

BORTONI-RICARDO, S. M. O estatuto do erro na língua oral e escrita. *In*: GORSKI, E. M. ; COELHO, I. L. (org.) **Sociolingüística e ensino**: contribuições para a formação do professor de língua. Florianópolis: EdUFSC, 2006.

BORTONI-RICARDO, S. M. O tratamento do conceito de Relativismo Cultural nas séries iniciais da escolarização. *In*: Cox, M. I. P. (org.). **Que português é esse?** Vozes em conflito, Cuiabá: FAPEMAT, 2008. p. 67-82.

BRANDÃO, S. F.; VIEIRA, S. (org.). **Ensino de gramática**: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2007.

BRANDÃO-SILVA, F. **A abordagem da variação linguística no ensino de língua portuguesa em instituições públicas de ensino do estado do Paraná**. 2017. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

CASTILHO, A. T. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTILHO, A. T.; ELIAS, V. M. **Pequena Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto. 2012.

CEGALLA, D. P. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

CYRANKA, L.F.M. A pedagogia da variação é possível? *In*: FARACO, Carlos Alberto; ZILLES, Ana Maria Stahl (orgs.) **Pedagogia da variação linguística**: língua, diversidade e ensino. São Paulo: Parábola, 2015.

FARACO, C. A. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. *In*: BAGNO, M. (org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002.

FARACO, C. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola, 2008.

FARACO, C. A.; ZILLES, A. M. S. (org.). **Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino**. São Paulo: Parábola, 2015.

LEMLE, M.; NARO, A. J. **Competências básicas do Português**. Rio de Janeiro: Mobral/Fundação Ford, 1977.

LUCCHESI, D. **A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil**. 2000. Tese (Doutorado em Linguística) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.

LUCCHESI, D. O conceito de transmissão linguística irregular e o processo de formação do português do Brasil. *In*: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (org.). **Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

NARO, A. J. The social and structural dimension of a syntactic change. **Language**, v. 57, p. 63-98, 1981.

NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. A concordância de número no português do Brasil – um caso típico de variação inerente. *In*: HORA, D. (org.). **Diversidade linguística no Brasil**. João Pessoa: Idéia. 1997. p. 93-114.

NEVES, M. H. de M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.

PRETI, D. A propósito do conceito de discurso oral culto: a língua e as transformações sociais. *In*: PRETI, D. (org.). **O discurso oral culto**. 3. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

SCHERRE, M. M. P. Paralelismo linguístico. *In*: **Revista de Estudos da Linguagem**, v.7, n.2, Belo Horizonte: UFMG, 1998.

SCHERRE, M. M. P. **Doa-se Lindos Filhotes de Poodle: Variação Lingüística, Mídia e Preconceito**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

SEMCZUK, W. A. F. **A abordagem da oralidade e a forma(ação) docente nos anos iniciais: desafios e possibilidades**. 2019. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

VIEIRA, S. R. A não-concordância em dialetos populares: uma regra variável. *In*: HORA, D. Variação linguística. **Graphos** – Revista da Pós-graduação em Letras da UFPB. João Pessoa vol. 2, n.1, 1997.

A REALIZAÇÃO DAS FORMAS PRONOMINAIS CLÍTICAS NO TEXTO BÍBLICO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE DUAS VERSÕES DA BÍBLIA À LUZ DA SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA

Natan Gonçalves Teixeira
Jacqueline Ortelan Maia Botassini

INTRODUÇÃO

Weinreich, Labov e Herzog (2009 [1968]), Labov (2008 [1972]), entre outros estudiosos, asseveram que estudar a língua desvinculada do componente social significa negar a existência de uma relação imprescindível entre língua e sociedade no estabelecimento da comunicação. Um sistema linguístico se constrói, justamente, porque seu objetivo principal é promover a interação entre indivíduos. Considerar, portanto, que esse sistema é homogêneo significa imaginar que cada falante realiza a língua da mesma forma, o que é um equívoco, visto que as diferenças linguísticas refletem, muitas vezes, a própria identidade do falante.

Considerado, então, como social, o sistema linguístico se dá a partir da heterogeneidade de comportamentos e de atitudes dos indivíduos integrantes de uma comunidade, apresentando, desse modo, tendência à variabilidade. Sendo o sistema linguístico assim compreendido, a mudança linguística passa a ser concebida não como algo exterior ao sistema, mas como elemento resultante de sua heterogeneidade.

Uma vez que se admite essa perspectiva como constituidora da língua, paralelamente, admite-se ainda a hipótese de que a heterogeneidade linguística é o reflexo da própria heterogeneidade social, estando as diferenças no uso de formas variantes relacionadas com as diversas manifestações escritas ou faladas

pelos grupos sociais, assim como com a sensibilidade que esses grupos mantêm em relação à(s) norma(s) linguística(s), especialmente em relação aos textos escritos.

Com o interesse em verificar as mudanças que ocorreram em textos escritos na língua portuguesa brasileira, optou-se por trabalhar com um *corpus* constituído de duas versões bíblicas baseadas na tradução de João Ferreira de Almeida, a saber: *Almeida Revista e Corrigida – ARC*, cuja versão é de 1969, e *Nova Tradução na Linguagem de Hoje – NTLH*, versão de 2000.

O objetivo principal deste trabalho está em analisar a linguagem presente na Bíblia traduzida por João Ferreira de Almeida em relação ao uso das formas pronominais, realizando a comparação da versão de 1969 com a versão de 2000, a fim de, especificamente: (i) realizar um levantamento quantitativo das formas clíticas referentes às três pessoas gramaticais (*me, te, se, o, a, os, as, lhe, lhes, nos, vos*); (ii) identificar as mudanças que ocorreram na modalidade escrita do Português do Brasil (PB) em relação às referidas formas pronominais em uma perspectiva diacrônica (visto que, entre as duas versões bíblicas, transcorre um período de mais de trinta anos) e (iii) analisar, qualitativamente, os possíveis fatores que condicionaram as mudanças em um texto de modalidade escrita.

O trabalho com as duas versões bíblicas se justifica por permitir examinar as mudanças efetivadas em um período de mais de trinta anos, podendo-se, assim, contribuir com as pesquisas de variação linguística em uma perspectiva diacrônica.

Além disso, a escolha de textos bíblicos se deve ao fato de se tratar de textos considerados, via de regra, altamente formais, tendendo a utilizar vocabulários, expressões e formas gramaticais extremamente vinculados ao que a Gramática Tradicional (GT) prescreve. Entretanto a Nova Tradução na Linguagem de Hoje busca apresentar uma “linguagem comum”, que é possível ser compreendida pela maioria dos falantes do português do Brasil, embora não se trate de linguagem vulgar ou gramaticalmente errada, sendo normalmente aceita também pelos eruditos. A língua

comum é compreensível à maior parte da população brasileira, tanto em termos geográficos (de Norte a Sul) quanto educacionais (das pessoas mais simples às mais cultas). Tem-se, assim, a possibilidade de se trabalhar a variação estilística.

Já a escolha das formas pronominais de segunda pessoa do singular e do plural, de primeira pessoa do plural e dos clíticos para o presente estudo está relacionada ao fato de diversos trabalhos (DUARTE, 1989; GALVES, 1993; PAGOTTO, 1993; CYRINO, 2000; AVERBUG, 2003; CASTILHO, 2010; KATO, 2017; entre outros) atestarem mudanças significativas no uso dos referidos pronomes, que trouxeram alterações e conseqüente reorganização do atual sistema pronominal do português brasileiro.

Foram analisados 6.104 dados constantes de quatro livros do Novo Testamento que, juntos, denominam-se os Evangelhos: Mateus (com 28 capítulos), Marcos (com 16 capítulos), Lucas (com 24 capítulos) e João (com 21 capítulos). A opção por textos do Novo Testamento (NT) e, mais especificamente, por esses quatro livros deve-se ao fato de essa ser a parte da Bíblia em que estão registrados os acontecimentos mais conhecidos pelas pessoas, porque trazem a história de Jesus, do seu nascimento, passando pela sua “paixão”, morte e “ressurreição”, incluindo as ações dos discípulos a partir de então. Isso, de modo geral, parece interessar muito mais às pessoas – pelas questões relacionadas aos episódios simples da vivência em sociedade – do que as leis e as histórias intensas do Antigo Testamento.

Justifica-se ainda que o texto traduzido por Almeida, segundo a Sociedade Bíblica do Brasil (SBB), é o preferido por mais de 60% dos cristãos falantes de português e, em se tratando de Bíblia ecumênica, parece ser a mais citada entre as religiões católicas e protestantes, religiões essas amplamente difundidas em território brasileiro. Além disso, a primeira tradução completa do NT para o português, de acordo com a SBB, foi elaborada por João Ferreira de Almeida, estudioso português do século XVII, muito conhecido entre as comunidades cristãs portuguesa e brasileira, sobretudo protestantes. Apreciar a obra de Almeida não se resume apenas em

reconhecê-lo como um dos principais autores da primeira versão completa da Bíblia em português, mas em compreender que seu trabalho marca e demonstra historicamente momentos importantíssimos pelos quais a humanidade passou.

Para atingir os objetivos propostos, elegeu-se o modelo de análise da Sociolinguística Variacionista. Proposto por Weinreich, Labov, Herzog (2009 [1968]) e Labov (2008 [1972]), esse modelo teórico-metológico toma como ponto de partida para a investigação linguística a existência de variação no interior do sistema linguístico, podendo tal variação resultar (ou não) em mudança. Em consequência disso, o sistema linguístico deixa de ser visto como uma estrutura homogênea, na qual a mudança se processa de forma assistemática, para ser encarado como inerentemente heterogêneo, sendo a mudança algo que ocorre de maneira sistemática.

O TEXTO BÍBLICO⁴

A Bíblia é o conjunto de livros antigos mais conhecido, pesquisado e traduzido em todo o mundo. Foi escrita originalmente em hebraico, grego e aramaico e apresenta mensagens de grande importância para a humanidade, tanto em termos de fé quanto de vida.

“Bíblia” é uma palavra vinda do grego como plural de “bíbliion” e significa “rolo” ou “livros”. “Biblos” era o nome de uma antiga cidade Fenícia, atualmente conhecida por Jubayl. Na antiguidade, essa cidade destacava-se pela comercialização e exportação de papiros, e a expressão grega para papiro era “biblos”, derivada do nome dessa cidade. Os antigos egípcios, gregos e romanos usavam para a escrita o papiro em rolo, por ser um material de fácil obtenção e uso, além de durável. Com o passar do tempo, essa expressão

⁴ Informações obtidas a partir da leitura e da confluência de diversos textos, especialmente: DUNNETT, Walter M. *Panorama do Novo Testamento*. Editora: Vida Nova, 2005; *site* da Sociedade Bíblica do Brasil – SBB (disponível em www.sbb.com.br).

começou a designar “o conjunto de livros inspirados por Deus”, estes que se conhecem usualmente por Bíblia.

A versão judaico-cristã do compêndio, geralmente, é formada por 66 livros e dividida em duas grandes partes, a saber: o Antigo (AT) e o Novo Testamento (NT). Enquanto o AT possui 39 livros e apresenta a história do mundo desde sua criação até os acontecimentos após o retorno do povo judeu do exílio babilônico, no século IV a.C., o NT é composto por 27 livros e narra a biografia de Jesus – nascimento, vida, morte, ressurreição e ações dos discípulos a partir de então até o “fim dos tempos”, com o livro de Apocalipse.

Na necessidade de se propagarem os ensinamentos dos textos bíblicos entre os povos do mundo, desenvolveu-se um número significativo de traduções para os mais variados idiomas. Atualmente, é possível identificar a Bíblia completa em, aproximadamente, 485 línguas, e um trecho dela, pelo menos, está traduzido para mais de 2.500 línguas diferentes.

A primeira tradução completa do NT para o português foi, de acordo com a Sociedade Bíblica do Brasil (SBB), construída por João Ferreira Annes de Almeida, publicada e impressa na Holanda, em 1681, mas realizada na cidade de Batávia (atualmente Jacarta), na ilha de Java, parte da Indonésia.

Natural de Torre de Tavares, Portugal, João de Almeida foi um notável português do século XVII, cujas vida e obra são ainda hoje visíveis nas comunidades cristãs portuguesas e brasileiras, sobretudo protestantes. Apreciar a obra de Almeida não se resume apenas em reconhecê-lo como um dos principais autores da primeira versão completa da Bíblia em português, por exemplo, mas em compreender que seu trabalho marca e demonstra historicamente momentos importantíssimos pelos quais a humanidade passou. Assim como Lutero, traduzindo a Bíblia do latim para o alemão, revolucionou a compreensão de Deus e de salvação, que até então se apresentava com interesses da Igreja Católica, Almeida protagonizou papel imprescindível também no entendimento da “Palavra de Deus” aos falantes de língua portuguesa, tanto que a tradução preferida no Brasil

e em Portugal, em se tratando de Bíblia ecumênica, é, segundo a SBB, a realizada por ele.

A Bíblia completa em português foi publicada em dois volumes, no ano de 1753. Já a primeira impressão completa, em um único volume, na tradução de Almeida, realizou-se em Londres, em 1819. Antes disso, em 1809, foi publicado, pela primeira vez, o NT de Almeida, pela Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira, fundada em 1804, a fim de que fosse distribuído em países de fala portuguesa. Em 1898, realizou-se a revisão da tradução de 1819, que recebeu o nome de Almeida Revista e Corrigida.

No Brasil, com o intuito de “Dar a Bíblia à Pátria”, em 10 de junho de 1948, constituiu-se a SBB. Nessa época, logo após a Segunda Guerra Mundial, o ambiente de otimismo e de esperança favoreceu o crescimento da divulgação da “Palavra de Deus”. Fundada por destacados líderes cristãos protestantes, a SBB assumiu as atividades de tradução, de produção e de distribuição da Bíblia em todo o território nacional, atuando como uma das maiores referências em traduções bíblicas em PB. Assim, em 1956, em um trabalho de revisão e de atualização do texto de 1898, a SBB lançou a primeira tradução da Bíblia no Brasil, denominada Almeida Revista e Atualizada. Posteriormente, em 1969, realizou-se outra revisão intitulada Almeida Revista e Corrigida (ARC) e, em 2000, a tradução completa nomeada Nova Tradução na Linguagem de Hoje (NTLH).

Diante dessas considerações, passa-se à análise e discussão dos dados, a fim de verificar as mudanças que ocorreram em textos formais escritos na língua portuguesa brasileira.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Os dados em relação às formas clíticas apresentam, de uma versão bíblica para outra, uma variação muito expressiva quanto a seu uso, conforme se pode verificar na Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição das formas clíticas.

ARC		NTLH		Total	
n.º	%	n.º	%	n.º	%
4.453	73	1.651	27	6.104	100

Fonte: Os autores.

De 6.104 ocorrências registradas entre as versões, 4.453 pronomes clíticos, isto é, 73%, aparecem na versão bíblica antiga, enquanto, na versão mais recente, ocorrem apenas 1.651 (27%) casos, uma diferença bastante contrastiva, apontando para uma queda de 62% de empregos dessas formas pronominais.

É possível que essa grande diferença no número de ocorrências das formas clíticas de uma versão para outra se deva pelo período de tempo que distancia as duas versões: pouco mais de trinta anos, período em que ocorreram mudanças sociais, que conseqüentemente se refletiram nos usos linguísticos.

Pesquisadores que trabalham com esse tema (DUARTE, 1986; OLIVEIRA, 1989; CYRINO, 1993; PAGOTTO, 1993; NUNES, 1993; CYRINO, 2000; AVERBUG, 2003; OLIVEIRA, 2007; ALVES, 2009; FREIRE, 2011; dentre outros) revelam que as formas pronominais, no português falado no Brasil, têm sido substituídas por estratégias particulares para a referência a elementos textuais e extratextuais. As pesquisas dos referidos estudiosos evidenciam, por exemplo, que os clíticos acusativos de terceira pessoa (*o, a, os, as*) são substituídos com muita frequência por pronomes lexicais (*ele, ela, eles, elas*), por sintagmas nominais anafóricos (nomes) ou por uma categoria vazia (objeto nulo, ou seja, \emptyset); sendo esta última, segundo os estudiosos, a estratégia mais recorrente.

Tal diferença entre as versões parece ainda estar relacionada à substituição das formas pronominais átonas pelas formas tônicas, fenômeno amplamente presente no PB. Sobre isso, expressa-se Galves (1993):

[...] o aumento do objeto nulo, a ampliação dos contextos em que aparece, e o surgimento do pronome tônico em posição de objeto se articulam

também à diminuição da frequência dos clíticos, e à alteração na sua colocação na oração. Tudo isso constitui um conjunto de fenômenos intimamente relacionados, que apontam para uma reorganização do sistema pronominal na língua (p. 390, grifos nossos).

Os exemplos de (1) a (12), encontrados no *corpus* deste trabalho, evidenciam algumas informações já apresentadas:

(1) Respondeu-**lh**es Jesus: Em verdade, em verdade **vos** digo que todo aquele que comete pecado é servo do pecado. (Jo. 8:34 – ARC)

(2) Jesus disse **a eles**:

– Eu afirmo **a vocês** que isto é verdade: quem peca é escravo do pecado. (Jo. 8:34 – NTLH)

(3) Também foi dito: Qualquer que deixar sua mulher, que **lhe** dê carta de desquite. (Mt. 5:31 – ARC)

(4) – Foi dito também: “Quem mandar a sua esposa embora deverá dar **a ela** um documento de divórcio.” (Mt. 5:31 – NTLH)

(5) E, regressando os apóstolos, contaram-lhe tudo o que tinham feito. E, tomando-os consigo, retirou-se para um lugar deserto de uma cidade chamada Betsaida. E, sabendo-o, a multidão o seguiu; e ele os recebeu, e falava-lhes do Reino de Deus, e sarava os que necessitavam de cura. (Lc. 9:10-11 – ARC).

(6) Os apóstolos voltaram e contaram a Jesus tudo o que haviam feito. Então ele os levou consigo, e foram sozinhos para o povoado de Betsaida. Mas as multidões souberam **disso** e o seguiram. E Jesus os recebeu, falou a respeito do Reino de Deus e curou o que precisavam ser curados. (Lc. 9:10-11 – NTLH)

(7) E Jesus, parando, disse que o chamassem; e chamaram o cego, dizendo-lhe: Tem bom ânimo; levanta-**te**, que ele **te** chama. (Mc. 10:49 – ARC)

(8) Então Jesus parou e disse:

– Chamem o cego.

Eles chamaram e lhe disseram:

– Coragem! Levante-**se**, porque ele está chamando **você!** (Mc. 10:49 – NTLH)

(9) Ora, os nomes dos doze apóstolos são estes: O primeiro, Simão, chamado Pedro, e André, seu irmão; Tiago, filho de Zebedeu, e João, seu irmão; Filipe e Bartolomeu; Tomé e Mateus, o publicano; Tiago, filho de Alfeu, e Lebeu, apelidado Tadeu; Simão, o Zelote, e Judas Iscariotes, aquele que o traiu. (Mt. 10:2-3 – ARC)

(10) São estes os nomes dos doze apóstolos: primeiro, Simão, chamado Pedro, e o seu irmão André; Tiago e o seu irmão João, filhos de Zebedeu; 3 Filipe, Bartolomeu, Tomé e Mateus, o cobrador de impostos; Tiago, filho de Alfeu; Tadeu 4 e Simão, o nacionalista; e Judas Iscariotes, que traiu **Jesus**. (Mt. 10:2-4 – NTLH)

(11) Mas tenho-**vos** dito isso, a fim de que, quando chegar aquela hora, vos lembreis de que já **vo-lo** tinha dito; e eu não vos disse isso desde o princípio, porque estava convosco. (Jo. 16:4 – ARC)

(12) Mas eu digo **Ø** isso para que, quando essas coisas acontecerem, vocês lembrem que eu já **os** tinha avisado **Ø**. E Jesus continuou:
– Eu não disse isso antes, porque ainda estava com vocês. (Jo. 16:4 – NTLH)

Verifica-se, nos exemplos (1) e (2), que há substituição do clítico *lhes*, fazendo referência à terceira pessoa do plural, pela forma tônica *a eles* e também, na sequência, do clítico *vos*, segunda pessoa do plural, pela forma tônica *a vocês*. Já em (3) e (4), a forma átona *lhe*, de objeto indireto anafórico, é substituída por *a ela*, pronome tônico correspondente. Consta-se, portanto, neste trabalho, a afirmação de Galves (1993).

Já em (6), observa-se uma situação diferente dos casos anteriores, uma vez que a substituição do pronome clítico *o*, que aparece em (5), é realizada pelo uso do demonstrativo *isso*. Tal diferença permite verificar que, de uma versão bíblica para outra, a substituição de pronomes, dependendo da estratégia de referenciação, nem sempre vai ocorrer por meio de formas tônicas, o que evidencia a natureza dinâmica da língua, de poder se realizar de diversas maneiras. Além disso, pela observação do exemplo, a substituição do clítico parece estar condicionada à natureza semântica do elemento ao qual se faz a referência; quando essa referência é feita a objetos, coisas, animais e pessoas, ou seja, a

elementos mais específicos, a probabilidade é de que a substituição seja realizada por outro pronome pessoal, entretanto tônico. Já quando o elemento retomado é todo um conjunto de informações (fragmentos de frases, frases inteiras, parágrafos etc.), observa-se a substituição mais recorrente por meio de um demonstrativo neutro (*isto, isso, aquilo*).

Nos exemplos (5) e (6), o excerto retomado é, respectivamente, “retirou-se para um lugar deserto de uma cidade chamada Betsaida” (*in* ARC) / “foram sozinhos para o povoado de Betsaida” (*in* NTLH), isto é, uma frase inteira, o que justifica, na versão bíblica mais recente, a escolha por um demonstrativo neutro, pois o elemento retomado não é pessoa, coisa ou objeto.

Em (7), observa-se que a indicação da segunda pessoa do singular se faz pela forma canônica *te*, veiculada pelas GTs como segunda pessoa direta. Nesse exemplo, ela ocorre duas vezes e com funções diferentes: na primeira, como partícula reflexiva, constituindo parte da estrutura do verbo pronominal “levantar-se” e, na segunda, como complemento, objeto direto, do verbo “chamar”. Na primeira ocorrência, o pronome *te* foi substituído, na versão bíblica NTLH, por outro átono, *se* (exemplo 8), ambos com valor reflexivo. Quanto a isso, constatou-se, pelos dados deste artigo, que, quando o clítico tem função reflexiva, ele se mantém na versão mais recente, não sendo substituído por outros recursos linguísticos, tais como se observam nos exemplos anteriores, pois construções sinônimas como “Levanta a ti” ou “Levanta a ti mesmo”, ou ainda em concordância com o tratamento *você*: “Levante a si” ou “Levante a si mesmo” são mais polidas do que as formas clíticas e não atingiriam o objetivo da versão NTLH, visto que esta propõe apresentar uma linguagem mais “simples”, que possa alcançar qualquer tipo de público. Já em relação à segunda ocorrência de *te* no exemplo (7), a substituição esperada, na versão mais recente, é estabelecida: o pronome tônico *você* (segunda pessoa indireta no entendimento das GTs) ocorre em seu lugar.

Nos exemplos (9) e (10), o que se encontra, de uma versão para a outra, é a substituição da forma átona *o* (exemplo 9) pelo SN *Jesus*

(exemplo 10). Esse tipo de substituição é, de acordo com autores que trabalham com o tema (como DUARTE, 1989; AVERBUG, 2003; ALVES, 2009), bastante frequente, sendo apresentada, nos trabalhos referidos, como o primeiro ou o segundo recurso mais utilizado para substituir as formas clíticas que funcionam como objeto direto.

Em (11), as formas *vos* e *o* (de *lo*) têm seu lugar ocupado, na versão NTLH, por uma categoria vazia (exemplo 12), recurso amplamente utilizado na modalidade falada do português brasileiro e referido em trabalhos de Duarte (1989), Oliveira (1989), Galves (1993), Nunes (1993), Cyrino (2000), Freire (2011), entre outros, como estratégia de substituição muito recorrente. Destaca-se, portanto, que esses recursos de substituição das formas clíticas já se encontram bastante adiantados na sua implementação no sistema linguístico do Brasil, visto que já se fazem presentes, inclusive, em um texto escrito formal como a Bíblia.

Ainda em relação aos exemplos (11) e (12), observa-se uma construção aglutinada de clíticos na versão ARC: *vo-lo*, que substitui os complementos verbais direto (*isso*) e indireto (*a vós*). Essa construção é extremamente erudita e praticamente exclusiva de textos literários clássicos e da Bíblia, na sua versão antiga. Trata-se de forma que chega a causar estranhamento a quem escuta, mesmo em se tratando de pessoas cultas. Além disso, sua construção requer conhecimento sintático e morfológico detalhado. Sobre esse tipo de construção, Cunha e Cintra (2007, p. 309) expressam: “No Brasil, quase não se usam as combinações *mo*, *to*, *lho*, *no-lo*, *vo-lo*, etc. Da língua corrente estão de todo banidas e, mesmo na linguagem literária, só aparecem em escritores um tanto artificiais”.

Por tudo isso, esse tipo de uso pronominal está completamente em desuso na língua falada e, inclusive, na escrita de textos contemporâneos, conforme se pode verificar pela versão mais recente da Bíblia, em que *vo-lo*, em “já *vo-lo* tinha dito”, é substituído por uma forma pronominal átona e um apagamento: “já *os* tinha avisado Ø”. Essa aglutinação de formas clíticas na versão ARC não é tão rara, assim como também não é rara a substituição de formas como essas,

na versão NTLH, por categorias vazias ou por pronomes tônicos, conforme se pode verificar em (13) e (14):

(13) Então, eles lhe disseram: Não temos aqui senão cinco pães e dois peixes. E ele disse: Trazei-**mos** aqui. (Mt. 14:17-18 – ARC)

(14) Eles disseram:

– Só temos aqui cinco pães e dois peixes.

– Pois tragam **Ø para mim!** – disse Jesus. (Mt. 14:17-18 – NTLH)

Distribuição dos clíticos por pessoa

A Tabela 2, a seguir, evidencia a distribuição das formas pronominais clíticas por pessoa nas duas versões bíblicas.

Tabela 2 – Distribuição das formas clíticas na ARC e na NTLH.

FORMAS PRONOMINAIS	VERSÕES			
	ARC		NTLH	
	n.º	%	n.º	%
1. ^{as} pessoas (me/nos)	460	10	349	21
2. ^{as} pessoas (te/vos)	775	18	259	15
3. ^{as} pessoas (o(s), a(s), lhe(s), se)	3.218	72	1.043	64
Total	4.453	100	1.651	100

Fonte: Os autores.

Nota-se que, em relação à versão mais antiga da Bíblia, do total de 4.453 ocorrências de pronomes átonos, 460 correspondem às primeiras pessoas, 775 às segundas e 3.218 às terceiras, o que representa percentuais, respectivamente, de 10%, 18% e 72% de realizações para cada pessoa.

As ocorrências que mais se destacam numérica e percentualmente são as de terceiras pessoas. Isso parece se dar porque, para essa pessoa gramatical, existem sete formas clíticas possíveis: as privativas de objeto direto (*o, a, os, as*), as de objeto indireto (*lhe, lhes*) e a que pode funcionar como objeto direto ou indireto reflexivo (*se*). Em relação especificamente ao objeto direto, a indicação de gênero (*o, a*) e de número (*os, as*) são expressas por

meio de pronomes diferentes, o que, conseqüentemente, acarreta maior ocorrência de formas nessa pessoa; já para o objeto indireto, há somente duas realizações: uma para o singular (*lhe*) e outra para o plural (*lhes*); porém todos esses pronomes compõem um número bastante significativo, quando comparado ao das demais pessoas.

Outra questão que parece explicar o maior índice de ocorrências de formas clíticas de terceiras pessoas está na possibilidade de esses pronomes retomarem informações linguísticas (anáfora) ou de anteciparem essas informações (catáfora), pois os clíticos de terceira pessoa são, tradicionalmente, considerados como mecanismos referenciadores por excelência, podendo referir-se não só a pessoas em si, mas a objetos, a animais, a coisas, isto é, a qualquer tipo de assunto.

Já as segundas pessoas contam com apenas dois usos possíveis – *te* e *vos*, aquele para referir-se à pessoa do singular e este à pessoa do plural – e não expressam marcação de gênero, pois podem representar tanto indivíduos masculinos quanto femininos. Essa característica também se faz presente nas primeiras pessoas: assim como as formas *te* e *vos* se revelam como as únicas possíveis para a segunda pessoa do discurso, os pronomes *me* e *nos* são igualmente as únicas formas clíticas de primeiras pessoas, trazendo, respectivamente, valor de singular (*me*) e de plural (*nos*). Entretanto percebe-se que os pronomes átonos de segundas pessoas ocorrem em uma frequência mais elevada que os de primeiras (775 casos contra 460); tal diferença parece justificar-se, novamente, porque, nos livros do Evangelho, são mais numerosos os trechos em que Jesus se dirige aos discípulos e às multidões do que as passagens nas quais as personagens falam de si próprias.

Já em relação aos dados da versão NTLH, do total de 1.651 realizações (100%) de formas clíticas, 349 (21%) são de primeiras pessoas, 259 (15%) de segundas e 1.043 (64%) de terceiras. Esses valores demonstram certas particularidades ao se compararem as versões bíblicas: primeiramente, observa-se que as formas de primeiras pessoas, na versão mais moderna, são as que menos apontam para mudanças; inclusive, representam um incremento

de 11% de casos. Esse dado parece ocorrer, muito provavelmente, porque o uso de *me* não apresenta outra possibilidade de substituição além da forma tônica *a mim*, diferentemente do que ocorre com os demais clíticos: *nos* pode ser substituído por *a nós* ou *a gente*; *te* pode dar lugar a *a ti* ou a *você*; *vos* substitui-se por *a vós* ou por *vocês* e as terceiras pessoas (*o, os, a, as, lhe, lhes*) podem realizar-se por meio de apagamentos, sintagmas nominais, pronomes lexicais e formas tônicas.

Na sequência, discute-se a realização de cada forma pronominal especificamente.

A primeira pessoa

As ocorrências de cada forma clítica para a primeira pessoa podem ser identificadas na Tabela 3.

Tabela 3 – Distribuição das formas clíticas *me* e *nos*.

FORMAS CLÍTICAS	VERSÕES				Total	
	ARC		NTLH			
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
me	363	54	308	46	671	100
nos	97	70	41	30	138	100

Fonte: Os autores.

Pode-se perceber que, de um total de 671 (100%) realizações da forma *me*, 363 casos, isto é, 54% aparecem na versão de 1969 e 308 (46%) ocorrem na versão de 2000, o que representa uma queda de 8% na frequência de usos da referida forma pronominal, uma variação bem pequena, revelando que, no processo de mudança dos clíticos, o uso da primeira pessoa foi muito pouco alterado. Nos exemplos a seguir, pode-se constatar tal afirmação:

(15) E ele, respondendo, disse-lhes: Bem profetizou Isaías acerca de vós, hipócritas, como está escrito: Este povo honra-me com os lábios, mas o seu coração está longe de mim. (Mc. 7:6 – ARC)

(16) Jesus respondeu:

– Hipócritas! Como Isaías estava certo quando falou a respeito de vocês! Ele escreveu assim: “Deus disse: Este povo com a sua boca diz que **me** respeita, mas na verdade o seu coração está longe de mim. (Mc. 7:6 – NTLH)

Em (15) e (16), o que se observa de diferente quanto ao uso do clítico de primeira pessoa é apenas a sua colocação. Em (15), emprega-se uma posição enclítica, isto é, após o verbo, posição essa que, segundo a prescrição da GT, deve ser preferida, salvo casos em que haja palavras atrativas ocorrendo antes da forma verbal. Já em (16), verifica-se uma colocação em próclise, característica do PB.

Essa manutenção parece acontecer porque, enquanto os demais clíticos podem ter outras formas pronominais correspondentes que os substituam, o pronome *me* possui apenas a forma tônica *a mim*, conforme se verifica nos exemplos (17) e (18):

(17) Portanto, qualquer que **me** confessar diante dos homens, eu o confessarei diante de meu Pai, que está nos céus. (Mt. 10:32 – ARC)

(18) – Se uma pessoa afirmar publicamente que pertence **a mim**, eu também, no Dia do Juízo, afirmarei diante do meu Pai, que está no céu, que ela pertence a mim. (Mt. 10:32 – NTLH)

Em relação às substituições de *me* por *a mim*, observou-se que, ao realizá-las, era muito frequente, na versão ARC, o emprego de construções pleonásticas: “recebe-*me a mim*”, as quais não aparecem na versão NTLH. Essas construções, muito características da língua espanhola, raramente são vistas em textos escritos contemporâneos; sua utilização, assim como das formas contratas como *vo-lo*, está restrita a textos literários clássicos e a versões antigas da Bíblia.

(19) Mas Jesus, vendo o pensamento do coração deles, tomou uma criança, pô-la junto a si e disse-lhes: Qualquer que receber esta criança em meu nome recebe-**me a mim**; e qualquer que **me** recebe **a mim** recebe o que **me** enviou; porque aquele que entre vós todos for o menor, esse mesmo é grande. (Lc. 9:47-48 – ARC)

(20) Mas Jesus sabia o que eles estavam pensando. Então pegou uma criança e a pôs ao seu lado. Aí disse:

– Aquele que, por ser meu seguidor, receber esta criança estará recebendo **a mim**; e quem **me** receber estará recebendo aquele que **me** enviou. Pois aquele que é o mais humilde entre vocês, esse é que é o mais importante. (Lc. 9:47-48 – NTLH)

Na língua falada, entretanto, essas construções não são incomuns, conforme atestam trabalhos como o de Pereira (2010), e estão presentes, sobretudo, na fala de pessoas mais simples e com pouca escolaridade. Trata-se de empregos como “Eu *te* amo *ocê*”, “Nunca *mi* deixei *mi* leva”, “Ah! *Me* dá *pra mim*! É lindo”.

Quanto à forma clítica *nos*, de 138 realizações (100%) identificadas nas duas versões da Bíblia, 97 ocorrem na versão antiga – o que corresponde a 70% de ocorrências entre as versões – e 41 casos aparecem na versão mais recente, isto é, 30%, uma variação mais expressiva que a observada em relação à forma *me*. Essa diferença parece estar condicionada, sobretudo, a duas substituições possíveis: pela forma tônica (*para nós*, *a nós*) e pelo pronome *a gente*. Enquanto a versão ARC realiza a forma canônica *nos*, a NTLH frequentemente a substitui por formas tônicas, estratégia já amplamente comprovada pelos trabalhos citados nesta pesquisa. Em (21) e (22), pode-se atestar o referido recurso:

(21) Então, tendo despedido a multidão, foi Jesus para casa. E chegaram ao pé dele os seus discípulos, dizendo: Explica-**nos** a parábola do joio do campo. (Mt. 13:36 – ARC)

(22) Então Jesus deixou a multidão e voltou para casa. Os discípulos chegaram perto dele e perguntaram:

– Conte **para nós** o que quer dizer a parábola do joio. (Mt. 13:36 – NTLH)

Destaca-se ainda que, na versão mais recente, o clítico *nos* também é substituído pela expressão *a gente*, conforme os exemplos (23) e (24):

(23) Disputavam, pois, os judeus entre si, dizendo: Como **nos** pode dar este a sua carne a comer? (Jo. 6:52 – ARC)

(24) Aí eles começaram a discutir entre si. E perguntavam:

– Como é que este homem pode dar a sua própria carne para **a gente** comer?
(Jo. 6:52 – NTLH)

Interessante ressaltar o porquê, provavelmente, de essa substituição não ter contemplado a forma tônica *para nós* em lugar de *para a gente*. Por se tratar de um pronome que traz marcação morfológica específica na forma verbal com a qual se relaciona, em função de sujeito, o uso de *nós* traria um grau mais elevado de formalidade (*para nós comermos*), contrariamente ao observado em “*para a gente comer*”, e iria contra os propósitos da versão NTLH que procura representar os fatos narrados na Bíblia em uma linguagem mais “simples”. A marcação morfológica *-mos*, em *comermos*, produz um efeito de discurso polido, erudito, isto é, formal, desvinculando-se do objetivo central da Bíblia na Linguagem de Hoje, que é o de se aproximar o texto à fala da maioria das pessoas.

A segunda pessoa

O que se verifica a respeito da segunda pessoa é uma diferença muito contrastiva, conforme expresso na Tabela 2. Enquanto a versão antiga indica um percentual de 75% de ocorrências de formas clíticas nessa pessoa, a versão mais recente apresenta apenas 25%. Em um primeiro momento, o que parece justificar tal diferença é, segundo pesquisas já referidas, que houve uma mudança no sistema pronominal do PB, consequência do desaparecimento da forma *vós* e entrada, nesse sistema, do pronome *vocês*. Essa mudança trouxe como consequência alterações também nas formas clíticas de segunda pessoa, visto que, ao se substituir *vós* por *vocês*, embora permaneça a noção semântica de segunda pessoa, estruturalmente, passam-se a utilizar formas correspondentes tradicionalmente à terceira pessoa, como se verifica no quadro, a seguir:

Quadro 1 - Comparativo das formas de segunda pessoa do plural.

Pronome pessoal sujeito	Pronome complemento	
	átono	tônico
Vós	vos	convosco
Vocês	os, as, lhes, se	consigo

Fonte: Os autores.

Os exemplos (25) e (26) demonstram essas alterações.

(25) Porque na mesma hora **vos** ensinará o Espírito Santo o que **vos** convenha falar. (Lc. 12:12 – ARC)

(26) Pois naquela hora o Espírito Santo **lhes** ensinará o que devem dizer. (Lc. 12:12 – NTLH)

A Tabela 4 expõe a distribuição de cada forma clítica que se refere à segunda pessoa do discurso.

Tabela 4 - Distribuição das formas clíticas *te* e *vos*.

FORMAS CLÍTICAS	VERSÕES				Total	
	ARC		NTLH			
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
te	284	97	09	3	293	100
vos	491	100	Ø	-	491	100

Fonte: Os autores.

Em relação à forma *te*, das 293 ocorrências (100%) identificadas entre as versões bíblicas, 284 (97%) estão presentes na versão ARC e apenas 09, isto é, 3% apresentam-se na versão NTLH, mudança essa bastante contrastiva. Isso parece se dar, como já exposto, por haver, na versão mais recente, a preferência da forma *você* em lugar do pronome *tu*. Segundo a variedade padrão da língua, ao se utilizar o tratamento *você*, uma adequação gramatical deve acontecer, uma vez que esse tratamento requer formas referentes à terceira pessoa. Assim, embora uma construção como *Eu te amo*, por exemplo, ocorra na modalidade falada da língua fazendo referência ao tratamento *você*, de acordo com a prescrição gramatical ela está

“errada”, porque deve trazer formas correspondentes a esse tratamento, podendo realizar-se como *Eu amo você*, *Eu o amo* ou *Eu a amo*. A forma clítica *te* só deve ocorrer se a referência for ao pronome *tu*; caso contrário, está-se diante de uma “falta de uniformidade de tratamento”, conforme asseveram as GTs.

Além disso, da versão ARC para a NTLH, é muito frequente a substituição dos pronomes átonos por formas tônicas. Os exemplos de (27) a (30) expressam significativamente essa questão.

(27) E o seu senhor lhe disse: Bem está, servo bom e fiel. Sobre o pouco foste fiel, sobre muito **te** colocarei; entra no gozo do teu senhor. (Mt. 25:21 – ARC)

(28) – “Muito bem, empregado bom e fiel”, disse o patrão. “Você foi fiel negociando com pouco dinheiro, e por isso vou pôr **você** para negociar com muito. Venha festejar comigo!” (Mt. 25:21 – NTLH)

(29) E disse-lhe: Olha, não digas nada a ninguém; porém vai, mostra-**te** ao sacerdote e oferece pela tua purificação o que Moisés determinou, para lhes servir de testemunho. (Mc. 1:44 – ARC)

(30) E Jesus ordenou duramente:

– Olhe! Não conte isso para ninguém, mas vá pedir ao sacerdote que examine **você**. Depois, a fim de provar para todos que você está curado, vá oferecer o sacrifício que Moisés ordenou. (Mc. 1:44 – NTLH)

Quanto ao clítico *vos*, verifica-se, da versão antiga para a mais recente, que enquanto naquela ocorrem 491 casos, nesta não há realização desse pronome. O que se constata, na versão bíblica de 2000, é a substituição do clítico de segunda pessoa do plural pelo pronome *vocês*: 124 realizações substituindo o clítico *vos*. O uso de clíticos de segunda pessoa do plural, portanto, não é nulo na versão recente; porém eles estão relacionados às formas da terceira pessoa⁵, como já se expôs, visto que o tratamento passou a ser *vocês*.

⁵ Estudiosos como Menon (1995) não concordam com a afirmação de que *você/vocês* são pronomes de segunda pessoa com verbo em terceira e, nesse aspecto, concorda-se plenamente com ela. Para a estudiosa, isso contraria a regra geral de concordância verbal, a qual estabelece que o verbo precisa concordar com o sujeito em número e em pessoa; para a pesquisadora, “o que a língua portuguesa passa a

A substituição de *vos* por *vocês* trouxe, ainda, diferenças quanto à função sintática: enquanto *vos* tem funções sintáticas restritas (basicamente complemento: OD ou OI), o pronome *vocês* pode desempenhar diversas outras funções. Além de complemento, *vocês* pode ser sujeito, adjunto adnominal, complemento nominal, adjunto adverbial.

Outra questão que parece explicar a diferença de percentual entre as versões está, novamente, na preferência da versão NTLH por formas tônicas também para fazer referência à segunda pessoa do plural:

(31) Em verdade **vos** digo que, em todas as partes do mundo onde este evangelho for pregado, também o que ela fez será contado para sua memória. (Mc. 14:9 – ARC)

(32) Eu afirmo **a vocês** que isto é verdade: em qualquer lugar do mundo onde o evangelho for anunciado, será contado o que ela fez, e ela será lembrada. (Mc14:9 – NTLH)

(33) Todavia, digo-**vos** a verdade: que **vos** convém que eu vá, porque, se eu não for, o Consolador não virá a vós; mas, se eu for, enviar-**vo**-lo-ei. (Jo. 16:7 – ARC)

(34) Eu falo a verdade quando digo que é melhor **para vocês** que eu vá. Pois, se não for, o Auxiliador não virá; mas, se eu for, eu o enviarei **a vocês**. (Jo. 16:7 – NTLH)

A terceira pessoa

Assim como os clíticos de segunda pessoa, os de terceira apresentam uma diferença bastante expressiva entre as versões bíblicas. Enquanto a versão antiga exhibe 76% de realizações, a mais recente traz somente 24% de formas clíticas (conforme Tabela 3).

ter, em função da modificação do PSUJ [pronomes pessoais sujeito], é uma reestruturação no seu paradigma verbal, em que a segunda pessoa [...] passa a ter duas formas [...], segundo o pronome pessoal que o falante utiliza" (MENON, 1995, p. 97).

Essa mudança sinaliza, mais uma vez, a evolução do quadro pronominal clítico do PB.

Apesar de os índices percentuais de realizações de clíticos de terceira pessoa serem praticamente idênticos aos das segundas pessoas, verifica-se a possibilidade de mais estratégias de substituição. Observa-se, por exemplo, que o pronome átono de terceira pessoa pode ser substituído por uma forma tônica (exemplos 35 e 36), por uma categoria vazia (exemplos 37 e 38) e, também, por um sintagma nominal (exemplos 39 e 40):

(35) Este foi ter com Pilatos e pediu-lhe o corpo de Jesus. Então, Pilatos mandou que o corpo **lhe** fosse dado. (Mt. 27:58 – ARC)

(36) José foi e pediu a Pilatos o corpo de Jesus. E Pilatos mandou que o entregassem **a ele**. (Mt. 27:58 – NTLH)

(37) E, passando Jesus, viu um homem cego de nascença. E os seus discípulos **lhe** perguntaram, dizendo: Rabi, quem pecou, este ou seus pais, para que nascesse cego? (Jo. 9:1-2 – ARC)

(38) Jesus ia caminhando quando viu um homem que tinha nascido cego. Os seus discípulos perguntaram **Ø**:

– Mestre, por que este homem nasceu cego? Foi por causa dos pecados dele ou por causa dos pecados dos pais dele? (Jo. 9:1-2 – NTLH)

(39) E mandou a Pedro e a João, dizendo: Ide, preparai-nos a Páscoa, para que a comamos. E eles **lhe** perguntaram: Onde queres que **a** preparemos? (Lc. 22:8-9 – ARC)

(40) Então Jesus deu a Pedro e a João a seguinte ordem:

– Vão e preparem para nós o jantar da Páscoa.

Eles perguntaram:

– Onde o senhor quer que a gente prepare **o jantar**? (Lc. 22:8-9 – NTLH)

A substituição do clítico por sintagma nominal é uma propriedade exclusiva dos pronomes de terceira pessoa, porque são eles que detêm as mesmas características presentes nos nomes quanto ao número e ao gênero. Em relação ao número, realizam o plural por meio do acréscimo da desinência -s, tal como os nomes. Quanto ao gênero, existem clíticos

privativamente femininos (*a, as*) e outros privativamente masculinos (*o, os*). Essas propriedades não são encontradas nos clíticos de primeira e de segunda pessoas, por exemplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa sociolinguística permitiram confirmar as hipóteses iniciais de que houve, de fato, mudanças na realização dos pronomes clíticos em um *corpus* essencialmente formal escrito: a Bíblia. De 6.104 (100%) ocorrências registradas entre as versões, 4.453 formas pronominais clíticas, isto é, 73%, aparecem na versão bíblica antiga, enquanto, na versão mais recente, ocorrem apenas 1.651 (27%) casos.

Pôde-se constatar que esse recurso linguístico amplamente empregado na ARC teve uma queda muito expressiva na NTLH; porque, de 4.453 ocorrências presentes na versão antiga, apenas 1.651 se mantiveram na versão recente, ou seja, de 100% de casos (6.104), 73% estão na versão de 1969 e apenas 27% na de 2000, isto é, uma redução de 46% (2.802), diferença bastante significativa. Essa variação está relacionada, como asseveram Duarte (1989), Oliveira (1989), Galves (1993), Nunes (1993), Cyrino (2000), Freire (2011), entre outros, à substituição dos pronomes átonos por (i) SNs anafóricos, (ii) por apagamentos, (iii) por formas tônicas e (iv) por pronomes lexicais (como em “Pedro beijou *ele*”); entretanto esta última não foi identificada no *corpus* deste artigo, o que demonstra haver ainda certo estigma em relação ao seu uso em textos escritos e de caráter formal.

Todas as alterações constatadas entre a versão ARC, de 1969, e a NTLH, de 2000 – portanto em um período de pouco mais de trinta anos – indicam uma mudança bastante significativa no sistema pronominal do PB. Essas alterações também permitem verificar que a mudança está ocorrendo inclusive em textos escritos altamente formais, como a Bíblia, que comumente se subordinam à norma padrão.

Esta pesquisa possibilitou, assim, identificar várias modificações e formas alternativas utilizadas para atender, de maneira satisfatória, às demandas comunicacionais que envolvem o código linguístico e as mudanças que se processaram ao longo dos anos.

REFERÊNCIAS

A BÍBLIA SAGRADA. Traduzida em Português por João Ferreira de Almeida. **Almeida Revista e Corrigida**, ed. 1969. Editora: Sociedade Bíblica do Brasil. Disponível: em <http://www.sbb.org.br/conteudo-interativo/pesquisa-da-bíblia>. Acesso em 25 jun. 2018.

A BÍBLIA SAGRADA. Traduzida em Português por João Ferreira de Almeida. **Nova Tradução na Linguagem de Hoje**, ed. 2000. Editora: Sociedade Bíblica do Brasil. Disponível em: <http://www.sbb.org.br/>. Acesso em 25 jun. 2018.

ALVES, J. S. O objeto direto anafórico: uma análise na língua falada popular de jovens soteropolitanos. **Revista Letras Magna**, n. 11, 2.º semestre de 2009.

AVERBUG, M. C. G. Objeto direto anafórico e sujeito pronominal na escrita de estudantes. **Anais do VII Congresso Nacional de Linguística e Filologia**. Série 7, n. 11, Rio de Janeiro, 2003.

CASTILHO, A. T. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.

CYRINO, S. M. L. O objeto nulo no português brasileiro. In: GÄRTNER, E.; HUNDTE, C. SCHÖNBERGER, A. (orgs.). **Estudos de gramática portuguesa**, vol. III. Frankfurt am Main, TFM, 2000. p. 61-73.

DUARTE, M. E. L. Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. In TARALLO, F. (org.). **Fotografias sociolinguísticas**. Campinas: Pontes, 1989, p. 19-34.

DUNNETT, W. M. **Panorama do Novo Testamento**. São Paulo: Editora Vida Nova, 2005.

FREIRE, G. C. Acusativo e dativo anafóricos de 3.^a pessoa na escrita brasileira e lusitana. **Revista da Abralín**, v. 10, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2011.

GALVES, C. C. **O enfraquecimento da concordância no português brasileiro**. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (org.). Português brasileiro: uma viagem diacrônica. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 387-408.

KATO, M. A. A variação no domínio dos clíticos no português brasileiro. **Linguística**, Montevideo, v. 33, n. 1, p. 135-145, jun. 2017.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, [1972] 2008.

MENON, O. P. S. O sistema pronominal do Brasil. **Revista Letras**, Curitiba, n. 44, p. 91-106, 1995.

NUNES, J. M. Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (org.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 207-222.

OLIVEIRA, D. P. de. O preenchimento, a supressão e a ordem do sujeito e do objeto em sentenças do português do Brasil: um estudo quantitativo. In: TARALLO, F. (org.). **Fotografias sociolinguísticas**. Campinas: Pontes, 1989. p. 51-63.

PAGOTTO, E. G. Clíticos, mudança e seleção natural. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (org.). **Português brasileiro**. Uma viagem diacrônica. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 185-206.

PEREIRA, D. C. Uso de formas pronominais no português popular de São Paulo: instâncias de hipercorreção e de duplicação. **Revista Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 3, p. 59-72, mai./ ago. 2010.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução de Marcos Bagno. 2.^a ed. São Paulo: Parábola, [1968] 2009.

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO ENSINO: TROCAS LINGUÍSTICAS E SIMBÓLICAS

Neiva Maria Jung

INTRODUÇÃO

Este texto foi inicialmente escrito para a participação na mesa-redonda “Variação Linguística no Ensino”, no III SIMVALE. Nessa fala, apresentei resultados de pesquisas realizadas no âmbito do grupo de pesquisa LEIAM (UEM/CNPq) em contextos multilíngues brasileiros para discutir como a variação ou os repertórios linguísticos são negociados e têm significados sociais e simbólicos distintivos porque “[...] atualizam as relações de força entre os locutores e seus respectivos grupos.” (BOURDIEU, 1998, p. 24).

Neste artigo tenho como objetivo continuar esse diálogo sobre o lugar e os valores da variação no ensino. É claro que não sou a primeira a falar sobre isso em Linguística Aplicada brasileira ou em outras áreas de conhecimento¹ pois, como tão bem coloca Blommaert (2020), em sua última entrevista, concedida a Daniel Nascimento Silva, nossas pesquisas e trabalhos são sempre coletivos, porque nos apoiamos nos ombros de autores que já estudaram e estudam nosso objeto de estudo. Apoio-me, portanto, em Bourdieu (2017, 1989) e em conceitos da Sociolinguística Crítica que põem em xeque a noção moderna de língua como sistema claramente delimitado e discute linguagem como terreno de disputas (HELLER, 2011). Além disso, trago a "abordagem de

¹ De acordo com Heller (2020), “É Antropologia Linguística em um certo canto da Antropologia na América do Norte, é Sociolinguística em boa parte do resto do mundo, é Linguística Aplicada no Brasil e na Grã-Bretanha, talvez em outros lugares também.” (OLIVEN; GARCEZ, 2020, p. 326).

repertórios" para estudos das situações de diversidade sociolinguística (BLOMMAERT; RAMPTON, 2011) e letramento (STREET, 2010, 2014; GARCEZ, 2020) para refletir sobre educação linguística).

Parto assim do conceito de linguagem como conjunto de recursos linguísticos e semióticos que permite aos falantes participarem de atividades comunicativas e sociais (ZAVALA, 2019) e que é construída sociocultural e ideologicamente. Desse modo, é importante reconhecer como recursos linguísticos são e estão distribuídos, quais seus valores, a fonte desses valores, e como os atores estão posicionados em relação a eles (HELLER, 2011). E o repertório linguístico de um falante é formado por “todos os recursos utilizados na comunicação - linguísticos, semióticos, socioculturais” (BLOMMAERT, 2013, p. 4). A variação linguística constitui desse modo o repertório de sujeitos socialmente posicionados, ou seja, ela é parte de posições de enunciação e recepção (ZAVALA 2019; FLORES; ROSA, 2015) ou, como retoma Bourdieu (1989, p. 25), “do estilo: esse ‘desvio’ individual em relação à norma linguística’, essa elaboração especial que tende a conferir ao discurso propriedades distintivas, [...]”.

Também me alinho com o conceito de letramento como prática social (STREET, 2010, 2014), porque articula um conceito de linguagem que reconhece o papel de modos socioculturais de participação de eventos de letramento e, porque segundo Garcez (2019, p. 14), “o conceito de letramento permite examinar, na experiência vivida das coletividades, o que é feito em mediação que envolve a escrita, e a atenção a isso permite eleger o que cabe à escola cultivar e desenvolver, e aí sim (na educação escolar que se pauta pelo conceito) tomar decisões sobre o que ensinar e aprender.” Garcez critica a articulação insidiosa de letramento à aprendizagem escolar e mostra em seu artigo como a noção de letramento, como organizadora de políticas e práticas pedagógicas, pode levar a uma educação linguística ampliada (CAVALCANTI, 2015). Trata-se de um conceito central para nosso olhar para o ensino, para práticas pedagógicas, exigindo, conforme também

argumenta Garcez, uma concepção de linguagem que dê conta da ação de agentes sociais, de pessoas fazendo coisas no mundo, do gênero discursivo como funcional e praxeológico e da formação em termos de autoria do professor.

Os meus lugares de fala neste artigo são os de uma brasileira que tem o *hunsrückisch*² como língua materna, o de uma professora de Educação Básica que experienciou dificuldades para reconhecer o papel das línguas no plural na aprendizagem do português, o de uma falante de português que respondeu por categorizações na universidade, como “ah, você é de Missal”, com toda ênfase possível na palatalização do /l/, e de alguém que procura compreender como o multilinguismo aparece e constitui as escolas brasileiras, e aqui o conceito de língua adotado é o defendido por Cavalcanti (2015) que reconhece portugueses brasileiros como constituintes desse multilinguismo. A vivência de fronteiras entre línguas e seus significados culturais e simbólicos também ocorre em contextos brasileiros “monolíngues”, nos quais, assim como ocorreu comigo que respondi por estigma em relação ao português falado quando saí da comunidade e fui para a universidade, e não em relação ao alemão que falava, a maioria dos alunos brasileiros que fala um português diferente daquele que a escola tem como objetivo ensinar, vivencia fronteiras muitas vezes, como uma categoria simbólica (ANZALDUÁ, 1987), e precisa dar conta do seu repertório linguístico e aprender “a língua da escola”, o que pode ocorrer por meio de trajetórias bastante diferentes, considerando as disposições sociais e as “*distinções entre maneiras de dizer diferentes, artes de falar distintas.*” (BOURDIEU, 1989, p. 25).

O artigo está organizado em três seções. Na seção a seguir, discuto mercantilização da linguagem na modernidade tardia (HELLER, 2011, HELLER & MCELHINNY, 2017) e na perspectiva

² “No mosaico de variedades que constituem o grupo de línguas de imigração alemã trazidas ao Brasil, o Hunsrückisch aparece como a variedade mais difundida dentre as 14 línguas identificadas, até agora:” (ALTENHOFEN; MORELLO, 2018, p. 24).

de Bourdieu (1998; 2017); na seção 2, o conceito de letramento e como a concepção de língua presente na escola pode ser um meio de pedagogização desse letramento (STREET, 2014); na seção 3, analiso dados situados de contextos escolares brasileiros que mostram como processos de inclusão e exclusão funcionam em práticas de letramento pedagógicas situadas. Por fim, apresento algumas considerações à guisa de conclusão.

LINGUAGEM, CAPITALISMO E COLONIALISMO: DIVERSIDADE SOCIOLINGÜÍSTICA E DISTINÇÃO

A linguagem tornou-se central no capitalismo recente, uma vez que, depois da crise econômica mundial de 2008, o capitalismo ressignificou a economia, produzindo bens de consumo em um setor terciário, em uma economia saturada, naquele momento. A linguagem tornou-se ou foi tornada ela própria uma mercadoria, transformando-se em habilidades necessárias para alguém se tornar um cidadão do mundo, globalizado, cosmopolita, assim como passou a agregar valor a produtos culturais, aquecendo especialmente a economia do turismo. Ou seja, esses são dois processos de mercantilização da linguagem (HELLER & DUCHÊNE, 2012). Em termos ideológicos, além do conceito de língua, articulado na modernidade ao Estado-nação, a “comunidades imaginadas” (ANDERSON, 2008), o inglês tornou-se a língua transnacional, por meio da qual se legitima e celebra, por um lado, a mobilidade de pessoas e bens materiais e simbólicos. Por outro lado, a lógica da globalização e o fracionamento das cadeias produtivas significaram em muitos contextos um aprofundamento das diferenças sociais, porque nem todos conseguem acesso ao inglês, e a linguagem tornou-se parte ainda mais relevante nesse processo de estratificação, muitas vezes mediando processos de categorização que organizam e legitimam a desigualdade (HELLER, 2011).

Em relação ao papel da linguagem na assim chamada “nova economia globalizada”, Heller e colaboradores defendem olhar para

a dominação, e não para a diferença, para explicar padrões interacionais, como, por exemplo, que formas de desigualdade são relevantes aos participantes e às interações. Na entrevista “A mudança social se desenrola conflituosamente no terreno da linguagem”, concedida a Pedro Garcez e Ruben George Oliven e publicada na Revista Horizontes Antropológicos (2020), Heller afirma, diante da colocação de Garcez de que no Brasil atualmente a questão mais cadente em termos de linguagem e desigualdade social teria pouco a ver com multilinguismo e sim com variação em português, “colocar no mesmo quadro qualquer coisa que não seja uma linguagem monolíngue padronizada.” (p. 354) Justifica que é por isso que língua tem sua base ideológica no “espaço monolíngue padronizado e que produz como problema qualquer coisa que não caiba nessa caixa.” (p. 354) Nesses termos ela ainda destaca: “Então há certos tipos de multilinguismos que são uma coisa boa; outros tipos de bilinguismo, multilinguismo ainda não são OK, e a variação linguística de certo modo é varrida para baixo do tapete.” (p. 357).

Nessa perspectiva, linguagem tem um papel central na produção da diferença e desigualdade social. Conforme discutem Heller e McElhinny (2017, p. 3), as pessoas têm interesse na linguagem porque ela tem valor e “[...] tem valor porque está articulada ao modo como todos os tipos de recursos são produzidos, como circulam e como são consumidos, incluindo também como eles são identificados como recursos.” Nesse caso, a linguagem torna-se terreno de disputas porque demarca pertencimento, identidades que são produzidas também pelos ouvintes, que categorizam e, muitas vezes, racializam falantes a partir de como falam, contribuindo para as desigualdades sociais.

Nesse enquadramento epistemológico, algumas perguntas para as pesquisas, apresentadas por Heller, são: quem teve acesso ao mercado de bens econômicos e simbólicos e à mobilidade? Quais línguas e produtos culturais foram elevados à categoria de produtos vendáveis? Como esses produtos ou bens foram elevados à categoria de mercadoria, ou seja, por quais processos de autenticação? Trata-se de questionamentos no sentido de nos levar

a reconhecer o papel da linguagem, como ela, articulada à economia, pode produzir mobilidades, precisando reconhecer para quem, e como produz também muita desigualdade e injustiça social (HELLER, 2011; ZAVALA, 2019).

Assim, como práticas discursivas, a linguagem faz parte de práticas sociais, portanto está articulada a outros construtos sociais (HELLER; McELHINNY, 2017), e uma noção de língua, como um sistema completo e fechado, que se diferencia de forma clara e neutra de "variedades dialetais", associada ao Estado-nação e à padronização da língua (MILROY, 2004), dá lugar a uma concepção de língua como prática que é parte de um conjunto mais complexo de atividades sociais, nas quais os sujeitos, como atores sociais, utilizam recursos linguísticos para alcançar propósitos específicos em condições específicas.

Todavia, como atores sociais, suas escolhas linguísticas são construídas socioculturalmente. Bourdieu associa a linguagem à metáfora do mercado, em uma sociologia da cultura, mostrando que "[...] o mercado contribui para formar, não só o valor simbólico, mas também o sentido do discurso." (BOURDIEU, 1989, p. 25)

[...] é somente no nível do campo de posições que se definem tanto os interesses genéricos associados ao fato da participação no jogo quanto os interesses específicos relacionados com as diferentes posições e, por conseguinte, a forma e o conteúdo das tomadas de posição pelas quais se exprimem seus interesses (BOURDIEU, 2017, p. 18).

A escolha de uma música, um vestuário, um mobiliário ou um cardápio, assim como uma escolha linguística, pode ser avaliado diferentemente porque essa escolha evidencia disposições sociais desse falante construídas a partir de sua trajetória social, dos seus estilos de vida, que formam seu *habitus*.

Todo ato de fala e, de um modo geral, toda ação é uma conjuntura, um encontro de séries causais independentes: de um lado, as disposições, socialmente modeladas, do *habitus* linguístico, que implicam uma certa propensão a falar e a dizer coisas indeterminadas (interesse expressivo), definida ao mesmo tempo como capacidade linguística de engendramento infinito de discursos

gramaticalmente conformes e como capacidade social que permite utilizar adequadamente essa competência numa situação determinada; do outro, as estruturas do mercado linguístico, que se impõem como um sistema de sanções e de censuras específicas (BOURDIEU, 1989, p. 24).

Trata-se aqui de uma compreensão da produção e da circulação linguística como resultante de uma relação entre um *habitus* linguístico e os mercados nos quais os falantes oferecem seus produtos e são avaliados e ou censurados. Esses produtos fazem parte dos seus estilos de vida e se engendram na comunicação onde marcam valor distintivo ou se tornam símbolos de distinção.

O que caracteriza os símbolos de distinção, quer se trate do estilo das casas e sua decoração, **da retórica do discurso, dos sotaques**, ou do corte e cor das roupas, modos à mesa ou disposições éticas, é o fato de que, dada sua função expressiva, eles são de certo modo determinados duas vezes, por sua posição no sistema de signos distintivos e pela relação de correspondência biunívoca que se estabelece entre esse sistema e o sistema das posições nas distribuições de bens (BOURDIEU, 2013, p. 112, grifo meu).

No caso da linguagem especificamente, exemplificado em termos de “retórica do discurso, dos sotaques”, a distinção resulta do relacionamento operado pelos locutores, consciente ou inconscientemente, entre o produto linguístico oferecido por um locutor socialmente caracterizado e os produtos socialmente propostos num espaço social determinado. A fala ouvida pela minha colega no campo social de universidade ao meu português falado, como um traço linguístico e sotaque, produziu um efeito de estigma devido aos valores simbólicos associados a esse repertório por moradores de Medianeira, cidade vizinha de Missal. Para eles, como descrevo na seção 3 deste artigo, esse português está associado ao “colono alemão de Missal”. Trata-se de um valor simbólico que marca nas diferenças linguísticas a marca distintiva étnica e rural.

Para uma prática ou uma propriedade funcionar como *símbolo de distinção* basta [...] que seja recolocada no universo simbólico das práticas e

das propriedades que, funcionando na lógica específica dos sistemas simbólicos, a das separações diferenciais, retraduz a diferenças econômicas em marcas distintivas, signos de distinção ou em estigmas sociais (BOURDIEU, 2013, p. 112).

Precisamos admitir assim que as diferenças objetivas, inscritas nas propriedades materiais e nos lucros diferenciais que elas trazem, se convertem em *distinções reconhecidas* nas e por meio das representações que fazem e que formam delas os agentes. Toda diferença reconhecida, aceita como legítima, como no caso da língua portuguesa falada pela minha colega ou que deveria ser falada na universidade, funciona por isso mesmo como um capital simbólico por meio do qual ela obteve um lucro de distinção. “As propriedades incorporadas ou objetivadas funcionam assim como uma espécie de linguagem primordial, pela qual somos falados mais do que falamos, a despeito de todas as estratégias de apresentação de si.” (BOURDIEU, 2013, p. 112)

Na próxima seção, discuto letramento como prática social (STREET, 2014), por se tratar de um conceito que discute concepções de língua subjacentes a modelos de letramento e, portanto, situa e discute os valores simbólicos da variação linguística em aprendizagens escolares.

LETRAMENTO ESCOLAR E A PEDAGOGIZAÇÃO DA LINGUAGEM

A concepção de linguagem tem implicações para os estudos do letramento, uma vez que, por conta de a escola ensinar uma língua escrita padrão, e como um objeto muitas vezes, constitui o modelo autônomo de letramento. Para esse modelo, a diversidade sociolinguística é um problema a ser resolvido, constituindo uma pedagogia que apaga e/ou invisibiliza vozes sociais outras, ou posições de enunciação que nem sempre são tornadas claras em termos de quem são essas posições, quais são os recursos que compõem os repertórios dos alunos, suas posições de enunciação, porque certas vozes, quando presentes nos textos, têm valores

simbólicos diferenciados, por que uma voz unívoca e por que a premência de pensarmos em ouvir outras vozes.

O modelo de letramento ideológico proposto por Street (2014) mostra, por sua vez, como as pessoas se engajam com textos escritos - eventos - orientando-se por modos culturais já construídos para essa participação. Trata-se de um conceito sociocultural de escrita e de linguagem, em termos de padrões culturais e ideologias que orientam as pessoas para interagirem em práticas de letramento. Desse modo, "quaisquer que sejam as formas de leitura e escrita que aprendemos e usamos, elas estão associadas a determinadas identidades e expectativas sociais acerca de modelos de comportamento e papéis a desempenhar." (STREET, 2006, p. 466).

O conceito de letramentos no plural concebe assim o letramento escolar como mais um dos letramentos na sociedade, marcado por muito prestígio e reconhecido muitas vezes como o único. Além disso, o trabalho de Street e Street (2014) realizado em uma comunidade na Filadélfia, nos Estados Unidos, reconheceu nas práticas escolares ideologias comuns. "Subjacente ao letramento em todos esses contextos [casa, escola, comunidade] existe um traço comum, derivado de processos culturais e ideológicos mais amplos." (STREET, 2014, p. 129). No letramento escolar ocorria o que esses pesquisadores definiram como processos de pedagogização, que levam à construção de um modelo autônomo de letramento construído por meios, como:

distanciamento entre língua e sujeitos – **as maneiras como a língua é tratada como se fosse uma coisa**, distanciada tanto do professor quanto do aluno e impondo sobre ele regras e exigências externas, como se não passassem de receptores passivos; **usos ‘meta-linguísticos’** – as maneiras como os processos sociais de leitura e escrita são referenciados e lexicalizados dentro de uma voz pedagógica como se fossem competências independentes e neutras, e não carregadas de significação para as relações de poder e para a ideologia; **‘privilegiamento’** – as maneiras como se confere *status* à leitura e à escrita em comparação com o discurso oral, como se o meio escrito fosse intrinsecamente superior e, portanto, como se aqueles que o adquirissem também se tornassem superiores; e a **‘filosofia da linguagem’** – o estabelecimento de unidades e fronteiras para os elementos do uso da

língua, como se fossem neutros, disfarçando-se desse modo a fonte ideológica daquilo que de fato são construções sociais, frequentemente associadas a ideias sobre lógica, ordem, mentalidade científica e assim por diante (STREET, 2014, p. 129-130, grifo nosso).

Aqui Street (2014) reconhece a objetificação da linguagem na escola quando esta é apresentada como uma coisa, um objeto distanciado do professor e dos alunos, impondo-a como regra e requisito externo aos sujeitos como se esses fossem somente recipientes passivos. Além disso, os modos de referir-se aos processos sociais de leitura e escrita, dentro de uma voz pedagógica, também levam à construção de competências independentes e neutras, sem possibilitar ao aluno que reconheça como os textos escritos e os modos de interação com eles estão marcados por relações de poder e ideologias. O privilegiamento da leitura e da escrita também constrói a escrita, como intrinsecamente superior em relação à fala, e, por fim, essa pedagogização ocorre por meio de fronteiras simbólicas para os elementos do uso da língua, como se a língua ensinada pela escola fosse neutra, com um apagamento das suas ideologias. Em síntese, todos esses procedimentos visam a construir modos únicos de leitura dos textos escritos que são os modos de ler e escrever de alunos de certos grupos sociais.

Aprender a nomear objetos desde muito pequenos, a contestar perguntas cujas respostas o interlocutor já conhece, a narrar oralmente em um formato típico de texto escrito do tipo expositivo, a utilizar recursos linguísticos de forma descontextualizada e explícita, a realizar *performances* orais para mostrar suas habilidades a um público adulto e esperar recompensa [avaliação] constitui somente algumas das práticas de linguagem que se encontram no centro da socialização primária de muitos meninos e meninas, que ao ingressarem na escola percebem uma continuidade com o que receberam em seus lugares (ZAVALA, 2019, p. 4, Tradução minha).

Zavala discute que esses modos culturais de utilizar a escrita são uma continuidade em termos de modos de participação e enunciação de crianças que já estão, de certa forma, familiarizados com esses padrões. Para crianças de outros grupos sociais, ao

contrário, podem significar, não somente uma trajetória de aprendizagem diferente, mas também estigma.

Esse conceito de letramento implica tentar reconhecer padrões de participação como socioculturais e recursos linguísticos e semióticos como posições de enunciação. Um ouvinte pode atribuir, como descreve Zavala (2019), "deficiência linguística" ao falante sobre a base de sua posição racializada na sociedade. Assim, mesmo que o falante seja capaz de mudar sua forma de falar, como os falantes de quéchua que falam espanhol em contextos urbanos no Peru, isso nem sempre modifica seu posicionamento social a partir das perspectivas ideológicas dos sujeitos que interagem com ele. Fanon (2008), ao defender que racismo e colonialismo deveriam ser entendidos como modos socialmente gerados de ver o mundo e viver nele, afirma como caminho lógico para esse exame a linguagem. "Na linguagem está a promessa do reconhecimento; dominar a linguagem, um certo idioma, é assumir uma identidade da cultura. Esta promessa não se cumpre, todavia, quando vivenciada pelos negros." (FANON, p. 15). Nesse sentido, para Zavala (2019), a discriminação linguística deve ser entendida como resultante de percepções construídas sobre a base das posições dos falantes.

a noção de línguas – e aqui vou falar de ideologia – é uma estruturação ideológica. Então, o nosso conceito dessas coisas como sendo íntegras e delimitadas e em relação uma a outra, mas não em relação uma da outra, para mim resulta da relação complicada entre o colonialismo e o Estado-nação. Portanto, culturas e grupos e línguas foram moldados a marretadas para permitir a criação e o gerenciamento de diferença social e da desigualdade social, para dizer de um modo meio grosseiro, legitimadas ideologicamente por toda sorte de histórias interessantes que nós contamos sobre nós mesmos e uns sobre os outros. Assim temos ideologias de linguagem e de culturas, que estão encaixadas em ideologias legitimadoras (OLIVEN & GARCEZ, 2020, p. 333).

Todas essas questões não são transparentes, porque foram apagadas pelos processos ideológicos e, muitas vezes, na escola, o que é reconhecido como dificuldades de aprendizagem se situa em

uma dificuldade de reconhecer o aspecto sociocultural e ideológico do letramento e da linguagem. Para Zavala (p. 11), “É o campo social (e as relações de poder nele inscritas) que determina, em grande medida, a organização dos padrões de linguagem, especialmente no caso de recursos com potencial restrito de mobilidade.”

Na próxima seção, apresento como linguagem está articulada a valores simbólicos e identitários em uma comunidade no oeste do Paraná.

REPERTÓRIOS LINGUÍSTICOS E SEUS VALORES SIMBÓLICOS: IDENTIDADE DE GÊNERO ARTICULADA À ETNICIDADE E AO RURAL

Nesta seção tenho como objetivo mostrar como a variação linguística está articulada a valores simbólicos e identidades sociais locais, reproduzindo por meio de padrões interacionais formas desiguais de participação em práticas de letramento pedagógicas. Meninos e meninas negociam identidades de boa aluna, alunos que precisam de maior acompanhamento e alunos com dificuldades em práticas de letramento pedagógicas as quais estão articuladas com identidade de gênero, étnico-linguística alemã local e ao rural. Esse olhar será para a comunidade de Missal no oeste do Paraná e Sul do Brasil, na qual em interações locais a questão da palatização do /l/, em escolhas como Missal, assim como outros traços que constituem o português local que muitos moradores reconhecem como brasileiro, tem pouca relevância.

Compreendo identidade social para além de me referir ao grupo social ao qual pertence uma pessoa, como um grupo étnico, gênero, grupo racial, classe econômica, e assim por diante. Dentro de uma sala de aula, por exemplo, um aluno pode ter uma identidade social como um “melhor aluno”, um “desordeiro”, um “professor favorito”, e assim por diante. Identidade social como tem sido recentemente usada, para descrever relações sociais mais sutis, situadas e dinâmicas, construídas por meio das interações que as pessoas têm entre si (às vezes chamadas de posicionamento

social) e como consequência das estruturas sociais das instituições sociais. (BLOOME *et al.*, 2005).

Missal é um município do Oeste do Paraná, distante a 90 km da Tríplice Fronteira Brasil/Paraguai/Argentina, que foi colonizado na década de 1960 por descendentes de alemães que vieram do Noroeste do Rio Grande do Sul atraídos pela possibilidade de aquisição de lotes de terras, o que ocorreu por meio de uma política do estado de ocupação do oeste do Paraná. Atualmente, o município tem cerca de 14.000 habitantes, segundo dados do último IBGE, no qual "ser alemão" esteve sempre muito associado a ser "colono alemão" (JUNG, 2003, 2009). As compreensões trazidas para este trabalho são resultantes de pesquisas etnográficas realizadas no município, durante um longo tempo, mas de forma intermitente, nas quais o trabalho de campo consistiu de observação participante e os instrumentos de pesquisa utilizados foram gravação em áudio e vídeo de aulas em duas escolas, com foco na Educação Fundamental I, entrevistas com professores, pais e moradores, coleta de documentos e diário de campo.

Em Missal, diferente do contexto de suábios, investigado Dalla Vecchia (2018) no âmbito do grupo de pesquisa LEIAM (UEM/CNPq), a língua alemã não aparece na escola, mas no entorno da sala de aula. O português falado, nomeado localmente como brasileiro, é a língua da interação em sala de aula, e o contexto multilíngue apareceu na negociação dos alunos de traços de suas identidades sociais e na composição do modelo de letramento feminino da escola. Uma identidade feminina hegemônica, que corresponde à identidade feminina prestigiosa na comunidade local, é reconhecida e reforçada interacionalmente como identidade de poder na escola. As meninas e os meninos que tornam relevantes traços de outras identidades, como uma identidade evangélica pentecostal, uma identidade de repetente, uma identidade masculina, a identidade étnico-linguística alemã, uma identidade negra, viviam conflitos de identidade na escola. Esse conflito não era vivenciado pelos alunos devido ao uso da língua alemã, mas por meio de outros construtos simbólicos e identitários, com

percurso histórico anterior, que emergiam na atuação dos alunos em sala de aula, evidenciando como a situação multilíngue se configurava nessa comunidade.

Por meio de análises de fala-em-interação de aulas em quatro séries do Ensino Fundamental I (JUNG, 2009), em uma escola, observou-se que a co-sustentação de algumas meninas da 1ª série dos pisos conversacionais propostos por Ana, a professora, o que era sinalizado pela auto-seleção e pela apresentação espontânea do caderno, garantia, para elas, o *status* de boas alunas. Esse *status* as tornava monitoras de meninos e lhes conferia uma autoridade interacional ratificada por Ana. Assim, uma identidade feminina era socialmente reconhecida e interacionalmente reforçada como identidade de poder nessa sala de aula. Os traços dessa identidade feminina hegemônica tinham significativa similaridade com os traços que compunham o modelo de letramento da escola. São eles: (+) brasileiro, (+) urbano e (+) treinamento na ordem disciplinar doméstica.

A maioria das meninas da 1ª série apresentava, na maior parte do tempo, os traços dessa identidade feminina na sua conduta, o que lhes garantia não somente um engajamento ativo nos pisos conversacionais propostos por Ana, mas a apresentação espontânea do caderno e o papel de monitoras de alunos com mais dificuldade. Elas recebiam, em casa, uma orientação muito próxima daquela valorizada na escola. Dessa forma, o seu percurso para a aquisição do letramento em português na escola revelou-se mais tranquilo se comparado com o percurso dos meninos. Algumas meninas, no entanto, como a Caroline e a Jaqueline, precisaram negociar, também, traços de outras identidades sociais que não correspondiam à identidade feminina hegemônica. A aluna Jaqueline tinha a identidade negra como elemento relevante nessa negociação identitária e a aluna Caroline negocia sua identidade religiosa. A negociação desses traços pelas duas meninas revelou construtos históricos anteriores relacionados à colonização da comunidade. A manutenção da identidade católica por meio das práticas de letramento nessa Igreja e o fortalecimento da identidade

masculina local na sua relação com os agricultores da área colonizada por um sistema de posses revelaram construções sociais nessa comunidade multilíngue que as crianças e os professores reproduziam e co-construíam na escola.

Além disso, Ana auxiliava mais diretamente os meninos, construindo espaços relevantes para avaliar sua aprendizagem, acompanhando a cópia que fazem e corrigindo o seu caderno. Eles eram nomeados falantes primários com perguntas de demonstração de conhecimento, e o acompanhamento na cópia, na resolução e na correção do caderno acontecia como parte da organização devida das atividades no caderno, incluindo o acerto nas atividades. Eles também precisavam negociar traços de sua higiene pessoal, como mãos sujas, unhas compridas, roupa suja, suador, vermelhidão. Assim, meninos, como o Jair, o Édio, o Marcelo, o Antônio, o Fabiano e Rafael da 1a série, vivem conflitos de identidade para a aquisição do letramento na escola. Eles estão mais orientados para valores rurais, aprendem, muitas vezes, a língua alemã e estão menos voltados para o treinamento da ordem disciplinar.

De acordo com o modelo de letramento escolar, o bom aluno era aquele organizado e limpo, tanto com relação ao material escolar como em relação a si próprio; aquele que realizava todas as atividades no tempo devido, que participava da aula, que se alinhava nos enquadres da professora e que ficava em silêncio durante a realização das atividades pela classe. A maioria dos meninos da 1a série não correspondeu a esse modelo pelo fato de não se auto-selecionarem para o turno conversacional, não organizarem devidamente as atividades no caderno, não zelarem pela sua higiene pessoal nos moldes exigidos pelos agentes escolares. Eles precisavam negociar esses traços com o modelo de letramento da escola. O aluno Vanderlei trazia capital simbólico (BOURDIEU, 1998) de casa, o que lhe garantia uma ratificação muito próxima daquela recebida pelas boas alunas. Alguns meninos da 4a série, conforme mostramos em Semechechem e Jung (2016), que já estavam na escola há pelo menos quatro anos, aprenderam os modos de participação na escola e incorporaram

traços das identidades sociais relevantes nesse domínio. Tais meninos assumiam traços de uma identidade de bom aluno na sala de aula, como serem organizados, asseados, e as normas de participação vigentes nesse domínio; e, no entorno da sala de aula, negociavam traços de identidades sociais que não comprometiam a sua identidade de bom aluno, como falarem em alemão.

Nessa construção, a linguagem é um dos traços da identidade étnico-linguística alemã negociada nas práticas de letramento pedagógicas, e os traços do brasileiro, valorizados na escola e na comunidade, são estigmatizados quando esses falantes saem da comunidade e interagem com falantes de outros portugueses brasileiros. Trata-se aqui dos valores simbólicos associados aos repertórios dos falantes, sendo o brasileiro associado, assim como o alemão, no contexto Gal (1998), em Oberwart/Áustria, ao status de colono alemão.

São construtos simbólicos e identidades, com percurso histórico anterior, que emergem na atuação dos alunos em sala de aula. A identidade masculina local, reconhecida na comunidade por meio de traços também equacionados com a identidade de colono alemão, proprietário de terra, se fortalece na relação com os habitantes da área do município ocupada pelo sistema de posses e é ameaçada na relação com os habitantes de Medianeira (cidade-pólo microrregional), que representam os valores +urbano, +letramento, +brasileiro. A língua alemã é, assim, um traço da identidade masculina local que as mulheres procuram apagar localmente, uma vez que a vida rural mostra-se uma escolha pouco atraente para elas. As mulheres têm em vista o letramento em português, o uso do brasileiro e o conforto, itens almejados por elas para a conquista de prestígio local. Quando saem do município, entretanto, elas também tem seu brasileiro associado ao colono alemão do município.

Esses dados mostram os valores linguísticos e simbólicos dos repertórios linguísticos dos falantes, articulados com identidades de gênero, étnico-alemã, ao rural e urbano, e que na escola, por meio do que Street (2014) definiu como pedagogização do

letramento, significava que meninos e meninas estavam posicionados diferentemente nas práticas pedagógicas, o que significava uma trajetória muito mais complexa para os meninos na escola do que para as meninas, embora alguns meninos da 4ª série tivessem construído valores simbólicos necessários para serem reconhecidos como “bons alunos” na escola.

Na comunidade observada por Dalla Vecchia (2018), diferentemente, a língua alemã era ensinada na escola desde os anos iniciais e os alunos eram levados a realizar prova de proficiência em língua alemã no Ensino Médio. Nessa comunidade de suábios, o alemão tinha um valor distintivo que o associava a construtos sociais e econômicos, levando os participantes a serem reconhecidos como membros da “colônia”, enquanto a outridade eram os moradores da “comunidade de brasileiros”. Nesse caso, os alemães que moravam nas cinco colônias, reconhecidas localmente como a colônia, tinham um bom poder aquisitivo e tinham como referência econômica uma cooperativa local, grande produtora especialmente de malte. Esse resultado, assim como o de Missal, mostra que a variação linguística pode ter um papel em termos de dominação linguística (HELLER, 2011) ou se associar a valores simbólicos da linguagem e se articula na interseccionalidade de identidades que estão articuladas ao fim e a cabo com economia ou classe social (BOURDIEU, 2017).

Em síntese, são dimensões que orientavam as participações e competências dos alunos em sala de aula, suas aprendizagens inclusive, e parametrizam as oportunidades de vida dos mesmos e do grupo social. Nesses termos, talvez além de reconhecer a diversidade na linguagem, seja importante reconhecer os significados sociais, simbólicos e identitários dessa diversidade para as pessoas, seus grupos e suas chances de vida.

CONSIDERAÇÕES À GUIA DE CONCLUSÃO

Considerando o objetivo deste artigo - discutir o lugar e valores simbólicos da variação linguística no ensino -, espero ter conseguido

mostrar que a variação linguística constitui os repertórios linguísticos dos falantes e que os falantes negociam muitas vezes seus valores simbólicos e identitários. É claro que, na escola, a língua padronizada ainda tem um lugar central, muitas vezes como uma língua neutra, ideal, como uma tecnologia, e, nesse caso, também coconstrói identidades, como de um nacionalismo estadunidense, como mostrou Street (2014) por meio de práticas de pedagogização na escola e nas casas das famílias nos Estados Unidos. Mas outros repertórios linguísticos também estão na escola, têm um lugar, assim como os seus valores simbólicos e identitários.

Em termos simbólicos, usos das línguas têm valores distintivos nos mercados simbólicos dos quais participamos e são estratificados local, translocal e globalmente. Esses processos de estratificação social podem ocorrer por meio de processos de categorização mobilizados para organizar e legitimar a desigualdade ou ainda para produzir processos de inclusão e exclusão e legitimar esses mesmos processos. Em termos identitários, os dados de Missal mostraram, por exemplo, que meninos acabavam tendo um percurso mais difícil de escolaridade do que as meninas. Desse modo, precisamos compreender ideologias e a organização da dominação e ter presente que ideologias linguísticas sempre invisibilizam ideologias de outro tipo e que estão estreitamente vinculadas com poder. (IRVINE; GAL, 2000; MOITA LOPES, 2015).

Em síntese, a variação linguística tem um papel nas políticas linguísticas e de letramento produzidas em contextos escolares, está lá, sendo negociada, mas essas políticas locais ainda contribuem muitas vezes com a injustiça social, uma vez que valores simbólicos e identitários estão invisíveis e assim pouco possibilitam aos alunos ampliarem seus recursos comunicativos e muito menos a tomada de consciência sobre os posicionamentos sociais que recursos linguísticos e semióticos indicializam em diferentes situações. Como defende Zavala (2019, p. 11), "é importante que os estudantes se tornem conscientes de seus recursos comunicativos e dos efeitos desses recursos em diversos

contextos. O empoderamento não acontece dando acesso às formas linguísticas de poder, mas formando-os para que se convertam em agentes transformadores do poder."

A proposta de uma sociolinguística que se baseia no fazer etnográfico implica, portanto, "descobrir como esses processos [inclusão e exclusão] funcionam em contextos e momentos específicos". Analisar os usos e valores atribuídos a essas línguas sociais possibilita identificar, descrever, compreender e explicar que grupos – por conseguinte, que línguas sociais – são incluídos, marginalizados ou excluídos e por quais forças sociais estratificadoras sociopolíticas e culturais (HELLER, 2011; HELLER, McELHINNY, 2017).

REFERÊNCIAS

ALTENHOFEN, C. V.; MORELO, R. (org.). **Hunsrückisch**: inventário de uma língua do Brasil. Florianópolis: editora Garapuvu, 2018.

ANZALDUÁ, G. Como domar uma língua selvagem. Trad. Pinto, J. P.; Santos, K. C.; Veras, V. Como domar uma língua selvagem- Glória Anzaldúa. **Cadernos de Letras da UFF – Dossie**: Difusão da língua portuguesa, n. 39, p. 297-309, 2009.

ANDERSON, B. (2006[1983]). **Imagined communities**: Reflections on the origin and spread of nationalism. Londres: Verso. Trad. Anderson, B. Comunidades imaginadas (D. Bottman, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BLOMMAERT, J. **The sociolinguistics of globalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BLOMMAERT, J.; BACKUS, A. Superdiverse repertoires and the individual. In I. de Saint-Georges. & J-J. Weber (org.). **Multilingualism and multimodality**: Current challenges for educational studies. Rotterdam: Sense Publishers, 2013. p. 11-32.

- BLOMMAERT, J; RAMPTON, B. Language and Superdiversity. *In: Diversities*. Vol. 13. n. 2. 2011.
- BLOOME, D.; CARTER, S.; CHRISTIAN, B.; OTTO, S.; SHUART-FARIS, N. **Discourse analysis and the study of classroom language and literacy events: A Microethnographic approach**. Mahwah, NJ: Erlbaum, 2005.
- BOURDIEU, P. Capital simbólico e classes sociais. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 fev. 2021.
- BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Linguísticas: O que Falar quer Dizer**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- BOURDIEU, P. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Trad. Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. 2 ed. rev. Porto Alegre/RS: Zouk, 2017.
- CAVALCANTI, M. Línguas ilegítimas em uma visão ampliada de educação linguística. *In: ZILLES, A. M. ; FARACO, C. A. (ed.). Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- DALLA VECCHIA, A. **Práticas de linguagem e construção de identidades institucionais em aulas de alemão voltadas para exame de proficiência em uma comunidade de suábios no Brasil**. 2018. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.
- DALLA VECCHIA, A.; JUNG, N. M. Paisagem linguística em um contexto suábio-brasileiro: mobilidade e representação de uma comunidade “germânica”. **Revista da Anpoll**, v. 1, n. 40, 2016, p. 116-128. Disponível em: <https://anpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/1021/851>. Acesso em: 20 set. 2020.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

GARCEZ, P. Conceitos de letramento e a formação de professores de línguas. **Revista da Anpoll**. v. 1, nº 49, p. 12-25, Florianópolis, jul./set.2019.

HELLER, Monica. **Paths to Post-Nationalism: a critical ethnography of language and identity**. New York: Oxford University Press, 2011.

HELLER, M.; DUCHÊNE, A. Pride and profit: changing discourses of language, capital and nation-state. *In*: DUCHÊNE, A.; HELLER, M. (ed.). **Language in late capitalism: pride and profit**. New York: Routledge, 2012. p. 1-21.

HELLER, M.; McELHINNY, B. **Language, capitalism, colonialism: toward a critical history**. Toronto: University of Toronto Press, 2017.

IRVINE, J. T. ; GAL, S. Language ideology and linguistic differentiation. *In*: P. V Kroskrity (org.). **Regimes of language: Ideologies, politics, and identities**. Santa Fe, NM, EUA: School of American Research Press, 2000. p. 35-84.

JAFFE, A. Authority and authenticity: Corsican discourse on bilingual education. *In*: Heller, M. ; Martin-Jones, M. (ed.). **Voices of Authority - Education and Linguistic Difference**. Westport, ABLEX, 2001. p. 269-296.

JUNG, N. M. **A (re)produção de identidades sociais na comunidade e na escola**. Ponta Grossa/PR: Editora UEPG, 2009.

MOITA LOPES, L. P. Introdução: Ideologia linguística: como construir discursivamente o português no século XXI. *In*: MOITA LOPES, L. P. (org.). **O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola editorial, 2013. p. 11-52.

OLIVEN, R. G.; GARCEZ, P. M. “A mudança social se desenrola conflituosamente no terreno da linguagem”: entrevista com

Monica Heller (Professora da University of Toronto). **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 26, n. 57, aug./2020. p. 315-359.

SEMECHECHEM, J. A.; JUNG, N. M.; DALLA VECCHIA, A. A língua ucraniana como símbolo de pertencimento e de identidade de ucraniedade em uma comunidade no sul do Brasil. **Revista Gragoatá**, v. 22, n. 42, 2017, p. 416-434. Disponível em: <http://www.gragoata.uff.br/index.php/gragoata/article/view/911/650>. Acesso em: 20 set. 2020.

SEMECHECHEM, J. A.; JUNG, N. M. Interações plurilíngues e a língua ucraniana nas aulas de uma escola pública no Sul do Brasil: “Deus o livre, Як ви сі повбирали”. **Domínios de Lingu@gem**, Uberlândia, vol. 10 n.4, | out./dez. 2016.

STREET, B. **Letramentos sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola editorial, 2014.

ZAVALA, V. Justicia sociolingüística para los tiempos de hoy. Íkala, **Revista de Lenguaje y Cultura**. Medellín, Colombia, vol. 24, no. 2 (may-august, 2019), p. 1-18. Disponível em: www.udea.edu.co/ikala. Acesso em: 20 set. 2020.

VARIAÇÃO/MUDANÇA DA LÍNGUA: HISTÓRIA SOCIAL

Odete Pereira da Silva Menon

INTRODUÇÃO

Os apontamentos que serão apresentados neste texto devem servir para nortear um trabalho de cunho histórico sobre variação e mudança da língua portuguesa. Vai-se procurar discorrer a respeito de algumas perguntas que se pode fazer a respeito de como proceder para estudar a história da língua, que implica, de um lado, escolher um ou mais fenômenos linguísticos e, de outro, tentar localizar a situação social (tempo, espaço, dimensão social, estilo) em que se deu a mudança.

O conjunto de perguntas pretende lançar alguma luz a quem se propuser enveredar pelo caminho da diacronia. Para respondê-las (e as respostas não constituem “receitas”) vão ser usados textos de diferentes épocas, não necessariamente numa ordem cronológica. Como toda pesquisa, esta também é seletiva. O rol das questões é o seguinte:

1. Quais são as diferenças entre uma descrição sincrônica e os estudos históricos?
2. É possível fazer análise sociolinguística em períodos anteriores da língua?
3. O papel da frequência na análise diacrônica.
4. Como se processa a gramaticalização?
5. Fazer bom uso de maus dados? Saber história da língua é importante para os alunos de Letras e futuros professores de português? O falante comum precisa saber a história da língua?

Além de tentar responder às questões, vamos dar algumas sugestões práticas sobre como é importante, para o professor de português, conhecer a história da língua, a fim de contrabalançar um

besteirol que se difunde a respeito do que **é** e do que **não é** língua portuguesa, feito não só por gente que não é da área mas, infelizmente, também por professores de português menos avisados...

QUAIS AS DIFERENÇAS ENTRE DESCRIÇÃO SINCRÔNICA E ESTUDOS HISTÓRICOS?

Em sincronia, hoje, dispomos de gravações; o que possibilita analisar dados reais de fala. Em períodos anteriores a 1971, data do início das gravações do Projeto NURC¹ não há registros sonoros de fala real em uso. Mário de Andrade, nos anos 30², tinha feito gravações (em discos de baquelite) de pronúncias regionais; não sei se elas ainda existem nos arquivos do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo. Depois do NURC, começou a haver um interesse crescente em constituir banco de dados orais de diferentes regiões do país. Ainda

¹O Projeto NURC – Norma Urbana Culta –, integrando-se no projeto latino-americano de pesquisa do espanhol culto falado na América (nesse caso, gravações somente nas capitais dos países) --, consistiu em coleta de dados de informantes de nível universitário em cinco capitais brasileiras, que tivessem, pelo Censo Demográfico de 1960, população de mais de um milhão de habitantes: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre e Salvador (esta última, embora tivesse menos de milhão de habitantes, foi selecionada porque Belo Horizonte, que teria a população requerida, não dispunha ainda de quatro gerações nascidas na cidade, requisito mais importante para caracterizar um falante como nativo de uma variedade de língua). O conjunto de gravações, cujo assunto era dado aos informantes nas DIDs. e D2, mas não nas EFs. (vestuário, alimentação, viagens, etc.), se fez, então (de 1971 a 1976), em três estilos, do maior ao menor grau de formalidade: **EF** – Elocução Formal (aulas e conferências); **DID** – Diálogo entre Informante e Documentador; **D2** – Diálogo entre 2 Informantes. Tinha sido previsto fazer as **GS** – Gravações Secretas, sem o conhecimento do informante; porém isso não foi possível, pois não havia como camuflar os enormes equipamentos de gravação da época e também devido ao fato de, naquele período, estar em vigência o AI-5, o que deixava qualquer entrevistado de cabelo em pé (mesmo nas DIDs., houve casos em que o informante queria saber quando seriam ouvidas as fitas (de rolo) e houve até quem declarasse, textualmente, não ter dito o que disse ...). Observação: Aqui, e doravante, os negritos aplicados a certas letras indicam como cada sigla foi constituída.

² Sempre que houver menção a “anos X”, isso corresponde ao século XX.

em finais dos anos setenta o *Projeto Censo Linguístico do Rio de Janeiro*, sob a batuta de Anthony J. Naro, da UFRJ, foi o grande modelo de coleta de dados com base em entrevistas sociolinguísticas; na sequência, a equipe constituiu o PEUL (**Projeto de Estudo dos Usos da Língua**). A eles se seguiram o *Projeto Varsul (Variação Linguística Urbana no Sul do Brasil)*, idealizado por Leda Bisol nos anos oitenta e desenvolvido em conjunto pelas equipes das Universidades Federais do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, a que se agregou, posteriormente, a Pontifícia Universidade Católica desse estado e, a partir de 2015, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná); o VALPB (**Variação Linguística na Paraíba – PB**), organizado por Dermeval da Hora, com gravações em João Pessoa) e alguns mais, ainda em curso. Os *Atlas Linguísticos*, outra fonte de dados, só recentemente dispuseram de gravações: entre outros estão o *Atlas Linguístico do Pará*, coordenado por Abdelhak Razky e o *AliB – Atlas Linguístico do Brasil*, coordenado por Suzana Cardoso. Os mais antigos, como o *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, dirigido por Nelson Rossi, que também organizou a coleta de dados do de Sergipe, publicado muito depois; o da Paraíba, de autoria de Maria do Socorro Aragão; o de Minas Gerais, comandado por Mário Zágari; o do Paraná, de Vanderci Aguilera, foram constituídos por anotações *in loco*, pelo(s) pesquisador(es), das palavras e pronúncias dos falantes. Veio se agregar a esse conjunto o *ALERS, Atlas Linguístico e Etnográfico da Região Sul*, fruto do esforço conjunto de pesquisadores das Universidades Federais do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, com alguns volumes já impressos.

Em Portugal, o tardio *Atlas Linguístico da Península Ibérica* e a recolha iniciada por Manuel de Paiva Boléo e, depois, complementada pela de Luís Felipe Lindley Cintra, são da segunda metade do século passado. Também data dessa época a recolha das entrevistas do que iria constituir o *Banco de Dados do Português Contemporâneo*.

Portanto, para fases anteriores da língua portuguesa **só se dispõe de textos escritos**, em quantidades variáveis (a concentração pode residir em muitos documentos de um só gênero

textual, como crônicas ou documentos legais), conforme o período (o que pode comprometer o estudo de uma dada sincronia). Além disso, em muitos casos, só existem cópias, ou cópias de cópias, sujeitas muitas vezes à “competência” dos escribas/copistas ou das decisões de atualização linguística dos textos – como a chamada **reforma** de Zurara, na segunda metade do século XV; ou a **Leitura Nova** do período manuelino, na primeira metade do XVI –, que reduziram muitos documentos a simples **ementas** (resumos do conteúdo, remetendo a outro, de teor semelhante, já transcrito integralmente), com ampla destruição de originais.

Em vista disso, qualquer análise de reconstituição de pronúncia fica, de certo modo, prejudicada; acrescente-se ainda a questão das relações **grafema/fonema**, que nem sempre se consegue recuperar, a partir da multiplicidade de grafias, por exemplo. Quanto à **morfologia** ou **sintaxe**, pode se aproveitar, com o devido cuidado, textos com **grafia modernizada**; porém não aqueles com **modernização da linguagem**, com atualização lexical ou sintática, ou edições com “interpretação” do editor – que inclui, entre outras coisas, pontuar à moderna; além de, por vezes, adulterar o conteúdo por não compreender a estrutura de frases de períodos mais antigos da língua ou ignorar o significado de palavras arcaicas.

É POSSÍVEL FAZER ANÁLISE SOCIOLINGUÍSTICA EM PERÍODOS ANTERIORES DA LÍNGUA?

O **modelo da sociolinguística quantitativa** prevê gravações de fala o mais natural que se consiga, a fim de obter algo próximo do vernáculo do informante. A seleção de informantes por GFs. (Grupos de Fatores) como **faixa etária, sexo, escolaridade, nível de renda** ou outras **variáveis sociais**, feita aleatoriamente, a partir dos perfis estabelecidos, prevê coletar a língua comum, que caracterizaria uma determinada comunidade, numa dada sincronia. A análise de **tempo aparente**, confrontando as realizações da língua em diferentes gerações, propiciaria analisar

se determinado fenômeno está em variação ou em processo de mudança. Nesse caso, seria necessário efetuar eposteriormente também análise mais estendida – em **tempo real** – (se possível, com os mesmos informantes), para se certificar se se trata de uma mudança em curso ou já efetivada.

Ora, essa é uma **impossibilidade histórica**: na maior parte dos casos, sequer é possível saber exatamente as datas de nascimento ou morte de um **autor** (em sentido mais amplo, qualquer indivíduo que assina/escreve ou a quem é atribuído um documento) ou o local em que esses fatos aconteceram; quanto mais outros fatores sociais! Mesmo um GF como **idade** tem que ser olhado com muito cuidado: por exemplo, o que é *ser velho no século XVI*? Veja-se o depoimento de uma personagem conhecida dos brasileiros, Martim Afonso de Sousa que, se não foi escritor nem escrivão, pode ter sua produção linguística examinada pelas cartas missivas de que dele nos restam nos arquivos portugueses, sobretudo na Torre do Tombo (os negritos foram acrescentados):

- (01) E porem não poso deyxar de lembrar a V. S., qu'**eu sou de perto de // coremta anos** e que nom á omem em Purtugal desd' o mays alto até à mays tryste regateyra que nam cuyde que vou pera ser Governador da Yndya. (Martim Afonso de Sousa, carta, **12.04.1534**, para o Conde da Castanheira, p. 11-12)³
- (02) [...] que todo o al sam cousas **d'até vynta// cymco anos**. Prazerá Deos que me dará aymda algum descamso e a V. S. muyta vyda, que o al nom vos é de faltar pera verdes que servydor temdes em my e que amygo, qu' este hé o propryo nome, porem ysto á mester que seja cedo porque **omem vay já emvelhecemdo**. (carta, 15.11.1534, ao Conde da Castanheira, p. 12-13)

³Nas abonações e nas citações, serão sempre escrupulosamente respeitadas as grafias dos documentos, tal como estão registradas na(s) fonte(s) consultada(s). Os caracteres itálicos usados na edição de textos antigos decorrem do desdobramento de abreviaturas, como em *pera* < p^a; ou *que* < q̃; ou *teem* < teẽ; *senhor* < s^r; *misericórdia* < m^a; *mosteiro* < mro.

- (03) Por yso, Senhor, poys eu nom tenho outra esperamça senam em vós, lembray-vos lá de mynha onra; porque eu vos juro òs samtos avamjelhos qu'eu nom ey de servyr mays este carrego que até ver a resposta destas, se se m'El-Rey nom faz pera entam mercê da governança desta terra, poys eu sou pera ela coma meus vezynhos, qu'eu m'yrey de quá aynda que m'El-Rey nom dê lycença, porque nynhum proveyto levo des[te] carrego senam gastar tudo o que m'El-Rey dá d'ordenado e ser hum escudeyro de Nuno Cunha. Olhay, Senhor, poys que asy hé, por my e nam queyrays que **agora, que sou já velho**, vá de cá prove e desomrado. (carta, 15.11.1534, *idem*, p. 14)
- (04) Eu nam tynha acupações nynhuas, que hahy estava o Governador sobre quem tudo pemdya, mas amdava eu fora com El-Rey de Cambaya he de camynho pode-se muy mall escrever devaguar;/ he mays ho gosto he o contentamento, hé o que faz desacupaçam no espyto pera homem escrever myudezas, he este tynha eu entam muy pouquo e agora muyto menos, **porque me vejo eu com coremta annos ou muy perto deles** e vymte myl cruzados guastados des que nesta terra estou, e ora me dyzem que vem Dom Garcya, ora que fulano ou // cycrano, he nom hahy sofrymento que abaste a isto, amtes estou espantado de mym como nam tenho dado com ha carregua no chão. (carta de 18.01.1538, p. 31-32)

Para nós, hoje, uma pessoa de **quarenta anos** está na “flor da idade”, como se costuma dizer... Em amostras sociolinguísticas atuais, seria a faixa etária medial, de adultos em pleno mercado de trabalho. Mas qual era a perspectiva de vida daqueles homens que partiam para a guerra (que era a finalidade de ir para garantir o comércio na Índia, além de enriquecer) ou se aventuravam no mar, então grandemente desconhecido? Parece, pelo depoimento de Martim Afonso, que eles tinham plena consciência de que ultrapassar os quarenta anos seria quase milagroso, face à vida arriscada que levavam e os ferimentos, quase sempre mortais, que sofriam nas batalhas corpo-a-corpo ... Daí, a preocupação em garantir a subsistência da família o mais cedo possível. E cadê os informantes bem mais velhos? Veja-se qual era a expectativa de vida no Portugal quinhentista:

Sucessivas e centenárias crises no campo em Portugal, assunto complexo que não será discutido no presente artigo, geraram uma grande instabilidade social e, inadvertidamente, contribuíram para o sucesso das navegações. Sem alternativas, os camponeses vislumbravam nas aventuras marítimas a liberação de sua miséria, enquanto o governo via nelas um meio de desvencilhar-se não só de suas dívidas através das riquezas trazidas de além-mar, como de uma população urbana faminta, marginalizada e incômoda. A despeito da aparente riqueza vivida por Lisboa, sem que houvesse lugar para todos nas sonhadas viagens marítimas, os desvalidos morriam nos alpendres da cidade, ao mesmo tempo que as naus vindas das Índias, cheirando às decantadas especiarias, traziam fortunas para poucos (Ficalho, 1983). Descrições sobre os alistados com destino às Índias como soldados e marujos são encontrados em relatos da época, como o de Gaspar Correa (1495-1561), que cruelmente os definiu como: “...gente de quinhentos réis de soldo, e muy pobres e esfarrapados, e moços sem barba; gente que pera nada nom prestava...” (Correa, 1858 *apud* Ficalho, 1983, p.151). Tão débil quadro social tinha conseqüências diretas sobre a saúde da população: **a expectativa de vida dos portugueses de então não ultrapassava três décadas e cerca de metade dos nascidos vivos não completava sete anos** (RODRIGUES, 1990) (GURGEL & LEWINSOHN, 2010, p. 109; negritos acrescentados)

E ainda há casos – infelizmente bastante frequentes – em que a obra de um autor permanece séculos inédita. Por isso, **data de publicação** só vale ser considerada se for coetânea ao período de vida do autor (quando não se sabe bem as datas de nascimento e morte mas, por indicações de fatos históricos ou referências a personagens contemporâneas conhecidas, pode-se situar a vida do autor em determinados limites temporais).

O que mais se aproximaria, em diacronia, da análise sociolinguística, seriam os estudos de **tempo real de curta ou longa duração**. Uma variável linguística a ser considerada, nesse caso, é **tipo de texto**.

Tipo de texto é uma das variáveis mais importantes para detectar certos fatos linguísticos, porque muitas vezes um **hápx** (= ocorrência única) de determinado **cópus**⁴ pode se revelar bastante

⁴ Venho usando, há bastante tempo, a forma aportuguesada **cópus**, acentuada como outras **paroxítonas invariáveis** terminadas em -us: **bônus**, **câmpus**, **tônus**, **vírus** ... o que evita também o emprego do plural latino *corpóra*.

produtivo em **outro tipo de texto**. Por isso, é importante nunca menosprezar essa ocorrência única; deve-se arquivá-la para mais adiante. Na minha experiência pessoal, o antropônimo **Vereyximo** (=Veríssimo) foi inicialmente um hápax; depois, encontrei muitas ocorrências dele em textos de vidas de santos (os *Flos Sanctorum*).

Às vezes, num texto mais extenso, depois de algum tempo de pesquisa, uma forma a que não se havia prestado a atenção, ou não era objeto de pesquisa pontual, começa a sobressair com alguma frequência. Então, **por questão de metodologia, deve-se voltar ao início do texto e anotar todas as suas ocorrências**. A comparação entre autores também pode revelar coisas interessantes, pois pode demonstrar que uma forma linguística constitui uma generalidade na língua e não devida somente a idiosincrasias ou a estilo individual.

O PAPEL DA FREQUÊNCIA NA ANÁLISE DIACRÔNICA.

Passamos, assim, ao papel da **frequência** dos dados numa amostra. Sabe-se que uma mudança vai ter origem na aparição de formas **variantes** que começam a con(coo)correr num mesmo ambiente ou contexto. Costuma-se chamar as **variantes** de (i) **forma** (digamos) **padrão** ou **conservadora**, aquela já existente e consagrada no uso e de (ii) **forma inovadora**, a nova forma que se vai imiscuindo na variedade de língua a ser considerada na pesquisa.

À medida que a forma inovadora vai se espraiando, vai aumentando a área de abrangência (social, geográfica, geracional), até chegar ao ponto de se equiparar e, depois, suplantar a forma conservadora – que (i) pode desaparecer, paulatinamente, ou (ii) sobreviver, **se especializando** (conforme resultados para **seu/dele; nós/a gente**). E é a frequência de uso, o **adensamento** das ocorrências da variante **inovadora** que demonstra se o processo de variação continua ou se vai acabar em mudança.

E como se mede a frequência em diacronia? Uma análise frequencial ou estatística, como cálculo do peso relativo, pode não ser possível, justamente pela extensão do adensamento ou o acesso a um número reduzido de dados de uma amostra. Um orientando

de Lorenzo Vitral trabalhou com uma **média de ocorrências** de SE (passivo e indeterminador) por número de palavras da amostra. No levantamento dos dados de **gerúndio** (MENON, 2008), utilizei a **média de ocorrências por número de páginas** visto que os livros tinham extensão diferente. Porém, em geral, **contamos somente com o número absoluto de ocorrências** (ver as ocorrências de próclise e ênclise em construções com infinitivo flexionado, em Menon (2012)). E é com isso que temos que defender nossas hipóteses. E, como temos quase tudo a levantar, em termos de dados históricos da língua, há muito trabalho e muitas variáveis para “atacar”.

COMO SE PROCESSA A GRAMATICALIZAÇÃO?

A **gramaticalização** é um processo especial de mudança, mais ou menos lento, a depender do espraiamento da forma a diferentes contextos. É possível acompanhar todo o processo, se se tiver acesso a muita documentação, que cubra todo o período entre o que se possa classificar como ponto inicial da concorrência das formas e o resultado final da gramaticalização. A gramaticalização **não ocorre por catastrofismo**; ela é o resultado de um processo de sucessivas adaptações ao contexto, por deslizamentos de sentidos, que vão se adaptando e propiciando novas interpretações. Por isso, nem sempre é verdadeiro que ocorra *bleaching* (Hopper & Traugott, 1993), ou “desbotamento” do significado: por vezes, o que acontece é um agregar de outros sentidos e não perda de significado.

Por exemplo, o **sendo** (caso, certo, provável) **que > sendo que**. Como forma gerundial, **sendo** podia significar *condição, tempo, modalidade, causa, adição* ... Depois, já na forma **sendo que**, vai sofrendo certas restrições e passa a ser mais adversativo ou concessivo. Mas essa **especialização** depende **dos contextos** e **dos outros elementos linguísticos**, como **rearranjos sintáticos**, para **criar novos sentidos**: se a nova conjunção provém de **sendo caso que**, (ou **sendo fato/raro/frequente que**) precisamos entender por que e sob que condições a palavra **caso** (ou **fato** ...) desaparece. Isso

pode estar associado a outros fenômenos similares na língua, que tenham desenvolvimento paralelo.

Outro caso de diferentes etapas de gramaticalização: **cadê** (MENON, 2015). Esse pronome (advérbio?) interrogativo é oriundo de uma frase para se indagar sobre (o paradeiro) de alguém: **Que é de Fulano? Que é de X > quede/ quedê/cadêX > cadelo X?** Tal frase teria concorrido, em tempos idos, com a construção que usava o pronome interrogativo: **ULO Fulano?** (<(h)u “onde” + artigo **lo**), que teria caído em desuso, com o desaparecimento de **u**, substituído pelo **onde**⁵.

A parte inicial da frase foi se condensando: **que é de > qué de** (exemplos já em Sá de Miranda, nascido na penúltima década do século XV). Na sequência, **ocorrendo em final de período** – provavelmente em repetição enfática –, teria havido o deslocamento **do acento: do da palavra** resultante (**quede**) para o **acento de final de frase**, resultando em **quedê**. Na pronúncia do PE, esse [e] de **qué de** teria recuado e passado a um som mais centralizado e mais baixo, o **chuá** [ə], resultando em [ˈkə.de] (se encaixando num fenômeno fonético – alternância entre [a] e [e] > [ə] –, vigente no PE da época: *tabaliam; antre, alemento, rezão, Estorga, avangelhos por tabeliam, entre, elemento, razão, Astorga, evangelhos*) e reinterpretado, com deslocamento do acento, como **cadê**. Porém, as formas **quede** [ˈkə.de] e [ˈkɛ.de] também teriam permanecido, agora como variante de **cadê/quedê**.

A parte final da frase, **ele**, anáfora do nome do fulano – como em **E o Antônio, cadê ele?** –, com sândi entre o [e] tônico final de **cadê** e o [e] igualmente tônico de **ele**, surgiria nova forma: **cadele?** Essa, por sua vez, também se teria tornado **opaca** (perdeu-se a percepção de que havia ali o pronome pessoal **ele**) e passado a admitir um SN constituído de artigo mais nome próprio: **Cadele o chapéu** que tava aqui? Com mais um sândi entre o [e] final de **cadele** e o artigo **o** que se lhe segue, temos: **Cadelo** chapéu?.

⁵ O advérbio **hu** significava inicialmente “onde”; **onde** < *unde* significava procedência, “de onde”.

Mas o processo de gramaticalização não parou por aí (conforme Menon, 2015): mais recentemente, no **PB**, esse interrogativo adentrou o paradigma das construções [X + QUE]: **Cadê que** ele paga as contas? (= Quem diz que ele paga as contas?). Esse **cadê que** é equivalente ao que, em algumas regiões, se diz com o uso de **capaz que**: “**Capaz que** ele paga as contas!” derivado, provavelmente, de “É **bem capaz que** ele não pague as contas”, isto é, “não há grande chance de que ele pague o que deve, pois não é um bom pagador, não é “capaz” (< não tem a capacidade, financeira ou moral) de pagar as contas”; por isso, não se espere que vá pagar a dívida algum dia. Há ainda a possibilidade de ter se originado na interjeição **Capaz!** (como usamos no dialeto curitibano, depois que alguém nos fala de algo que consideramos inacreditável ou praticamente improvável de acontecer), com o mesmo significado de expressões como “Nunquinha!”, “Neca de pitibiriba!”, “Vá acreditando nisso!”, “Espere sentado!”. A esse **capaz** se agregou um **QUE** como em outras formações: “**nunca que** ele vai pagar!”

FAZER BOM USO DE MAUS DADOS?

Assim, como fazer bom uso de **maus dados**, conforme se costuma, às vezes, classificar os dados históricos? Primeiro, muitas vezes os chamados “maus dados” (conforme Labov, 1982) podem ser, na realidade, somente a pequena quantidade de dados obtidos numa amostra, o que não permite generalizações sobre um estado de língua.

Segundo, qual o tamanho do período de abrangência do fenômeno que se quer estudar? Muitas vezes, um fenômeno linguístico leva muito tempo para mudar; dessa forma, é necessário estender o período de tempo dos documentos, para se obter uma amostra confiável. Em ambos os casos, a solução está em se ampliar a(s) fonte(s).

Terceiro, as **fontes históricas**: há milhares de documentos manuscritos em arquivos públicos e particulares, em Portugal, na

Espanha, na França, na Inglaterra, no Brasil, à espera de edições confiáveis. Significa que há muito trabalho pela frente, para se ter realmente um grande *cópus* histórico de língua portuguesa. Contudo, já há grandes progressos em Portugal e, sobretudo, numa área que não é a nossa: trata-se dos **historiadores**, à cata de dados para documentar boa parte da história de Portugal... Ou dos **estudiosos da literatura**, como no caso da recuperação de peças de teatro, por exemplo, inclusive para esclarecer um bocado de mal entendidos e complementar uma série de lacunas na história do teatro português, sobretudo no séc. XVI. Ou na parte que antecede Gil Vicente, tido como o “criador” do teatro português, *ex nihilo*, como se, antes dele, não tivesse havido qualquer tradição de representações ... Nesse caso, em que pese o fato de haver muitas referências, por parte de estrangeiros que passaram por Portugal, aos **momos**, aos **entremeses famosos portugueses** dos séculos XV e XVI, infelizmente não restou traço dos textos correspondentes ...

E no Brasil? Há movimentação importante no sentido de recuperar arquivos históricos regionais ou locais, em concomitância com levantamentos sincrônicos de dados de fala, a fim de realizar comparações e extensão de fenômenos diversos. É um trabalho como o da formiguinha que carrega pedacinhos de folhas para o ninho, o de tentar juntar todos os dados possíveis para chegar a compor a grande colcha de retalhos da língua!

Algumas dificuldades a enfrentar em textos antigos

O primeiro obstáculo, se trabalharmos com um texto editado (para os manuscritos haveria antes o trabalho de transcrição paleográfica), é o vocabulário. Como a língua reflete a sociedade que a emprega, seria necessário conhecermos as condições de uso das palavras. Ora, nem sempre isso é possível e há, ainda, poucos glossários que dêem conta do vocabulário de diferentes etapas da língua portuguesa. Um primeiro exemplo de entrave na compreensão do texto pode ser visto no exemplo (05), de Garcia de

Resende (*1470-+1536), Cap. LXXXVIII da *Crónica de D. João II*: “Do que elrei fez a João Alvares o Gato”:

- (05) Um João Alvares o Gato cavalleiro da casa delrei era filho de um pobre almocreve e por ser **grande pensador** e concertador de cavallos e mulas veio a ter e valer muito, e ser honrado e estimado de todos [...] (*Evora* 2, p. 205; negrito acrescentado)

Hoje, um **grande pensador** seria “um intelectual”, “uma pessoa altamente qualificada”, “um filósofo”, “algum influenciador de redes sociais” (ou mesmo nome de cantor: Gabriel Pensador). Longe disso está o significado nos séculos XV-XVI: naquela época, **pensador** (do verbo pensar = “cuidar, tratar de”) era o que tinha conhecimento de “mèzinhas” (= remédios, meezinha < *medicina*), emplastos e poções, tratando os ferimentos e ministrando cuidados “médicos” a animais ... João Álvares deve ter sido muito competente nisso, chegando a ser famoso e bem considerado: pelo excerto, percebe-se que conseguiu fazer fortuna e ser honrado, o que significava muito, naquele período da história, em que **nascer nobre** era o que garantia uma vida confortável.

Vemos, assim, que os significantes podem ser os mesmos, mas os significados mudaram, no decorrer do tempo. Em (06), a palavra **açougue**, tão corriqueira entre nós, no Brasil (no PE, hoje, o correspondente é **talho**), tem uma abrangência muito maior, significando “mercados, tendas, casas (= estabelecimentos de venda)”, ainda próximo do seu étimo (árabe *alsuq* ou *souq*, “mercado, feira”). Ninguém espera, hoje, encontrar vinho num açougue⁶; da mesma forma, diríamos **loja** ou **depósito** ao invés de **casa**:

⁶ Até é possível pois, a partir de uns anos para cá, começaram a surgir estabelecimentos híbridos: livrarias em que se pode não só tomar café (denominado café cultural), como lanchar; houve uma “repaginação” das barbearias, com venda de cervejas artesanais e música ao vivo... Então, também já há açougues ou, mais chique, “casas de carne” que vendem vinhos para combinar com/acompanhar o prato que se pretende fazer com a carne comprada ...

(06) [Art. 15.^o].xv. Outro sy dizedes que os porteyros teem hũa **casa** *em que metem o vijnho que se uende nos meus açougues* e a casa ha de têr duas chaues **a hũa** têr hũu homem jurado pelos porteyros E **a outra** hũu dos almocreves que hij teuer o vijnho E o vijnho **ssoyan no teer** os almocreves no **açougue** ata *que tangiam o ssyno da oraçom e des entom metyam no na casa e em outro dya pela manhã abriam a casa e tiruam o vijnho dela e poynhan* no nos meus **açougues** *pera se uender e que os porteyros //61// mandan meter o vijnho de dya na casa e sarran* as portas e *em outro dya aa tarde abrem as portas, e nom podem auer o vijnho ao tempo que ssoyam Ø auer*. Sobr esto Tenho por bem e mando que os porteyros nom o ffaçam *per esta guisa e que se ffaça como se ssoya a ffazer*. (Capítulos especiais de Coimbra (1331, p. 60-61; negritos e sombreamentos acrescentados).

Também podemos verificar em (06) diferenças linguísticas como o uso de “**a hũa** _ e **a outra**”, com artigo definido em ambas; ora, atualmente só se usa o artigo na segunda parte da expressão ou ambas sem artigo: **uma** _ e **_(a) outra**. Vê-se igualmente o emprego de um verbo que se arcaizou – *ssoyan no teer; ssoyam auer, ssoya a ffazer* (verbo que podia ter três regências diferentes: sem preposição; com as preposições **a** ou **de**) – substituído posteriormente por *costumar*. Formas arcaicas como *poynhan* (punham), *guisa* (maneira), *sarrar* (cerrar, fechar) fazem companhia a “coisas” que desapareceram da vida social: **almocreves**⁷ (depois caixeiros-viajantes, comerciantes, vendedores ambulantes,) e **ata que tangiam o ssyno**, hábito desaparecido depois da invenção dos relógios (com função semelhante ao que até pouco tempo se usava: a sirene das fábricas). **Porteiros** eram aqueles que tinham o ofício e a responsabilidade de (fazer) abrir e fechar as portas (não só dos mercados, como das vilas, cidades, castelos), para garantir a segurança e evitar invasores.

Em (07) temos a narração de um fato social que, infelizmente, não mudou; só a linguagem é diferente: como ludibriar a legislação

⁷“**Almocreve** s.m. (1174) indivíduo que tem por ofício conduzir bestas de carga; arrocheiro, recoveiro.” (Houaiss, p. 99). Os almocreves é que transportavam, em lombo de mulas, as mercadorias (próprias ou para terceiros) para vender nas feiras e mercados das vilas e cidades.

(clérigos não podem comprar imóveis) ou “lavar dinheiro” (cartas de compra por terceiros que depois repassam as herdades, dizendo que é por pagamento de dívidas ou por doação) por meio de “laranjas” (criados ou filhos):

(07) [Art. 70.^o]artigo. lxx^o dos Clerigos que nom podem comprar herdades. / ¶ Item se querelou que Reçebeu agrauamento que os clerigos que nom podem comprar herdades pera ssey Ca he defeso que Tablyões lhe nom façam cartas de compras. **E eles ascondudamente fazem fazer as cartas das compras em pessoas de seus criados ou filhos ou //82// daqueles que trazem seus cabedaes. ou lhys deuem dyuidas. e depois fazem lhys eles doações** dizendo que lhys leyxam as herdades en preço dos Cabedaes que dizem que deuem a eles ou por outras cousas de guisa que eles colhem as / [2.^a col.] herdades aa mão e leixan as aas Eygreias e fazem delas hordinhações. e testamentos ou outras cousas que se pagam de fazer delas. (Cortes, Capítulos especiais de Lisboa – 1331, p. 81-82, negritos acrescentados)

(08) Os direitos do Mestre de Avis. Oração de **João das Regras** nas cortes de Coimbra de 1385 / “Elles todos em huũ paaço postos em assessego e boa hordenamça, era hi huũ notavell barom, homem de perfeita autoridade e comprido de sçiemçia, mui gramde leterado em lex, chamado doutor **Joham das Regas**, cuja sotilidade e clareza de bem fallar amtre os leterados oje em dia he theuda em comta.” (Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, I 394-421, *apud TPM*, 685-690; negritos acrescentados)

Falsas etimologias sempre houve; entre elas, a chamada etimologia popular, que criou, p. ex., *sumitério*, *catatumba*, por *cemitério*, *catacumba*, a partir da substituição de um étimo opaco (*cemi-* e *-cumba*, respectivamente) por um outro, conhecido, com sonoridade e significado próximos: o verbo *sumir* e o substantivo *tumba*. Isso aconteceu também com o nome de um jurista famoso do séc. XIV, o doutor Joham das Regas, como aparece em (08), no texto de Fernão Lopes. O lugar **de** onde ele era originário (uma das origens dos sobrenomes é advinda dos locais de nascimento das pessoas; em (18), mais adiante, aparecem outras pessoas com o mesmo tipo de sobrenome.) era denominado **Regas**, daí o apelido **de Regas**. Ora, o João virou doutor em cânones, como se

dizia na época; portanto, sabia bem **as regras** das leis e decretos; logo, por analogia, virou o doutor João **das Regras** e assim ficou lembrado nos textos para a posteridade.

ENTRE IDAS E VINDAS

Mas se há dificuldades em entender textos antigos, há outras dificuldades que interferem, no presente, no ensino-aprendizagem da língua, alguns deles ligados justamente à história da língua e às condições de transmissão.

Vamos a uma aplicação prática. Arautos do bem falar e bem escrever sempre houve, ainda que nem sempre com conhecimento aprofundado da língua portuguesa. Em nome de uma suposta correção da língua, põem os pés pelas mãos. No programa “O é da coisa”, na rádio BandNews, Reinaldo Azevedo (1/2 abril, 2019) gozou do então Ministro da Justiça, Sérgio Moro, porque ele “errou” em três fatos da língua portuguesa:

1. “Falou **conge** [sic], que é palavra que não existe ...”

Depende do conceito de existência de uma palavra: no oral, no escrito, em que registro da língua? O vocábulo em questão, na pronúncia, pode apresentar a forma criticada por Azevedo: [‘kõ. ʒe]. Por quê? Porque é resultado da aplicação de uma regra fonológica, atuante na língua portuguesa há séculos, responsável pela modificação material (fonética, depois adotada ou não na escrita) de alguns étimos, seja do latim para o português, seja em diferentes sincronias do português: trata-se da **queda da vogal átona postônica nas proparoxítonas**, como em:

Latim *virīde* > pt. verde ; lat. *Quicūla* > ovecla > ovelha

lat. (*fructu*) *persicu* > pêssego > popular *pesco*

pt. antigo cár(r)ego, encar(r)ego > pt. moderno cargo, encargo

pt. moderno cócega > cosca; daí, fazer cosquinhas ...

abóbora > abobra: e o legume denominado **abobrinha** não é o mesmo que aboborinha = abóbora pequena

lâmpada > lampda > lampa

fígado > figdo > figo(s): “dor nos figos”

Então, aplicando-se o mesmo princípio, vamos obter:

cônjuge: [ˈkõ.ʒu.ʒe] > [ˈkõ.ʒ.ʒe] > [ˈkõ.ʒe]

Isso ocorre quando a palavra tem uma **intensidade de uso ou frequência** muito acentuada, como é o caso de **cônjuge**, no ambiente jurídico. Com a supressão da vogal átona postônica [u], resta na palavra uma sequência de duas consoantes iguais: [ˈkõ.ʒ.ʒe]. Ora, a fonologia da língua portuguesa não comporta essa produção, isto é, não pronunciamos duas consoantes iguais⁸ em sequência sem uma vogal no meio. Historicamente, todas as sequências de duas consoantes ou foram simplificadas (elles > eles) ou desapareceram. Na passagem do latim para o português, temos:

lat. *ossu(m)* [ˈos.sum] > pt. [ˈo.so]

lat. *terra(m)* [ˈter.ram] > pt. [ˈtɛ.rɐ]

Em latim, a pronúncia de cada **erre** ou cada **esse** pertencia a sílabas diferentes: [ˈos.sum] e [ˈter.ram]. Em **osso**, fundiram-se os dois fonemas [ˈo.so]; em **terra**, as duas vibrantes simples se transformaram em vibrante múltipla [ˈtɛ.rɐ] (hoje há diferentes realizações desse fonema, conforme os dialetos do PB). Um resquício daquela pronúncia do latim permaneceu artificialmente em português: na escrita na separação de sílabas, o que não corresponde à pronúncia: em fim de linha, separamos erres e esses

⁸ Diferentemente do italiano, por exemplo, em que duas consoantes iguais são pronunciadas separadamente e podem inclusive ser distintivas, como em **eco** e **ecco**. Mas o português também é avesso a encontros consonantais ditos impróprios, isto é, aqueles que não são tipicamente da língua (os próprios são construídos com consoantes oclusivas e fricativas mais [r] ou [l]): **credo**, **branco**, **preto**, **trato**, **frango**; **claro**, **bloco**, **plano**, **atlas**, **flamejante**. Assim, em **pneu**, **advogado**, **psíquico**, introduz-se uma vogal entre as duas consoantes, chamada de vogal epentética ou suarabácti, para tornar o padrão silábico regular: de CCV para CVCV. Essa vogal pode ser [e] ou [i], conforme o dialeto. Então temos: p[i]neu ou p[e]neu; ad[e]vogado ou ad[i]vogado; p[i]síquico (que ainda vai dar **písico!** com haplogogia = supressão de sílaba idêntica ou muito parecida; no caso **-qui-** e **-co**, como ocorreu em **bondadoso** > **bondoso**).

mas não pronunciamos da forma como escrevemos... Ainda no campo jurídico, a palavra atual **jurisdição** teve realizações como **juridiçom** e **jurdiçom**, com a síncope do [i] átono; **letra** vem de **letera** < lat. **littera**; com **letera**, havia leterados (ver exemplo (08)); quando se tornou **letra**, os leterados viraram letrados ... Assim funciona a língua ...

2. “Sérgio Moro disse “**haviã**m provas” por havia” e, a seguir, Reinaldo Azevedo dá uma “lição de português” dizendo que “o verbo não concorda com o objeto plural” !!! para tentar explicar que o verbo **haver** é, nesse caso, impessoal (= sem sujeito) e o que se lhe segue é objeto direto. E mais: a jornalista Maiara Bastianello, colega de bancada no programa, complementou a confusão, dizendo que as pessoas têm que **aprender a conjugar o verbo haver** ..., como se o problema fosse de conjugação e não de diferença de categoria de verbos. Aliás, essa é uma confusão antiga na língua, em virtude de o verbo **haver** (na competição que se lhe fazia com o verbo **ter**) acabar por ficar confinado ao uso nos tempos verbais compostos (sobretudo no imperfeito do indicativo e do subjuntivo: **havia/houvesse** feito, mas não mais no passado: há/hão feito) ou na antiga perífrase de futuro, hoje cristalizada, **há/hão de** ser, e migrar para o **existencial / temporal** (onde, atualmente, também sofre competição acirrada de **ter**): Há (=faz) dez dias que não chove; porém, há / tem (=existem) muitas nuvens no céu.

3. “Diz pode **vim** por pode **vir** ...”

Agora entramos no terreno da transmissão oral: o verbo **vir** vem do latim *venire*; com a síncope da nasal sonora [n] e a apócope (geral) do -e dos infinitivos, temos:

Venire > *vĩr* ~⁹ *vijnr* [‘vĩ]

Aí se revelou mais um condicionamento fonológico do português: não se pode pronunciar vogal nasal seguida de [r] **na**

⁹Emprego o til ~ entre duas ou mais formas, para indicar variação entre elas. Como é tradição, **e** ou **r** antecedido de hífen (-e; -r) indica posição no final da palavra.

mesma sílaba!! Assim, na **transmissão oral** prevaleceu a permanência da nasalidade em detrimento do **-r** de infinitivo. Porém, a **tradição escrita**, moldando-se na forma alatinada e na conservação do paradigma dos verbos, preservou a marca de infinitivo – o morfema **-r**, desaparecendo, então, o registro da nasalidade no infinitivo escrito:

viɲr ~ vīr > vir

Em textos mais antigos, é possível encontrar formas do verbo **vir** que expressavam ainda a nasalidade, como as de futuro **vinra**, **venra** (de *venira*), que depois perderam essa marca, na escrita: **virá**, bem como a forma **vinier** (> *vier*) que deu naturalmente no oral **vinher**, hoje condenada como forma rústica ou de analfabetos.

Podemos comparar como teve tratamento distinto, do ponto de vista da evolução fonológica, o futuro do espanhol antigo dos verbos **vir** e **ter** – *venra*, *tenra* (formas similares ao português antigo). Essas formas tiveram uma realização com metátese do **-r**, resultando em *verna*, *terna*. Talvez para manter a consoante nasal [n], que em espanhol era pronunciada (diferentemente do português, língua em que a manutenção da consoante indicava somente a qualidade nasal da vogal antecedente), nas formas **venra**, **tenra** se desenvolveu uma consoante epentética [d], o que deu, no espanhol moderno, **vendrá** [ven'dra], **tendrá** [ten'dra], à semelhança do que sucedeu com *homine* > *homne* > *hombre* ou com *famine* > *hamne* > *hambre* (em que o [b] se desenvolveu a partir do [m], nasal bilabial).

Vejamos alguns exemplos da diversidade de grafia do infinitivo do verbo **vir** no português mais antigo (os itálicos são dos originais e indicam desenvolvimento de abreviaturas do manuscrito pelo editor do texto; os negritos foram acrescentados):

- (09) E os judeus pedirõ lhe de comer que avya cinco dias que nom comerõ. E des que comerõ o emperador os mãdou **viɲr** ante sy e *preguntou* lhe *que* se criã naquele santo profeta. E elles disserõ *que* sy. E o emperador lhes

disse: Agora quero *que* daqui em diãte *que* sejaes meus cõselheiros. (*Vespasiano*, p. 33).

(10) () E quando vierom armados e emburilhada a batalha mandouos **vijr** ãte si e disse-lhes taaes pallauras: Amigos sabe *que* Pilatus cõ toda sua hoste sayo fora da cidade *pera* pelejar cõ nos outros, e há mester *que* sagesmente sayamos ao cãpo, e se a *Deus* apraz elle nos dará victoria cõtra elles *que* todos somos aqui vindos [por vingar] a sua morte, ysto era a hora de terça. (*Vespasiano*, p. 38).

(11) E he muyto longe a augoa para tanta multidom de gête, porque vos dou de conselho *que* vos defendaes e o desauieese nõ ajaes medo delle, mas faça quãto poder que bem sabees vos *que* el Rey Herodes naquele tempo *que* fez matar os jnoçêtes, nom ousou aquy de **vijr**. (*Vespasiano*, p. 34).

4. Posteriormente, Azevedo ainda incluiu “**sobre** pressão” ao invés de “**sob** pressão”. Bom, aí Moro faz companhia a ninguém menos que João de Barros e Camões. Vejamos: “Carta **sobelos** [=sobre os] duzemtos qs. de pimenta que **me** venderam na casa.” [da Índia] (*Docs. Inéditos de João de Barros*, p.107); **Sobolos** rios da Babilonia ... (*Super flumina* ...) poesia de Camões.

Do lat. **Sub** > pt. **sob** > **so**.(so pena de; so tal preto ...)

Do lat. **Super** > pt. antigo **sober** > português atual **sobre**.

Como “embaixo, debaixo” era **so**, não havia problema de **sob** representar **sober** ou **sobre**: **sober+lo, la** = **sobelo, sobela**, com a variante fonética de **sobolo(s)**, como ocorre em Camões (conforme advérbio **como~ come**; **andaimo ~ andaime**); o problema começou a existir quando se reintroduziu **sob**, na época de relatinização da língua ...

Além disso, a forma é muito antiga na língua: aparece em documentos de fins do século XIII: em 30.04.1295, o tabelião Domingos Eanes escrevia: “**sobelas** [= sobre as] demandas *que* aujades contra os *crístãaos*”; em 03.12.1296, Lourenço Periz registrava: “**sob ella qual** [= sobre a qual] Rua estes aluazijs derom juizo”. São registros constantes do *Livro dos Pregos* (p. 82 e 83, respectivamente).

Esse tipo de avaliação, de suposta correção do idioma, é uma estratégia de desmoralização do outro: trata-se de uma forma de preconceito linguístico. Reinaldo Azevedo caiu na própria armadilha em outra ocasião, ao incluir na sua fala uma frase latina, dizendo “In medio virtus est”. Ora, o modelo latino para esse tipo de construção é “In vino veritas”, SEM o verbo ser: é um dos casos especiais em que não se usa o verbo *esse* ...

Como ele, há muita gente dando palpites sobre o que seja correto ou incorreto em matéria de língua. Sobre isso, ver as considerações de Menon (2019) a respeito da afirmação corrente de que **vou ir** é errado porque contém “duas vezes o mesmo verbo”: ora, a forma é corretíssima (tanto quanto **vou fazer**, **vou brincar**, **vou sorrir**): **vou** é verbo auxiliar (gramaticalizado portanto), da perífrase de futuro e **ir** é o verbo pleno, no infinitivo. Da mesma forma, em **vou indo**, **vou** é auxiliar e **indo** é a forma plena, no gerúndio. Em **tenho tido**, o primeiro é o verbo auxiliar temporal do tempo classificado como pretérito perfeito composto ...

O QUE É PLEONASMO E ANACOLUTO?

É costume ver, em manuais e gramáticas escolares, exemplos de pleonasmos e anacolutos, retirados de textos antigos: portanto soltos e descontextualizados. Os exemplos mais comuns são subir para cima, descer para baixo, entrar (para) dentro, sair (para) fora... Ora, assim soltos e sem contexto, eles realmente soam ridículos para a maioria das pessoas. No entanto, há situações em que eles não podem prescindir desses advérbios, sob pena de comprometer o significado do que se quer transmitir como informação, ou deixá-la menos precisa: há diferença entre **um navio sair do porto** (que pode ser inclusive fluvial ou de uma lagoa) e **um navio sair para fora** (=para o largo, ou seja, mar aberto).

Vejamos exemplos com o verbo (a)levantar¹⁰: alguns podem alegar que levantar em pé é um pleonasma, já que não se pode levantar para baixo ... Mas observe-se o exemplo (12) e também o (13):

(12) Quê costramego a boqua da filha d’Esteve Anes Derreado, morador em Evora, **moça pequena de oito meses nada**, que no berço homde jazia **se levantou ã cu** tres vezes, dizemdo cõ a maõ alçada: “Portugual, Portugual, Portugual, por el-rey Dom Joaõ? (Fernão Lopes, *Crónica de D. João I, II*, 123-129, *apud TPM*, p. 698-795).

(13) [...] Coge Çofar fe paffou logo á Cidade de Amadabá, e lançou-fe aos pés d’ElRey , que o recebeo bem, e o eftimou muito. Coge Çofar depois de fe agazalhar pedio a ElRey, que o ouviffe hum dia perante os do feu Confelho, porque tinha algumas coufas de feu ferviço que lhe dizer; o que ElRey fez, tendo comfigo todos os feus Capitães. E Coge Çofar **levantando-fe em pé**, e tomando fuas falvas, fez a ElRey esta prática. (COUTO, Dec. V, Liv. II, Cap. IX, p. 202).

Em (12) é uma menina de colo (*moça pequena de oito meses nada*), nascida há oito meses, deitada num berço, que *se levantou ã cu* (=se sentou, se apoiou no traseiro), que era o máximo que uma criança dessa idade podia fazer, já que não teria, ainda, sustentação para ficar em pé.

Em (13), as regras de etiqueta faziam os súditos de um rei mouro sentarem no chão, abaixo do nível em que o soberano se encontrava. Mas Coge Çofar, **levantando-fe em pé**, porventura ficou até em nível mais elevado, por permissão do rei.

Ambas as informações são absolutamente necessárias, uma para indicar um fato já por si excepcional, a de uma criança de oito meses se sentar sozinha no berço e, ainda por cima, falar; e, na segunda, demonstrar a importância que Coge Çofar (um famoso pirata, ou mercenário, na Índia) tinha adquirido junto ao rei, a ponto de este permitir que ele ficasse em pé na sua presença, para falar.

Um outro tipo de enviesamento da noção de pleonasma está em analisar morfológicamente uma palavra que “contenha duas

¹⁰Esse verbo é um dos muitos que, na linguagem antiga, podia ou não apresentar o prefixo a-.

vezes a mesma informação”, embora a constituição da palavra não tenha sido linear, mas sim, contenha camadas temporais distintas. Exemplificando: costuma-se dizer que **comigo**, **convosco** são construções pleonásticas, pois contêm duas vezes “com”. No entanto, o acréscimo de um segundo *com* em **mego** (< lat. *mecum*) e como em (14) é consequência do fato de que **-go** e **-co** (em **uosco** < lat. *voscum*), se tornaram opacos, isto é, o falante da língua, a partir de um momento, não conseguia mais ver aí a informação de companhia, de “junto com”. Além disso, era resquício de uma ordem latina – preposição *cum* posposta ao pronome *me*. O que se fez, então? Acrescentou-se, naturalmente, um **prefixo com-**, de acordo com a ordem da língua portuguesa, gerando a forma **commego** (e, similarmente, **contigo**, **conosco** e **convosco**), já em 1287, como em (14)) mas convivendo ainda durante um tempo com os antigos **migo** e **vosco** (15), presentes nos primeiros cancioneiros medievais do chamado período galaico-português.

- (14) Era. M.^a CCC.^a xx.^av. viij dias de Março enquereo pereanes juiz de Bouças **commego** Domingo mígééz Tabelliõ ééssa terra per hũa Carta aberta de nosso Senor el Rey de portugal e do algarue e Don Mééndo veendo a enquiriçõ sobre los herdamentos de nosso senhor El Rey regaengos e foreyros ascondudos e enaleados do que a el deuiam a ffazer certos foros e certas rendas e direyturas. Johã migééz de rial jurado e preguntado sobre los santos auangelos disse que quanto sal entrasse pela ffoz de doyro sse nõ fosse uezõ do poorto que o soya a filar o Mayordomo de Bouças en tempo dos outros Reys sse sse ante com ele nõ auéésse e os de Gaya e os de Mira gaya e os de Maçarelos outro ssj e nem no **er** tirarem **ende** sse sse ante nõ auééssen conno dicto Mayordomo. e esto disse que soyam Ø leuar os Mayordomos de Bouças en tempo dos outros Reys saluo en tempo deste Rey que **nõ** leou **nemigala**¹¹ . e disse que todo esto faziam os de Gaya e perdía El Rey o seu dereyto da terra de Bouças e nõ acrecentauam **porende**[=por isso] mays ala a El Rey na renda (.) (Doc. 25, , 08.03.1287, *apud* SILVA MARQUES, 1944, p. 19).

¹¹Veja-se a construção com dupla negação: **nõ** ... **nemigala**, por **nemigalha** (< **nemigalha**).

- (15) Moyr'amiga, **deseiando** / meu amigu', e uos no uosso / mi falades, e non posso / **estar** sempr' em esto **falando**. / Mays queredes falar **migo**? / Falemos no meu amigo, // Queredes que todauya / eno uoss' amigo fale / **uosq'** e senõ que me cale, / e nõ poss'eu cada dia. / Mays queredes falar **migo**? / Falemos no meu amigo. // 99 // Amiga, sempre queredes / que fale **uosq'**, e falades / no uoss' amigu' e cuydades / que poss'eu; non-[n]o cuidedes. / Mays queredes falar **migo**? / Falemos no meu amigo. // Non auedes d'al coydaddo / sol que eu **uosco** bem diga / do uoss'amigu', e amiga, / nõ poss'eu, nõ é guisado. / Mays queredes falar **migo**? / Falemos no meu amigo. // PEDRO AMIGO DE SEVILHA / (Período Alfonsino) CV 816, CBN 1159, Nunes, *Cant. d'Amigo*, CCCXXXIV, *Crest.*, pp. 326-327, *apud* TPM, p. 98).

Para o falante contemporâneo, não existe essa informação dupla [=pleonasm]; só para quem sabe etimologia e história da língua. Ainda assim, a decomposição histórica e morfológica da palavra não é, linearmente, *co+mi+go*, mas *co+migo*; para o falante do século XX ou XXI, a palavra é simples, é uma unidade indecomponível: **comigo**. O mesmo acontece com o adjetivo **concomitante**: não é a soma rasa, linear, de *com+co+mit+ante*, mas o particípio presente – *comitante* – do verbo **cometer** (< *commitere* < *cum miter* “colocar, enviar junto”, como em “cometer o inimigo”, isto é, “meter-se com o inimigo, ir lutar com/contra ele”), acrescido de *com* (< lat. *cum*): *com + comitante*, com o significado de “junto com, de; ao mesmo tempo”. E, modernamente, a regência desse adjetivo é feita com a preposição *com*: **concomitante com**, ao lado da tradicional *concomitante a*. Assim, trata-se de camadas temporais distintas de composição morfológica: a cada dificuldade de compreensão, acrescenta-se o elemento morfológico – *com* – necessário para recompor a significação de “junto com”.

Em **mordomo-mor**, a composição vem de *mayordomo* (o chefe, o maior, aquele que exerce um cargo elevado de confiança (do rei), o *maior*, do lat. *major*, superlativo de *magis*, + da casa, lat. *domus*). A chancelaria de D. Afonso III registra a forma tanto nas

cartas em latim como naquelas, menos numerosas, em vernáculo¹²:
Vejam os:

- (16) (...) et si **maiordomus** siue **portarius** pignorauerit siue filiauerit ; Navigium de Riuro aut de mari [...] et maiordomus debet habere suum directum [...] mando quod dent maiordomo decem pissotas [...] (Doc. 10, 17.03.1254, apud Silva Marques, p. 7)¹³.
- (17) Item os **móórdomos** de Lixbõa chegauam e penhorauam ena terra e no mar. saluo que enos marinheiros do conto que deuem seer . Lx·vj¹⁴ [...] e se o alcaide do mar chegar esses marinheiros quando lhos **móórdomos** disserem nõ deuem porende esses **móórdomos** perder o seu dereito [...]. (Doc. 21, 11.05.1282, apud Silva Marques, p. 17).

Tendo-se perdido em *mordomo* a noção de “o mais importante”, essa palavra passou a ser simples, isto é, não composta e, à medida da criação de novos mordomos, ao título do chefe deles se acrescentou **maior** (depois **mor**, unidade lexical autônoma, formada com a modificação de *major* em *maor* > *moor* > *mor*), como em (18), o que sucedeu também com porteiro(s), conforme (19).

¹²Apesar de se dever a esse monarca a introdução do português nos documentos da chancelaria régia, a maioria dos diplomas por ela exarados ainda foi em latim. Só a partir de D. Dinis, seu filho, é que o vernáculo vai predominar nas cartas régias. Na chancelaria de Dom Dinis, doc. de 1305, encontramos: “ElRej o mandou pello bispo de lixboa e per Johan simon seu **mayordomo moor** afomso Reymondo a fez” (*Livro dos Pregos*, p. 85; negrito acrescentado). *Mayor* e *Moor* eram também nomes de mulher..:

¹³“E se o **maiordomo** ou o porteiro penhorar ou filhar navio de rio ou de mar [...] e o **maiordomo** deve haver o seu direito [...] mando que dêem ao **maiordomo** dez peixotas [...]”.

O sinal de ponto-e-vírgula depois de *filiauerit* é invertido e em espelho, no original: o ponto é embaixo e a vírgula, em cima, mas invertida: fica algo como: ∙. Não consegui reproduzir o sinal com os recursos que oferece o comando “Inserir símbolos”.

¹⁴ Lx·vj = 96. O chamado “X aspado” [x·] era uma das representações de 40, que poderia parecer também como R, além do tradicional XL ...

(18) E de pan e de v̄io . que comprarem e esses dinheiros dizemados e sacarem pelas ffozes ; den ende sa portagem [=pedágio] aos **porteyros**. [...] Dada em Lixbõa xxij dias de mayo. El Rey o mandou per don Johã davoyñ seu **moordomo mayor** e per Steuã eanes seu chanceler. e per Roy garcia **de** Pauha [=Pavia > Paiva] e per martim anes do v̄ial e per don meen rodriguiz e per ffrey Giraldo e per ffernã fernandez Cogomõ e per Pedro martins petrario [=pedreiro]. Pedro perez a ffez. Era m.^a CCC^a. x^a. (Doc. 16, 22.05.1272, *apud* Silva Marques, p. 11)¹⁵.

(19) Dante eno alfeysarã . ix . dias¹⁶ de Jũyho El Rey mandou per Lourenço escola seu **Porteyro mayor** e **Mayordomo** da dita Raynha [D. Isabel, mulher de D.Dinis] e per Maestre Pedro seu Chançeler dessa meesma Raynha. James eanes a fez . Era M^a. CCC^a xxv^a . (Doc. 20, 09.06.1287, *apud* Silva Marques, p. 20.).

Em (19) vemos já acumulação de cargos administrativos por Lourenço Escola, ao mesmo tempo porteiro-mor do rei e mordomo da rainha ...

Por vezes, essa **opacidade** provocada pelo tempo na transmissão da língua engana até os linguistas. Luft (1976, p. 90), na seção dedicada a identificar os **morfemas** da língua, exemplifica: “**Raiz** [...] parte significativa central das palavras, obtida pela **eliminação dos afixos**, vogal temática e desinências” (negrito acrescentado), listando, entre outros, o verbo *comer*: “**com-** (comer,

¹⁵ A observar aqui a antiga forma dos patronímicos: o sufixo *-iz* ou *-ez* (do lat. *icem*) significava “filho de” (como o sufixo *-son* em inglês). Assim, o notário Pedro perez indicava o Pedro filho de Pedro (Pero, na língua antiga); meen rodriguiz era o Mem filho de Rodrigo; assim como o Fernam Fernandez era o Fernando filho do Fernando e o Pedro martins era o filho do Martinho (*martins*<*martiniz*). Em Menon (2014b) apresento detalhes dessa morfologia desaparecida, assim como a dos sobrenomes no feminino (Leitoa, Pinheira, Brandoa ...). A notar também as datas: **Era de 1310**, mas **ano de 1272**: a diferença, de **38** anos, é devida à diferença constatada entre o calendário romano (Era de César) e o calendário cristão (*Anno Domini*), a vigorar a partir de 1422 (1460), nos documentos portugueses. A reforma foi estabelecida por D. João I.

¹⁶ As quantidades expressas em romanos vinham entre pontos. Observe-se, nesses documentos do séc. XIII, a representação da nasal palatal: **Jũyho**, **v̄io**, **v̄ial**, **Cogomõ** (=junho, vinho, vinhal, Cogominho), coexistindo, ainda, ao lado de **marinheiros**, **Raynha**.

comida, comilão, etc.)". Ora, o que ele dá como raiz do verbo é, etimologicamente falando, o prefixo *com-* ! A raiz "verdadeira" do verbo **comer** (eliminados os afixos, como prega na lição gramatical) seria constituída pelo morfema *-e-* que, sincronicamente, é classificado como vogal temática. Como pode ser isso? Desatemos o nó: o verbo latino era *edĕre*¹⁷; acrescido de prefixo, deu *comedĕre*¹⁸ – "alimentar-se junto com outros", "consumir(-se)", "roer" – que, com a apócope do *-e* do infinitivo, mais a síncope da oclusiva sonora intervocálica *-d-* e a crase dos *-ee-* daí resultantes (*-e-* raiz e *-e-* vogal temática), vai dar *comer* em português... simples assim! **IMPORTANTE:** para o falante atual – **que não conhece, nem precisa conhecer a história da língua para se comunicar** –, o vocábulo é **comer** e, assim, pode vir a ser analisado da forma como o fez Luft.

¹⁷ Conforme Gaffiot (1984[1934], p. 571): *ĕdo, [ĕdis ou ĕs, ĕdit ou ĕst], ĕdi, ĕsum, edĕre ou ĕsse*. Veja-se que algumas das formas coincidem com as do verbo **esse (=ser)**: essa ambiguidade, segundo me contou um primo padre, era motivo para diversão no seminário, pois havia uma "pegadinha" para testar o grau de conhecimento de latim pelos seminaristas. Consistia em traduzir a frase "Mater tua mala et burra est" ... literalmente, "Tua mãe é má e burra", o que provocava ressentimentos nos alunos em ter que responder. Depois disso, o professor esclarecia para o neófito atônito e chateado com o que ouviu: isso significa, na realidade, "Tua mãe come frutas e manteigas"... (*mala* e *burra* são plurais neutros, no acusativo; *burrum* era provavelmente forma do latim corrente, cf. forma francesa *burre*, do séc. XII. Em latim clássico, era *bŭtyŕum, i*, neutro, conforme consta em Gaffiot, (1984[1934], p. 233).

Para o composto (GAFFIOT, p. 347): *cōmĕdo, ĕdis ou comĕs, ĕdit ou comest, ĕdi, ĕsum* ou *estum, ĕdĕre ou ĕsse* "manger, dévorer, ronger" – *ipsus se comest* (PL. Truc. 593): Il se consume de chagrin. [Tradução: "comer, devorar, roer" [...]. Ele se consome de desgosto, tristeza). Em português, se encontra em *comestível*, p. ex.; ou os antigos participios passados *comestos, comestas*: "[...] foran [...] de lobos [...] comestas ou mal mordudas" (*Cantigas de Santa Maria*, séc. XIII, *apud* VHPM, p. 568); "[...] aquela doença [lepra] todos os dias creçe tanto que o tem gastado e comesta a face de maneyra que nĕhũu homĕ nō ho pode veer os dĕtes." (*História de Vespasiano*, séc. XIV, *apud* VHPM, p. 568); "[...] nem ssayos no sejam comestos de traça" (*O Livro das tres vertudes*, séc. XV *apud* VHPM, p. 568; os sublinhados são do original).

¹⁸ Conforme o correlato **beber**: *bĭbo, bibĕre* (beber) e *combĭbo, combibĕre* ("beber junto com alguém; absorver, se embeber" (GAFFIOT, 1984 [1934] p. 216 e 347, respectivamente).

Mas é Luft (1976, p. 87) um dos poucos autores de manuais escolares a indicar que o anacoluto pode ser devido a construções com *topicalização* (“anteposição de um termo a destacar”), dando como exemplo “O diretor, não falei com ele”. Mas também não foge da caracterização tradicional de anacoluto como “Construção anômala da frase em que falta a devida conexão entre os diversos termos”, dando como exemplo “*Quem lhe* dói o dente que vá ao barbeiro (pop.)”. Ora, esse exemplo é quase unanimidade nas gramáticas. Mas trata-se de um falso truncamento de frase porque ela foi retirada do contexto e época de uso: Antigamente, quem arrancava os dentes ao freguês eram os barbeiros, que também faziam sangrias ... práticas menos nobres da medicina! Só posteriormente, aí pelo século XVI, é que os físicos (nome antigo dos médicos) e cirurgiões se arvoraram o direito (e o ganho) do ato cirúrgico ...

Dois fenômenos, ainda, a abordar: ênclise com futuro e perífrases de gerúndio.

Existe uma caça aos pronomes, para colocá-los nos seus devidos lugares. Mas quais são, historicamente, esses lugares? Sobre isso já se escreveu muito e as mais das vezes sem se lançar mão de dados históricos. Um dos “pecados mortais”, a não se cometer, da sintaxe colocação de pronomes é a ocorrência – expressamente proibida – de ênclise com futuro. E a recomendação é o uso da mesóclise, que não existe! Por quê? Porque o pronome, como clítico, não pode se apoiar ao mesmo tempo no acento de duas palavras: ou ele é proclítico; ou é enclítico ao verbo. E, nesse campo, muitos editores de textos antigos, em Portugal, são mais coerentes: fazem referência, quando tratam das normas de edição do texto, a enclíticos e proclíticos, que vão separar quando aparecerem juntos no manuscrito; jamais a mesoclíticos, pois o fato de aparecer um pronome escrito junto com uma forma verbal composta normalmente vinha depois do primeiro verbo, escrito junto ou separado. Se na sequência aparecia outra forma verbal, em geral vinha separada por um espaço no texto escrito. Porém, às vezes, se escrevia tudo junto (economia de tinta e de tempo pelo escriba); porém, em muitíssimos textos a forma etimológica do

futuro composto, que virou morfema de futuro, vem separada: **darlhe hemos** (inclusive, a presença, ainda, do **h** etimológico so segundo verbo ajudava a conservar o hiato). O exame de textos antigos desmente tais cânones; vejamos os exemplos (20-21):

- (20) E o dito almirante e o dito alcaide façam deles auer comprimento de direito. Aaquelles que os demandarem peranteles. E en outra maneira mando que **nengũu nõ** uaa contra elles ; nem lhis faça mal nem força. Ca aqueles que o fezessem eu me tornaria **poren** a eles.e **peitar miam** os meus encoutos de sex mil soldos.En testemunho desto. Dei lhis esta mha carta, seelada do meu seelo . do chumbo. ... Martín louredo a ffez. (*Desc. Portugueses*, Doc. 30, 06.01.1298, p. 23).

Em (20) aparece a forma **peitar miam**, bastante peculiar: o pronome **mi** (=me) aparece ligado ao segundo verbo! Em (21), a edição apresenta uma construção hifenizada – **mentir-lho-ey** – que não se pode saber se no original estaria **mentirlho ey**, pois se trata de citação e não menciona as normas de transcrição. Mas, no mesmo texto, do mesmo autor, o trovador Pero Mafaldo, aparece **querrey-lhe**; **querrey** é redução de **quererey**, futuro, portanto, de querer; como, da mesma forma, **guarrey** é redução de **guarerey**. Ora, ali o pronome é enclítico. Em um número bastante grande de textos medievais mais antigos aparece ênclise com futuro: a *Demanda do Graal* é um deles.

- (21) PERO MAFALDO / (Cantigas de escárnio e maldizer) / Veí'eu as ientes **andar reuoluendo / e mudando** aginh' os corações / do que põe entre sy a iurações; / e ia m'eu aquesto **uou aprendendo** / e ora cedo mais aprenderey: / a quẽ poser' preyto **mentir-lho-ey**, / e asy **yrey** melhor **guarecendo**. // Ca uei'eu ir melhor ao mêtireiro / c'ao que diz uerdade ao seu amygo; / e por aquesto o iur' e o digo, / que ia mais nunca seja uerdadeyro, / mais mentirey e firmarey log'al: / a quẽ quer'o [ie] ben, **querrey-lhe** mal, / e assi **guarrey** como caualeiro. // 147 // Pois que meu prez nõ mha onrra nõ crece, / porque me quigy teer a uerdade, / vede'-lo que farey, par caridade: / poys que ueio que m'asy acaece, / mentirey ao amigo' e ao senhor, / e poiara meu prez e meu ualor / com mêtira, poys cõ uerdade deçe. // CA 435, CB 320, CBN 316, Nunes, *Crest.*, pp. 411-412, *apud*. TPM - p. 146: 9

A última abonação também apresenta perífrases de gerúndio, tão condenadas em passado recente como “decorrentes de uma construção do inglês” e resultado de interferência dos operadores de *telemarketing*! **Mas se elas já existiam na língua medieval ...** Uma alegação dos detratores do chamado gerundismo, é a de que não pode haver infinitivo junto com gerúndio, usada para condenar a perífrase de futuro... Porém, ambas estão ali, no exemplo (21): “Veí’eu as ientes **andar reuoluendo / e mudando** aginh’ os corações”. Aqui, o infinitivo flexionado **andar** é exigido pelo sujeito as gentes, na construção de ACI: traduzido e na ordem direta, “Eu **vejo as gentes andar** revolvendo e mudando rapidamente os corações” e **andar** é verbo auxiliar na perífrase de gerúndio. Da mesma forma, em **vou aprendendo**, o auxiliar é ir; e em **yrey ... guarecendo** (irei sarando, melhorando), o auxiliar **ir** está no futuro, que equivaleria, em português atual, a **vou ir** guarecendo! Observe-se como é antiga a gramaticalização dos dois auxiliares da perífrase de gerúndio – **ir** e **andar** –, bastante anterior à de **estar**, que vai ocorrer nas perífrases de gerúndio de Camões ...

Os exemplos do *Filodemo*, reproduzidos de Menon (2008, p. 76-77) demonstram em (98) o uso por Camões tanto de “para **estarmos** ca **lavrando**”, construção com infinitivo flexionado, como de futuro dito sintético: **estaremos praticando** e em (99) o futuro analítico antigo “**ey destar vegiando**”:

- (98) (Fil) Dionysa: [...] trazey a voffa tambem/ para **estarmos** ca **laurando** / en quanto meu pai não vem/ **estaremos praticando**/ sem nos estrouar ninguem. (CAMÕES, 1973, p.149).
- (99) [...] cífme vou/ pois pefar de sam Fernando/ por ventura fou eu grou/ sempre **ey destar vegiando**. (CAMÕES, 1973, p.145).

A constatação que se pode fazer da exposição acima é a de que há muita coisa por explorar no estudo da história da língua, inclusive

para desfazer equívocos e palpites. E nunca é demais ressaltar o fato de que explicar alguma coisa pela etimologia exige saber **bastante** latim (no caso de a palavra ter tido origem nessa língua), **bastante** língua portuguesa e **bastante** conhecimento da história social da língua. Não é formidável? Cuidado! **Formidabilis**, em latim, era adjetivo aplicável a Júpiter; equivalia a “terrível, furibundo” ... E **morfético**¹⁹, adjetivo correspondente a morfeia, nome antigo para lepra, contém igualmente o étimo de **forma** (do grego *morphê*). Veja-se que, em ambos os casos, os semas de “forma” são todos **negativos**: a face medonha de Júpiter enfurecido e a deformação (consumo) da matéria carnal pela doença ...

Como explicar a **metamorfose**, em traços positivos, tal como aparecem na qualificação das **donas fremosas** das cantigas de amor dos cancioneiros mais antigos? Mãos à obra ... o que não falta é trabalho.

REFERÊNCIAS

BAIÃO, A. **Documentos inéditos sobre João de Barros**. Sobre o escritor seu homónimo contemporâneo, sobre a família do historiador e sobre os continuadores das suas “Decadas”. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1917.

CAMÕES, L. Auto chamado de Filodemo. *In: Autos e comédias portuguesas por Antonio Prestes, Luis de Camões e outros autores portugueses*. (Lisboa, 1587). Edição facsimilada. Pref. de Hernâni Cidade. Nota bibliog. José V. de Pina Martins. Lisboa: Lysia. 1973. f. 144r. a 162v.

CORREA DE OLIVEIRA & SAAVEDRA MACHADO. **Textos portugueses medievais** – 3.º Ciclo dos Liceus. 2. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1967

¹⁹ Os **gafos**, dos textos antigos, confinados nas **gafarias** ...

Cortes portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357). Lisboa: INIC, 1982.

COUTO, D. **Década Quinta – parte primeira.** [Ed. fac-similar da de Lisboa: Na Regia Offic. Typografica. 1779]. Lisboa: Livraria Sam Carlos. 1974.

CUNHA, A. G. **Vocabulário histórico-cronológico do português medieval.** 2 vols. Ed. ver. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. 2014. (VHPM).

FICALHO, C. Garcia da Orta e o seu Tempo. Reprodução fac-similada da 1.^a edição de 1886. Introdução de Nuno Sampaio. Edição sob os auspícios do Comissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura. Lisboa, 1983.

GURGEL, C. B. F. M.; LEWINSOHN, R. A medicina nas caravelas - Século XVI. **Cadernos de História da Ciência** - Instituto Butantan, Vol. VI (2) Jul-Dez 2010. p. 105-120.

História do mui nobre Vespasiano imperador de Roma (Lisboa, 1496). Introd., edição e lematização de José Barbosa Machado. Chaves: Vercial/Câmara Municipal de Chaves. 2005. (Ed. semidiplomática + atualizada).

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. **Grammaticalization.** Cambridge: CUP. 1993.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** 1. reimpr., com alterações [Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados de Língua Portuguesa S/C Ltda]. Rio de Janeiro: Objetiva. 2009.

LABOV, W. Building on empirical foundations. *In*: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (ed.). **Perspectives on historical linguistics.** Amsterdam: John Benjamins. 1982. p. 17-92.

Livro dos Pregos. Estudo introdutório, transcrição paleográfica, sumários e índices. Documentos do Arquivo Municipal de Lisboa, 2. Lisboa: Câmara Municipal. 2016.

MENON, O. P. S. “Gerundismo”? **Lingua(gem)**, Macapá, AP, v. 1, n. 2: 191-236. 2004.

MENON, O. P. S. Perífrases de gerúndio: o que mudou? *In*: CAGLIARI, L. C. **O tempo e a linguagem**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008. p. 41-95.

MENON, O. P. S. Uma mudança encaixada: clíticos em construções preposicionadas. **Revista do GELNE**, 14: 173-212. 2012.

MENON, O. P. S. *Cadê* e variantes: gramaticalização em português. **Caligrama**, Belo Horizonte, 19, 2, p. 99-130. 2014.

MENON, O. P. S. Sobrenomes no feminino e patronímicos em -EZ (ES): perdas morfológicas em português. **Diadorim** (Rio de Janeiro), 13: 65-81. 2014b. Disponível em: <http://www.revista.diadorim.letas.ufrj.br>

MENON, O. P. S. *Vou ir*: duas vezes o mesmo verbo? Ledo engano!! *In*: VENTURINI, M. C.; LOREGIAN-PENKAL, L.; WITZEL, D. G. (org.). **Linguística na contemporaneidade**. Interfaces, memórias e desafios. Campinas, SP: Pontes. 2019. p. 229-251.

PEREIRA, G. **Documentos históricos da cidade de Évora. Primeira parte**. Lisboa: IN-CM. [Ed. fac-similada da de 1885. Evora: Typographia da Casa Pia.]. 1998. paginação moderna [01] a [212].

PEREIRA, G. **Documentos históricos da cidade de Evora. Segunda parte**. Lisboa: IN-CM. [Ed. facsimilada de de 1887. Evora: Typographia Economica de José d’Oliveira] 1998. paginação moderna: [213] a [494] (**Evora 2**).

Rodrigues, T. **Crises de Mortalidade em Lisboa – Séculos XVI e XVII**. Lisboa: Livros Horizonte; 1990.

SCHURHAMMER, G. S. J. Cartas de Martim Afonso de Sousa (1534-1539). (Separata da **Revista Portuguesa de História, Vol. IX**). Coimbra. 1961. 35 p. (CMAS).

SILVA MARQUES, J. M. **Descobrimientos portugueses:** documentos para a sua história. Publicados e prefaciados por [...]. Vol I. (1147-1460). Lisboa: Inst. para a Alta Cultura. 1944.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of language change, *In*: LEHMANN, W. ; MALKIEL, Y. (ed.). **Directions for Historical Linguistics**. Austin: University of Texas Press. 1968. p. 97-195.

DA LINGUÍSTICA FORMAL À LINGUÍSTICA SOCIAL: O PROTAGONISMO DO FALANTE¹

Roberto Gomes Camacho

PALAVRAS INICIAIS

Este texto, de um cunho historiográfico, discute como a teoria da linguagem passou a associar, ao formalismo das relações gramaticais, aspectos sociais da situação interacional. O modo como pretendo tratar do tema é dar, inicialmente, um breve registro de como uma linguística de ordem formal cedeu espaço, sem perder o seu próprio, para uma linguística social e, em seguida, tratar de como a sociolinguística, uma das tendências teóricas mais alinhadas com essa abertura para as relações sociais, acabou por identificá-las com práticas sociais e estilísticas sobrepujando a análise exclusiva de categorias primárias previamente estabelecidas.

Do ponto de vista do falante, o percurso que pretendo trilhar é passar de um sujeito lógico e universal, abstraído das relações sociais, para um sujeito protagonista, que combina intencionalmente variáveis para criar modos distintivos de fala, ou práticas estilísticas, que fornecem a chave para a construção da identidade.

Este texto está organizado da seguinte maneira: a seção 1 discute o ponto de vista que projetou um idealismo neoplatônico na concepção do objeto da linguística; a seção 2 dá um breve tratamento à abertura da linguística ao social; a seção 3 trata da

¹ Este texto, apresentado como conferência de abertura do III Simpósio de Variação e Ensino (SIMVALE), junta-se aos esforços dos organizadores de prestar uma homenagem, mais do que justa, ao colega Carlos Alberto Faraco, um dos pesquisadores mais reconhecidos na linguística brasileira pela excelência de sua produção científica.

evolução do pensamento variacionista em três tempos; a seção 4 fornece um caso exemplar de prática estilística como indício da construção de identidade. As considerações finais trazem algumas generalizações e implicações teóricas.

O IDEALISMO NEOPLATÔNICO NA CONCEPÇÃO DO OBJETO DA LINGUÍSTICA

Um dos princípios que têm caracterizado a linguística contemporânea como uma disciplina científica consiste na necessidade de estabelecer uma seleção entre os fenômenos da realidade passíveis de descrição. O argumento retórico comumente empregado para assegurar a aplicação desse postulado se fundamenta no paradoxo de base segundo o qual toda descrição é necessariamente finita em face do objeto de estudos, suscetível de se apresentar infinitamente complexo.

Como fenômeno complexo e, portanto, multifacetado, a linguagem seria plenamente suscetível de ser validamente descrita pelo físico, pelo fisiologista, pelo psicólogo, pelo sociólogo e por outros investigadores das mais diversas áreas de estudo. No entanto, seria perfeitamente possível isolar um enfoque unicamente linguístico e distingui-lo dos demais enfoques, com base na projeção de um ponto de vista bem determinado sobre os fatos da linguagem.

Ao buscar um objeto de estudos bem delimitado e definido, Saussure idealiza a criatura no próprio ato de criação. A *língua* saussuriana é, em última análise, uma essência, que representa exatamente a subordinação do objeto a uma determinada perspectiva metodológica. Ao distinguir a língua da fala, Saussure separa o que é geral e social do que é particular e exclusivamente individual. Esse gesto nítido de idealização, que se completa na noção de sistema, cria um objeto científico apartado da rede de relações sociais que constitui o discurso. Separando, além disso, o que é essencial, interno ao sistema linguístico, do que é acessório e acidental, próprio do discurso e externo ao sistema, Saussure cria

um objeto de estudos de natureza estritamente linguística. Essa interpretação relacional do sistema tem uma importância fundamental para a história recente da linguística, já que sua elaboração teórica e sua implementação metodológica conduziram ao estruturalismo.

Mais tarde, no final da década de 50, Chomsky (1975) provocou uma ruptura com o pensamento estrutural, mas não necessariamente no que se refere à delimitação do objeto. O corte que projetou sobre os fenômenos empíricos complexos está na suposição de que o objeto de estudo depende da existência de um falante-ouvinte ideal, situado numa comunidade linguística completamente homogênea (CHOMSKY, 1975, p. 83). A idealização, antes operada por Saussure, se completa com uma concepção de objeto de estudos centrada por Chomsky na competência em oposição ao desempenho.

Segundo Bagno (2011), o idealismo chomskiano mal esconde uma nova atitude platônica, mas destinada, agora, a postular não entidades virtuais de um mundo social, como o faz Saussure, mas de uma psicologia cognitiva, que separa o que se processa na mente do falante, a competência, e o que se expressa concretamente na realização falada, o desempenho.

Como os conceitos de alofone e de fonema do estruturalismo, os de estrutura superficial e estrutura profunda convocavam os linguistas para ver entidades mais virtuais que reais como verdadeiros objetos de estudo. A atividade real e concreta de linguagem, e que de fato a constitui como fenômeno observável, foi mantida no exterior dos limites do objeto de estudos, sob o nome não mais de fala, mas de desempenho, e seu enfoque só seria possível a partir do esclarecimento das regras da competência.

O ADVENTO DA SOCIOLINGUÍSTICA: ABERTURA DA LINGUÍSTICA AO SOCIAL

A Sociolinguística representou um dos principais esforços para romper com o recorte idealista nos fenômenos da linguagem

ao considerar a heterogeneidade como princípio constitutivo do sistema linguístico. Mais importante ainda que isso, a alternativa teórica, introduzida por Labov (2008), para resolver os problemas decorrentes do tratamento excessivamente formal, identificou o fenômeno empírico, coletado na comunidade de fala, como o substrato concreto de análise, operando uma diluição, digamos assim, de dicotomias como língua/fala e competência/desempenho.

A Sociolinguística Variacionista, no âmbito específico em que atua, se alinharia, assim, com as outras tendências não formalistas; se esse alinhamento parecia estar claro no final da década de 60, os debates que envolveram a extensão da regra variável para a sintaxe, nos anos 70, encaminharam essa corrente mais para o polo formal do que para o funcional. O advento do conceito de regra variável, postulado por Labov (1969), promoveu alterações muito significativas na interpretação do conceito de variação. Em essência, o conceito de regra variável expandiu e redefiniu a opcionalidade de certas regras da teoria gerativa para incluir restrições internas e externas em sua natureza variável.

Apesar das substanciais regularidades desenvolvidas com base no conceito de regra variável, ele entrou rapidamente no fogo cerrado da crítica, quando, na década de 1970, foi estendido aos fenômenos sintáticos com os mesmos métodos aplicados aos fenômenos fonológicos e morfológicos.

Esse momento representou a primeira grande crise no estatuto metodológico da teoria variacionista em razão de forte reação, provocada por Lavandera (1978), Romaine (1981) e García (1985). O ataque de Romaine mirou o aspecto indutivo da teoria, enquanto os de Lavandera e García, o estatuto teórico da regra variável, quando aplicada à sintaxe.

A polêmica entre Lavandera (1978) e Labov (1978) se centrou na questão da real equivalência semântica entre duas variantes sintáticas. Para Lavandera (1978), a noção de equivalência semântica implicaria uma redução muito drástica da noção de significado referencial, se a sociolinguística insistisse em manter o princípio de que duas formas

alternativas são variantes, se representarem o mesmo valor de verdade no mesmo contexto de ocorrência.

Em vez de operar com esse conceito extremamente limitado de significado, Lavandera (1978) propôs substituir equivalência semântica por comparabilidade funcional. Esse postulado, contudo, não sensibilizou Labov (1987), que preferiu sustentar o princípio de equivalência referencial para o significado e reiterar o caráter formal das motivações para a variação e a mudança, postulando, inclusive, que “a sintaxe é autônoma e pode ser estudada separadamente da semântica e que a função contrastiva dos sons não determina o sistema fonológico e pode ser suspensa por algum tempo sem romper a ordem do sistema” (LABOV, 1987, p.313, tradução minha).

As variáveis são dependentes de fatores internos, ou sistêmicos, e externos, ou sociais, e o valor dos internos tem sempre maior peso explanatório que os externos. Segundo Bagno (2011), essa dicotomia revela uma dissociação entre entidades que deveriam ser vistas como uma coisa só, como parece, paradoxalmente, a diluição da diferença entre sistema e discurso, já que o objeto postulado é o da língua em uso no contexto social.

A SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA EM TRÊS TEMPOS

Nessa fase, a crítica mais grave dirigida à metodologia variacionista é justamente o esvaziamento do falante enquanto agente produtor de significado. Pretendo abrir uma avaliação crítica desse assunto, com a convicção de que a solução está numa tendência teórica, inaugurada por Eckert (2003), que reveste o conceito de variável linguística com nova roupagem, identificando-a como o espaço privilegiado da construção do significado social da linguagem.

Para localizar com clareza essa avaliação, trato da reconstrução da trajetória da pesquisa sociolinguística dos últimos 40 anos, formulada pela própria Eckert (2005), que distingue três “ondas” de prática analítica.

A primeira onda, iniciada pelo estudo de Labov sobre a cidade de Nova York (1966), estabeleceu, como já discutido aqui, uma base sólida para o estudo da variação, mediante o estabelecimento de correlações entre variáveis linguísticas e categorias sociais primárias. Essa fase, desenvolvida pela vertente variacionista, caracteriza-se, em resumo, pelos seguintes traços:

(i) os estudos são realizados sobre levantamentos exaustivos em comunidades geograficamente delimitadas;

(ii) a hierarquia socioeconômica constitui um mapa do espaço social;

(iii) as variáveis identificam-se com marcadores de categorias sociais primárias veiculando prestígio ou estigma social com base em diferenças de classe;

(iv) o estilo, determinado pelo grau de atenção à fala, é controlado pela orientação do falante para valores de prestígio e de estigma social (ECKERT, 2005).

Os padrões regulares e sistemáticos de covariação suscitaram questionamentos sobre a natureza das relações sociais subjacentes às categorias sociais primárias, o que provocou o surgimento da segunda onda, caracterizada por estudos etnográficos de populações definidas mais localmente.

Os estudos etnográficos enfocam comunidades menores em períodos relativamente longos, com o objetivo de descobrir as categorias sociais localmente mais salientes. Essas categorias podem ser instanciações locais das categorias primárias, que guiam os estudos quantitativos da primeira onda, mas o traço distintivo crucial dessa perspectiva de análise é a descoberta do lugar delas na prática social local.

Para Eckert (2005), a primeira trilha etnográfica da variação foi aberta por Labov no estudo realizado na ilha Martha's Vineyard. No enfoque etnográfico de Belfast, Leslie Milroy (1980) avançou-o mais ao focar comunidades de classe operária e examinar a relação entre engajamento nas relações locais e uso do vernáculo, correlacionando o uso de variáveis vernaculares locais com a densidade e a multiplexidade da rede de relações sociais do falante.

O que define, em resumo, a segunda onda são os seguintes traços distintivos:

(i) representa estudos etnográficos de comunidades geograficamente definidas;

(ii) as categorias locais constituem elos de categorias demográficas mais amplas;

(iii) as variáveis operam como indicadores de categorias localmente definidas;

(iv) o estilo atua como um ato de afiliação a uma determinada categoria social (ECKERT, 2005).

Nos estudos de variação, que identificam entidades geograficamente bem delimitadas, deve-se estabelecer um elo entre a experiência diária do falante individual e categorias abstratas como classe, gênero e etnicidade – e a unidade sociogeográfica definida como comunidade linguística. Nos últimos anos, Eckert tem-se voltado justamente para a necessidade de conectar essas categorias sociais, arraigadas na experiência do falante e identificadas como comunidades de prática, com as comunidades imaginárias mais amplas. É essa concepção metodológica que vai caracterizar a atividade sociolinguística da terceira onda.

Uma comunidade de prática é um agregado de pessoas que se juntam para se engajar em algum empreendimento comum. A identidade social é construída no próprio processo de articulação e de envolvimento dos indivíduos com as comunidades de práticas de que participam. O envolvimento depende do grau em que os indivíduos adquirem o repertório da comunidade de prática, assimilam o objetivo do empreendimento compartilhado e estabelecem padrões de relacionamento com os outros participantes envolvidos.

A chave para esse processo de construção é a prática estilística, identificada pelo modo como os falantes combinam variáveis para criar modos distintivos de fala, que, por sua vez, constituem o mecanismo de construção da identidade, consistindo em tipos sociais explicitamente localizados na ordem social.

Para mencionar um exemplo, Eckert (2005) faz menção a dois grupos sociais, que constituem duas diferentes comunidades de práticas, burnouts e jocks, opostos no modo como encaram suas práticas sociais no sistema escolar. Ao preservar a ideologia contrária a essa instituição, os burnouts fazem um uso consideravelmente maior que os jocks de concordância negativa, como *He don't know nothing*. Mas há também uma diferença significativa entre dois tipos de jocks masculinos – os que têm nas atividades atléticas suas principais motivações e os que, além de não exercerem atividades atléticas, centram a atenção na liderança estudantil.

Embora frequentemente grupos de amizade fortemente aliados, os que exercem liderança estudantil enfatizam mais uma imagem corporativista, enquanto os atletas sustentam a construção de sua identidade sobre valores machistas. Como um reflexo desse comportamento, a taxa de concordância negativa é muito maior nos atletas do que nos líderes estudantis.

Essa situação mostra que um mesmo indivíduo se constitui com base num conjunto muito amplo de identidades, construídas com base nas pressões sociais (política, econômica, institucional, histórica) e interações sociais, o que envolve não a constituição de categorias fechadas em si mesmas, mas de categorias dinâmicas, em processo contínuo de transformação. Aqui estão os quatro atributos que definem essa nova vertente de estudos:

(i) baseia-se em estudos etnográficos de comunidades de prática;

(ii) as categorias locais são construídas com base em posições comuns;

(iii) as variáveis são vistas como indicadores de posições, de atividades e de características sociais;

(iv) o estilo é considerado um modo de construção de identidade (ECKERT, 2005).

Um olhar voltado para um dos primeiros estudos quantitativos da variação, a pesquisa de Labov ([1972] 2008) na ilha Martha's Vineyard, permite ver que ele interpretou uma variante conservadora, reatualizada com maior grau de frequência no uso,

a centralização de /ay/ e /aw/, com a resistência da comunidade de pescadores à progressiva incursão de veranistas do continente.

Recrutar uma vogal como parte de uma luta ideológica local sugeria que a variação é um recurso para a construção de significado. No entanto, o poder originalmente embutido no conceito de variável sociolinguística acabou se perdendo em boa parte dos anos seguintes, quando o significado social passou a se confundir com correlações de caráter meramente demográfico em levantamentos sociolinguísticos de grande escala (ECKERT, 2012).

É por isso mesmo que, citando Faraco e Negri, diria que “mesmo quando, na Dialetoлогия e na Sociolinguística, o falante parece surgir como elemento relevante para o estudo de fenômenos lingüísticos, não se vai, de fato, muito além de um ser genérico e quase abstrato, em quem interessa tão somente identificar algumas poucas características de sua situação no mundo e observar uma eventual repercussão dessas características sobre sua pronúncia, sua sintaxe e seu vocabulário” (FARACO; NEGRI, 1998, p. 6) .

Para submeter a variação estilística a um tratamento estatístico, Labov ([1972] 2008) desenvolveu um critério metodológico baseado no grau de atenção prestado pelo falante à sua própria fala. Esse modo de ver a variação estilística transformou-a em um fenômeno unidimensional, apreensível numa escala contínua de formalidade. Na visão de estilo de Eckert (2008), o social é eminentemente uma construção erguida sobre os alicerces do conteúdo de vida das pessoas. Diferentes formas de dizer coisas e seus respectivos significados potenciais têm o objetivo de indiciar diferentes modos de ser.

Os estilos das *personae* (e são várias as máscaras sociais que se assumem) são os meios mais adequados para abordar o significado da variação, pois são eles que conectam os estilos especificamente lingüísticos com outros sistemas estilísticos, como vestimenta, adereços etc., bem como com os tipos de construções ideológicas que os falantes compartilham e interpretam e que, por isso mesmo, povoam o imaginário social.

A PRÁTICA ESTILÍSTICA COMO INDÍCIO DA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE

Feita essa incursão pelas três ondas de prática variacionista, passo a examinar agora o modo como processos variáveis de marcação de plural no SN, investidos de significação estilística, são usados por membros de duas comunidades de prática como índices de construção da identidade.

A intenção aqui é analisar as dinâmicas e as práticas sociais de dois grupos de estudantes opostos, de uma mesma escola pública de São José do Rio Preto, definidos por seus próprios membros, como funkeiros e ecléticos, em trabalho de doutorado desenvolvido por Salomão-Conchalo (2015).

A escolha de duas comunidades de prática, entre outras existentes, assentou-se no fato de serem elas ideologicamente opostas no espaço social da escola. A comunidade dos funkeiros é constituída por 15 indivíduos, mas, para os efeitos desta exposição, os funkeiros são representados por quatro membros, três meninos e uma menina.

De modo geral, pode-se considerar a rede social dos funkeiros como densa e multiplex (MILROY, [1980] 1987), considerando que todos os membros se conhecem bem e se conectam por mais de um tipo de relação (estudam juntos, são amigos e são ou já foram vizinhos). No entanto, um exame das relações intragrupais permite notar que o líder e a jovem que constituem membros centrais estão mais fechados em suas práticas sociais que os membros mais periféricos.

O grupo dos ecléticos, formado por cerca de dez jovens, é também representado aqui por três meninos e uma menina. O funcionamento dessa comunidade de prática é diferente do funcionamento da anterior, aspecto derivado, certamente, do modo como seus membros se comportam socialmente: não há membros exclusivamente líderes e centrais ou exclusivamente periféricos. Cada integrante muda de posição na hierarquia, que, em consequência, é também mutável na dependência dos interesses e

das práticas sociais em pauta. A falta de um líder único acaba por propiciar um grau mais elevado de dialogismo entre os membros e participação coletiva nas decisões a tomar sobre as ações e práticas sociais futuras.

A hipótese sustentada é que deve haver uma correlação entre centralidade e perifericidade grupal e expressão linguística de pluralidade no SN. Nesse caso, os membros centrais dos ecléticos apresentariam maior frequência de marcas de pluralidade que os periféricos, justamente por serem um pouco mais apegados às normas, inclusive as linguísticas, ditadas pelo contexto escolar. Já os membros centrais dos funkeiros apresentariam uma frequência mais baixa de marcas de pluralidade do que os membros periféricos.

Em linhas gerais, os resultados quantitativos corroboram os apontamentos da pesquisa etnográfica, considerando que, em termos gerais, a aplicação da regra normativa de CN é de 92,3% dos casos possíveis (228/247) para os membros dos ecléticos e de 62,0%, (146/236) para os membros dos funkeiros. Pode-se deduzir dessa diferença que o comportamento verbal representa uma das práticas sociais, como recurso estilístico de construção de identidade, separando jovens com a mesma idade e escolaridade entre os que aplicam ou não aplicam a regra padrão de concordância.

Confirma essa tendência uma comparação entre dados da comunidade rio-pretense como um todo e os dados das duas comunidades de prática, quantificados segundo os mesmos critérios de faixa etária. Os resultados gerais mostraram que os ecléticos apresentam uma frequência de aplicação (92,3% = 228/247), mais elevada que a do grupo controle² (86,5%=192/222) e os funkeiros, uma frequência significativamente mais reduzida (62% =146/236).

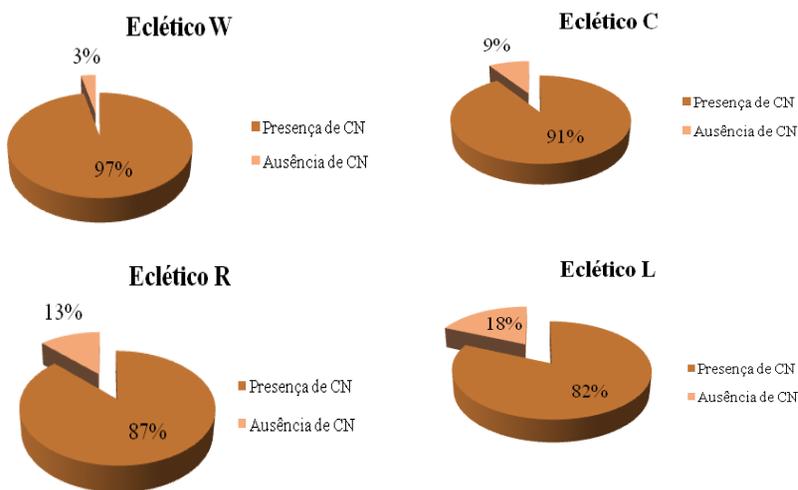
² O chamado “grupo controle” representa um recorte do banco de dados Iboruna (GONÇALVES 2008), correspondente, em termos de variáveis sociais, ao mesmo recorte das CPs, ou seja, faixa etária de 16 a 25 anos, integrantes do Ensino Médio e gêneros masculino e feminino. Foram utilizados oito inquéritos da Amostra Censo que se enquadram nesse perfil (ACs 041, 042, 043, 044, 045, 046, 047 e 048).

O perfil social dos ecléticos inclui preferência por marcar presença nas aulas, independentemente dos problemas do cotidiano escolar, e busca por formação profissional em cursos técnicos. São essas tendências detectadas na análise etnográfica que apontaram para a projeção de uma expectativa de alta taxa de marcação de pluralidade no SN.

Entre os funkeiros, o reduzido grau de apego às regras normativas acaba se revelando como traço definidor, juntamente com outras características pessoais e práticas sociais. Esse baixo grau de apego à variedade de prestígio é um dos indícios de não identificação com valores do contexto escolar e, possivelmente, um caso de prestígio encoberto da forma em geral estigmatizada.

Vejamos, agora, se esses índices gerais, mostrados na Figura 1, mantêm-se no comportamento individual dos quatro membros dos ecléticos.

Figura 1 - Frequências de marcação de plural dos ecléticos



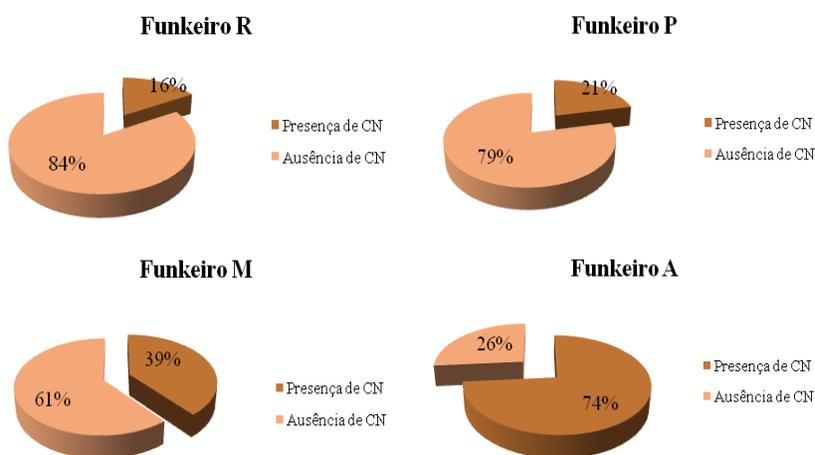
Fonte: Adaptado de SALOMÃO-CONCHALO, 2015, p. 248.

A incidência de pluralidade no SN é muito elevada, mais de 90% no desempenho verbal dos informantes W. e C., enquanto R. e L. estão em torno da marca dos 80%, mas é L. quem aplica menos

frequentemente a regra dentro do grupo. Essa frequência mais baixa não chega a surpreender, em vista da relação de L. com membros de outras comunidades. Além disso, L. mantém uma relação amistosa com M. Essa diversidade de contatos torna L. um membro menos prototípico e mais periférico.

Vejamos, agora, na Figura 2, a análise individual do comportamento verbal dos funkeiros em relação ao fenômeno investigado.

Figura 2 - Frequências de marcação de plural dos funkeiros



Fonte: Adaptado de SALOMÃO-CONCHALO, 2015, p. 260.

Os índices dos funkeiros apontam para o “aproveitamento” da regra variável de CN como uma prática social usada na construção de identidade; esse recurso estilístico está associado ao modo de se vestir, à música *funk* e à natureza do comportamento cotidiano. De um modo geral, o comportamento linguístico dos funkeiros é evidência de uma relação inversamente proporcional entre o envolvimento nas práticas sociais da comunidade e o apego às marcas de pluralidade.

Os resultados de R. e P., membros centrais desse grupo, mostram frequência muito baixa de cumprimento da regra

normativa. O funkeiro M. se encontra em uma zona mais neutra de preservação, com um índice positivo beirando o dobro de frequência da média dos membros centrais, embora ainda extremamente baixo, se comparado ao da média dos ecléticos. Essa incidência mostra perfil de membro periférico, mas com forte identificação ideológica com o grupo. É o jovem A., no entanto, que mantém um índice significativo de marcas de pluralidade, o que indicia a emergência da individualidade.

Embora o percurso de acesso à comunidade de prática possa contribuir para a formação da identidade, uma trajetória periférica nunca conduz o indivíduo à plena participação. Caso exemplar é o de M., jovem que mantém práticas sociais típicas de funkeiro, como o comportamento “gozador” na aula, o gosto por dança e música funk, participação ativa na divulgação de festas *rave* organizadas pelo grupo. Mesmo assim, sua afiliação tem raízes no protagonismo de R., com quem mantém relações ostensivas de amizade.

Esses resultados mostram que a construção de identidade não se encerra com a plena afiliação a uma dada comunidade, já que o desenvolvimento das práticas sociais significativas é um processo contínuo, presente em várias atividades sociais de que resulta a renegociação da própria identidade.

O que intriga, no entanto, são os índices de aplicação positiva de concordância no comportamento verbal do funkeiro A: 74%. Durante a entrevista gravada, a única que foi possível agendar, esse jovem manifestou um comportamento singular. Apesar de tentar chocar a documentadora com a narração de episódios de sua vida sexual, o que é esperado de um funkeiro, mostrou-se obsequioso no uso de formas de tratamento. Em conversas informais, A. referenciava a documentadora por primeiro nome e *você*, mas não na entrevista, como mostra o exemplo (1).

(1) INF.: aí sim a senhora chegou no ponto ... pra mim ESCOLA ensino médio ... ensino fundamental não influencia nada na faculDADE que eu quero que eu quero exercê(r) ... (EI-Fk/ A./Mc/ L. 24-27).

Fora das circunstâncias de gravação, não mostrava preocupação alguma com a aplicação da regra padrão de concordância. Uma análise de oitiva das diversas situações de interação permite inferir que A. manifesta uma frequência de ausência de plural similar à de R., um de seus amigos mais próximos, como mostra o exemplo (2), extraído de sua entrevista gravada.

(2) **nos primeiros dias** ... viu que não tava paSSANdo nem um TERço do que tinha que subi(r) pra cheGA(r) onde **os traficante** tava ... o arsenal intero ... viu **as droga** que foram presa (EI-Fk/ A./Mc/ L. 445-453).

Conhecer a história de vida de A e suas expectativas de continuidade no sistema escolar permite levantar algumas hipóteses explicativas sobre esse estilo cuidadoso. Esse jovem projeta em suas entrevistas um sentimento de mobilidade social ascendente, que possa vir a contornar os problemas de seu próprio contexto social.

Almeja entrar na carreira jurídica, o que implica emblematicamente uma história de vida diferente da vivenciada pelo pai no tráfico, e satisfaz, ao mesmo tempo, as expectativas projetadas por sua mãe de que possa vir a se desvencilhar das antigas amizades do pai, que o assediam constantemente para ele participar do tráfico.

De um ponto de vista linguístico, seu comportamento indicia simbolicamente a capacidade de usar as normas e de aplicá-las a uma situação formal de interação, quando assim o desejar, a despeito mesmo de não "levar a sério" o Ensino Médio.

Segundo Eckert (2008), atos de identidade não envolvem primariamente a questão de reivindicar pertencimento a este ou a aquele grupo ou categoria, em oposição a outro grupo ou categoria. Além disso, atos de identidade não são independentes da ordem social mais abrangente; pelo contrário, eles são sistematicamente relacionados a categorias macrosociológicas e encaixados nas práticas que as produzem e as reproduzem.

São os elos entre o indivíduo, aqui no caso, o funkeiro A., e a categoria macrosociológica em que ele se enquadra (estar em tal faixa etária, em tal grau de escolaridade) que fornecem as pistas das práticas sociais. É nessas práticas sociais que ele atualiza seus modos de falar, mobilizando seus estilos conforme mobiliza suas máscaras sociais, seja nas situações do cotidiano funkeiro, seja na situação de entrevista em que exhibe habilidades verbais.

PALAVRAS FINAIS

Volto-me agora para minhas preocupações iniciais e faço minha a pergunta de Faraco e Negri (1998): que bicho é o falante afinal? Em resposta, diria, de um ponto de vista sociolinguístico, que a ênfase no social como algo exclusivamente ligado à comunidade de fala, no estudo da variação, encorajou os variacionistas em geral a rejeitar o indivíduo falante como uma unidade de análise, evitando qualquer sujeito realisticamente situado.

Uma teoria enfocada na comunidade de prática se volta para o modo como o posicionamento do sujeito falante produz práticas linguísticas e é por elas reproduzido. A validade do estudo do sujeito individual, o falante ele mesmo, está em repensar a relação entre o indivíduo e a comunidade e a relação entre a estrutura e a prática.

É impensável para uma teoria social da linguagem ver a *língua* como uma convenção pré-existente, simplesmente porque uma teoria social da linguagem deve voltar-se para o processo de convencionalização. Pela mesma razão, é impensável para uma teoria social da linguagem ver a competência individual do falante como um simples caso de internalização de convenção.

Como convenção e competência individual se produzem e se reproduzem mutuamente na prática, a prática linguística não é simplesmente o uso consensual de um sistema comum. O conceito-chave para o processo de construção é o de prática estilística.

Até aqui, nos estudos variacionistas, o estilo tem sido tratado como ajustes da variação ao grau de formalidade da situação, medidos pelo critério de atenção à fala. A face renovada do conceito

de estilo o define com o modo como os falantes combinam variáveis para criar modos distintivos de fala, que fornecem a chave para a construção da identidade.

A identidade consiste, por sua vez, em tipos particulares, explicitamente localizados na ordem social. Continuamente, os falantes atribuem significado social à variação de um modo consequente, situação que implica certo grau de agentividade, que o trabalho de Eckert (2003) parece querer recuperar.

O indivíduo deixa de ser um cavaleiro solitário, vagando errante pela matriz social, como transparece na sociolinguística variacionista da primeira onda, para se vincular à matriz social mediante formas estruturadas de engajamento. O indivíduo constrói sua identidade – um senso de lugar no mundo social – mediante a participação equilibrada numa variedade de comunidades de prática.

Para finalizar este texto, diria que olhar assim para a linguagem, essa realidade complexa e multifacetada, implica o que vai ser posto em cena. “Trata-se de centrar o olhar nas práticas discursivas, ou seja, na linguagem em sua integridade concreta e não na língua como um objeto obtido por meio da abstração radical da vida concreta do discurso, processo esse que fundamenta o olhar tradicional da Lingüística. Por mais legítima e produtiva cientificamente que seja essa abstração, temos de reconhecer que ela tem pouco ou quase nada a dizer quando queremos entender nossas práticas discursivas” (FARACO; NEGRI, 1998, p 165).

REFERÊNCIAS

BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2011.

CAMACHO, R. G. **Da linguística formal à linguística social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

- CHOMSKY, N. **Aspectos da teoria da sintaxe**. Trad. de J.A. Meireles, E. Raposo. Coimbra: Armênio-Amado Editor, 1975.
- ECKERT, P. **Linguistic variation as social practice**. Oxford: Blackwell, 2003.
- ECKERT, P. Variation, convention, and social meaning. **Paper presented at the Annual Meeting of the Linguistic Society of America**. Oakland CA. Jan 7, 2005.
- ECKERT, P. Variation and the indexical field. **Journal of Sociolinguistics**, v.12, n. 4, 2008. p. 453-476.
- ECKERT, P. Three waves of variation study: the emergence of meaning in the study of sociolinguistic variation. **Annual Review of Anthropology**, n. 41, 2012. p. 87-100.
- FARACO, C. A.; NEGRI, L. O falante: que bicho é esse, afinal? **Letras**, Curitiba, n. 49, 1998. p. 159-170.
- GARCÍA, E. C. Shifting variation. **Língua**, v. 67, 1985. p. 189-224.
- GONÇALVES, S. C. L. Projeto ALIP (Amostra Linguística do Interior Paulista): questões teóricas e metodológicas sobre a constituição de um banco de dados de língua falada. *In*: TAGNIN, E.O.; VALE, O. A. (org.). **Avanços da linguística de corpus no Brasil**. São Paulo: Humanitas, 2008. p. 217-245.
- LABOV, W. **The social stratification of English in the New York City**. Washington: Center of Applied Linguistics, 1966.
- LABOV, W. Contraction, deletion and inherent variability of the English copula. **Language**, v. 45, 1969. p. 715-62.
- LABOV, W. Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. **Sociolinguistic Working Papers**, v. 44, 1978b.
- LABOV, W. The overestimation of functionalism. *In*: DIRVEN, R., FRIED, V.(ed.) **Functionalism in linguistics**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1987. p. 311-32.

- LAVANDERA, B. Where does the sociolinguistic variable stop?
In: RAJENDRA, S. (org.). Towards a critical sociolinguistics.
Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1996. p.17-30.
- MILROY, L. **Language and social networks.** Oxford: Blackwell,
1987 [1980].
- RICKFORD, J. R.; ECKERT, P. Introduction *In: _____. (ed.). Style
and sociolinguistic variation.* Cambridge: Cambridge University
Press, 2001. p. 1-18.
- ROMAINE, S. The status of variable rules in sociolinguistic
theory. **Journal of Linguistics.** v. 17, p. 93-119, 1981.
- SALOMÃO-CONCHALO, M. H. **A variação estilística na
concordância nominal e verbal como construção de identidade
social.** 2015. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) -
Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2015.
- SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral.** São Paulo: Cultrix,
1977 [1916].

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Ataliba T. de Castilho graduou-se em Letras Clássicas e Vernáculas pela Universidade de São Paulo em 1959. Doutor em 1966, Livre Docente em 1993 pela mesma Universidade e Professor Titular pela CESESP (atual UNESP) em 1961. Publicou 6 livros autorais, 19 livros organizados, 98 artigos em revistas especializadas e capítulos de livros. Atualmente, é professor aposentado das Universidades Estadual de Campinas e Universidade de São Paulo, trabalhando com temas de história do Português Brasileiro.

Carlos Alberto Faraco é graduado em Letras pela PUC/PR desde 1972. Fez mestrado em Linguística na UNICAMP (1978), doutorado em Linguística pela Salford University (1982) e pós-doutorado em Linguística na University of California (1996). Dentre seus trabalhos publicados, destacam-se *História Sociopolítica da Língua Portuguesa* (Parábola, 2016) e *Linguagem e Diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin* (Parábola, 2003). Escreveu em coautoria com Ana Zilles o livro *Para Conhecer Norma Linguística* (Contexto, 2017); e com Francisco Eduardo Vieira, *Gramáticas Brasileiras* (Parábola, 2016) e a coleção *Escrever na Universidade* (Parábola, 2018/2022). Atualmente, é Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná e membro do grupo de pesquisa HGEL-Historiografia, Gramática e Ensino de Línguas da Universidade Federal da Paraíba.

Edson Carlos Romualdo cursou sua graduação em Letras, seu mestrado e doutorado na UNESP de Assis e seu pós-doutorado na UNICAMP - Campinas. É Professor Associado da Universidade Estadual de Maringá (UEM), com aulas na graduação e no

Programa de Pós-Graduação em Letras. Coordena o projeto de pesquisa interinstitucional “Linguagem, mídia e novas tecnologias”, o projeto de extensão “Frida – uma vida animal na academia” e o projeto de ensino “Linguística e tradução: bases teórico-práticas”. Participa dos grupos de pesquisa GEPOMI – Grupo de Estudos Político-Midiáticos e Linguagem e Direito.

Flávio Brandão-Silva é graduado em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), desde 1998. Possui mestrado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp-Araraquara), desde 2005 e doutorado em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), desde 2017. Em 2018, foi contemplado com o Prêmio “Luiz Antonio Marcuschi” Publicou artigos e capítulos de livros na área dos Estudos Linguísticos. Atualmente, é docente e pesquisador da Universidade Estadual de Maringá, trabalhando os temas Sociolinguística e Sociolinguística Educacional.

Gabriele Pecuch é graduada em Letras Português/Francês pela Universidade Estadual de Maringá/UEM (2020) e mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá/PLE-UEM (2020). Atualmente, é doutoranda do PLE/UEM, no qual desenvolve pesquisas na área da descrição linguística com ênfase em Funcionalismo. É membro do Funcpar - Grupo de Pesquisas Funcionalistas do Norte/Noroeste do Paraná (UEM/CNPq).

Hélcio Batista Pereira é professor Adjunto do DLP/UEM, atuando no curso de graduação em Letras/UEM e no Programa de Pós-Graduação em Letras (PLE/UEM). Possui Bacharelado em Letras - habilitações em Linguística e Português pela FFLCH/USP (2002), mestrado em Filologia e Língua Portuguesa pela FFLCH/USP (2005) e doutorado pelo mesmo programa dessa mesma instituição (2011). Desenvolve pesquisa na área de História Social do Português Brasileiro, tendo publicado diversos artigos

nesta área do conhecimento, além de ser o autor do livro *A Batalha dos Demonstrativos: "esse" versus "este" no português brasileiro e no europeu* (publicado em 2014).

Jacqueline Ortelan Maia Botassini é graduada em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (1988), mestre em Letras pela Universidade Federal do Paraná (1998) e doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (2013). É professora e pesquisadora da Universidade Estadual de Maringá desde 1997, trabalhando, especialmente, com Morfossintaxe e Variação Linguística.

Joyce Elaine de Almeida é graduada em Letras pela Universidade Estadual de Londrina desde 1989. Possui mestrado em Letras pela Universidade Estadual de Londrina (1996) e doutorado em em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2005). Já publicou artigos, capítulos de livros, livros. Atualmente, é professor/pesquisador da Universidade Estadual de Londrina, trabalhando com os temas: variação linguística e ensino de línguas; crenças e atitudes sobre a abordagem da variação linguística; ensino de gramática sob a abordagem variacionista.

Natan Gonçalves Teixeira é graduado em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (2014). Possui mestrado em Estudos Linguísticos por essa mesma instituição de ensino (2020). Atualmente, é professor na rede estadual de educação básica, trabalhando com o ensino de língua portuguesa.

Neiva Maria Jung é graduada em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Campus de Foz do Iguaçu, tem mestrado em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas e doutorado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Já publicou artigos, capítulos de livros, livros, organizou dossiê temático e participou de eventos científicos

nacionais e internacionais. Atualmente é professora associada da Universidade Estadual de Maringá, trabalhando com os temas letramento, identidades sociais, multilinguismo, etnografia e fala-em-interação social.

Odete Pereira da Silva Menon. Graduada em Letras Português-Latim (UFPR, 1975); Mestre em Letras (UCP-PR, 1984); Doutora em *Linguistique Théorique et Formelle* (Université Paris 7, 1995). Professora titular sênior do Programa de Pós-Graduação em Letras (UFPR); Professora voluntária (UTFPR). Membro fundador do Projeto Varsul e coordenadora regional (PR). Bolsa PQ 2 CNPq. Trabalhos e pesquisa em história da língua portuguesa, na área de variação/mudança e de gramaticalização, centrados no sistema pronominal e na morfossintaxe.

Roberto Gomes Camacho tem mestrado pela Unicamp (1978), doutorado pela Unesp de Araraquara (1984), pós-doutorado pela Universidade de Amsterdã (2005), Livre-Docência pela Unesp de São José do Rio Preto (2009) e pós-doutorado pelo ILTEC-Universidade de Lisboa (2011). Professor voluntário do PPG em Estudos Linguísticos da UNESP de São José do Rio Preto na linha de pesquisa Descrição Funcional de Língua Falada e Língua Escrita. Publicou livros, capítulos de livros e artigos em sociolinguística e gramática funcional.

Não é possível descrever ou ensinar-aprender a língua sem que se faça uma reflexão profunda sobre a variação linguística. O fenômeno da variação aparece diariamente aos usuários da língua como faceta do diálogo que esta estabelece com a diversidade sociocultural que divide e une os participantes de uma dada comunidade. Surge como mecanismo pelo qual é possível ativamente participar de diferentes grupos sociais. Mostra-nos que a língua é dinâmica e complexa, estando sujeita às movimentações que historicamente podem resultar em mudanças. Reconhecer todos os contornos desse fenômeno em sua descrição e tratá-lo de modo adequado na escola são condições essenciais para os que se propõem a compreender a língua e desenvolver as competências sócio-discursivas dos nossos alunos.



ISBN 978-85-7993-923-5

